



# SEMIC

XXXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UEMA

# UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO

*(Ciclo 2020-2021)*

*CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS*

*VOLUME II*

*Comissão Organizadora:  
Marina Bezerra Figueiredo  
Eliane Pinheiro de Sousa  
Rita de Maria Seabra Nogueira*

**UEMA PRODUZINDO  
CONHECIMENTO  
(Ciclo 2020-2021)**

**CIÊNCIAS SOCIAIS E  
APLICADAS  
Vol. II**

**Organizadoras:** Marina Bezerra Figueiredo; Eliane Pinheiro de Sousa; Rita de Maria Seabra Nogueira

**Instituição:** Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

### **Instituições apoiadoras**

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

### **Informações gráficas**

Capa: Leonardo Leal Chaves

Diagramação: Priscilla Piccolo Neves

**Revisão:** Leonardo Leal Chaves; Priscilla Piccolo Neves

### **Divisão de Editoração**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Editor responsável**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Conselho Editorial**

Adilto Pereira Andrade Cunha

Adriana Araújo Diniz

Adriana Maria de Souza Zierer

Alana Lislea de Sousa

Ana Carla Marques da Costa

Ana Lucia Cunha Duarte

Ana Patrícia Sá Martins

Andrea Teresa Martins Lobato

Ariadne Enes Rocha

Barbara Irene Wasinski Prado

Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Danilo Cutrim Bezerra

Edvan Moreira

Eliana Campêlo Lago

Emanuel Cesar Pires de Assis

Ewaldo Eder Carvalho Santana

Fábio Henrique Monteiro Silva

Flávio Nunes Pereira

Flor Maria Guedes Las-Casas

Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento

Gislane da Silva Lopes

Gonçalo Mendes da Conceição

Grete Soares Pflueger

Helder de Moraes Pereira

Ícaro Gomes Antonio

Irlane de Regina Moraes Novaes

Isabel Azevedo Carvalho

Jaqueline Diniz Pinho

José Leonardo Annunziato Ruivo

Josiane Isabela da Silva Rodrigues

Laice Fernanda Gomes de Lima

Ligia Tchaicka

Lourival Matos de Sousa Filho

Marcia Rayka e Silva Lima

Maria Cleoneide da Silva

Maria Edileuza Soares Moura

Maria Inez Fernandes Carneiro

Maria Teresinha de Medeiros Coelho

Marivania Leonor Souza Furtado

Maura Celia Cunha e Silva

Monique Hellen Martins Ribeiro

Nancyleni Pinto Chaves Bezerra

Quesia Guedes da Silva Castilho

Regina Célia de Castro Pereira

Rosalva de Jesus dos Reis

Rosirene Martins Lima

Sandra Imaculada Moreira Neto

Sannya Fernanda Nunes Rodrigues

Silvana Maria Pantoja dos Santos

Thiago Allisson Cardoso de Jesus

Viviane Corrêa Silva Coimbra

Wanessa David Canedo Melo

Wellinton de Assunção



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



C694

Coletânea SEMIC - UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO (Ciclo 2020-2021) [recurso eletrônico]: Ciências Sociais e aplicadas Vol. 2. / organizadoras Marina Bezerra Figueiredo; Eliane Pinheiro de Sousa; Rita de Maria Seabra Nogueira. – São Luís: Editora UEMA, 2022.

613p.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-65-85022-01-9 (E-book)

1. UEMA. 2. PIBIC. 3. SEMIC. I. Figueiredo, Maria Bezerra. II. Sousa, Eliane Pinheiro de. III. Nogueira, Rita de Maria Seabra. IV. Título.

CDU 001.891 (081.1)

**Elaborada por Laísa Sousa Barros - CRB 13/657**

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NA PRINCIPAL ZONA COMERCIAL DO BAIRRO VINHAIS EM SÃO LUÍS (MA).....</b>	<b>11</b>
Ana Cristina Mendonça Rocha Irlane Regina Moraes Novaes	
<b>DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NO BAIRRO COHAB ANIL I EM SÃO LUÍS(MA) .....</b>	<b>37</b>
Ozana Pereira Costa Marinho Irlane Regina Moraes Novaes	
<b>DIAGNÓSTICO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS E COMUNITÁRIOS NO BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA EM SÃO LUÍS (MA) .....</b>	<b>63</b>
Wesley Mateus do Rosário da Luz Irlane Regina Moraes Novaes	
<b>ORGANIZAÇÕES INOVADORAS E SUSTENTÁVEIS.....</b>	<b>95</b>
Danyelly Roberta Barbosa Castro Ilmar Polary Pereira	
<b>ARQUITETURA E URBANISMO .....</b>	<b>121</b>
<b>A MORADIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, MARANHÃO: modos de construir e morar.....</b>	<b>122</b>
Sophia Moura Nogueira Frederico Lago Burnett	
<b>A SENSÇÃO DE INSEGURANÇA ENTRE MULHERES NAS RUAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS À NOITE.</b>	

**INVESTIGAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS E ESTUDO COMPARATIVO NA CENOGRAFIA DE FILMES NOIR .....148**

Larissa Bianca Anchieta

Rose-France de Farias Panet

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS, MARANHÃO: A CAEMA e o atendimento dos bairros populares, 2013-2020 ... 182**

Giovanna Silva Oliveira

Frederico Lago Burnett

**O QUE ACONTECE NA PRAÇA? UMA LEITURA DO COTIDIANO DA “PRAÇA DEODORO” EM SÃO LUÍS – MA, DE “PERTO E DE DENTRO” E EM AMBIENTES VIRTUAIS..... 204**

Breno Vinícius Ribeiro Carlos

Marcos Gabriel de Lima Carvalho

Débora Garreto Borges

**CIÊNCIAS SOCIAIS.....225**

**A LIDERANÇA COMUNITÁRIA: o papel das mulheres no desenvolvimento local sustentável .....226**

Bruna Silva Azevedo

Neuzeli Maria De Almeida Pinto

**ANÁLISE DOS EFEITOS SOCIAIS DE MEGAPROJETOS JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ANAJATUBA ..... 257**

Maria Heloísa Alves Crispim Cirilo

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

**AS RELIGIÕES AFRO-MARANHENSES NO MUSEU: experiências e diálogos ..... 275**

Andressa do Nascimento Barroso

Greilson José de Lima

**CAPITALISMO DEPENDENTE E AUTOCRACIA BURGUESA:  
Florestan Fernandes e a (im)possível democratização da  
Educação no Brasil..... 300**

Allena Yandra Dias Cabral

Bráulio Loureiro

**CONECTAD@S: desafios e possibilidades de combate ao  
TECNO-APARTHEID de mulheres negras na cidade de Bacabal  
no estado do Maranhão.....329**

Rahellen Miguelista Ramos

Bruno Rogens Ramos Bezerra

**HISTÓRIAS LOCAIS EM CONFRONTO AOS  
EMPEENDIMENTOS GLOBAIS: a resistência da comunidade de  
Manuna frente ao acordo de salvaguardas tecnológicas -  
Brasil/EUA.....358**

Maria Paula Correia Ramos

Marivânia Leonor Souza Furtado

**MEGAEMPREENHIMENTOS E O IMAGINÁRIO SOCIAL DE  
DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE NARRATIVAS DE  
MULHERES MILITANTES QUE ATUAM NA REGIÃO  
ECOLÓGICA DO BABAÇU .....382**

Amanda Albuquerque Everton

Ester Rufino Costa

Wanderson Castro de Sousa

**PANDEMIA E MOBILIZAÇÃO: a ação política de uma agente  
social autodefinida como quebradeira de coco babaçu e  
quilombola.....401**

Adrielma Abreu Rodrigues

Cynthia Carvalho Martins

**QUILOMBOS FRENTE AO COVID- 19: impactos dos megaprojetos diante da pandemia ..... 431**

Geovana Alves Rocha

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

**RELAÇÕES DE GÊNERO: a dupla jornada de trabalho das mulheres universitárias e o papel das universidades..... 464**

Andrezza Ethyenne Rocha Cardoso

Neuzeli Maria De Almeida Pinto

**UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA SOBRE AS DINÂMICAS ÉTNICAS DO POVO INDÍGENA TENETEHARA ..... 498**

Ana Thais Teixeira Pereira

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

**DIREITO ..... 523**

**A INTERSETORIALIDADE DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA SUA EFETIVIDADE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO MARANHÃO ..... 524**

Lucas Rafael Chaves de Sousa

Isadora Lage Carvalho

Thiago Allisson Cardoso de Jesus

**A RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CIBERCRIMES: o marco civil da internet..... 552**

Carolayne dos Santos Silva

Marco Antônio Martins da Cruz

**MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE SÃO LUÍS E QUALIDADE DE VIDA: contribuição à análise do processo histórico de urbanização com reprodução da segregação socioespacial. .... 581**

Petunia Galvão Bezerra

Marco Antônio Martins Da Cruz

# APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, apresenta a coletânea: UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO, ciclo 2020-2021.

A coletânea reúne trabalhos desenvolvidos por alunos da Iniciação Científica da UEMA, que foram apresentados durante o XXXIII Seminário de Iniciação Científica-SEMIC, referente ao ciclo 2020-2021.

O XXXIII SEMIC é uma ação de popularização, disseminação e promoção da ciência promovida pela UEMA que, ao divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por alunos da graduação, valoriza e prioriza a preparação de nossos jovens por meio da produção do conhecimento, para que sejam atores de destaque no esforço de melhorar os índices de desenvolvimento do Estado, trazendo mais qualidade de vida à nossa população.

O XXXIII SEMIC ocorreu no período de 06 a 10 de dezembro de 2021, no qual foram apresentados e discutidos os resultados obtidos nos projetos de Iniciação Científica, ciclo 2020/2021. O evento deste ano compreendeu 580 trabalhos institucionais, sendo 558 do Programa de Iniciação Científica (PIBIC FAPEMA, UEMA, CNPq e PIBIC/Ações Afirmativas) e 22 do Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Todos os trabalhos foram divulgados de forma online. A difusão dessas pesquisas para mais de 1194 inscritos atinge os objetivos de

repercussão necessários na Universidade e na comunidade maranhense.

A coletânea tem por objetivo reunir e divulgar trabalhos de elevada qualidade científica realizados por discentes e seus orientadores docentes da UEMA. Através do despertar pela vocação científica e incentivo de talentos potenciais entre estudantes de graduação, a coletânea possibilita a publicação dos trabalhos resultantes de suas pesquisas. A publicação dos resultados reunidos em capítulos da Coletânea aumenta o envolvimento discente na produção científica da UEMA, colocando em evidência a ciência no estado do Maranhão.

Esta Coletânea está organizada por áreas de conhecimento, dividida em quatro volumes a saber:

Volume 1: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciência da Saúde, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra.

Volume 2: Ciências Sociais e Aplicadas

Volume 3: Ciências Humanas

Volume 4: Educação, Linguística, Letras e Artes

Desejamos uma boa leitura e aquisição de conhecimentos!

# ADMINISTRAÇÃO

# **DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NA PRINCIPAL ZONA COMERCIAL DO BAIRRO VINHAIS EM SÃO LUÍS (MA)**

Ana Cristina Mendonça Rocha<sup>1</sup>

Irlane Regina Moraes Novaes<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A prática do empreendedorismo é comum desde o surgimento da humanidade, onde se evidenciou que homem utilizando de sua capacidade de criar, inovar e assumir riscos adaptou-se ao meio ou adaptou-se a si próprio. Desta forma, com o aumento do mercado consumidor e acirramento da concorrência, as empresas para se manterem nesse mercado precisam mudar, tornar-se mais ágeis, buscar novas oportunidades de negócio, incentivar seus funcionários a pensar e agir como empreendedores. O empreendedorismo é uma atividade que contribui de inúmeras formas para o desenvolvimento de um país. Pois, gerar mais empregos formais ajuda a desenvolver novas tecnologias e a criar produtos e serviços de valor para o mercado de consumo.

A zona comercial do bairro Vinhais concentra-se nas avenidas 1, 2, 3 e 4 e a avenida 64, sendo que nesta avenida concentram-se o maior número de empreendimentos do bairro. Porém, a cada dia surgem novos negócios, muitos dentre a informalidade, o que gera o

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Administração Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão; Voluntária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica- PIVIC/UEMA.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Maranhão.

seu fechamento após o primeiro ano de vida. Dessa forma, o artigo tem, por objetivo, identificar o perfil do microempreendedor inserido na avenida 64, no bairro Vinhais, apontando os principais tipos de empreendedorismo e o potencial empreendedor do referido bairro.

O estudo em questão faz parte da pesquisa intitulada “Diagnóstico do Microempreendedor na principal zona comercial do bairro Vinhais em São Luís (MA)” faz parte do Projeto “Mapeamento do Microempreendedor no bairro Vinhais em São Luís (MA)” da prof. Dr.<sup>a</sup> Irlane Regina Moraes Novaes, fruto das discussões efetivadas no Grupo de Estudos em Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Maranhão, o qual faço parte.

### **Empreendedorismo e o desenvolvimento econômico**

Empreendedorismo é a habilidade de antever, identificar, compreender e resolver problemas vendo neles uma oportunidade de gerar algo positivo, de uma forma criativa e inovadora. Consiste em criar um projeto ou negócio por prazer tanto no âmbito pessoal, quanto organizacional causando mudanças que realmente impactam o cotidiano das pessoas ao seu redor. Assim Dornelas (2017) define o empreendedorismo como envolvimento de pessoas e processos que ao trabalharem em conjunto resultam na transformação de ideias em oportunidades. Além desta perspectiva, Schumpeter (1982 *apud*

BÁRCIA, 2014. p. 14) corrobora conceituando o empreendedor como “aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Nesse diapasão, a *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), programa de pesquisa de abrangência mundial sobre a avaliação anual do nível de empreendedorismo de cada país, considera que “o empreendedorismo resulta, além das condições nacionais, das percepções dos indivíduos, da necessidade, da existência de oportunidades” (GEM, 2009, p.15). Ademais, Ferreira (2010) expressa que é de difícil complexidade a definição exata de empreendedor, visto que para elaboração deste conceito existem vários elementos envolvendo aspectos comportamentais tais como: como novidade, organização, criação, criatividade, riqueza e risco. Ponderando sobre algumas características do empreendedor são:

Tomar iniciativa para criar algo novo e de valor para o próprio empreendedor e para o cliente; Despende o seu tempo e esforço para realizar o empreendimento e garantir o seu sucesso; Recolher as recompensas sob a forma financeira, de independência, reconhecimento social e de realização pessoal; Assumir os riscos de insucesso do empreendimento quer sejam riscos financeiros, sociais ou psicológicos (FERREIRA, 2010, p. 25).

O empreendedorismo é uma atividade que contribui de inúmeras formas para o desenvolvimento de um país. Pois gera mais empregos formais, ajuda a desenvolver novas tecnologias e a criar produtos e serviços de valor para o mercado de consumo. De acordo

com Dornelas (2017), empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. Corrobora Ferreira (2010) que o empreendedorismo é um grande fomentador do progresso econômico, visto que, as pequenas e micros empresas são fontes geradoras de empregos.

Além disso, a importância do empreendedorismo dá-se também com a contribuição da criação de algo novo ou melhoramento, que impõem maiores padrões de competições as empresas estabelecidas no mercado, compelindo-as a melhorarem seus processos e produtos, bem como a tornarem-se mais eficientes, flexíveis a novas tecnologias e métodos. Desta forma, o empreendedorismo contribui para a elevação das mudanças nos negócios e na sociedade, promovendo o aumento nas escolhas individuais de realização do indivíduo tanto no âmbito profissional, quanto pessoal. Cabe ressaltar que apesar de semelhantes os empreendedores e Microempreendedores Individuais (MEI) possuem diferenças, principalmente na restrição de atividades e no faturamento anual. Uma vez que, o empreendedor individual pode obter um faturamento de até R\$ 360 mil (trezentos e sessenta mil reais), sendo considerado também como uma Microempresa (ME).

O site Portal do Empreendedor define o Microempreendedor Individual - MEI como a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Sendo necessário para estar

nesta categoria um faturamento no máximo até R\$ 81 mil (oitenta e um mil reais) por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Logo o MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria, sendo suas vantagens e principais diferenças a cobertura previdenciária para o empreendedor e seus familiares, a isenção de taxas para a formalização e a redução da carga tributária com imposto fixo mensal, a redução da burocracia e o acesso ao crédito e aos serviços bancários com taxas diferenciadas, dentre outras (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2021)

Já o empreendedor possui como vantagem, maior faturamento, possibilidade de ter até 19 (dezenove) funcionários, atuação nos setores comerciais e industriais e possuir vantagens em licitações, onde muitas vezes as empresas menores concorrem de forma desigual. Por conseguinte, para Dornelas (2017) têm-se como as características pessoais de um empreendedor a disciplina, o fato de assumir riscos, a inovação, em ser direcionada a mudanças, a persistência e em possuir uma liderança visionária. Vê-se então, conforme visão dos citados autores e fontes utilizadas, que apesar de haver pontos semelhantes entre o empreendedor e o MEI, existe a distinção na restrição de atividades e no faturamento anual de um para outro. Ainda mais que, para o MEI há simplificação do processo, como: redução, não cobrança de tributos em um valor fixo, acesso

gratuito a serviços com segurança jurídica, além da isenção da taxa de registro.

### **O Empreendedor e a legislação brasileira**

Quanto aos aspectos legislativos, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, em sua republicação ela altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. O art. 1º da Lei Complementar nº 123, em seus incisos de I à IV, trazem o tratamento diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

- I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
- IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in

fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (BRASIL, 2006, p.1).

Esta mesma lei, é modificada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, dentre tais alterações, pode-se citar o inciso VI do art. nº 13, em que deve-se tratar com o art. 22 da Lei nº 8.212/91 quanto as contribuições para a Seguridade Social da pessoa jurídica, “[...] exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 e no inciso VI do § 5º do art. 18, todos desta Lei Complementar”. Em 19 de dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 128, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentre as várias alterações tem-se o art. 13§ 1º, que dispõe sobre o recolhimento dos impostos ou contribuições, modificou-se o inciso IV, acrescido de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Assim, em 2007, houve a criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, que determina as diretrizes e procedimentos quanto à simplificação e integração de empresários e pessoas jurídicas para o processo de registro e legalidade. Posteriormente, a Lei Complementar nº 139 de 10 de novembro de 2011, modifica o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00, da Lei Complementar 123/2006. Já em 07 de agosto de 2014 a Lei Complementar nº 147 altera a Lei Complementar nº 123/2006, com simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas

diversas e normatiza o processo de cobranças de taxas associativas para o MEI, bem como modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

O Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, aprovado pela Resolução CGSIM nº 1, de 1º de julho de 2009, regulamentou a resolução nº 18 que estipula o procedimento para transferência de dados do MEI às entidades que integram o CGSIM e seus grupos de trabalho. Posteriormente regido pelo Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019, que dispõe sobre o mesmo. A Resolução-RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, ordena sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Ademais, a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN nº134 de 13 de junho de 2017, compõe as formas de parcelamento para o MEI, previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Acrescida da Resolução CGSN nº 140, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples Nacional.

O Simples Nacional tem como objetivo simplificar e facilitar para as ME e EPP, já que por meio dele é permitido o recolhimento de vários tributos, federais, estaduais e municipais em uma única guia, sendo eles: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/Pasep, CPP, ICMS e

ISS. Dessa forma, a alíquota é diferenciada, pois variará de acordo com o faturamento, que por sua vez é separado em faixa, podendo chegar até R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual, limite estabelecido pela Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, mas que somente vigorou em 2018, então, o que antes era muito trabalhoso e preocupante, com muitos impostos em diferentes guias e datas, hoje tornou-se melhor, mais fácil e prático para as ME e EPP.

## **METODOLOGIA**

No primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica através do levantamento teórico dos assuntos empreendedorismo, microempreendedor individual, desenvolvimento social e econômico, com base nos seguintes autores: Bária (2014), Dornelas (2017), Ferreira (2010), Schumpeter (1982), dentre outros. Em seguida, fez-se uma análise documental da Regulamentação do Empreendedorismo no Brasil tais como a Lei nº 7.256/1984, Lei nº 9.841/1999, Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei Complementar nº 128/2008 e consulta no site do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e do Portal do Empreendedor - MEI. Após essa análise, foi realizada a Pesquisa de Campo na zona de comércio localizado na Avenida 64 (FIGURA 1) no bairro Vinhais em São Luis-MA, no período de 27 a 29 de abril de 2021, no turno vespertino, das 14 às 17 horas.

**Figura 1 – Rua 64 do Bairro Vinhais**



Fonte: Fonte: Google Maps, 2021.

O universo da pesquisa é composto por 40 (quarenta) empreendedores estabelecidos comercialmente ou através da prestação de serviços - na rua 64, principal zona comercial, do bairro Vinhais e a amostra por de 29 (vinte e nove) empreendedores que estavam com os estabelecimentos em funcionamento durante a realização da pesquisa e aceitaram participar da pesquisa. Cabe observar que devido à pandemia do covid-19 muitos estabelecimentos estavam fechados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário contendo 12 (doze) perguntas fechadas aplicado com o representante da empresa - os microempreendedores do referido bairro. Durante todo o processo fez-se o uso da técnica da observação.

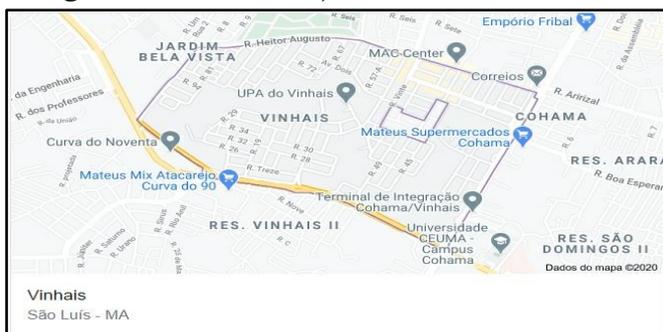
Após a coleta de dados foi realizada a análise e interpretação de dados, os assuntos discutidos foram acrescidos de materiais bibliográficos, bem como o posicionamento do pesquisador. As informações obtidas através do questionário foram tabuladas,

interpretadas e apresentadas por meio de gráficos e discussões. Para formatação do trabalho e tratamento dos dados, utilizou-se o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, que utiliza como base as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

## RESULTADOS

O Conjunto Habitacional Vinhais, fundado em 1979, é um bairro residencial de classe média localizado no leste da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. A zona comercial do bairro Vinhais concentra-se nas avenidas 1, 2, 3,4 e 64, sendo que a avenida 64 concentra o maior número de empreendimentos do bairro. Esselogradouro complementa a extensão de empreendimentos advindos do bairro Cohama e Cohaserma promovendo uma conectividade entre as zonas comerciais dos bairros elencados. A Figura 2 apresenta a delimitação do bairro Vinhais em São Luís - MA.

**Figura 2 – Delimitação do Bairro Vinhais**

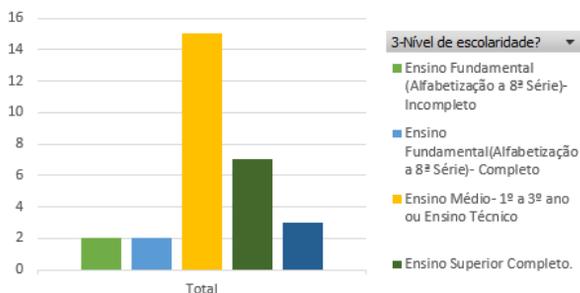


Fonte: Google maps, 2021

Em 2021, o bairro Vinhais possui farmácias, panificadoras, delegacia, seguradora, academias, feira, frigoríficos, restaurantes e lanchonetes, agências de correios para movimentos financeiros, material de construção, *lanhouse* e cursos de informática, galeria, dentre outros. A cada dia surgem novos negócios, muitos dentre da informalidade, isto acaba gerando a “quebra” do negócio depois do primeiro ano da criação (NOVAES, 2020).

Em relação ao Perfil socioeconômico dos empreendedores do bairro, no tocante ao gênero predomina o masculino, tal resultado equipara-se a Pesquisa Nacional do Perfil do Empreendedor realizada pelo SEBRAE em 2019, onde há predominância masculina nos empreendimentos, sendo de 57%, em quando a feminina torna-se 43%. A idade concentra-se na faixa etária entre 31 e 44 anos em ambos os gêneros, a média de idade é de 42 anos para empreendedores ativos, segundo os dados apresentados pelo SEBRAE (2019). No item escolaridade a maior parte cursou o ensino médio ou técnico, destes, a maioria são do gênero masculino, conforme mostra o gráfico 1.

**Gráfico 1 – Nível de Escolaridade**

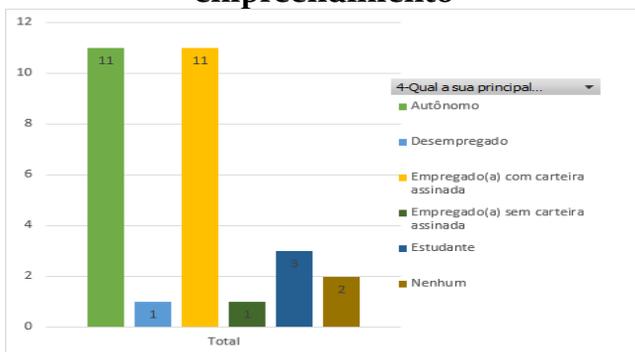


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Nas categorias ensino fundamental (completo e incompleto) e ensino superior (completo e incompleto), cada uma teve pelo menos 1(um) entrevistado. Logo, este resultado vai de encontro ao resultado do SEBRAE que define que 39% dos MEIs possuem o ensino médio completo.

Em relação à ocupação do empreendedor antes a abertura do negócio, a maior parte dos entrevistados era autônomos ou empregados com carteira assinada, conforme apresenta o gráfico 2.

**Gráfico 2 - Ocupação do empreendedor anterior ao empreendimento**

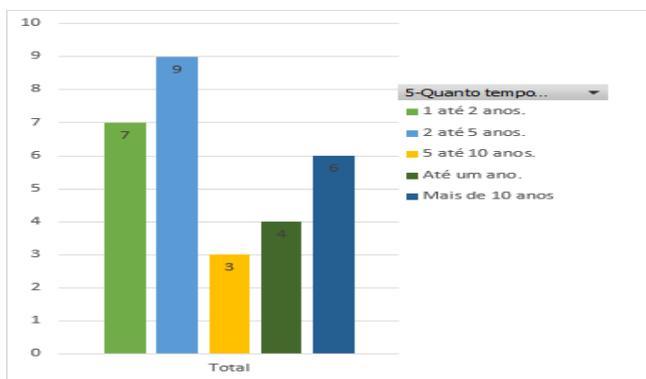


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Todavia, este resultado diverge um pouco da pesquisa do SEBRAE, que apresenta como principal ocupação anterior ao negócio, o emprego com carteira assinada.

Em referência ao tempo do empreendimento, o gráfico 3 mostra que os empreendedores entrevistados possuem o empreendimento de 2 até 5 anos, sucedido dos que possuem de 1 até 2 anos.

**Gráfico 3 - Tempo do empreendimento**

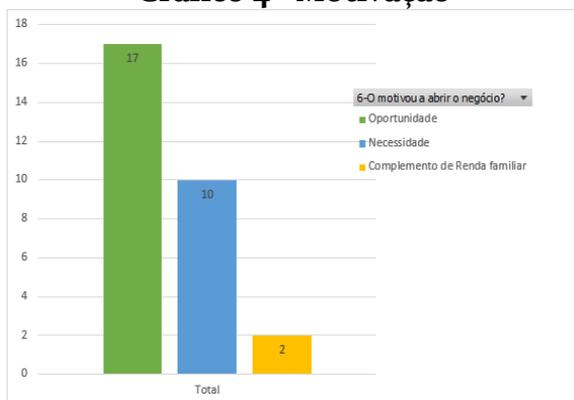


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Segundo a pesquisa "Sobrevivência de Empresas" divulgada pelo SEBRAE (2021),<sup>3</sup>(três) em cada 10(dez)MEIs fecham em até 5 (cinco) anos de atividade no Brasil, apesar de preocupante, percebe-se expressivo o quantitativo de negócios com mais de 10 anos nesta pesquisa.

Quanto a motivação dos empreendedores, o gráfico 4 expõe que:

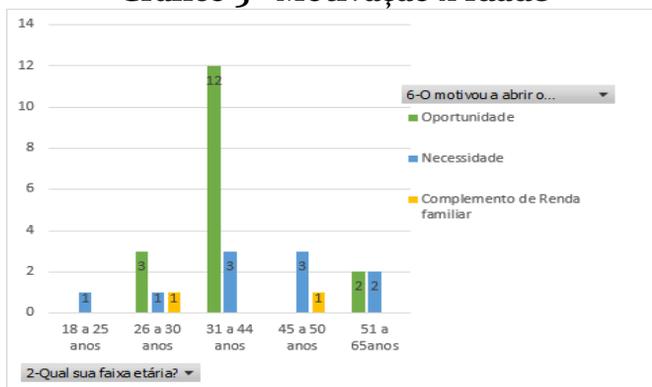
**Gráfico 4 - Motivação**



Fonte: dados da pesquisa, 2021

A maior parte dos entrevistados informou a motivação devido à oportunidade. Esse resultado era esperado uma vez que a avenida 64 é considerada um “centro comercial” do bairro Vinhais. No entanto, este resultado se contrapõe ao relatório do SEBRAE (2019), onde se evidencia o empreendedorismo por necessidade de uma fonte de renda como o principal motivo para montar um negócio. No gráfico 5 visualiza-se a motivação *versus* a faixa etária.

**Gráfico 5 - Motivação x Idade**

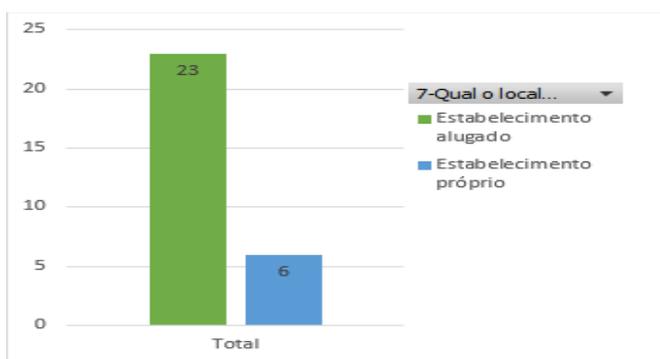


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Ao analisar o gráfico 5 nota-se que a maioria que empreende por oportunidade estão na faixa etária entre 31 e 44 anos, tais proporções diferem das propostas pelo SEBRAE (2019) que identificou na sua pesquisa que essa faixa etária prefere empreender por desejo de independência.

Em referência ao local do negócio, o gráfico 6 revela que:

**Gráfico 6 - Local do empreendimento**



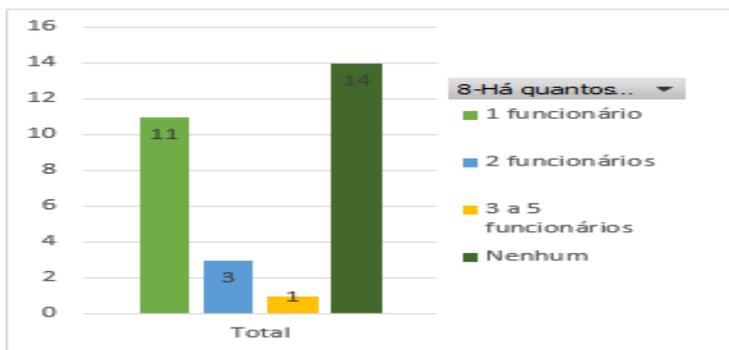
Fonte: dados da pesquisa, 2021

A maior parte dos empreendedores estabelecidos na avenida 64 do bairro Vinhais, empreendem em uma estrutura física alugada. Pode-se atribuir esse resultado ao fato de a avenida ser bem conhecida e requisitada para o comércio. Nota-se que apesar da crise ocasionada pela pandemia do covid-19, o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), base para o reajuste de aluguel, encerrou o ano de 2020 em alta de 23,14%, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dessa forma, diante dos resultados, o aluguel não representa um empecilho ao empreendedor no ato de empreender. Nesse

questo, há uma divergência em relação aos resultados apresentados pelo SEBRAE (2019), onde se destaca que 40% dos MEIs tem sua residência como local de trabalho.

Quanto ao quantitativo de funcionários, o gráfico 7 mostra que:

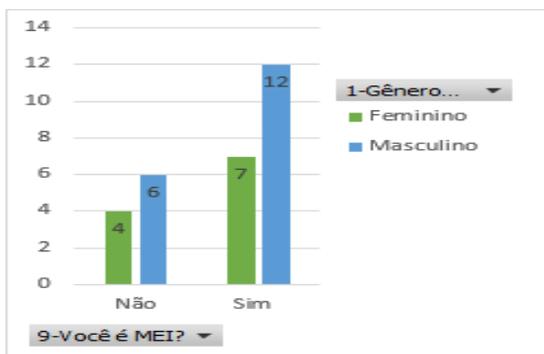
**Gráfico 7 – Quantidade de funcionários**



Fonte: dados da pesquisa, 2021

A maioria dos empreendedores não possui nenhum funcionário e o segundo maior quantitativo possuem apenas 1(um) funcionário, todavia alguns estabelecimentos informaram ter de 2(dois) a 5 (cinco) funcionários, o que não coincide com a Lei Complementar nº 128/2008, que estabelece apenas um funcionário para quem se enquadra na categoria de microempreendedor. Dos empreendedores enquadrados como MEI, o gráfico 8 apresenta o seguinte quantitativo:

### Gráfico 8 – Enquadramento como MEI

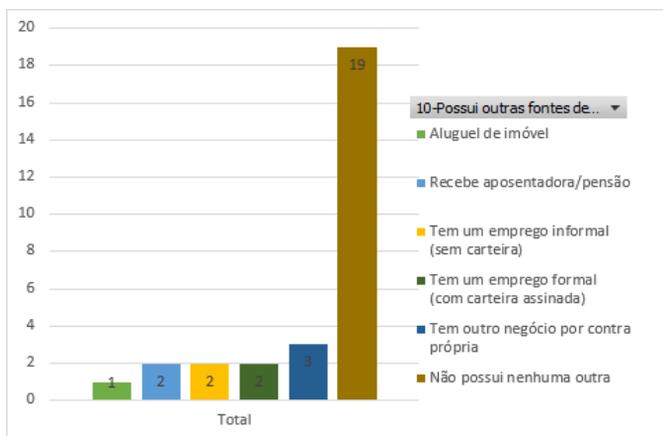


Fonte: dados da pesquisa, 2021

19(dezenove) empreendedores estão enquadrados como MEI, destes 12(doze) são gênero masculino e apenas 7(sete) do gênero feminino. Dentre os que responderam não, a maior parte é do gênero masculino.

Em relação a outras fontes de renda, o gráfico 9 mostra que 19 empreendedores não possuem. O que chama atenção aos motivos apresentados no gráfico 4, onde os empreendedores apontam a oportunidade e não a necessidade para abrir o empreendimento, representando ou não uma contradição.

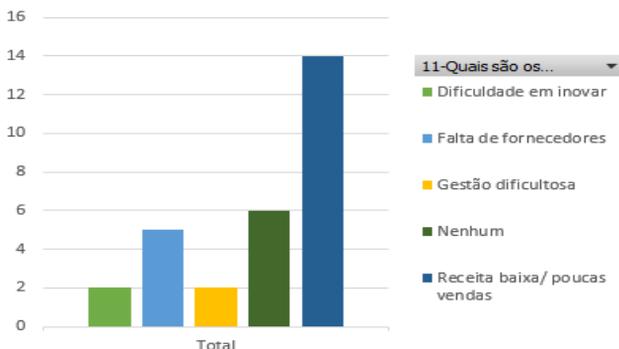
### Gráfico 9 - Outras fontes de renda



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Com esse posicionamento e com ausência de outras rendas, observa-se o negócio configura-se como a renda principal da família, o que é a realidade de 36% dos microempreendedores do Brasil segundo o relatório do SEBRAE. No gráfico 10, evidencia-se que a maior parte dos empreendedores apresenta como problemas a baixa receita, resultada pela diminuição das vendas.

### Gráfico 10 - Problemas enfrentados

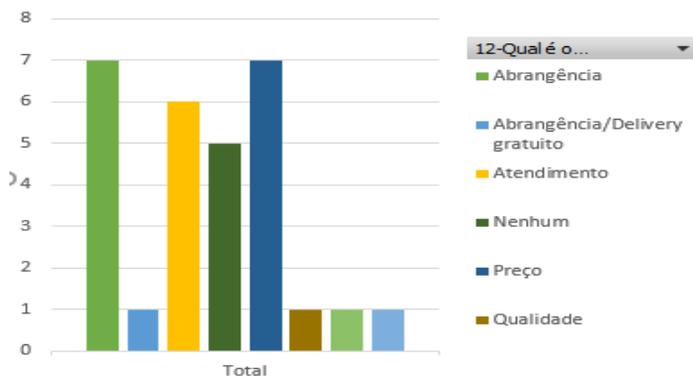


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Durante a aplicação dos questionários, muito informaram que a pandemia do covid-19 causou uma queda alarmante, uma vez que as pessoas se restringiram em casa como forma de prevenção, apesar de tal situação estimular a mudanças em inovação, muitos afirmaram ter dificuldades na adaptação.

Por fim, perguntou-se aos entrevistados, quais as estratégias utilizadas para melhorar as vendas e ampliar o quantitativo dos clientes, o gráfico 11 apresenta que:

**Gráfico 11 – Estratégias de Vendas**



Fonte: dados da pesquisa, 2021

As estratégias mais citadas, apresentadas no gráfico 11, foram abrangência (diversificação de produtos) e o preço, seguida do atendimento. Cabe observar que devido à pandemia do covid-19 muitos estabelecimentos estavam fechados, e os que não estavam, contava com um retorno tímido da demanda, devido ao medo das

variantes da covid-19, e/ou, as restrições impostas pelo protocolo sanitário de retorno as atividades comerciais.

## CONCLUSÃO

Com o aumento do mercado consumidor e acirramento da concorrência, as empresas para se manter nesse mercado precisam mudar, torna-se mais ágeis, buscar novas oportunidades de negócio. Nesse pensar o Empreendedorismo surge como a habilidade de antever, identificar e resolver problemas em busca de resultados otimizados, com uso da criatividade e inovação. Desta forma, o empreendedorismo contribui para a elevação das mudanças nos negócios e na sociedade, promovendo o aumento nas escolhas individuais de realização do indivíduo tanto no âmbito profissional, quanto pessoal.

Nesse cenário, evidencia-se a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento do bairro Vinhais e a necessidade de conhecer a realidade desses microempreendedores e a potencialidade do bairro. Dessa forma, procurou-se em campo identificar o perfil do empreendedor da Avenida 64 e posteriormente fez-se uma comparação com a pesquisa do SEBRAE. Entretanto cabe observar que no período da pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2019, o mundo não se encontrava assolado pela pandemia da Covid-19, que tragicamente afetou toda economia e o conseqüentemente, o mercado de trabalho, afetando diretamente o emprego formal, onde muitos trabalhadores perderam seus empregos ou tiveram redução em seus salários, viram a “solução” em se tornarem MEIs, sendo

retratado pelo número de aumento de 2,6 milhões em 2020. Em 2021, o Brasil conta com mais de 11,3 milhões de MEIs ativos (SEBRAE, 2021).

Dessa forma, os dados da pesquisa do SEBRAE foram utilizados para evidenciar os pontos comuns ou não, dos evidenciados em campo. A convergência foi constatada nos quesitos básicos como gênero, idade, nível escolar, quantidade de funcionários e renda extra com os apresentados com a citada pesquisa. Assim como, divergências em alguns quesitos, como motivação, local do empreendimento e tempo de vida do negócio.

Assim, devido às limitações da amostra no estudo em decorrência da pandemia coronavírus, recomenda-se novas pesquisas que tratem do microempreendedor no bairro Vinhais visando conhecer as características desse público-alvo, assim como, desenvolver ações pontuais para o desenvolvimento desses empreendedores.

## REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA do Vinhais Velho é patrimônio imaterial do Maranhão. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**. São Luís, 20 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.al.ma.leg.br/noticias/25597>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de**

**Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

BÁRCIA, Marcelo. **Empreendedorismo**: livro didático. Rio de Janeiro: Copyright, ed. 1. p. 13-19, 2014.

BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de Dez de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n o 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art89](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art89)> . Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 127, de 14 de setembro de 2007. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 Brasília, DF. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp127.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp127.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Lei complementar nº 128, de 19 de Dez de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art89](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art89)> . Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11

de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/Lcp155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp155.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Portal do Empreendedor- MEI. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CUSTÓDIO, Telma Padilha; TÓFOLI, Eduardo Teraoka; NOGUEIRA, Ana Beatriz. Empreendedorismo: Um Estudo Sobre A Importância Do Empreendedorismo Como Estratégia De Negócios Na Empresa Fênix Locações E Eventos. **Revista Científica do Unisalesiano**, 2011. Disponível em: <<http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no4/artigo31.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DORNELAS, José Carlos. In:\_\_\_\_. O Processo Empreendedor. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017. Cap. 2. p. 07 – 35.

EMPREENDEDEDORISMO no Brasil-2019 GEM. IBPQ, 2019. Disponível em:<<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%0c3%0b3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FERREIRA, Manoel Portugal. In:\_\_\_\_. O empreendedor. **Ser empreendedor: Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2010. Cap. 2. p. 23 – 45.

JUCEMA aponta mais 300 mil empresas ativas no Maranhão. **JUCEMA**. Disponível em: <<http://portal.jucema.ma.gov.br/pagina/831>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MARANHÃO registra recorde histórico com mais de 4 mil empresas abertas em julho. **Agência de Notícias**, 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=282410>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MEI X EI: Entenda a diferença entre eles. **Contábeis**, 17 jul. 2020. Disponível em: <<http://gaocontabeis.com.br/mei-x-ei-entenda-a-diferenca-entre-eles%EF%BB%BF/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MESMO com pandemia, país registra recorde na abertura de MEI. **ASN**, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/mesmo-com-pandemia-pais-registra-recorde-na-abertura-de-mei,028f6d7ad1c47710VgnVCM1000004coo210aRCRD>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NOVAES, Irlane R. M. Mapeamento do Microempreendedor no bairro Vinhais em São Luís (MA). **Projeto de Iniciação Científica - PIBIV**. Universidade Estadual do Maranhão –UEMA. São Luís, 2020.

O QUE é o MEI - Microempreendedor Individual? **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/1-o-que-e-o-mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PEREIRA, Annyere. História do Vinhais Velho é Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão. **Assembleia Legislativa do Maranhão**, 20 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.al.ma.leg.br/noticias/25597>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

PORTAL G1 . INFLAÇÃO do aluguel encerra o ano em 23,14% e tem a maior alta desde 2002. **G1**, 29 dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/29/igp-m-sobe-2314percent-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Pesquisa perfil de MEI. SEBRAE. Disponível em: <[https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/08/013\\_0319\\_APRE\\_MEI\\_v15\\_principais-resultados-inicio.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/08/013_0319_APRE_MEI_v15_principais-resultados-inicio.pdf)>. Acesso em: 19. ago. 2021.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Relatório especial MEI 10 anos 2019. Disponível em: <[https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/09/MEI-10-anos-p-impresao-v3\\_compressed.pdf](https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/09/MEI-10-anos-p-impresao-v3_compressed.pdf)>. Acesso em: 19. ago. 2021

TOM, Carin. Descubra o que é o Simples Nacional e suas vantagens para pequenos empresários. **ContaAzul**, 06 mai. 2021. Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/o-que-e-simples-nacional/>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TRÊS em cada 10 MEIs fecham as portas em até cinco anos de atividade no Brasil, aponta Sebrae. **G1**, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2021/06/15/tres-em-cada-10-meis-fecham-as-portas-em-ate-cinco-anos-de-atividade-no-brasil-aponta-sebrae.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

VEJA como empreendedores podem driblar a crise causada pela corona vírus no Maranhão. **G1**, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/25/veja-como-empreendedores-podem-driblar-a-crise-causada-pelo-coronavirus-no-maranhao.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

## **DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NO BAIRRO COHAB ANIL I EM SÃO LUÍS (MA)**

Ozana Pereira Costa Marinho<sup>1</sup>  
Irlane Regina Moraes Novaes<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O empreendedorismo refere-se ao envolvimento de pessoas e processos que em conjunto levam a transformação de ideias, criando novas oportunidades de negócio. Nesse sentido, o Empreendedor por ser visto como um indivíduo que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assume riscos calculados. Embora o Brasil se destaque na quantidade de empreendedores, na prática percebe-se que existe um grande potencial subutilizado, adormecido. Alguns fatores podem contribuir na motivação dos empreendedores, são eles: os pessoais, os ambientais e sociológicos.

O Conjunto Habitacional da Cohab representa um conglomerado urbano composto com os conjuntos Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III e Cohab Anil IV, possuindo diversos estabelecimentos atuando nos setores comerciais, financeiros e na prestação de serviços. A zona comercial do bairro Cohab Anil I concentra-se nas avenidas 1, 2, 3 e na Jerônimo de Albuquerque que além de complementar a extensão de estabelecimentos advindos do

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Administração Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão e voluntária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica- PIVIC/UEMA

<sup>2</sup> Professora Adjunta do departamento de Administração da Universidade Estadual do Maranhão

bairro, também centraliza o maior número de empreendimentos. Em 2021, o bairro possui em torno de 300 (trezentos) estabelecimentos, dentre eles, destacam-se: Supermercado, Lojas de vestuário, Agências bancárias, dentre outros. A cada dia surgem novos negócios, muitos destes, na informalidade, o que gera o seu fechamento após o primeiro ano de vida (NOVAES, 2020).

A pesquisa tem, por objetivo, identificar o perfil do microempreendedor na principal zona comercial do bairro Cohab Anil I, apontando os principais tipos de empreendedorismo e o potencial empreendedor do referido bairro. O estudo em questão, faz parte da pesquisa intitulada “Diagnóstico do Microempreendedor no bairro Cohab Anil I em São Luís(MA)” que representa a primeira etapa do Projeto “Mapeamento do Microempreendedor no bairro Cohab Anil I em São Luís(MA)” da prof. Dr.<sup>a</sup> Irlane Regina Moraes Novaes, fruto das discussões efetivadas no Grupo de Estudos em Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Maranhão, o qual faço parte.

### **O Empreendedor e o empreendedorismo no Brasil**

O termo “empreendedorismo” está relacionado à geração de riqueza, ou seja, a capacidade do empreendedor em produzir bens e serviços necessários ao bem-estar da população. Desta forma, o empreendedor além do conhecimento técnico referente ao produto e/ou serviço deverá formalizar estratégias, utilizando ferramentas de

planejamento e controle eficaz para lhe proporcionar uma visão sobre a viabilidade ou não de seus empreendimentos. Na visão de Dornelas (2014) o empreendedorismo refere-se ao envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto transformam ideias e oportunidades, criando de negócios de sucesso. Nesse sentido, o processo empreendedor compreende todas as funções, atividades e ações integradas com a criação de novas empresas.

Ademais, o autor ressalta que o empreendedorismo envolve o processo de criação de algo novo, de valor; requer a devoção, o comprometimento de tempo e o esforço necessário para fazer as empresas crescerem e requer a ousadia para assumir riscos calculados, tomar decisões críticas e não desanimar com falhas e erros (DORNELAS, 2014). Para Schumpeter (1988, p.48), o empreendedor é aquele que “destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais”. Ainda, segundo o autor, “o empreendedor promove a inovação, sendo essa radical, pois destrói e substitui esquemas de produção vigentes. Baseado nessa premissa nasce o conceito de destruição criativa” (SCHUMPETER, 1988, p. 48).

Nesta perspectiva, Degen (1989, p.19) enfatiza ao dizer que ser empreendedor significa “realizar coisas novas, colocar em prática ideias próprias, assumir riscos e estar presente nas atividades da empresa”. Corrobora Chagas (2015, p.25) dizendo que “o

empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Dessa forma, o Empreendedor é alguém que gosta do imprevisto, do risco da instabilidade de empreender, absorver as dificuldades e transformá-las em seguras e confortáveis. Considerando um agente de mudanças importante no desenvolvimento da sociedade, o empreendedor é responsável pelo crescimento econômico e o consequente desenvolvimento social de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma região, atuando de forma inovadora, dinâmica e buscando a autorrealização (MAGINA; SIECZKA JUNIOR, 2016). O empreendedor possui as seguintes características, conforme Dornelas (2008), Hornaday e Aboud (1971), Welsh e White (1993) Chiavenato (2015):

Para Dornelas (2008) os empreendedores são indivíduos visionários, que sabem tomar decisões, fazem a diferença, sabem explorar ao máximo as oportunidades, são determinados e dinâmicos, são dedicados, otimistas e apaixonados pelo que fazem, são independentes e constrói o próprio destino, ficam ricos, líderes e formadores de equipes, são bem relacionados, planejam, possuem conhecimento, assumem riscos calculados, criam valor para a sociedade. Já Hornaday e Aboud (1971) identifica as características dos empreendedores com base na menor necessidade de apoio social ou maior necessidade de independência. Para Welsh e White (1983) os atributos identificados nos empreendedores são o sentimento de

urgência, a baixa necessidade de *status*, a autoconfiança, a conscientização e atenção abrangentes aos objetivos.

Na mesma linha de pensamento, Chiavenato (2015) sintetiza as características do empreendedor em três unidades básicas: A primeira, através da elevada Necessidade de Realização, em relação as outras pessoas; Já a segunda, o autor atribui a Disposição para assumir riscos, o empreendedor assume variados riscos ao iniciar seu próprio negócio, a preferência pelo risco moderado reflete a autoconfiança do empreendedor. E a terceira, relaciona-se à Autoconfiança que o empreendedor sente que pode enfrentar os desafios que existem ao seu redor e tem domínio sobre problemas que enfrenta. Dessa maneira, devido à necessidade de mudanças, o empreendedor cria muita confusão à sua volta, previsivelmente perturbadora para as pessoas que o ajudam em seus projetos.

Em relação aos tipos de empreendedorismo, Leite (2002), classifica em dois tipos: Empreendedorismo por Oportunidade, descoberta de uma oportunidade de negócio lucrativa, e o Empreendedorismo por Necessidade, onde se cria negócios por não haver alternativa. Observa-se, entretanto que o Empreendedorismo por Necessidade desencadeia em sua maioria negócios informais que são criados sem nenhum planejamento, sem análise de mercado, e sem comprometimento com o crescimento e desenvolvimento econômico, o que o torna diferente do empreendedorismo de oportunidade que visa o crescimento econômico.

Não obstante, Dornelas (2013) discorda dessa tipologia, dizendo que existem diversos tipos de empreendedores, conforme apresentados no Quadro 1, e não há como rotulá-los.

**Quadro 1 – Tipos de Empreendedores**

TIPOS DE EMPREENDEDORES	
Informal	Ganha dinheiro porque precisa sobreviver, pessoa não tem visão de longo prazo, quer atender as necessidades de agora.
Cooperado	Costuma empreender ligado a cooperativas, como artesãos, sua meta é crescer até ser independente. Empreende muito de maneira intuitiva, dispõe de poucos recursos.
Individual	Empreendedor informal que se formalizou através do MEI e começa a estruturar de fato uma empresa, por mais que esteja formalizado não está pensando em crescer muito, geralmente trabalha sozinha, este perfil está muito ligado a necessidade de sobrevivência.
Franqueado e o Franqueador	Muitos desconsideram o franqueado como empreendedor, mas a iniciativa deve ser levada em conta, geralmente procuram renda mensal médio e o retorno do investimento.
Social	A vontade de fazer algo de bom pelo mundo aliada a ganhar dinheiro move este empreendedor, este tipo tem crescido muito, principalmente entre jovens que ainda na faculdade têm aberto o próprio negócio para resolver problemas que a área pública não consegue.
Corporativo	É o intraempreendedor, ou seja, o funcionário que empreende novos projetos na empresa que trabalha, seu principal objetivo é crescer na carreira, com promoções e bônus.
Público	É uma variação do corporativo para o setor governamental, ainda existem muitos funcionários públicos preocupados em utilizar melhor recursos e inovar nos serviços básicos, sua motivação está ligada ao fato de conseguir provar que seu trabalho é nobre e tem valor para sociedade.
Conhecimento	Este empreendedor usa um profundo conhecimento em determinada área para conseguir faturar, eles buscam realização profissional e reconhecimento com isso.

Fonte: Dornelas (2013).

No quadro 2 a seguir, estão listadas as características apresentadas pelos empreendedores bem-sucedido, segundo Bateman e Snell (1998) um indivíduo que possua essas

características, atitudes e comportamentos, tornam-se candidatas prováveis ao sucesso, porém na ausência delas, o indivíduo pode procurar desenvolvê-las, passando assim a ter maior probabilidade de sucesso. Nota-se então que além das habilidades técnicas e administrativas, o empreendedor deve ter as habilidades empreendedoras, as quais o diferenciam dos administradores, estas, entretanto, se relacionam com a gestão de mudança, liderança, inovação, controle pessoal, capacidade de correr riscos e visão de futuro.

**Quadro 2 – Principais características dos Empreendedores**

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Comprometimento e Determinação	São decididos, persistentes, disciplinados, dispostos ao sacrifício e a mergulharem totalmente em seus empreendimentos.
Liderança	São iniciadores, formadores de equipes, aprendizes superiores e professores.
Obsessão por Oportunidades	Possuem conhecimento íntimo das necessidades dos consumidores, são orientados pelo mercado e obcecados por criação de valor e aperfeiçoamento
Tolerância ao Risco, Ambiguidade e Incerteza	São tomadores de riscos calculados, minimizadores de riscos, tolerantes ao estresse e dispostos a resolver problemas.
Criatividade, Autoconfiança e Habilidade de Adaptação	Possuem a mente aberta, são impacientes com o <i>status quo</i> , aptos a aprender rapidamente, altamente adaptáveis, criativos, habilitados para a conceituação e atentos aos detalhes.
Motivação para a Excelência	Possuem orientação clara para resultados, estabelecem metas ambiciosas, mas realistas, possuem forte direcionamento para descobrir, saber seus próprios pontos fracos e fortes, e focalizam mais o que pode ser feito do que as razões por que as coisas não podem ser feitas.

Fonte: Adaptado de Bateman e Snell (1998).

Em suma, as principais características e habilidade são: saber aproveitar as oportunidades de mercado e criação de valor; ser autoconfiante; lutar por excelência; e, desenvolver atitudes e comportamentos úteis. Empreendedores de sucesso são líderes determinados e eficazes, obcecados por oportunidades, criativos, motivados, autoconfiantes, tolerantes a incertezas e riscos. Nota-se que o empreendedorismo se configura como o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas, uma busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas.

O empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento econômico, e em seus modelos estão levando em conta os sistemas de valores da sociedade, em que são fundamentais os comportamentos individuais dos seus integrantes. Em outras palavras, não haverá desenvolvimento econômico sem que na sua base existam líderes empreendedores. “O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade” (HISRICH & PETER, 2004, p. 33).

## **Aspectos legislativos do empreendedorismo no Brasil**

Quanto aos aspectos legais, importantes legislações foram estabelecidas para a regulamentação do empreendedorismo no Brasil. Dentre elas especificamos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2007), a Lei do Empreendedor Individual (2008), a lei do Microempreendedor Individual - MEI (2008), a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Complementar nº 128 de 19 de Dezembro de 2008 e a lei complementar nº 139/2011 que altera o limite de faturamento do MEI. A categoria do Microempreendedor Individual foi criada pelo governo federal através da lei federal complementar nº 128 de 19/12/2008 com o objetivo de enquadrar os profissionais que exercem suas atividades profissionais na informalidade. Dessa forma, a citada lei foi a responsável por criar a possibilidade do trabalhador informal se legalizar de forma menos burocrática, adquirindo então Cadastro Geral Pessoa Jurídica CNPJ, um alvará provisório de funcionamento com validade de 6 meses, juntamente com o certificado de Microempreendedor Individual - CCMEI, além de gozar de outros benefícios, tais como abrir contas empresariais em bancos, emitir notas fiscais, solicitar empréstimos, contabilidade facilitada dentre outros.

Entretanto, segundo a lei, para se enquadrar na categoria de Microempreendedor individual-MEI é necessário que o Microempreendedor tenha como limite de faturamento R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil) por ano, para até R\$ 60.000,00 e modifica partes

da lei geral da Micro e Pequena Empresa, lei complementar 123/2006, não podendo ter participação em outra empresa como sócio ou titular e possuir no máximo um empregado com salário limitado ao mínimo. O Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE, classifica as com base no número de empregados. Sendo que para a Indústria: a) Micro: com até 19 empregados; b) Pequena: de 20 a 99 empregados; c) Média: 100 a 499 empregados; d) Grande: mais de 500 empregados. Já para o Comércio e Serviços: a) Micro: até 9 empregados; b) Pequena: de 10 a 49 empregados; c) Média: de 50 a 99 empregados; d) Grande: mais de 100 empregados.

Outras legislações que tratam do empreendedorismo são: A Lei nº 11.599/2007 que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização e Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas; A Resolução CGSIM nº 36, de 02 de Maio de 2016, estabelece as normas a respeito do cancelamento do Microempreendedor Individual Inadimplente com o pagamento do DAS-MEI e a DASN-SIMEI; A Resolução CGSN Nº 134, de 13 de Junho de 2017, estabelece normas sobre a possibilidade de parcelamento de dívidas tributárias do Microempreendedor Individual-MEI. Resolução CGSN Nº 140, de 22 de maio de 2018, dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional); A

Resolução CGSIM nº 48, de 11 de Outubro de 2018, dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual-MEI, por meio do Portal do Empreendedor.

No Maranhão, em quase meio século, a sua capital São Luís cresceu e ganhou novas fronteiras urbanas e abriga mais de 1 milhão e 108 mil estimados de habitantes (IBGE, 2020), com uma economia fortemente ancorada nas Micro e Pequenas Empresas e na força dos Empreendedores individuais. Entre os Microempreendedores Individuais, em 2020, no Maranhão somam 118 mil microempreendedores à maior parte concentrados em São Luís e Imperatriz. Segundo dados da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, os pequenos negócios (Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais) representam mais de 95% dos negócios formais existentes na Capital, de um total de quase 93 mil empresas ativas, são quase 40 mil ME e EPP'S que, juntas impulsionam o PIB da capital, que somou 26.326.087,00 em 2018 (IBGE, 2018).

## **METODOLOGIA**

Em relação aos procedimentos metodológicos, no primeiro momento, foi realizada a Pesquisa Bibliográfica através do levantamento teórico dos assuntos relacionados a Empreendedorismo, Empreendedor, Empreendimento e

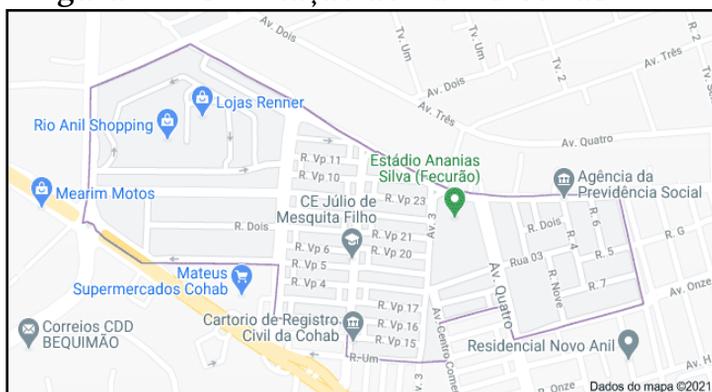
Administrador, dialogando com os autores Dornelas (2014), Hisrich e Peters (2004), Leite (2002), Schumpeter (1961 /1985), dentre outros. Em seguida, a Pesquisa Documental através da análise da legislação específica da Regulamentação do Empreendedorismo no Brasil tais como a Lei nº 7.256/1984, Lei nº 9.841/1999, Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei Complementar nº 128/2008 e consulta no site do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Após essa análise, foi realizada a Pesquisa de Campo nas avenidas 1, 2, 3 e na avenida Jerônimo de Albuquerque no bairro Cohab Anil I em São Luís – MA, no nos turnos matutino e vespertino, obedecendo o horário comercial, das 8 às 12h e 14 às 18h, no período de 30 de Junho à 05 de Julho de 2021.

O Universo da Pesquisa é composto 300 (trezentos) empreendedores da zona comercial incluem-se na amostra 29 (vinte e nove) empreendedores que aceitaram participar e estavam em funcionamento durante o período da realização da pesquisa. Cabe observar que devido à pandemia do COVID-19 muitos estabelecimentos permanecem fechados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário contendo 16 (dezesesseis) perguntas fechadas e abertas. Durante todo o processo fez-se o uso da técnica da observação.

## RESULTADOS

O bairro Cohab-Anil I em São Luís-MA, faz parte da última etapa do projeto habitacional idealizado pela extinta Companhia Habitacional do Estado do Maranhão (COHAB-MA) e financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), no início dos anos 70, destinado aos moradores de baixa renda. Até o ano 1985, era considerado o maior bairro da capital maranhense.

Em 2021, o bairro representa um conglomerado urbano composto com os conjuntos Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III e Cohab Anil IV. Em 2019, o bairro Cohab Anil, apresentado na figura 1, possuindo diversos estabelecimentos atuando nos setores comerciais, financeiros e prestação de serviços, dentre eles destaca-se um Supermercado, pertencente a uma rede de grande porte de Supermercados originada em Balsas-MA e ampliada a outros estados, Farmácias, Panificadoras, Academias, Feira, Frigoríficos, Restaurantes e Lanchonetes, Agências de correios para movimentos financeiros, duas agências bancárias, Banco do Brasil e Bradesco, Casa Lotérica, Maternidade, *Lan House* e Cursos de Informática, Movelarias, Galeria, Posto de Gasolina, dentre outros. A cada dia surgem novos negócios, muitos destes na informalidade, o que gera o seu fechamento após o primeiro ano de vida (NOVAES, 2020).

**Figura 1 – Delimitação do Bairro Cohab Anil I**

Fonte: Google maps, 2021.

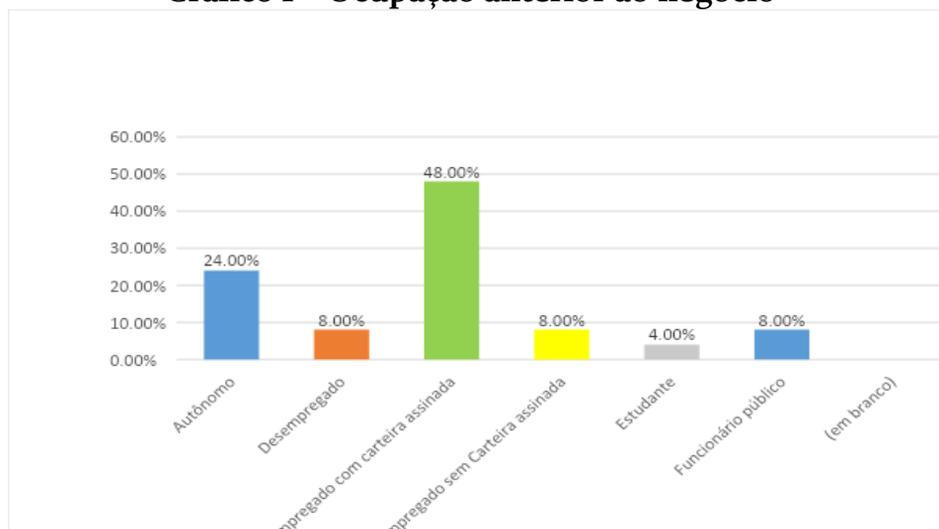
A zona comercial do bairro Cohab Anil I concentra-se nas avenidas 1, 2 e 3 e na avenida Jerônimo de Albuquerque que complementa a extensão de empreendimentos advindos do bairro e concentra o maior número de empreendimentos. Em 2021, o bairro Cohab Anil I possui Farmácias, Panificadoras, Delegacia, Seguradora, Academias, Feira, Frigoríficos, Restaurantes e Lanchonetes, Agências de correios para movimentos financeiros, Material de Construção, *Lan House* e Cursos de Informática, Galeria, dentre outros. A cada dia surgem novos negócios, muitos na informalidade, o que gera o seu fechamento após o primeiro ano de vida (NOVAES, 2020).

Em relação ao perfil dos microempreendedores da zona comercial do bairro Cohab Anil I na pesquisa de campo identificou-se que: 64% dos empreendedores são do gênero feminino. Nesse ponto o resultado da pesquisa de campo diverge com a pesquisa apresentada pelo SEBRAE (2019) onde as pessoas do o gênero masculino são mais motivados para abrir seu próprio negócio,

somando 41,7% em quanto que as mulheres somam 34,4%.; Em relação à Faixa Etária entre 31 a 50 anos. Quanto à escolaridade, 44 % possuem o ensino médio ou técnico somente 24% o nível superior. Embora o nível de escolaridade não seja um fator determinante para o ato de empreender destaca-se que um nível elevando proporcionará ao empreendedor uma compreensão e o desenvolvimento de ferramentas para o gerenciamento do negócio.

O gráfico 1 apresenta a ocupação do empreendedor anterior a ocupação do seu negócio.

**Gráfico 1 - Ocupação anterior ao negócio**

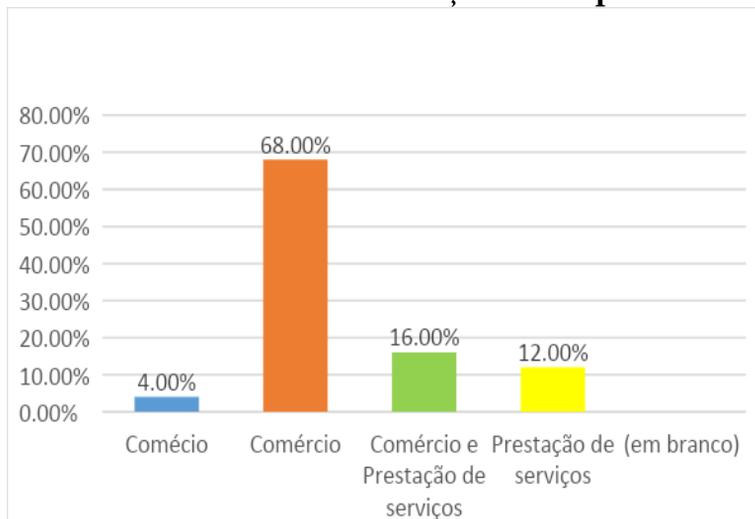


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Conforme o gráfico, 1, 48% dos entrevistados, antes de abrirem seus empreendimentos, trabalhavam com carteira de trabalho assinada, 24% desenvolviam suas atividades como

autônomos. Em relação à área de atuação da empresa o gráfico 2 mostra:

**Gráfico 2- Setor de atuação da empresa**



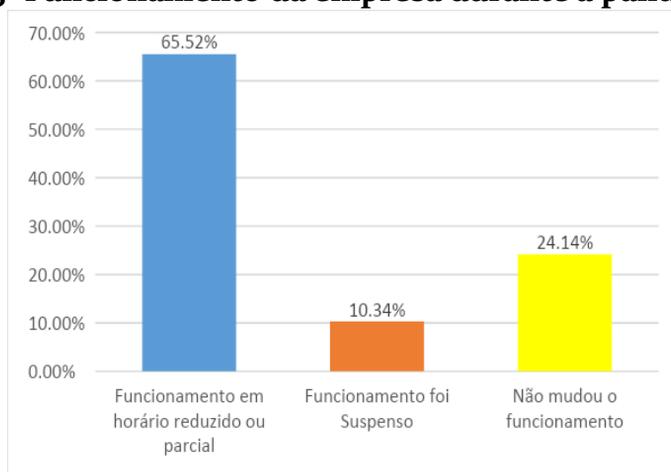
Fonte: dados da pesquisa, 2021

No que tange à área de atuação da empresa, constata-se no gráfico 2 o predomínio da atividade comercial com 68%, em sua maioria lojas de vestuário. Quanto ao número de funcionários, 52% dos entrevistados possuem 1 (um) funcionário. Em referência ao enquadramento como MEI, 65,52% dos entrevistados afirmam cadastrados e 34,48% não estão enquadrados e não estão formalizado. Conforme a legislação, para se enquadrar na categoria de MEI torna-se necessário que o Microempreendedor tenha como limite de faturamento anual de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil), não

tenha participação em outra empresa como sócio ou titular e tenha no máximo um empregado com salário limitado ao mínimo.

Em relação ao funcionamento da empresa durante a pandemia, o gráfico 3 mostra que 65,52% responderam que tiveram seus horários reduzido e 24,14% funcionaram sem alterações.

**Gráfico 3- Funcionamento da empresa durante a pandemia**



Fonte: dados da pesquisa, 2021

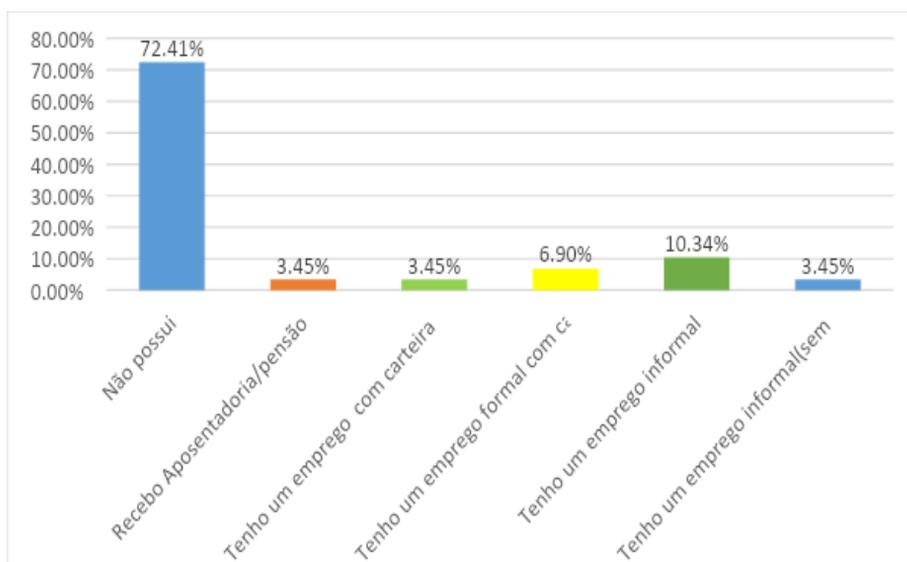
Quanto às dificuldades encontradas para gerenciar seu negócio, 34,48% responderam conquistar clientes e vender, já obtenção de crédito ficou em segundo lugar com 27,59%, seguido da concorrência, com 10,34%. 24,14% dos entrevistados responderam não possuir nenhuma dificuldade e os demais, falta de apoio.

Em relação às instalações do empreendimento, 93,10% estão estabelecidos em instalações de terceiros, alugadas, apenas 6,90%

possuem instalações próprias, o que não deixa de ser uma dificuldade a mais enfrentada por esses empreendedores.

A pesquisa revela que 72,41% dos entrevistados não possuem outra fonte renda, conforme apresenta o gráfico 4, o que reforça a ideia de que a maioria deles exerce suas atividades por necessidade, ou seja, por não ter alternativa.

**Gráfico 4- Outra Fonte de Renda**

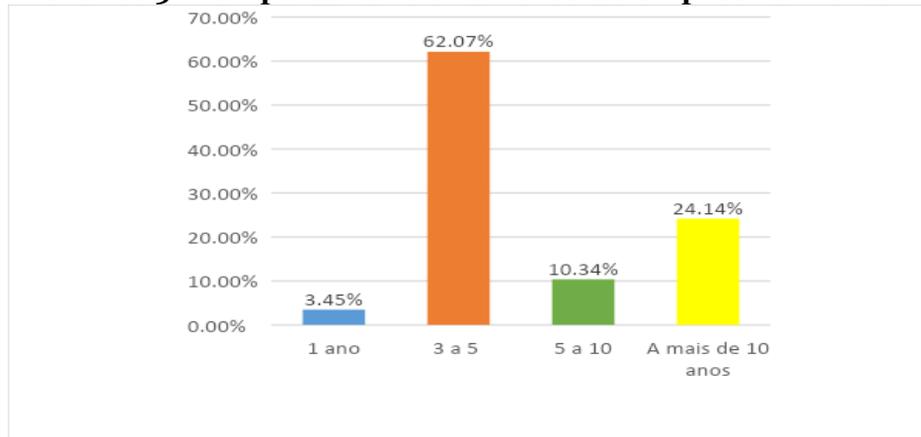


Fonte: dados da pesquisa, 2021

Ainda, segundo os dados expostos no gráfico 4, 10,34% dos entrevistados para complementar a renda trabalha informalmente, ou seja, sem registro na Carteira de Trabalho e 6,90% possuem um emprego formal.

Em relação às medidas operacionais adotadas pelos empreendedores durante a pandemia do COVID-19, 44,83% responderam que nada mudou, tudo permaneceu como antes, 27,59% readaptaram seu negócio promovendo vendas de produtos e ou serviços online, 17,24% investiram no serviço de entrega, *delivery* e 10,34% retirada de produtos no local. Percebe-se que as organizações tiveram que se reinventar no meio desse cenário de incertezas. Já as principais dificuldades enfrentadas pelos entrevistados foram: a queda no faturamento (79,3%) e os demais, a dificuldade em conquistar clientes. Nota-se que por esse motivo muitas empresas acabaram encerrando suas atividades.

**Gráfico 5 – Tempo de funcionamento do empreendimento**

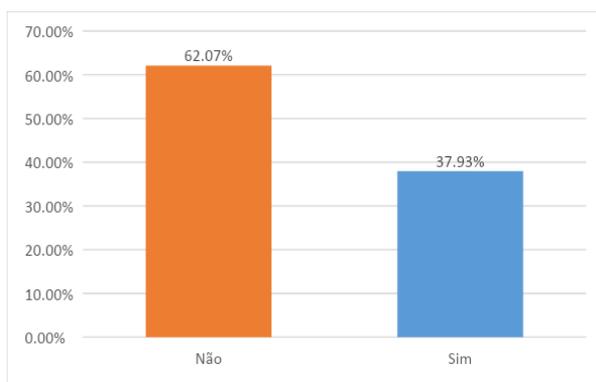


Fonte: dados da pesquisa, 2021

O gráfico 5 mostra que 96% dos empreendedores do bairro Cohab Anil I, na principal zona comercial, estão em funcionamento

acima de 3 anos. Sendo 62% estão na faixa temporal de 3 a 5 anos. Dessa forma percebe-se que esses empreendedores possuem certa experiência na localidade. O gráfico 6 mostra que 62% dos entrevistados abriram um negócio com base na intuição, não fazendo um plano de negócio da real necessidade do bairro e potencialidade econômica de seus clientes.

**Gráfico6- Plano de Negócios**

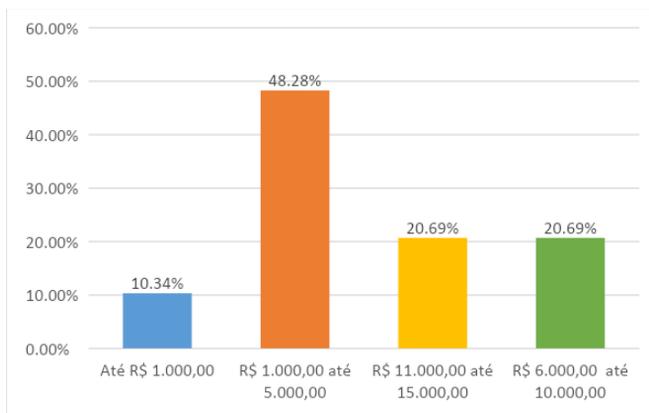


Fonte: dados da pesquisa, 2021

O plano de negócio é uma ferramenta simples que permite ao empreendedor aprimoramento de suas ideias, tornando-a clara, precisa e de fácil entendimento, faz com que o microempreendedor conheça seus pontos fortes e fracos, impedindo os fracassos, facilita ainda a apresentação do negócio aos potenciais clientes e fornecedores. Dos 37,93 %que afirmaram possuir o plano de negócio, em alguns casos, não souberam dizer o que é para que serve. Diante dessa realidade recomenda-se a promoção de capacitação e

orientação desses empreendedores, para que possa tocar seu negócio com mais fluidez.

**Gráfico7- Faturamento médio mensal**



Fonte: dados da pesquisa, 2021

Quando se fala em faturamento muitos tendem a resistir a esse tipo de questionamento, conforme o gráfico 7,48,28% declararam possuir renda mensal entre 1 mil e 5 mil reais e 41,38% faturam entre 6mil e15 mil reais, isso tudo sendo reflexo dos impactos sofrido nas vendas. Em relação a esse impacto, cabe destacar que o Decreto Estadual nº 35.784 de 03 de maio de 2020, que estabeleceu o *lockdown* em São Luís e em mais quatro municípios do Maranhão, no intuito de evitar o colapso na saúde pública e proteger as vidas dos cidadãos maranhenses, impediu que as empresas que não exerciam atividades essenciais permanecessem fechadas.

Entretanto, medidas com esse teor e as demais tomadas pelos entes públicos no Brasil acarretaram o encerramento de 522,7 mil empresas no país, que fecharam as atividades de forma temporária ou definitiva, na primeira quinzena de junho/2020, conforme dados da Agência Brasil (2020). A mudança do comportamento da população e os custos como aluguel, funcionários, tornaram-se obstáculos para manter a empresa em funcionamento, por isso é importante entender quais foram às medidas adotadas para reduzir os impactos causados pela pandemia do covid-19.

Assim, evidencia-se que as restrições impostas pelo poder público para conter a pandemia o Covid-19, foram estritamente necessárias para saúde pública, economicamente, para os empreendedores (locais/nacionalmente), impactaram negativamente seus empreendimentos, provocando uma retração do faturamento e potenciais investimentos e em casos extremos, o encerramento de suas atividades.

## CONCLUSÃO

O Empreendedor por ser visto como um indivíduo que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assume riscos calculados. Embora o Brasil se destaque na quantidade de empreendedores, na prática percebe-se que existe um grande potencial subutilizado, adormecido. Alguns fatores podem contribuir na motivação dos empreendedores, são eles: os pessoais,

os ambientais e sociológicos. O processo de empreender passa por quatro fases: Identificação e avaliação das oportunidades, desenvolvimento do plano de negócios, além da sua determinação e captação de recursos necessários para gerenciar o negócio criado, torna-se essencial o sequenciamento dessas etapas e que o empreendedor esteja motivado para alcance da meta determinada.

A pesquisa contribuiu para melhor compreensão, esclarecimento e discussão sobre o empreendedorismo, identificando às potencialidades do bairro pesquisado, destacando o setor de comércio como predominante no bairro e o enquadramento dos empreendedores no bairro Cohab Anil I como Microempreendedor Individual - MEI. Durante a pesquisa verificou-se que as microempresas ocupam 63% do porte das empresas do bairro, assim como, se observou alguns empreendimentos funcionando na informalidade.

Sabe-se que os efeitos causados pela pandemia do coronavírus impactaram esses empreendimentos, principalmente na diminuição da receita e redução no quadro de funcionários. Para superar este obstáculo alguns deles conseguiram se adaptar de forma estratégica no mercado, adentrando no meio digital, realizando vendas por redes sociais, atraindo os clientes ao divulgar promoções e fazendo entregas em domicílio. No entanto, essa realidade não foi para todos. No acompanhamento da reabertura de alguns desses estabelecimentos ainda é perceptível o despreparo no ambiente de

trabalho, não seguem os protocolos estabelecidos pelas autoridades de saúde, deixando os clientes inseguros e alguns ainda são resistentes ao meio digital e não sabem usar de modo que favoreça o seu negócio, necessitando de orientação.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade da atenção dos governantes, universidades e órgãos de apoio para estimularem a capacitação, oferecendo ferramentas e levando soluções para os problemas, contribuindo assim para a redução da taxa de mortalidade logo nos primeiros anos de vida do empreendimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de dez de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, Dez de 2006.

BRASIL. Lei Complementar nº 127, de 14 de setembro de 2007. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp127.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp127.htm). Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm). Acesso em: 03 nov. 2019.

CHAGAS, Fernando Celso Dolabela. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1989

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. São Paulo. Editora Empreende/Atlas, 5ª ed. 2013. Disponível em:<[www.josedornelas.com.br/empreendedorismo-na-pratica-capitulo2](http://www.josedornelas.com.br/empreendedorismo-na-pratica-capitulo2)>. Acesso em 14.out.2019

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. São Paulo. Editora Empreende/Atlas, 3ª ed. 2008.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 2ª ed. 2005.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JUCEMA aponta mais 300 mil empresas ativas no Maranhão.  
JUCEMA, Disponível em:<<http://portal.jucema.ma.gov.br/pagina/831>>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. 3ª ed. Recife: Bagaço, 2002.

NOVAES, Irlane R. M. Mapeamento do Microempreendedor no bairro Cohab Anil I em São Luís(MA). **Projeto de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMA**. Universidade Estadual do Maranhão –UEMA. São Luís, 2020.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O que é o MEI - Microempreendedor Individual?. Disponível em:<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/1-o-que-e-o-mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 25 nov.2020.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438afic92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 14.set.2019.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** Uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

# DIAGNÓSTICO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS E COMUNITÁRIOS NO BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA EM SÃO LUÍS (MA)

Weslley Mateus do Rosário da Luz<sup>1</sup>

Irlane Regina Moraes Novaes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

As questões urbanas no Brasil passam pela compreensão dos dispositivos jurídicos tendo como base o Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010, no seu artigo 2º, inciso 1º que considera os equipamentos públicos urbanos “as instalações e espaços de infraestrutura urbana” para fins dos “serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres” (BRASIL, 2010, p.1).

O Serviço Público é compreendido como toda atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de serviços à população, exercida por um órgão ou entidade da Administração Pública ou da iniciativa privada (PORTAL POLITIZE 2020). Corroborando Modesto (2014, p. 2) ao definir serviços públicos, nos aspectos jurídicos, como “aquele disciplinado por regime de direito público”. Já a Norma Brasileira NBR 9050/2020 entende como “todos

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista do Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do departamento de Administração da Universidade Estadual do Maranhão

os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade”, implantados mediante autorização do poder público “em espaços públicos ou privados” (ABNT, 1986, p. 4).

A Constituição Federal (1988) no artigo 30 dispõe sobre as competências dos Municípios, dentre elas, o inciso V estabelece que é “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial” (BRASIL, 1988, p. 37). Assim, evidencia-se que a Constituição e a personificação do direito à cidade ocorrem por meio destes serviços públicos competentes aos municípios. Ademais, somando-se ao dispositivo Constitucional, os equipamentos públicos urbanos constituem-se como serviços públicos essenciais para as políticas de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras. Nesse artigo, representa um conjunto de obrigações, não totalmente exclusivas, determinadas acerca das delimitações jurídicas sobre estes equipamentos públicos urbanos fazem com que a ação municipal seja atenuada pela organização espacial da cidade, quase sempre pautadas em deficiências e desigualdades crônicas na prestação destes serviços.

Nesse sentido, o Decreto nº 7.341/2010 preconiza que “consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer,

segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres” (BRASIL, 2010, p.1). Ao contrário dos equipamentos públicos urbanos, os equipamentos comunitários de certa forma constituem-se como uma certa localidade espacial, pois constituem-se de serviços concisos que atendem de forma direta e substancial uma comunidade específica por meio geralmente de instalações físicas para este fim.

Corroborando Secchi (2003 *apud*, NEVES, 2015, p.2) argumentando que “os espaços de uso público são entendidos como lugar de experiência social, no qual os equipamentos comunitários funcionam como locais de socialização”. Em geral, a prestação destes serviços urbanos, por meio destes equipamentos, essenciais simboliza-se como a ação política mais concreta e expressiva das ações idealizadas e validadas pelas normas e pelos entes municipais, pois se caracterizam como a concepção máxima pelo cidadão, especialmente os mais pobres, de pertencimento e de direito à cidade de fato.

No Maranhão o bairro Cidade Operária situado no leste da sua capital, São Luís, foi construído a partir de 1972 de forma planejada através do Programa de Desenvolvimento Urbano, financiado pelo Banco Nacional da Habitação - BNH<sup>13</sup>. Desde sua origem o bairro possuía equipamentos públicos básicos, porém, com o passar das décadas, o desenvolvimento do bairro e o surgimento de outros bairros ao seu entorno (não planejados) exigiram um incremento e

implantação de novos equipamentos visando suprir as necessidades de seus moradores e/ou frequentadores. Contudo, observa-se que os investimentos feitos no aprimoramento deste, tanto público ou privado, não passaram por uma análise da real situação de suas necessidades, havendo uma contraposição entre os dados oficiais e a avaliação dos usuários no que se refere à qualidade e utilidade desses equipamentos.

Diante disso, investigar a real situação destes equipamentos torna-se indispensável, dando um destaque à visão do morador e do frequentador por serem usuários destes. Assim, o artigo tem por objetivo fazer um diagnóstico da situação dos equipamentos urbanos e sociais, através de dados oficiais e da perspectiva dos moradores e/ou frequentadores, do bairro da Cidade Operária em São Luís (MA). O estudo em questão faz parte da pesquisa intitulada “Diagnóstico dos equipamentos públicos urbanos e comunitários no bairro Cidade Operária em São Luís (MA)” integrante do Projeto “Mapeamento dos equipamentos públicos urbanos e comunitários nos bairros da Vila Embratel e Cidade Operária em São Luís (MA)” da prof. Dr<sup>a</sup> Irlane Regina Moraes Novaes, fruto das discussões efetivadas no Grupo de Estudos em Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade, vinculado à Universidade Estadual do Maranhão, o qual faço parte.

## **Aspectos históricos e evolutivos do desenvolvimento urbano nas cidades**

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 que a questão urbana no Brasil passou a ganhar uma atenção significativa do ponto de vista de integrada no contexto federativo. Os artigos 182 e 183 da CF preconizam que cabe a todos os entes federados, especialmente aos municípios, a promoção de ações por meio de instrumentos que garantam o direito à cidade e a função social desta, a todos os seus cidadãos (BRASIL, 1988).

Para Maricato (2010, p. 16), pela primeira vez, a carta magna passou a contar com um capítulo dedicado ao tema das cidades e incorporar a função social da cidade e a função social da propriedade. Os desafios após a composição da temática eram enormes, uma vez que as ações sobre as cidades brasileiras eram pulverizadas e desprovidas de qualquer diretriz e ordenamento técnico integrado. Para Carvalho e Rossbach:

Entre os desafios encarados pelo governo está o de trabalhar para reverter uma característica marcante das suas cidades e comum em outras tantas cidades do mundo: a segregação socioespacial. Bairros abastados que dispõem de áreas de lazer, equipamentos urbanos modernos coexistem com imensos bairros periféricos e favelas marcadas pela precariedade ou total ausência de infraestrutura, irregularidade fundiária, riscos de inundações e escorregamentos de encostas, vulnerabilidade das edificações e degradação de áreas de interesse ambiental (CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p. 3).

Porém, o rogo Constitucional não foi o suficiente para que a ordenação dos entes políticos, em especial os municípios, pudesse

atuar de forma coordenada e mais expressiva, pois existiam apenas poucos instrumentos e definições acerca de como intervir nas cidades. De 1988 até meados dos anos 2000, o planejamento urbano era determinado quase que exclusivamente pelos dispositivos Constitucionais, especialmente o plano diretor e a lei de parcelamento do solo urbano. Com a aprovação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada “Estatuto da Cidade” é que os governos locais se apossaram de meios, métodos e instrumentos diversos para a condução de suas responsabilidades. Esta lei veio para regulamentar e clarear os dispositivos previstos na Constituição Federal (1988) nos artigos 182 e 183.

A partir de então, novas legislações, órgãos e cooperações, conforme o Quadro 1, são instituídas a nível nacional para darem suporte aos municípios brasileiros na condução de suas políticas urbanas locais.

### **Quadro 1- Principais ações jurisdicionais adotados para a Política Urbana Nacional**

<b>PRINCIPAIS AÇÕES EM NÍVEL INTEGRADO NACIONAL VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO MUNICIPAL NO BRASIL</b>	
Constituição Federal de 1988	Artigos 182 e 183 - Da política urbana
Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)	Marco Jurídico do Direito Urbanístico
Criado em 2003 o Ministério das Cidades (Atualmente Secretaria das Cidades, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional)	Atuação em âmbito nacional na definição, coordenação e execução de políticas públicas urbanas
Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Saneamento Básico)	Ações voltadas para o suporte de implementação de rede sanitária das cidades
Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Mobilidade Urbana)	Ações voltadas para o desenvolvimento e mobilidade dentro das cidades

Lei nº13.089 de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole)	Volta- se para o desenvolvimento de metrópoles, regiões metropolitanas e regiões de desenvolvimento integrado.
---	--

Fonte: Brasil, Câmara dos Deputados (2021)

Nessa nova perspectiva, o desenvolvimento urbano, busca sanar as dificuldades existentes, por meio desta coordenação e alinhamento, dentro dos diversos municípios prevendo um crescimento equilibrado por meio de planejamento, execução e apoio orçamentário na prestação de serviços públicos e na consolidação do direito à cidade. Saindo desta ordenação mais abrangente, à medida que se caminha pelas responsabilidades dos Entes, nota-se que os Entes Estaduais assim como os Municipais, articulam-se com as políticas gerais de desenvolvimento urbano por meio de sua estrutura governamental vigente, secretarias, departamentos, institutos de pesquisa, desenvolvimento e execução de serviços públicos que impactam na vida do cidadão da cidade.

Durante muitos anos, somente parte das cidades brasileiras atraíam a atenção dos planejadores sendo beneficiadas pelos serviços públicos e uma participação desproporcional dos orçamentos locais. O governo brasileiro sinalizou suas intenções de mudança deste quadro com a criação do Ministério das Cidades, em 2003 que recebeu a incumbência de apoiar estados e municípios na consolidação de novo modelo de desenvolvimento urbano que engloba habitação, saneamento e mobilidade urbana, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, cuja principal tarefa é

apoiar a implementação do Estatuto das Cidades (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

A Constituição Federal (1988) buscou definir competências significativas, como a prerrogativa dos Estados de estabelecerem uma organização de seus municípios em regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento urbano. No âmbito municipal a lei máxima que determina as ações de atuação para o desenvolvimento urbano fica por conta das Leis Orgânicas Municipais que se comportam como uma espécie de Constituição à nível local. Adentram-se mais ainda na competência municipal, temos que os Planos Diretores e legislações afins, compõem-se como o elo final das iterações advindas da coordenação nacional. De acordo com Carvalho; Rossbach:

É no município, por meio da lei do Plano Diretor ou legislação complementar, que serão definidos os conceitos de propriedade não utilizada ou subutilizada e que serão gravadas, em base cartográfica, as propriedades a serem submetidas a sanções de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. É no município ainda que serão definidas as parcerias público-privadas, as operações urbanas, a aplicação de um grande número de instrumentos jurídicos e fiscais entre outras iniciativas. A autonomia municipal no tratamento do tema é, portanto, muito grande na legislação brasileira. Dependendo da correlação de forças no município a lei poderá ter aplicação efetiva ou não(CARVALHO; ROSSBACH, 2010,p. 3).

Dando continuidade às análises acerca do papel dos entes municipais, as formas de como tais ações consolidam-se também são de suma importância. As políticas públicas de desenvolvimento

urbano executada nos municípios personificam-se por meios dos serviços públicos, que também são definidos pela Constituição Federal de 1988.

## METODOLOGIA

A pesquisa é **Exploratória**, pois objetivou ampliar conhecimentos sobre Administração Pública nos aspectos relacionados com a Gestão das Cidades, com foco nos equipamentos urbanos públicos, apresentando uma análise desse processo no Bairro da Cidade Operária em São Luís-MA. **Bibliográfica** através do levantamento teórico dos assuntos Questão Urbana, Equipamentos Públicos Urbanos, Equipamentos Públicos Comunitários, com base nos autores Secchi (2003), Neves (2015), Modesto (2014), Maricato (2002), Carvalho; Burnett *et al*(2008), dentre outros; **Documental** com a análise da Constituição Federal(1988); do Decreto nº 7.341/2021(Regularização fundiária das áreas urbanas); a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.445/2007 (Saneamento Básico) e Lei nº 12.587/2012 (Mobilidade Urbana); **Estudo de Caso**, cujo objeto é analisar de forma profunda as condições dos equipamentos urbanos e comunitários no bairro em questão; e da **Pesquisa de campo**, realizada *in loco*, com aplicação de um questionário contendo 10(dez) questões (mistas). O universo composto por todos os moradores e/ou frequentadores dos equipamentos públicos no referido bairro. A Amostra é composta por 207 (duzentos e sete)

usuários destes equipamentos que caminhavam no complexo de lazer e setor comercial secundário do bairro, no turno noturno, no período de 08/07/2021 a 10/07/2021. Durante todo o processo foi utilizada a técnica da observação.

## RESULTADOS

No Maranhão, em especial sua capital São Luís, houve o rápido crescimento da cidade nas décadas de 1960 e 1970, ocasionando pela implantação de sistemas viários, a construções de pontes e da implantação da indústria, gerando uma expansão espraiada, que ocupou áreas bem distantes do centro, surgindo então, os conjuntos habitacionais. Nesse processo, no Governo de João Castelo (1979-1982), foram construídas 7 mil e 500 casas distribuídas entre seis grandes unidades divisionais, a saber: 101, 103, 105, 201, 203 e 205 originando o conjunto Cidade Operária.

O sorteio das casas ocorreu no governo de Luiz Rocha (1983-1987), porém, devido ao completo estado de abandono dos imóveis, infraestrutura inacabada, constantes saques das casas (janelas, portas, vasos sanitários, telhas), invasões, as pessoas contempladas no Programa, desistiam ou não ocupavam o imóvel, pois eram constantemente ameaçadas pelos invasores. Posteriormente, à medida que os sorteios eram feitos, os invasores foram retirados pela força policial. Porém, insatisfeitos com a retirada, alguns invasores degradavam os imóveis, riscando as paredes das casas com frases de

intimidação, deixavam ameaças e avisos (BURNETT;VENANCIO, 2008).

Após esse episódio conturbado e com o passar dos anos, a Cidade Operária, localizado no centro-oeste da ilha de São Luís, rompeu o preconceito em relação à moradia nesta localidade. Com boa infraestrutura e autonomia comercial, o conjunto conta com serviços variados além de ser um local de grandes empreendimentos, grandes lojas, consultórios médico e bancos (CAMPOS FILHO,1999). Ademais, devido ao crescimento e desenvolvimento dos serviços oferecidos na Cidade Operária, outros bairros surgiram em seu entorno, tais como Santa Clara, Santa Efigênia, Cidade Olímpica dentre outros, isso de certa forma acabou sufocando os serviços e equipamentos públicos existentes, ocasionando problemas de Segurança Pública no bairro.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 16 de julho de 2021 a 18 de julho de 2021 com moradores e/ou frequentadores do complexo de lazer e setor comercial secundário do bairro em três pontos: Praça Central ou Viva Cidade Operária, na Unidade 205; Avenida comercial Arterial Este Externa, próximo ao Viva; Complexo de Desporto e Lazer da Ciclovía 104, entre as Unidades 205 e 203; e na Praça Central ou Viva Cidade Operária, na Unidade 205. Na primeira questão perguntou-se a respeito do Gênero ou Identidade de Gênero, Tabela 1 apresenta os seguintes resultados:

**Tabela 1 - Gênero ou Identidade de Gênero**

<b>Gênero</b>	<b>Percentual</b>
Feminino	57%
Masculino	38%
Prefere não declarar	3%
Não Binário	2%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Os dados expostos na Tabela 1 revelam o predomínio do gênero Feminino (57%). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2020, 51,8% da população brasileira é do sexo feminino, contudo ressalta-se que o IBGE não possui informações densas sobre a quantidade da população que não se identifica como gênero feminino e ou masculino, o que de certa maneira distorce ou não a realidade retratada (IBGE EDUCA, 2021, p.1). Na segunda questão, perguntou-se a faixa etária do entrevistado, a Tabela 2 expõe que,

**Tabela 2 - Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Percentual</b>
18 a 30	36%
31 a 45	36%
46 a 59	15%
60 ou mais	8%
Menos de 18 anos	5%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Conforme a Tabela 2, 72% dos entrevistados estão na faixa etária entre 18 e 45 anos. Nota-se que os dados encontrados convergem com os aspectos relacionados ao gênero da população brasileira divulgados no Portal IBGE Educa (2021) que diz que:

Os grupos de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade correspondiam, respectivamente, a 10,8% e 7,3% da população residente. A população acima de 30 anos de idade registrou um crescimento em 2019, atingindo 57,7%- estimativa maior que a de 2012 (52,4%). Os grupos de 30 a 39 anos, correspondiam a 15,8% da população residente (IBGE EDUCA, 2021, p.2).

O bairro Cidade Operária e seu entorno apresentam 72% da população incluídas dentro da chamada população economicamente ativa que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea (2019) é aquela que está entre 17 e 70 anos. Na terceira questão, perguntou-se quanto à escolaridade, a Tabela 3 apresenta que:

**Tabela 3 - Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
Educação Básica Completa (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio)	30%
Educação Superior Incompleta (Graduação ou Bacharelado)	24%
Educação Superior Completa (Graduação ou Bacharelado)	20%
Educação Básica Incompleta (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio)	12%
Pós-Graduação Completa (Especialização, Mestrado ou Doutorado)	7%
Pós-Graduação Incompleta (Especialização, Mestrado ou Doutorado)	5%
Não possui Alfabetização	1%
Outros	0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Dos entrevistados, 30% concluíram a Educação Básica, 20% o Ensino Superior e 24% possuem o Ensino Superior incompleto. Nota-se através dos dados que 44% dos entrevistados possuem um elevado grau de instrução.

Na quarta questão, perguntou-se ao entrevistado sua Renda Média Familiar, utilizando como base a classificação adotada pela Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas-Abep (2014) visualizada no quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 - Gênero ou Identidade de Gênero**

GRUPOS DE RENDA DA POPULAÇÃO				
Classificação do governo (SAE)			Novo critério a ser adotado pela Abep em 2014	
Grupo	Renda per capita	Renda familiar	Grupo	Renda média familiar
Extremamente pobre	Até R\$ 81	Até R\$ 324	1	R\$ 854
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 162	Até R\$ 648	2	R\$ 1.113
Vulnerável	Até R\$ 291	Até R\$ 1.164	3	R\$ 1.484
<b>Baixa classe média</b>	<b>Até R\$ 441</b>	<b>Até R\$ 1.764</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 2.674</b>
<b>Média classe média</b>	<b>Até R\$ 641</b>	<b>Até R\$ 2.564</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 4.681</b>
Alta classe média	Até R\$ 1.019	Até R\$ 4.076	6	R\$ 9.897
Baixa classe alta	Até 2.480	Até R\$ 9.920	7	R\$ 17.434
Alta classe alta	Acima de 2.480	Acima de R\$ 9.920		

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE e Abep *apud* Portal G1, 2014.

Com base nessa classificação, os dados são apresentados na Tabela 4 a seguir:

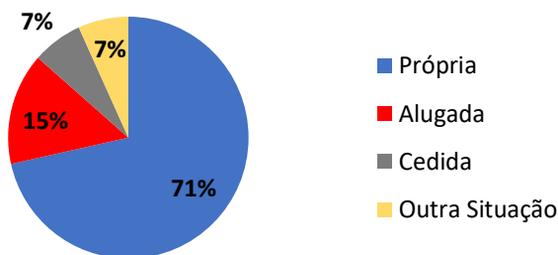
**Tabela 4 - Classe Econômica**

<b>Classe Social/Econômica</b>	<b>Percentual</b>
Baixa classe média	38%
Média classe média	33%
Vulnerável	8%
Pobre, mas não extremamente pobre	7%
Alta classe média	7%
Baixa classe alta	3%
Prefere não declarar	3%
Extremamente Pobre	1%
Alta classe alta	0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Conforme a Tabela 4, 71% dos entrevistados encontram-se na classe social econômica entre a baixa classe média e a média classe alta. Sendo assim, infere-se que a população entrevistada residente na Cidade Operária se constitui possui a renda familiar de R\$ 2.674 até R\$ 4.681, o que revela um significativo padrão de renda dos entrevistados e uma potencialidade para movimentação econômica no bairro.

Na quinta questão, buscou-se saber se o entrevistado residia ou não no bairro e em caso positivo qual o lapso temporal. Com resultado obteve-se que 83% dos entrevistados afirmaram residir no próprio bairro e dessa amostra, 45% afirmaram residir mais de 30 anos, 23% mais de 20 anos e os demais abaixo de 20 anos. Infere-se assim, que uma expressiva faixa dos entrevistados, reside no bairro desde sua criação. Na questão seguinte, perguntou-se o tipo de morada que eles habitam, o gráfico 1 mostra que:

**Gráfico 1 - Tipo de Morada**

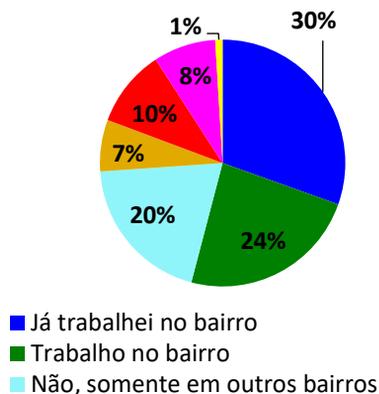
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Observa-se no gráfico 1, que 71% dos entrevistados afirmam morar em casa própria. Esta indagação tornou-se importante, uma vez que a posse ou não da morada a depender das condições econômicas do indivíduo e do grupo familiar torna-se de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas habitacionais. Nota-se também que o resultado encontrado expressa uma posição dessa amostra, favorável se comparada ao cenário econômico brasileiro onde a inflação pressiona e encarece o preço de alimentos, aluguéis, energia, dentre outros aspectos. Dados do ano de 2021 do Portal CNN Brasil o apontam o:

IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) variou 0,6% em junho, contra 4,1% em maio, dados da FGV. Com o resultado, o índice, que é conhecido como inflação do aluguel, avançou 35,75% em 12 meses. No ano, o índice acumula alta de 15,08%. Em junho de 2020, o índice havia subido 1,56% e, em 12 meses, a alta era de 7,31% (PORTAL CNN BRASIL, 2021, p.3).

Na sexta questão perguntou-se sobre o trabalho, onde, conforme dados expostos no gráfico 2, 30% dos entrevistados já trabalharam no bairro, 24 % trabalham e 20% em outros bairros, os demais estão buscando trabalho (10%), desalentados (7%), outros (9%).

**Gráfico 2 - Trabalho**



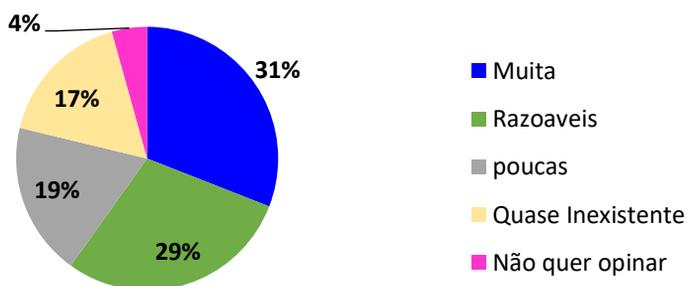
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Os resultados de uma certa forma reforçam uma tendência de concentração de empregos no bairro em questão. Contudo não se pode afirmar que os 30% dos entrevistados que declararam já ter trabalhado no bairro ainda estão em 2021 inseridos no mercado de trabalho, diante da crise sanitária da Covid-19, e consequentemente seus efeitos econômicos que ocasionaram perdas de vagas no setor comercial e de serviços (IBGE Educa, 2020). A partir desses resultados pode-se inferir que o bairro Cidade Operária possui um

potencial para o Trabalho, especialmente em razão da diversificada rede de comércio e serviços localizada na avenida principal do bairro, sua maior zona de comércio e serviços.

Em relação a percepção dos entrevistados em torno da empregabilidade no bairro, o gráfico 3 aponta:

**Gráfico 3 - Percepção dos moradores em relação a empregabilidade no bairro**



Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

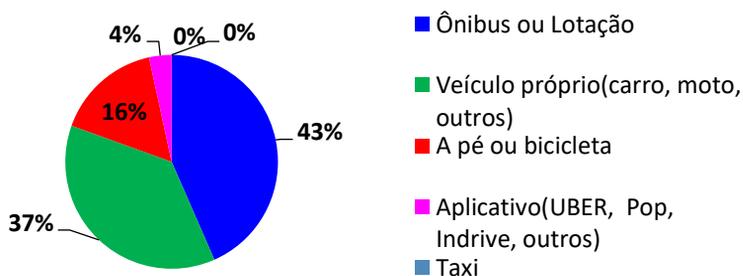
Conforme o Gráfico 3, 31% dos entrevistados visualizam muitas oportunidades de emprego no bairro. Para 29%, consideram razoáveis, 19% poucas e 17% quase inexistente. Diante desses dados, infere-se que o bairro oferece condições de empregabilidade em uma oferta que varia entre muitas e razoáveis oportunidades. Cabe informar que dos 36% dos entrevistados que declararam ter poucas ou quase inexistente oportunidade de emprego no bairro estão na faixa etária entre menos de 18 até 30 anos. Conforme Portal de notícias EXAME (2021):

Após a pandemia de covid-19 abalar o mercado de trabalho, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia traçou um diagnóstico das principais barreiras para a recuperação do emprego e detectou que jovens até 29 anos têm probabilidade menor de conseguir emprego com carteira assinada - traço que tende a se acentuar em momentos pós-crise (PORTAL DE NOTÍCIAS EXAME, 2021, on-line apud, PORTAL G1 MARANHÃO, 2021, on-line).

Dessa forma, também se atribui o resultado apontado no Gráfico 3 em virtude do agravamento da crise econômica brasileira, especialmente devido à pandemia do Covid-19.

Na oitava questão, buscou-se identificar o meio de mobilidade utilizado pelos entrevistados, veja os resultados no gráfico 4:

**Gráfico 4 - Mobilidade**



Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Conforme o Gráfico 4, 43% dos entrevistados utilizam o ônibus ou lotação para locomoção, 37% veículo próprio (carros, moto, outros) e 16% a pé ou bicicleta. Este resultado era esperado uma vez que mais de 700 mil pessoas utilizam o transporte público na capital (Portal G1 Maranhão, 2021). Cabe destacar que os 37% dos

entrevistados que declararam possui veículo próprio ratificam os resultados identificados na declaração de classe socioeconômica (Tabela 4) onde constatou-se que a população residente no bairro Cidade Operária se constitui predominantemente na faixa baixa classe média e média classe média o que corresponde interpretar que é um bairro onde a renda familiar transita entre R\$ 2.674 até R\$ 4.681, o que viabiliza os moradores a adquirir um veículo próprio.

As questões seguintes referem-se a uma avaliação dos entrevistados sobre os serviços públicos urbanos e comunitários no bairro Cidade Operária, em uma escala avaliativa de 1 a 10, dividida para melhor visualização em quatro partes a saber:

Na primeira parte, **Espaços de Lazer e Desporto** do bairro Cidade Operária (Praças, ciclovias, quadras, equipamentos de academia, parquinhos infantis, etc.) observa-se na Tabela 5 que 57 % dos entrevistados atribuíram as notas 9 (37%) e 10 (20%), em seguida 18% a nota 8(oito). Diante disso, infere-se que, nesse item, o serviço público é satisfatório. Esse resultado pode estar associado aos investimentos feitos nos últimos anos pelo Poder Municipal e Estadual.

**Tabela 5 – Avaliação dos moradores/frequentedores em relação aos serviços e equipamentos públicos – parte I**

Item Avaliado	Nota Atribuída									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Espaços de Desporto e Lazer	1%	0%	0%	3%	5%	4%	12%	18%	37%	20%
Incentivos do Poder Público às atividades de Desporto e Lazer	0%	2%	2%	5%	12%	6%	18%	43%	8%	4%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

O segundo item, **Incentivos dados pelo Poder Público às atividades de Desporto e Lazer** no bairro, verifica-se na Tabela 5 que 55% dos entrevistados atribuíram a nota entre 8(oito)e 10(dez). A justificativa alinha-se ao fato que nos últimos anos a revitalização de espaços e a promoção de atividades de esporte e atividades físicas tem se intensificado com apoio do Poder Público.

Na segunda parte, o primeiro item, **Educação Pública ofertada no bairro**, conforme dados expostos na Tabela 6, 47% dos entrevistados atribuíram as notas entre 8(oito) e 10(dez). Sendo que, deste resultado, 30% avaliaram em 8 (oito). Esta avaliação teve com base dois aspectos: a quantidade e a qualidade dos estabelecimentos escolares públicos disponíveis no bairro. Conforme os entrevistados o bairro possui uma quantidade regular de escolas pois atendem à demanda do bairro e de outros bairros no entorno da Cidade Operária. Quanto à qualidade destes estabelecimentos, afirmaram ser razoável. Dentre os motivos atribuíram a questões pedagógicas

relacionadas ao ensino, e não a qualidade da infraestrutura dos estabelecimentos, conforme foi direcionada a questão.

**Tabela 6 – Avaliação dos moradores/frequentedores em relação aos serviços e equipamentos públicos – Parte II**

Item Avaliado	Nota Atribuída									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Educação Pública	2%	1%	2%	4%	12%	9%	23%	30%	16%	1%
Segurança Pública	0%	0%	0%	9%	9%	1%	27%	27%	18%	9%
Saúde Pública	0%	3%	4%	7%	9%	8%	18%	37%	12%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Em referência ao segundo item **Segurança Pública no bairro**, a Tabela 6 mostra que 54% dos entrevistados atribuíram a nota entre 8(oito) e 10(dez). Ressalta-se nesse item, que a competência do Poder Público Municipal é a Guarda Municipal. Conforme a Lei nº 2.968 de 06 de julho de 1989, a Guarda Municipal entre suas atribuições deve “atuar como órgão operacional da Segurança Pública Municipal em atividades de prevenção do crime, criminalidade e desordem pública, realizar atividades de prevenção e salvamento nas praias, rios, lagoas, lagos e outras localidades do Município, realizar a proteção de bens, serviços e instalações municipais, dentre outras (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 1989).

Em conjunto, também se incluiu os serviços prestados pelas Polícias Militar e Civil, que apesar de integrarem a estrutura do

Estado, não deixam de serem percebidas e utilizadas diretamente pelos moradores do bairro. Assim a avaliação deste conjunto de serviços, foram no geral bem avaliados. Segundo os entrevistados nos últimos anos a Segurança Pública no bairro tem sido bastante intensificada, especialmente para os serviços da Polícia Militar. Contudo, os moradores mais antigos, acima de 20 anos de residência, fizeram observações sobre o bairro já ter sido mais tranquilo em relação a Segurança Pública, este grupo atribuiu a nota abaixo de 7 (sete).

No item seguinte, serviços públicos de **Saúde no bairro da Cidade Operária**, a avaliação foi feita com base nos aspectos quantitativos e qualitativos dos estabelecimentos de saúde ofertados no bairro. De acordo com a Tabela 6, para 51% dos entrevistados a nota varia entre 8(37%), 9(12%) e 10(2%) o que se pode inferir a oferta dos serviços de saúde satisfatórios e adequados. Ressalta-se que o bairro possui uma Unidade de Pronto Atendimento-UPA 24 horas, Unidades Básicas de Saúde no entorno, além do Hospital Municipal de Urgência e Emergência Doutor Clementino Moura, conhecido popularmente como Socorrão II. As razões apresentadas pelos entrevistados alinham-se a uma boa rede de estabelecimentos da área da Saúde existente no bairro, chamando atenção para a grande demanda existente no bairro e nas adjacências que usam os serviços. Para os que avaliaram abaixo de 7 (31%), os posicionamentos se deram ao quantitativo de estabelecimentos, considerado poucos, e a

qualidade no atendimento no que se refere ao tempo de atendimento.

Na terceira parte, o primeiro item **Transporte Público**, a Tabela 7 apresenta que 58% dos entrevistados atribuíram uma nota inferior a 7 (sete). Os que avaliaram entre 7(16%) e 8(20%), possuem idade acima de 31 anos, com tempo de moradia acima de 28, relataram a escassez do transporte público o que resultava em uma dificuldade elevada na época. Hoje, em virtude da oferta de transporte advir de outros bairros, embora o tempo de espera de um coletivo ao outro seja satisfatória principalmente no turno matutino, devido a demanda os coletivos chegam ao bairro lotados.

**Tabela 7 – Avaliação dos moradores/frequentedores em relação aos serviços e equipamentos públicos – parte III**

Item Avaliado	Nota Atribuída									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Transporte	4%	2%	4%	5%	17%	26%	16%	20%	4%	2%
Infraestrutura (Ruas, Avenidas, Iluminação, Calçadas, dentro outros)	1%	4%	2%	4%	7%	12%	23%	35%	10%	2%
Saneamento Básico	1%	4%	2%	4%	14%	25%	26%	18%	4%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Quanto ao segundo item, **Infraestrutura**, composta neste caso por **condições físicas das ruas, avenidas, iluminação**

**pública, dentre outros.** Conforme a Tabela 7, 47% dos entrevistados atribuíram as notas de 8(oito) a 10(dez) e 23% a nota 7(sete). Na justificativa de forma alinhada, os entrevistados citaram os problemas corriqueiros, como calçadas e ruas e avenidas com buracos e alguns postes sem luz, o bairro de maneira geral oferece condições satisfatórias no conjunto destes equipamentos. Também se ouviu relatos de que nos últimos anos, tem ocorrido melhoras e ampliação dos equipamentos públicos no bairro, contudo, ainda não são expressamente adequados e com a qualidade devida, uma vez que a maioria destes se deteriora de forma bem rápida quando arrumados, feitos ou refeitos.

No próximo item, **Saneamento Básico** ofertados no bairro, tais como: rede de abastecimento de água e esgoto sanitário. A Tabela 7 mostra que 76% dos entrevistados atribuíram a nota igual ou abaixo de 7 (sete). Cabe destacar que esse serviço é prestado pelo Estado do Maranhão e não pela Prefeitura Municipal de São Luís. A oferta de ambos é feita pela empresa pública, a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão-CAEMA. Conforme os entrevistados a nota atribuída decorre de problemas no abastecimento ocasionado a alternância do fornecimento de água, que muitas vezes é feito de forma irregular, prejudicando os moradores que são obrigados a manter caixas ou tanques constantemente cheios.

Quanto ao esgotamento sanitário, os problemas são ocasionados pelo frequente transbordamento de esgoto, surgimento

de crateras nas ruas e infiltrações nas calçadas e constante obstrução da rede de esgoto do bairro, que sofre com a falta de escoamento de água da chuva gerando verdadeiros “rios” nas ruas. Contudo, destaca-se que a questão do escoamento das águas pluviais é de responsabilidade da rede de drenagem, que é elaborada, executada e mantida pela Prefeitura de São Luís através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP e não pela CAEMA.

Na quarta parte, o primeiro item avaliado refere-se a **Coleta de lixo, Reciclagem, Compostagem dentre outros**, nota-se na Tabela 8 que 71% dos entrevistados atribuíram as notas 8 (32%), 9 (27%) e 10 (12%). Segundo os entrevistados o bairro ainda possui certas insuficiências, tais como: o descarte irregular de lixo por carroceiros e a coleta de lixo é feita apenas três vezes por semana.

**Tabela 8 – Avaliação dos moradores/frequentadores em relação aos serviços e equipamentos públicos – Parte IV**

Item Avaliado	Nota Atribuída									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Serviços de coleta, compostagem e reciclagem	0%	1%	1%	3%	4%	8%	12%	32%	27%	12%
Conjunto de serviços públicos urbanos e comunitários	0%	0%	0%	0%	0%	0%	18%	64%	18%	0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Outro ponto citado foi a instalação de dois ecopontos dentro do bairro, sendo um entre as unidades 201 e 101 próximo à Maiobinha e outro entre as unidades 105 e 205 próximo a Santa Clara. No bairro

Jardim América do Norte também foi implantado um ecoponto contribuindo para diluição da demanda do bairro e dos adjacentes.

No segundo item, buscou-se identificar a satisfação dos entrevistados com o conjunto dos serviços e equipamentos públicos urbanos e comunitários ofertados no bairro da Cidade Operária. Conforme a Tabela 8, 82% dos entrevistados atribuíram as notas 8 (oito) e 9 (nove) e 18% a nota 7 (sete). As justificativas para tais notas foram pessoais, contudo, houve um alinhamento para a satisfação dos entrevistados em virtude dos serviços e equipamentos prestados pelo Poder Público atenderem satisfatoriamente as demandas dos moradores e dos frequentadores do bairro da Cidade Operária.

## CONCLUSÃO

Compreendem os equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana para fins dos serviços públicos de Educação, Segurança, Saúde, Transporte, Saneamento, Limpeza Urbana, Reciclagem, Compostagem, atividades de Desporto e Lazer, etc. Em geral, a prestação destes serviços pelo ente municipal simboliza uma ação política mais concreta e expressiva, caracterizando uma compreensão pelo cidadão de pertencimento e de direito à cidade. O bairro Cidade Operária originou-se de forma planejada e contava com equipamentos básicos. Não obstante com o seu desenvolvimento e surgimento de outros ao seu entorno

exigiram investimentos, público ou privados, para a implantação de novos equipamentos.

Dessa forma, o estudo permitiu apresentar a avaliação destes equipamentos, na perspectiva os moradores e/ou frequentadores do bairro Cidade Operária, no que se refere aos Espaços de Lazer, atividades de Desporto e Lazer. Educação, Segurança, Saúde; Transporte, Infraestrutura, Saneamento e Limpeza Urbana e a Coleta de Lixo, Reciclagem, Compostagem dentre outros e o Conjunto de Serviços Públicos Urbanos e Comunitários do bairro Cidade Operária. Em toda avaliação os entrevistados justificaram as notas atribuídas. Destes, apenas o item Saneamento, foi atribuído notas regulares. De forma geral os resultados foram satisfatórios, proporcionando uma avaliação positiva dos equipamentos públicos comunitários e os serviços ofertados pelo Poder Público no bairro Cidade Operária.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.089** de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm)>. Acesso em 26 mai.2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.587** de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm)>. Acesso em 26 mai.2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.445** de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em 26 mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257** de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em 26 mai.2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda 109/2021. São Luís:TJMA, 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.341** de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm)>. Acesso em 28 mai.2020.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 6.766** de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm)>. Acesso em 26 mai.2021.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biblioteca Digital**. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3/browse?value=Pla>>

[nejamento+urbano%2C+legisla%C3%A7%C3%A3o%2C+Brasil&type=subject](#). Acesso em 14 fev. 2021.

BURNETT, Frederico L. VENANCIO, Marluce W. C. Breve perfil histórico da habitação popular em São Luís. In: São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e Paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda: 2008.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** O que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CARVALHO, Celso Santos. ROSSBACH, Ana Claudia. **O Estatuto da Cidade comentado.** Ministério das Cidades: Aliança das Cidades: São Paulo, 2010.

IBGE EDUCA. **Conheça o Brasil** – População: pirâmide etária. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em 30 jun. 2021.

GOVERNO DO MARANHÃO. Agência de Notícias. **Obra do Viva da Cidade Operária chega em fase de execução.** Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=271403>. Acesso em 14 fev. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA. **Pesquisa mostra tendência de crescimento na participação do brasileiro no mercado de trabalho.** 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34752](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34752) Acesso em 10 jul. 2021.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. **In:** O Estatuto da Cidade: comentado The City Statute of Brazil: a commentary / organizadores Celso Santos Carvalho, Ana Claudia

Rosbach. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf> .Acesso em 10 jul.2021.

MODESTO, Paulo. **Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil.** FGV:1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47266/45373> Acesso em 14 jul.2021.

NOVAES, Irlane R. M. Mapeamento dos Equipamentos Públicos Urbanos e Comunitários nos Bairros da Vila Embratel e Cidade Operária em São Luís (MA). **Projeto de Iniciação Científica – PIBIC - FAPEMA.** Universidade Estadual do Maranhão –UEMA. São Luís, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS . Lei nº 2.968 de 06 de julho de 1989. Dispõe sobre a Guarda Municipal. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semusc/conteudo/1245> . Acesso em: 22 .jul.2020.

PORTAL CNN BRASIL. **'Inflação do aluguel' fica em 0,6% em junho; em 12 meses, alta é de 35,75%.**Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-do-aluguel-fica-em-o-6-em-junho-em-12-meses-alta-e-de-35-75/>. Acesso em: 12 .jul.2020.

PORTAL G1. **Serviços tiveram o pior desempenho do PIB em 2020:entenda o que aconteceu.**Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/servicos-tiveram-o-pior-desempenho-do-pib-em-2020-entenda-o-que-aconteceu.ghtml> . Acesso em: 10.jul.2020.

PORTAL GI ECONOMIA. Veja definição e classes sociais no Brasil. 11.11.2014. Gabriela Gasparin. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja->

[diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html](#) . Acesso em 9 jul. 2021..

PORTAL POLITIZE.O **que são serviços públicos?**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/servicos-publicos/> .Acessoem15fev.2021.

NEVES, F. H.**Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação:** algumas reflexões. Caderno Metrópoles 17(34) nov.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/fxqGYSxhBQxpmDDLNPgntXn/?lang=pt>. Acesso em 10 jul.2020.

**ORGANIZAÇÕES INOVADORAS E SUSTENTÁVEIS**Danyelly Roberta Barbosa Castro<sup>1</sup>Ilmar Polary Pereira<sup>2</sup>**INTRODUÇÃO**

As Micro e Pequenas Empresas - MPEs desempenham um papel importante na economia dos países, pois como geradoras de emprego e renda, possuem forte impacto no setor produtivo e no desenvolvimento econômico (POLARY-PEREIRA, 2015). Nesse sentido, sugere que as MPEs busquem alternativas viáveis para se manterem inovadoras, sustentáveis e perenes, sendo o tema deste projeto “organizações inovadoras e sustentáveis”.

As MPEs são definidas pela Lei Geral, também conhecida como o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que foi criada pela Lei Complementar nº123/2006 para regulamentar tratamento favorecido simplificado e diferenciado ao setor, conforme disposto na Constituição Federal. De acordo com o SEBRAE (2021), já passou por quatro alterações, porém não perdeu o seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, tais como: estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

---

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC/FAPEMA. Graduada em Administração/UEMA

<sup>2</sup> Orientador. Departamento de Administração. CCSA/UEMA

As micro e pequenas empresas são definidas como sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário. A receita bruta anual da Micro pode ser igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e a receita bruta anual da pequena empresa deve ser superior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (SEBRAE, 2021).

Segundo Polary-Pereira (2018), os temas inovações tecnológicas e gestão profissional têm sido muito discutidos nos meios de comunicação, nos debates em fóruns e na academia, o que sugere:

Ações pontuais como uso de inovações, tecnologias – *software*, máquinas e equipamento, e de gestão profissional, visando refletir na atuação de micro e pequenos empreendedores, dos gestores públicos, na qualidade e celeridade da prestação dos serviços, na ética e transparência de forma integrada com os demais atores, visando dar respostas céleres aos anseios da sociedade através de uma melhor efetividade das organizações (POLARY-PEREIRA, 2018, p.2).

Nesse contexto, para Kim (2005), tecnologia é o conjunto de processos físicos que transformam insumos em produtos quanto ao conhecimento e habilidades que estruturam as atividades que promoverão tal transformação. Já a competência tecnológica é entendida como as habilidades da empresa para realizar atividades inovadoras em produtos, processos e organização da produção,

sistemas organizacionais, equipamentos e engenharia de projetos. (TACLA; FIGUEIREDO, 2003). Estes recursos não estão armazenados somente nas mentes das pessoas (habilidades, experiência, qualificações formais), mas, principalmente, no sistema organizacional, rotinas e procedimentos da empresa. (BELL; PAVITT, 1995; FIGUEIREDO, 2001, 2003).

Nesse sentido, têm-se ainda a capacidade tecnológica, que Bell e Pavitt (1993, 1995), definiram que ela incorpora os recursos necessários para gerar e gerir mudanças tecnológicas. Assim, a capacidade tecnológica de uma empresa (ou de um setor indústria) está armazenada, acumulada, em pelo menos quatro componentes (LALL, 1992; BELL; PAVITT, 1993, 1995; FIGUEIREDO, 2001). Segundo Figueiredo (2005), o primeiro componente são os sistemas técnicos físicos (que se referem à maquinaria e equipamentos, bancos de dados, software); o segundo, as pessoas (as mentes dos indivíduos – conhecimento tácito e qualificação formal de engenheiros técnicos, operadores); o terceiro, o sistema de (tecido) organizacional (refere-se as estratégias gerenciais, procedimentos e rotinas organizacionais); o quarto, produtos e serviços (que se referem à parte mais visível da capacidade tecnológica e refletem o conhecimento das pessoas e da organização e dos sistemas físicos e organizacionais.

Para Kim (2005), inovação é uma atividade pioneira, baseada principalmente nas competências internas de uma empresa de

desenvolver e induzir um novo produto no mercado. Para Pinheiro e Figueiredo (2015), inovação abrange a implementação de mudanças em produtos e serviços, processos e sistemas organizacionais. Na visão Shumpeteriana, inovação vai além de produtos e processos, abrangendo também novas formas de gestão, novos mercados e insumos de produção. Polary-Pereira (2016) destaca a “Gestão Profissional como uma das capacidades tecnológicas em nível organizacional, posto que organizações bem administradas desenvolvam consistência, crescimento e prosperidade, e mal administradas, declinam e muitas vezes morrem”. Polary-Pereira (2012) descreve a Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI, como um modelo alternativo de Gestão Profissional que é fundamentada no empreendedorismo. Dessa forma, o autor conceitua GSI como:

Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI – é um modelo alternativo de Gestão Profissional para a Administração, que requer do gestor conscientização pessoal profissional para administrar com Orientação Empreendedora - OE e Visão Integrativa - VI, diante de suas variáveis, componentes e dimensões, para favorecer a gestão, o sucesso e a perenidade da empresa (POLARY-PEREIRA, 2012).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da inovação, das tecnologias e da gestão profissional na sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas - MPEs e seus reflexos no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, tem o intuito de fundamentar através da literatura e da pesquisa de campo a viabilidade e relevância da inovação, das tecnologias e da Gestão Profissional, como uma das alternativas viáveis para a

sustentabilidade das MPÉs, como fator de desenvolvimento econômico.

## METODOLOGIA

A metodologia abrange os métodos de abordagem, procedimentos e técnicas (MARCONI; LAKATOS, 2007). Malhotra (2006) descreve escalas de mensuração; Ulrich, Sweetman e Smallwood (2009), escalam que varia de 1 a 10 pontos, as quais serviram de base para a pontuação do questionário de coleta de dados da pesquisa de campo. No percurso metodológico desta pesquisa, consideramos: definição das categorias de análise; universo e amostra; a coleta de dados; a análise de dados; métodos de abordagem e de procedimentos, técnicas, limitações do método. Segue o método.

**Categorias de análise:** tem por objetivo, a garantia de rigor da pesquisa, que norteiam a coleta de dados (Vieira, 2004). As categorias foram elaboradas de forma correlacionada aos objetivos, às questões de pesquisa, o problema, e a hipótese levantada, com a devida sustentação teórica, as quais foram:

1. Propriedade das organizações que são as micro e pequenas empresas - PMÉs;
2. Sistema físico - *software*, máquinas e equipamentos como tecnologias em uso nas micro e pequenas empresas - PMÉs;

3. Variáveis relevantes e por ordem de importância para a inovação e sustentabilidade das micro e pequenas empresas - MPEs, do modelo da Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI como uma tecnologia de Gestão Profissional;

4. Variáveis relevantes e em escala de importância do perfil profissional dos empreendedores e gestores para a atuação nas MPEs da amostra, com o uso das tecnologias - *software*, máquinas e equipamentos e aplicação da gestão profissional.

### **Delimitação na literatura e pesquisa de campo.**

**Na literatura:** níveis de limite – dados foram extraídos das fontes secundárias; no limite de espaço, dados do universo das MPEs das amostras pesquisadas (POLARY-PEREIRA, 2012); (POLARY-PEREIRA et al., 2016). **Linhas de pesquisa:** Administração e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Gestão Profissional e Sustentabilidade do Grupos de Pesquisa: Administração, Gestão e Estado-AGE CNPq (Polary-Pereira, 2015), área de Ciências Sociais Aplicadas. **Método:** hipotético dedutivo – para a construção de conceitos sistêmicos e hipóteses deduzidas desse modelo teórico explicativo (QUIVY; CAMPENHOULD, 1995). **Abordagens e Teorias:** Inovação e Tecnologias; Empreendedorismo nas abordagens econômica e a gerencial da literatura, que fundamentaram o Modelo da Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI, enquanto tecnologia de gestão profissional.

**Na pesquisa de campo:** delimitação, universo e amostra: níveis de limite- os dados foram extraídos do universo das Micro e Pequenas Empresas - MPEs Industriais do Maranhão, cadastradas na Federação das Indústrias do Maranhão-FIEMA (2006) e de MPEs industriais e de prestação de serviços formais cadastradas na Junta Comercial do Maranhão - JUCEMA (2016), também denominadas Empresas de Pequeno Porte - EPPs, conforme tabelas 1 e 2 a seguir:

**Tabela 1 – População Acessível das Indústrias para Estratificação, segundo Municípios por Porte das Indústrias**

Nº	Município	Porte das Empresas		TOTAL
		Micro	Pequena	
		Quantidade	Quantidade	
01	São Luís	739	380	1.119

Fonte: FIEMA (2006).

**Tabela 2 – População das MIs e EPPs Ativas para a Estratificação em São Luís por Porte**

Nº	Município	Porte das Empresas		TOTAL
		Microempresa-MI	Empresa de Pequeno Porte-EPP	
		Quantidade	Quantidade	
01	São Luís	14.183	929	15.112

Fonte: JUCEMA (2016), adaptado por Polary-Pereira *et al.* (2016).

**Coleta, análise de dados e tratamento estatístico:** a técnica de coleta de dados nas MPEs industriais e de prestação de serviços foi o questionário, que após a coleta dos dados receberam tratamento estatístico, para análise exploratória de dados.

Além da análise dos dados desta pesquisa de campo realizada nas MPEs industriais e de prestação de serviços, foram analisados também, os dados das pesquisas já realizadas nas MPEs industriais, com análise exploratória de dados, teste de correlação, regressão e correlação múltipla (Polary-Pereira, 2012); e os dados das MPEs industriais e de prestação de serviços, também denominadas Empresas de Pequeno Porte - EPPs (Polary-Pereira et. al., 2016), por haver variáveis correlatas com este estudo, e serviram de base comparativa com os resultados que foram obtidos nesta pesquisa sobre organizações inovadoras e sustentáveis.

**Limitações do método:** a delimitação do critério de estudo no universo das diversas categorias das MPEs (industriais, comerciais, prestadoras de serviços), e em virtude de o Brasil ter uma vasta dimensão territorial, e o Maranhão 217 municípios (IBGE, 2009), logo se delimitou às MPEs industriais e de prestação de serviços de São Luís; pouca literatura específica e trabalho empírico sobre essa temática no Brasil e no Maranhão, de forma que permitisse um estudo aprofundado da teoria (POPPER, 1975). Consciente das limitações, consideramos que o método foi adequado para sustentar a pesquisa e avaliar com consistência essa temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi extraída do universo das MPEs industriais de São Luís FIEMA (2006) e de MPEs industriais e de

prestação de serviços formais JUCEMA (2016), conforme os quadros 1 e 2, que representam o universo e a amostra.

**Quadro 1- Universo das MPEs industriais e de prestação de serviços de São Luís pelo porte, ramo de atividades e percentual quantitativo**

Nº	RAMO	PORTE		TOTAL	%	% ACUM.
		MIC.	PEQ.			
		Quant.	Quant.			
1	INDÚSTRIA	739	380	1.119	6,90%	6.90%
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	14.183	929	15.112	93,10%	100,00%
TOTAL		14.922	1.309	16.231	100,00%	100,00%
TOTAL GERAL DE						
MPEs..... 60						

Fonte: FIEMA (2006) e JUCEMA (2016).

**Quadro 2 - Amostra das MPEs industriais e de prestação de serviços de São Luís pelo porte, ramo atividades e percentual quantitativo**

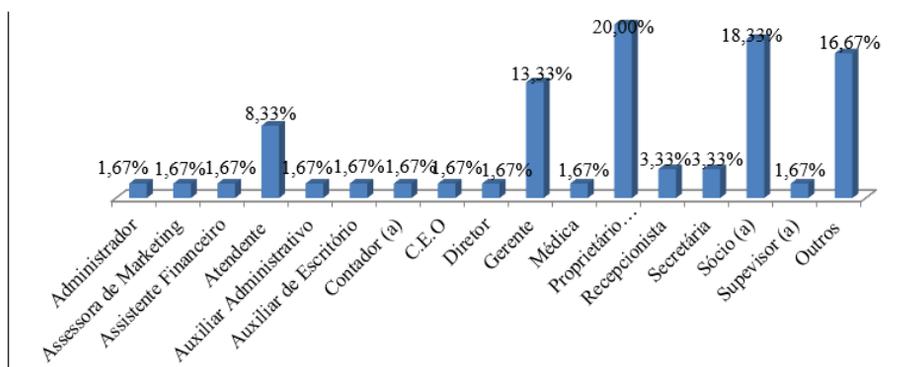
Nº	RAMO	PORTE		TOTAL	%	% ACUM.
		MIC	PEQ.			
		Quant.	Quant.			
1	INDÚSTRIA	4	4	8	13,33%	13,33%
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	29	23	52	86,67%	100,00%
TOTAL		33	27	60	100,00%	100,00%
TOTAL GERAL DE						
MPEs..... 60						

Fonte: FIEMA (2006) e JUCEMA (2016), com adaptações dos autores

Na pesquisa nas MPEs industriais e de prestação de serviços (Polary-Pereria e Castro, 2021), os resultados foram:

Quanto ao cargo/função dos respondentes da pesquisa, foi constatado a predominância conforme demonstrado na figura 1: Proprietário (a) – Gestor(a) com 20,00%, seguido de Sócio (a) com 18,33%.

**Figura 1 – Cargo/função dos respondentes das MPEs das amostras.**

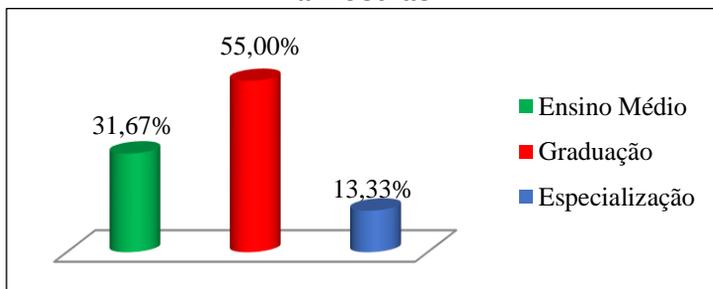


Fonte: Polary-Pereira e Castro (2021)

Nesse sentido, nota-se que a maioria dos respondentes estão em cargos administrativos, tendo um amplo conhecimento gerencial da empresa, desse modo, respondendo as questões com maior clareza e assertividade com a realidade.

No que se refere ao grau de instrução dos respondentes foi constatado predominância em Graduação (55,00%), seguido de Ensino Médio (31,67%), e Especialização (13,33%), conforme figura 2.

**Figura 2 – Grau de instrução dos respondentes das MPEs das amostras**

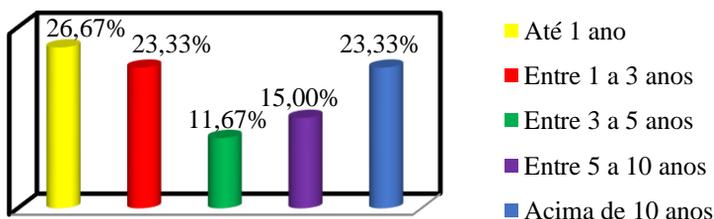


Fonte: Polary-Pereira e Castro (2021)

Observa-se que a maioria dos respondentes são bem instruídos, mostrando que as MPEs industriais e de prestação de serviços de São Luís – MA, têm profissionais bem-preparados academicamente, e que também responderam ao questionário com maior e melhor conhecimento dos fatos.

Quanto ao tempo de serviço nas MPEs foi constatado o seguinte: 26,67% até 1 ano; entre 1 e 3 anos e acima de 10 anos, ambos com 23,33%, seguido de entre 5 e 10 anos com 15% e entre 3 e 5 anos com 11,67%, conforme figura 3.

**Figura 3 – Tempo de serviço dos respondentes das MPEs das amostras**

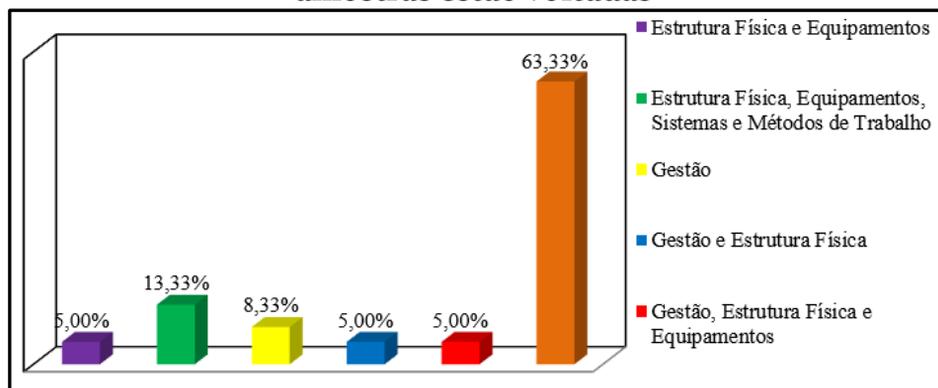


Fonte: Polary-Pereira e Castro (2021)

Podendo se constatar que cerca de 60% das MPEs indústrias e de prestação de serviço de São Luís – MA são jovens (com até 3 anos de mercado), ou seja, pouca experiência.

No que se refere para que as inovações e tecnologias nas instituições pesquisadas estão voltadas, foi constatado o seguinte: predominantemente “estrutura física e equipamentos” (63,33%), seguido respectivamente de: “estrutura física, equipamentos, sistemas e métodos de trabalho” (13,33%); gestão (8,33%); e “gestão e estrutura física”, “gestão, estrutura física e equipamentos”, e “gestão, estrutura física, equipamentos sistemas e métodos de trabalho”, todas com 5,00%, conforme figura 4.

**Figura 4 - Para que as inovações e tecnologias das MPEs das amostras estão voltadas**



Fonte: Polary-Pereira e Castro (2021)

Em análise aos dados das inovações e tecnologias que as instituições pesquisadas estão voltadas verifica-se que: todos os tipos

de inovação e/ou tecnologia são importantes para sustentabilidade da empresa, seja de gestão ou de aporte tecnológico.

Quanto às variáveis do modelo da Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI (Polary-Pereira, 2012), que mais contribuem para que as Micro e Pequenas Empresas - MPEs, se tornem inovadoras e sustentáveis, na visão dos respondentes das amostras, os resultados foram. Tabela 3.

**Tabela 3 – Variáveis que mais contribuem para as MPEs industriais e de Prestação de Serviços de São Luís, Maranhão, para que se tornem inovadoras e sustentáveis.**

Variáveis	Média	Mínimo	Máximo	DP
Competências e habilidades gerenciais dos Gestores. Gestão Profissional (a GSI), fundamentada no empreendedorismo.....	8,85	3	10	1,8023
Estudos de viabilidades: técnica, econômica e financeira.....	8,63	4	10	1,8408
Aporte tecnológico: (máquinas e equipamentos, sistemas e métodos de trabalho) .....	8,60	2	10	1,8151
Nível de eficiência e eficácia de resultados.....	9,13	5	10	1,1419
Políticas Públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal...	5,73	1	10	3,1129
Aspectos legais, fiscais e trabalhistas	7,81	1	10	2,5544
Estratégias locais e Parcerias: Político-Institucional, Segmento Industrial e Sociedade Civil.....	7,41	1	10	2,8361
Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – 2020.....	7,9	1	10	2,1288
Mão de obra industrial qualificada.....	8,73	3	10	1,7742
Atrativos de investimento: interno e externo.....	8,16	1	10	2,2486
Preservação do meio ambiente local da indústria.....	8,71	4	10	1,6060
Localização do negócio.....	9,05	3	10	1,5560

Fonte: Pesquisa de campo nas MPEs industriais e de Prestação de Serviços, feita pela Autora.

Constatou-se pela análise das 13 variáveis do Modelo da GSI que mais contribuem para que as micro e pequenas empresas – MPEs

industriais e de Prestação de Serviços de São Luís, Maranhão, se tornem inovadoras e sustentáveis, que o “Nível de eficiência e eficácia de resultados”, numa escala de 1 a 10, na visão dos respondentes, é a variável que mais contribui positivamente (9,13%), seguida de localização do negócio(9,05%).Vale lembrar que em análise comparativa com a pesquisa realizada por Polary-Pereira (2012) nas Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas - MPMGEs industriais, os gestores apontaram a variável “Competências e habilidades gerenciais dos sócios que dirigem e de outros que administram ou assessoram o negócio – Gestão Profissional (GSI), fundamentada no empreendedorismo”, como a variável que mais influem positivamente na Gestão, Sucesso e Perenidades das MPMGEs.

Já as variáveis com menor percentuais, conforme tabela 3, foram consecutivamente “Políticas Públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal (5,73%)”, “Estratégias Locais e Parcerias: Político – Institucional, Segmento Industrial e Sociedade Civil (7,41%)”, “Aspectos legais, fiscais e trabalhistas (7,81%)”.

Nesse sentido, vale ressaltar que Polary-Pereira (2012) destaca a relevância do incentivo legal e da participação das instituições de apoio às MPEs, para a efetividade do preparo técnico profissional requerido dos gestores na aplicação da Gestão Profissional. Melo Júnior (2012) constatou em sua pesquisa a influência da grande empresa no desenvolvimento das MPEs, e revelou ainda a importância da premissa de que: a maior longevidade das MPEs está

também associada à parceria com as grandes empresas. Polary-Pereira (2015) aponta que no fazer acontecer está a gestão da inovação e contribuição da tecnologia, que geram resultados nas empresas, com o apoio de Instituições de Ensino Superior - IES nas pesquisas.

No que se refere ao “perfil profissional e a atuação dos gestores”, quanto a aplicação do tripé “inovação, tecnologias e gestão profissional” para a sustentabilidade das MPEs, numa escala de importância de 1 a 10, os resultados foram. Tabela 4.

**Tabela 4 – Perfil Profissional e a atuação dos Gestores quanto à aplicação da inovação, das tecnologias e da gestão profissional para sustentabilidade das MPEs**

Variáveis	Média	Mínimo	Máximo	DP
Perfil profissional e atuação dos gestores na aplicação da inovação.....	8,58	1	10	1,816
Perfil profissional e atuação dos gestores na aplicação das tecnologias.....	8,76	3	10	1,4656
Perfil profissional e atuação dos gestores na aplicação da gestão profissional.....	8,80	3	10	1,5160

Fonte: Pesquisa de campo nas MPEs industriais e de Prestação de Serviços, feita pela Autora.

Foi constatado, conforme tabela 4, que sobre ao Perfil Profissional de atuação dos Gestores, numa escala de 1 a 10, os respondentes avaliaram que a “atuação dos gestores na aplicação da gestão profissional” é a que tem maior importância para a sustentabilidade das MPEs.

Já no que se refere ao “perfil profissional e a atuação dos colaboradores”, quanto a aplicação do tripé “inovação, tecnologias e gestão profissional” para a sustentabilidade das MPEs, numa escala de importância de 1 a 10, os resultados foram. Tabela 5.

**Tabela 5 – Perfil Profissional e a atuação dos colaboradores quanto à aplicação da inovação, das tecnologias e da gestão profissional para sustentabilidade das MPEs**

Variáveis	Média	Mínimo	Máximo	DP
Perfil profissional e atuação dos colaboradores na aplicação da inovação.....	8,18	1	10	2,1745
Perfil profissional e atuação dos colaboradores na aplicação das tecnologias.....	8,50	1	10	1,8272
Perfil profissional e atuação dos colaboradores na aplicação da gestão profissional.....	8,53	1	10	1,8454

Fonte: Pesquisa de campo nas MPEs industriais e de Prestação de Serviços, feita pela Autora.

Foi constatado, conforme tabela 5, que sobre ao Perfil Profissional de atuação dos colaboradores, numa escala de 1 a 10, os respondentes avaliaram também que a “atuação dos colaboradores na aplicação da gestão profissional” é a que tem maior importância para a sustentabilidade das MPEs.

Em estudos sobre “investimentos em Tecnologia da Informação -TI” nas Micro e Pequenas Empresas - MPEs, Oliveira et al. (2014), descrevem que ainda são escassos. Em suas análises, há três fatores para decisão de investimentos em TI: “Utilidade do Sistema de Informação”; “Intensidade da Competição”; e “Parcerias na Implantação de TI”. No campo gerencial, esses resultados

permitem propor fatores a serem utilizados quando do interesse e da demanda por investimentos em TI nas MPEs, possibilitando comparar os benefícios da TI por meio da correlação entre o peso de cada fator e os retornos percebidos (POLARY-PEREIRA, 2021).

Referente ao impacto da inovação e das tecnologias nas empresas pesquisadas das amostras, dentre às perguntas abertas do questionário, a maioria dos respondentes afirmaram que tem tido um impacto positivo, e destacaram que “a busca da tecnologia e inovação é fator de sucesso para todas as empresas e de qualquer ramo”. Citaram também, a importância da inovação e das tecnologias para a otimização de tempo e processos que corroboram para um ótimo resultado, e que as tecnologias e a inovação aproximaram mais o cliente da empresa, tornando tudo dinâmico e fluído. Descreveram também, que “no mundo onde a tecnologia é indispensável, estar atualizado torna-se fator preponderante para o sucesso do seu negócio, razão pela busca constante das inovações do mercado combinados com o aperfeiçoamento técnico/profissional”. No entanto, vale ressaltar que alguns dos respondentes não souberam informar, e outros responderam que até então não gerou impacto.

Neste contexto, Pinheiro e Figueiredo (2015) afirmam que a inovação e crescimento econômico têm sido demonstrados por diversos estudos ao longo das décadas, e que os dois têm correlações positivas. Os autores ainda acrescentam que a inovação aparece como um dos principais motores do desenvolvimento, e é por meio

da inovação que o conhecimento produtivo e as ideias criativas são transformados pelas empresas em produtos e serviços com maior valor agregado e novidade.

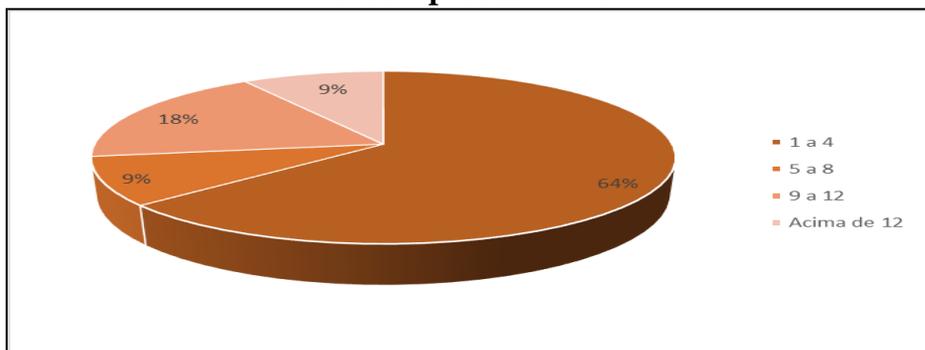
Já sobre o impacto no mercado através das empresas pesquisadas, a maioria informou que tem um impacto positivo, e citaram principalmente a geração de empregos e renda, uma boa prestação de serviços e preços acessíveis. Citaram ainda, que impacta o mercado ao trazer profissionalismo e que a implementação de sistemas traz informações gerenciais em tempo real, mas outros afirmaram que a empresa não tem impactado o mercado.

Em relação a sugestões para que a inovação e as tecnologias, incluindo a Gestão Profissional Sustentável, tenha um impacto positivo na sustentabilidade das empresas pesquisadas e no desenvolvimento econômico, informaram que as tecnologias e a inovação ajudam na manutenção dos produtos de sucesso e vantagem competitiva adquirida com estes, assim como deve ter um crescente e contínuo acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento profissional de modo a permitir e viabilizar o domínio das tecnologias e inovações. Alguns respondentes sugerem: o incentivo do governo e investimento em novas políticas. Já outros sugerem: melhorias no método de trabalho físico, aprimoramento contínuo em busca de novas soluções e métodos de execução funcionais e práticos.

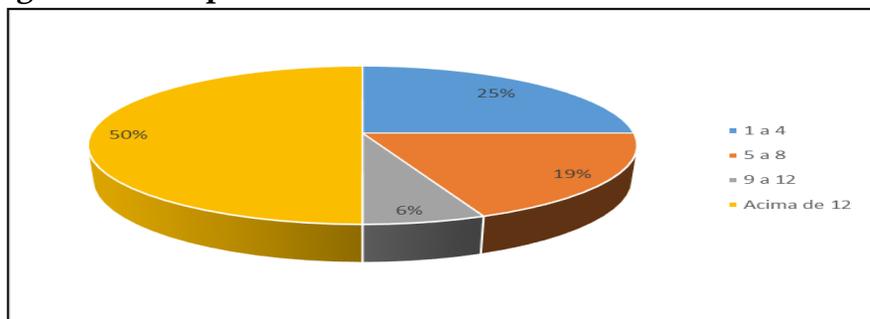
Em outra pesquisa realizada nas Microempresas - MIs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs nos setores industrial e de prestação de serviços em São Luís do Maranhão, sobre as Tecnologias da Administração Contemporânea, dentre elas, a Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI (Polary-Pereira *et al.*, 2016), dentre os resultados destacaram-se:

Quanto ao tempo de existência no mercado, 64% das MIs estão no intervalo de 1 a 4 anos; 9% entre 5 e 8 anos; 18% entre 9 e 12; e 9% acima de 12 anos. Nas empresas de pequeno porte - EPPs, os resultados sobre o Tempo de Existência no Mercado - TEM (Figura 5), aponta que metade das EPPs tem mais de 12 anos de existência, o que pode significar uma certa experiência referente à gestão do negócio, inclusive no que diz respeito às tecnologias. 25% possuem até 4 anos de mercado, 19% entre 5 e 8 anos e 6% representam as empresas com 9 a 12 anos de mercado, conforme figuras 5 e 6.

**Figura 5 – Tempo de Existência no Mercado - TEM das Microempresas – MIs.**



Fonte: Polary-Pereira *et. al* (2016)

**Figura 6 – Tempo de Existência no Mercado - TEM das EPPs.**

Fonte: Polary-Pereira et. al (2016)

Quanto às variáveis de tecnologias do modelo da GSI presentes nas MIs e EPPs que mais contribuem para a perenidade, predominou “Produtos e serviços”, com médias de 8,75 e 8,36; e quanto à “importância de os gestores possuírem “conhecimentos e experiências na área em que atua e buscarem o seu desenvolvimento” para atuarem nas MIs e EPPs”, os resultados mostraram que para os gestores das MIs a média foi de 8,27 e das EPPs de 9,06.

Vale salientar que Polary-Pereira (2018) enfatiza que o desenvolvimento local, através das tecnologias, leva o desenvolvimento regional, nacional, possibilitando competitividade no mercado competitivo global, como já ocorre em países desenvolvidos.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho de pesquisa foi abordado, a partir da literatura e da pesquisa de campo, a importância das variáveis do modelo da

GSI - Gestão por Sustentabilidade Integrada, como uma das tecnologias de Gestão Profissional para as organizações. Ressalta-se que a pesquisa teve como objetivo principal “analisar o impacto das tecnologias e da gestão profissional na sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas - MPEs e seus reflexos no desenvolvimento econômico”. Investigou o problema “há associação entre inovação, tecnologias, gestão profissional na sustentabilidade das micro e pequenas empresas e no desenvolvimento econômico?”, e verificou a hipótese de que “as tecnologias e a Gestão Profissional favorecem a sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas - MPEs das amostras e o desenvolvimento econômico”.

Com base nos resultados das análises na literatura e trabalho de campo, a pesquisa mostrou que as tecnologias e a gestão profissional são de suma relevância para sustentabilidade das empresas, assim como reflete positivamente no desenvolvimento econômico. No entanto, foi observado também que são necessários mais incentivos de políticas públicas, de estratégias locais e parcerias.

A pesquisa também tinha como objetivo pesquisar na literatura e nas organizações da amostra, variáveis e o uso de inovação, tecnologias e de gestão profissional, que favorecem a sustentabilidade das micro e pequenas empresas. Dentre as análises realizadas, foi verificado que as empresas estão voltadas predominantemente para Gestão, estrutura física, equipamentos, sistemas e métodos de trabalhos, os quais conforme a revisão de

literatura e a pesquisa de campo demonstram a importância dessas tecnologias e variáveis.

Outro objetivo da pesquisa era verificar o perfil dos empreendedores, gestores, gestores e colaboradores das MPEs da amostra e sua relação com as tecnologias utilizadas nessas empresas, além de verificar seus níveis de atuação quanto à aplicação da inovação, das tecnologias e da gestão profissional. A pesquisa constatou que o perfil profissional e atuação dos gestores e dos colaboradores estão voltadas para gestão profissional, pois conforme a revisão de literatura “o conhecimento passou a ser o recurso mais importante”.

Vale ressaltar, que as Micro e Pequena Empresas - MPEs devem buscar e/ou gerar alternativas para incorporar novas tecnologias e inovações em seus negócios que proporcionem as condições exigidas para atender as demandas do mercado, de forma autônoma, ou mediante parcerias com grandes empresa e/ou órgãos de apoio e fomento às MPEs, visando tornarem-se inovadoras e sustentáveis.

Por fim, considerando tudo que foi elucidado ao decorrer desse relatório, fica esse tema para futuras investigações, visto que as MPEs são grandes geradoras de emprego e renda, tendo um importante papel na economia dos países, o que se faz necessárias mais pesquisas de como mantê-las mais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

BELL, M.; PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrast between developed and developing countries. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 157-210, 1993.

\_\_\_\_\_. The development of technological capabilities. In: HANQUE, I. U., **Technology and International Competitiveness**. Washington: Trade/The World Bank, 1995. p. 69-101.

FIEMA. **Cadastro Industrial de São Luís-MA**. São Luís-MA, 2006.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Technological learning and competitive performance**. Cheltenham, UK: Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2001.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem tecnológica e performance competitiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Acumulação Tecnológica e Inovação Industrial: conceitos, mensuração e evidências no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, v.19, n.1, p. 54-69, jan./mar. 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2009**. Disponível: < <http://pt.wikipedia.org>>. Acesso: 14 jan. 2010.

JUCEMA - Junta Comercial do Maranhão. **Estatística do Cadastro: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte**. SINREM, 2016.

KIM, L. **Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia**. Tradutor: Maria Paula G. D. Rocha. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2005.

LALL, S. **Technological capabilities and industrialization**. World Development, 20(2), 1992, 165-186.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO JÚNIOR, José Samuel M., **Longevidade das micro e pequenas empresas prestadoras de serviços**: um estudo das dimensões organizacionais e suas implicações. Tese de Doutorado em Administração FGV/EBAPE-RJ, 2012.

OLIVEIRA, D. de L., SILVA, T. F. da, GOUVEIA NETO, S. C., PORTO, W. S., ZAIDAN, F. H. **Fatores de decisão para investimento em tecnologia da informação nas micro e pequenas empresas**. Porto Alegre: Gestão Contemporânea, n. 15, jan./jun. 2014.

PINHEIRO, Mauricio C.; FIGUEIREDO, Paulo N. **Por que é tão necessário o fortalecimento da competitividade industrial do Brasil?** E qual é o papel da produtividade e da capacidade tecnológica inovadora? FGV/EBAPE-RJ, 2015.

POLARY-PEREIRA, Ilmar. **Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI**: uma análise nas Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas - MPMGEs, a partir da Literatura e da Visão dos Gestores Industriais do Estado do Maranhão. Tese (doutorado em Administração), FGV/EBAPE, Rio de Janeiro, 2012, 398 p.

\_\_\_\_\_. **Gestão Por Sustentabilidade Integrada - GSI**: uma alternativa de Gestão Profissional para as Micro e Pequenas Empresas-MPEs. São Paulo: **Anais do IV SINGEP**, V. 4, 2015.

\_\_\_\_\_. **Grupo de Pesquisa Administração, Gestão e Estado - AGE**, CNPq. 2015.

\_\_\_\_\_. Tecnologias da Administração e Perenidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPMEs. XVIII ENGEMA/UEMA, V. 18, 2016.

POLARY-PEREIRA, Ilmar, RAMOS, Allyson, SILVA, Yasmin, SILVA, Abgail **As contribuições das tecnologias da Administração e perenidade das Micro e Pequenas Empresas-MPEs**. Projeto de Extensão PIBEX, Ed. Nº 06/2015-PROEXAE/UEMA. Relatório Final. 2016.

POLARY-PEREIRA. Inovação e tecnologia: Fatores de êxito na gestão das organizações com desenvolvimento e competitividade. **Anais do VII SINGEP**, São Paulo, 2018.

POLARY-PEREIRA, Ilmar. Innovation and Technologies: success factors in Administration of organizations with development and competitiveness. **International Journal Innovation - IJI**. São Paulo, 9(1), p. 180-214, jan./apr. 2021.

POLARY-PEREIRA, Ilmar; CATRO, Danyelly R. B. **Organizações Inovadoras e Sustentáveis**. Relatório Final PIBIC-UEMA/FAPEMA, 2021.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo**. São Paulo: EDUSP, 1975.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT Van Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa – Portugal: Gradativa Publicações, S.A., 1995.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI**. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438afic92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 01 fev. 2021.

TACLA, Celso L.; FIGUEIREDO, Paulo N. Processos de Aprendizagem e Acumulação de Competências Tecnológicas: evidências de uma empresa de Bens de Capital no Brasil. **RAC**, v.7, n.3, jul./set.2003: p.101-126.

ULRICH, Dave; SWEETMAN, Kate; SMALLWOOD, Norm. **Código da Liderança: cinco regras para fazer a diferença**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

VIEIRA, Marcelo M. F. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. In: Marcelo M. F. ZOUAIN, Débora M. Pesquisa qualificativa em Adm. R. Janeiro: FGV, 2004.

**ARQUITETURA E  
URBANISMO**

## **A MORADIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, MARANHÃO: modos de construir e morar.**

Sophia Moura Nogueira <sup>1</sup>

Frederico Lago Burnett <sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

De acordo com Woortmann (1982), a casa camponesa é um espaço ritual de interação dos membros da família, além de ser o lócus da produção da força de trabalho do grupo doméstico. E o terreno da morada é também um espaço social, onde homens e mulheres estabelecem relações com os vizinhos, tecendo redes de sociabilidade através do uso coletivo do espaço doméstico. O território se materializa a partir do modo como os seus sujeitos sociais usam e dão significado para a terra. Logo, as relações e práticas sociais concebidas em um local, onde seus ocupantes imprimem suas características socioculturais em determinados espaços, criam identidade e o sentimento de pertencimento à terra (LITTLE, 2004). Nesse contexto, a moradia rural exhibe um reflexo do modo de vida camponês, traçado nas relações com a terra, a família e o trabalho, seja na tipologia da casa, na disposição e função dos ambientes, no uso de materiais da natureza para a construção. Tais elementos produzem um panorama ilustrativo de como as famílias

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

se organizam, produzem e suas relações são estabelecidas com o meio ambiente.

Sob a luz desses conceitos, buscou-se compreender como os moradores do Território Quilombola de Saco das Almas, localizado nos municípios de Brejo e Buriti no Estado Maranhão, sem acesso ao mercado da construção civil, autoconstróem suas casas com materiais extraídos da natureza, adequando-os aos seus modos de vida e trabalho. Coagidas pelo avanço do agronegócio na região do Leste Maranhense, as comunidades remanescentes quilombolas de Saco das Almas sofrem há décadas pressões ambientais e sociais com risco de perdas significativas dos recursos naturais centenários e ameaça aos seus modos de vida.

Para cumprimento do objetivo proposto, foram desenvolvidos os seguintes momentos: pesquisa indireta de base teórica e estado da arte, juntamente com fontes secundárias de dados socioeconômicos e ambientais sobre o rural no Maranhão, e pesquisa direta, com trabalho de campo, quando foram verificados os usos das moradias no cotidiano, as lógicas das disposições dos cômodos e as relações a casa estabelece com o lote em que está inserida.

Para tanto, o artigo se constitui de uma caracterização prévia da formação do povoado e dos conflitos territoriais passados e presentes; para compreensão dos atuais modos de vida das comunidades, foram utilizadas visitas de campo ao Território Quilombola. Este segundo momento consistiu na aplicação de

entrevistas semiestruturadas, relacionadas às formas de produção do espaço da moradia em relação às atividades produtivas, através de questionários, levantamentos físicos e registros fotográficos quanto ao cotidiano na moradia e nas edificações anexas. Desta forma, foram identificados materiais, mobiliário e utensílios domésticos construídos e utilizados pelas famílias, buscando entender as relações entre moradia, vida e produção.

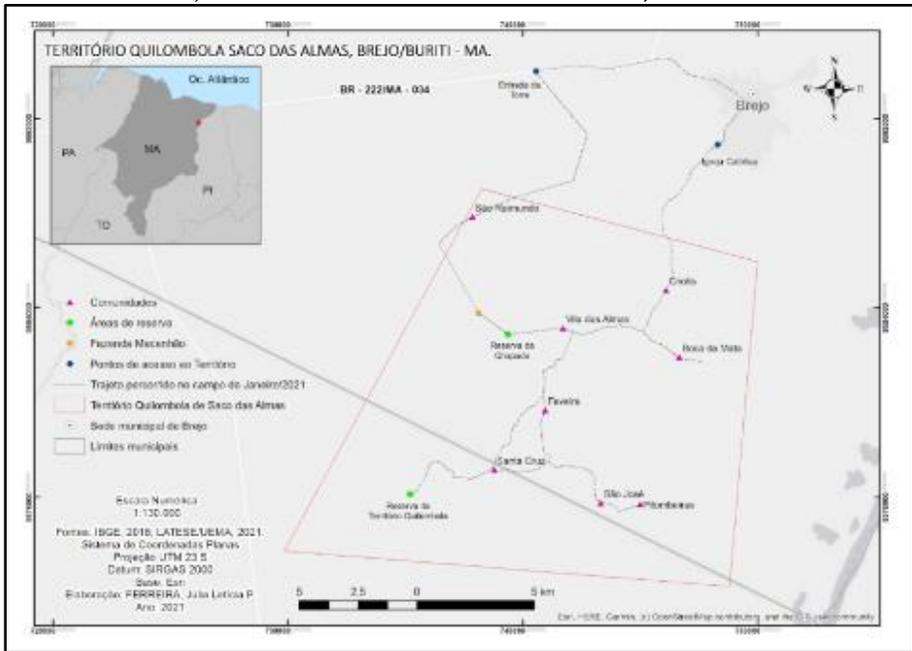
Este artigo é resultante do Plano de Trabalho “Usos da Moradia nas Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão”, realizado através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão – PPG-UEMA (NOGUEIRA, 2021). Integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão “Tradição, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias Sociais: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão”, foi financiado pelo Edital Redes Territoriais da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA e desenvolvido pelo Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos – Latese, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

## O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS

### Formação Histórica e Conflitos Territoriais

O Território Quilombola de Saco das Almas, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2004, é formado por sete comunidades, localizadas nos Municípios de Brejo (Vila das Almas, Faveira, São Raimundo/Boa Esperança, Criulis/Boca da Mata) e Buriti (Vila São José, Pitombeira e Santa Cruz), que possuem cerca de 23.000 hectares, onde residem 1.300 famílias e 5.200 pessoas (Figura 01).

**Figura 01: Mapa do Território Quilombola Saco das Almas com localização das sete comunidades, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: IBGE, 2016; LATESE/UEMA, 2021.

Para caracterizar historicamente o conflito no território, é possível dividir a memória da desapropriação de terra em três fases, de acordo com o trabalho de Ayres (2002). O primeiro caracterizado pela apropriação e demarcação de terras pelos brancos (1930); posteriormente, ocorre o leilão e “arrematação” das terras, marcado pela ação violenta de dominação do espaço (1942); e terceiro, a criação do Projeto de Assentamento Data Saco das Almas, pelo INCRA (1975).

A primeira demarcação de Saco das Almas aconteceu na década de 1930, uma atualização dos novos “proprietários” do território, os brancos que afirmavam ali ter entrado por compra (FURTADO, MUNIZ, 2017). Salas (1998) menciona que, para os primeiros habitantes de Saco das Almas, o processo de demarcação feito pelos chamados brancos foi a primeira tentativa de expulsá-los e de se apossar da terra, usando a receptividade daqueles para depois lesá-los. Assim, posterior à demarcação, os chamados brancos, como forma de garantir a propriedade da terra, utilizam formas mais violentas de expulsão dos antigos moradores.

Posteriormente, os quilombolas foram expulsos e o território foi ilegalmente repartido e leilado, passando a ser propriedade privada dos chamados brancos. Mediante perseguições e expulsões, muitos moradores migraram para outras áreas e, os que ali permaneceram, passaram a enfrentar um cenário marcado pelo uso da violência. De acordo com Salas (1998), as famílias que

permaneceram no local ficaram durante muitos anos pagando foro e cumprindo tarefas para os chamados proprietários. Tais trabalhos extras, além do pagamento do aluguel da terra, denominados de mês de serviço, representavam uma exigência a mais dos proprietários e, sobretudo, uma maior exploração dos chamados agregados.

Vivendo durante anos sob as condições impostas pelos proprietários, havia entre as famílias uma forte esperança de reapropriação da terra. Desse modo, no ano de 1966, quando os trabalhadores tomam conhecimento do lançamento da Semana da Reforma Agrária e, aproveitando a visita do representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) à sede do município de Brejo, apresentam e expõem sua história de sofrimento e usurpação do direito de propriedade da terra a qual se referem como legítimos donos (FURTADO; MUNIZ, 2017). Com base na reivindicação dos moradores, entre 1966 e 1975, o governo brasileiro procedeu à desapropriação das terras de Saco das Almas, uma das primeiras experiências de reforma agrária no Maranhão. No entanto, para os autores, a resolução do conflito centenário se reconfigurou em novos embates entre segmentos sociais.

### **O Agronegócio e os Impactos Socioambientais em Saco das Almas**

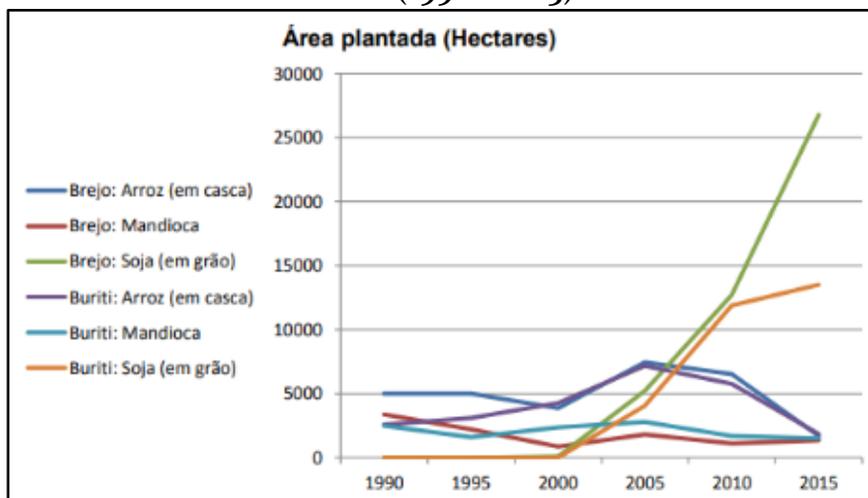
No Maranhão, o processo de inserção do grande capital no meio rural promoveu diversas transformações na estrutura fundiária

do espaço agrário. Esse processo ganhou destaque a partir da “Lei de Terras do Maranhão” que incentivou a concentração de terras. Os avanços dos interesses capitalistas sobre os territórios ocupados por comunidades tradicionais, incitam a mobilização dessas comunidades em busca pela permanência histórica, pela reprodução da memória, da espiritualidade, dos saberes e dos caminhos autônomos e de resistência desses sujeitos. Nos anos 1980, atividades agroflorestais e extrativas foram implantadas por grandes empreendimentos econômicos, como a Maranhão Gusa (MARGUSA); Marflora; a Suzano Papel e Celulose S/A, de São Paulo; e o Grupo Industrial João Santos, de Pernambuco, contando com o apoio da SUDENE (com o Fundo de Investimento do Nordeste) incentivos do Programa Grande Carajás (especificamente no caso da Margusa), instalaram-se na região com o objetivo de dar suporte à cadeia produtiva do carvão-aço e celulose no Estado.

Porém, é a partir dos anos 1990 que o agronegócio se intensifica na região, período em que é instalado o cultivo da sojicultura na área, sendo o setor considerado como uma nova fronteira agrícola para a classe dominante (Figura 02). A soja, foi trazida pelos gaúchos advindos, principalmente da região sul do Estado, onde a tradição no plantio dessa monocultura havia sido saturada. Antes de 1970, a região era vista pelos centros dinâmicos da economia liberal do país e pelas capitais globais como um lugar isolado, longe, condenado ao atraso e ao insucesso (ESCOBAR,

2008). Porém, nos anos 1990, os gaúchos foram atraídos pela abundância e fertilidade, assim como pelo valor das terras disponíveis na região e pela falta de regularização fundiária do Estado.

**Figura 02: Área plantada com arroz, mandioca e soja, Brejo e Buriti (1990 – 2015).**



Fonte: SIDRA/IBGE.

Os grandes empreendimentos trazem a conseqüente ação predatória das formas de uso da terra e dos recursos naturais sobre os territórios em uma dinâmica que avança na direção do Território de Saco das Almas, conforme mostram as imagens da Figura 03, que acompanham o processo ao longo de 20 anos.

**Figura 03: Dinâmica do agronegócio no Território de Saco das Almas, 1995-2015 – MA.**



Fonte: ALMEIDA, 2017

Ao longo das décadas, essa região tornou-se objeto de interesse dos que visam os ganhos com a produção e exportação de commodities agrícolas. Contudo, além das populações tradicionais guardarem relações de memória com o local e possuírem afinidades históricas com muitos elementos espaciais daquele meio, em maior ou menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico), elas também reagem, enfrentam e propõem alternativas de resistência em relação aos planos de modernização dos seus modos de vida (ESCOBAR, 2008).

Relatos dos moradores informam que os impactos advindos do agronegócio no cotidiano das comunidades vão desde a criação de animais de médio e grande porte — impossibilitando de criar de animais como o porco —, ao extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para aquele grupo (ALMEIDA, 2017). O uso de fertilizantes e pesticidas, aplicados através de aviões monomotores, tem restringido a prática da pesca e são comuns surgimento de males nos galináceos, ainda criados soltos e por isso mesmo sem controle alimentar. (ALMEIDA, 2017). A estas dificuldades há que somar a degradação das tradicionais vias de circulação que ligam os povoados, abandonadas pelo poder público, pois estradas abertas pelos grandes agricultores entre os campos atendem a circulação dos veículos que trabalham no escoamento da produção de soja (Figura 04). Além disso, os quilombolas encontram dificuldade em acessar seus direitos de aposentadoria, auxílio a acidentes de trabalho e acesso ao crédito bancário.

**Figura 04: Desmatamento dos campos e vias abertas para plantio e transporte da soja no Território Quilombola Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

## MODOS DE CONSTRUIR E VIVER EM SACO DAS ALMAS

### Modos de construir em Saco das Almas

Ao visitar as comunidades é possível observar a predominância do uso de técnicas construtivas que utilizam a terra, como a taipa de mão e os blocos de adobe. Nas comunidades, a maioria das são casas construídas de adobe, produzidos na própria região, que conta com argila de boa qualidade. Com cobertura de telhas de barro e chão batido, constatando-se a predominância da arquitetura de terra na construção das moradias, esses processos de autoprodução confirmam a ausência de acesso ao mercado de materiais, tanto pelos recursos limitados, como pela dificuldade de transporte ao local.

A taipa de mão também é conhecida como taipa, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado ou pau a pique. Segundo o autor Di Marco (1984), ela consiste em uma ossatura de madeira ou bambu, produzido por ripas horizontais e verticais amarradas com tiras de couro, cipó, barbante, prego, ou arame, preenchida com uma mistura de terra, água e fibras. Este conjunto, juntamente com peças portantes verticais de madeira, forma a parede da edificação. A mistura, denominada barro, é lançada com as mãos nos dois lados ao mesmo tempo, e apertada sobre a trama da parede. Após a secagem do barro, é aplicado o reboco e, posteriormente, a pintura.

De acordo com Moniz Filho (2018), as moradias foram inicialmente feitas a partir da técnica de taipa de mão e

posteriormente passaram a utilizar bloco de adobe coberto com palha, material este extraído dos arredores do lote ou na própria região, sendo observado também que nas duas aplicações, tanto na taipa de mão quanto no adobe, as moradias assumem uma forma predominantemente retangular (Figuras 05 e 06).

**Figura 05: Casa de adobe com varanda lateral e fachada revestida, Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

**Figura 06: Casa de adobe fachada principal não revestida. Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

De acordo com Neves e Farias (2011), o adobe consiste em uma mistura de argila, areia, água e palha, onde geralmente é feita a combinação de maneira uniforme e depois são moldados em uma fôrma de madeira em formato de bloco (Figura 07), é um componente fabricado com terra em estado plástico, moldado sem necessidade de compressão, com auxílio de moldes, e, uma vez seco, é usado na execução de alvenaria, geralmente unidos por uma argamassa preparada com uma mistura muito semelhante à do adobe, para parede autoportante, parede portante, arcos, abóbadas e cúpulas. Esta técnica é popularmente utilizada em países

subdesenvolvidos e em regiões que possuem uma população mais pobre, a escolha desta técnica também pode ser uma questão cultural, seja pela familiarização da técnica por uma população ou pela facilidade de acesso e manipulação.

**Figura 07: Demonstração aos bolsistas de confecção de tijolos de adobe em formas de madeira, Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

Tais práticas construtivas reforçam a dependência que as comunidades apresentam em relação aos recursos naturais do território, extrapolando aquelas relacionadas com a produção de alimentos e criação de animais. A própria presença majoritária das edificações residenciais em adobe já comprova a limitação na extração da madeira necessária para confecção da taipa de mão, com

poucos exemplares ali existentes, conforme levantamento de campo da pesquisa A Moradia Popular Autoconstruída no Maranhão, que estuda nas diferentes regiões do estado as tipologias construtivas da moradia urbana e rural (BURNETT, 2020).

### **Modos de Morar em Saco das Almas**

Para compreender a moradia no meio rural é necessário transpor a análise para além dos limites da casa em que vive a família, pois o quintal, o pomar e os anexos da casa são também espaços de vivência e de trabalho. A família é, a um tempo só, unidade de produção e de consumo (WOORTMANN, 1982).

Para identificar as variantes de uma forma-base ou esquema comum da moradia camponesa em Saco das almas, foram realizados registros arquitetônicos em moradias de oito famílias, buscando identificar a lógica de organização dos espaços e de funcionamento dos cômodos, bem como os fluxos internos e externos à moradia. A pesquisa de campo e os diálogos permitiram perceber que a utilização desses esquemas de construção nem sempre parte de uma vontade consciente dos seus moradores, mas está atrelada a um repertório de saberes técnicos e simbólicos, que são transmitidos e reproduzidos de geração em geração. Na maioria dos exemplos levantados não existe uma delimitação dos lotes, constatando-se apenas em alguns casos o uso de cercas que funcionam como divisa da moradia com a via pública (Figura 08).

**Figura 08: Delimitação de lote com cerca e portão, Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Território Saco das Almas, Brejo/MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

A moradia é implantada no terreno voltada para uma área comum de circulação ou uso coletivo, com portas de acesso e varandas localizadas na fachada principal. No entorno das residências foi possível observar a existência de anexos majoritariamente com a mesma técnica construtiva utilizada na casa, com algumas ressalvas para a utilização de tijolo cerâmico nos anexos de apoio e de serviços (Figuras 09 e 10).

**Figura 09: Alpendre com cobertura de palha como anexo da moradia na Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

O espaço construído da casa, destinada à intimidade da família, ao preparo e ao consumo dos alimentos, se complementa e depende do terreno em que está implantada, onde são instalados os espaços de guarda e beneficiamento da produção da roça, os canteiros com temperos, os locais de banho e as instalações sanitárias. A sombra sob árvores frutíferas para socialização para as conversas de fim de tarde. É nos fundos da casa que também são criados atalhos e percursos para a casa de vizinhos e parentes, que passam despercebidos por um observador desatento.

As casas de farinha são edificações de grande importância no cotidiano dos moradores de Saco das Almas. A farinha é utilizada para consumo próprio e para venda, tomando como empréstimo as casas de farinha de vizinhos. Não só a farinha, como também outros derivados da mandioca estão inseridos nos hábitos alimentares dos moradores de Saco das Almas. A Figura 10 ilustra uma casa de farinha localizada na parte posterior de um lote familiar na Comunidade de Criolis/Boca da Mata e, além da infraestrutura e equipamentos necessários para produção da farinha e de seus derivados, possui um cômodo que pode ser utilizado para guarda do produto.

**Figura 10: Casa de Farinha em lote familiar na Comunidade Criolis/Boca da Mata, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

De acordo com Moniz Filho (2018), ao observar as organizações internas das moradias analisadas em Saco das Almas, é possível perceber, a sala como o ambiente de acesso, é o local de articulação entre os demais cômodos, é onde recebem visitas e eventualmente descansam, em redes ou sofás, integrando junto a varanda a parte de entrada do domicílio, sendo relevante à socialização dos moradores para com a comunidade. Os quartos são locais de recolhimento e descanso, onde os moradores dormem em redes ou em camas, sendo este o ambiente que se encontra com mais frequência nas casas.

O mobiliário adotado nas moradias é simples (Figuras 11 e 12), composto predominantemente de mesas e cadeiras, de madeira ou plástico. Moveis para a televisão e o equipamento de som acompanha conjunto de sofás na sala e, nos quartos, constata-se a presença de camas e guarda-roupas, também de madeira, além das tradicionais redes que através de armadores de metal ou de madeira, se instalam em quartos, sala e mesmo na copa.

**Figura 11: Entrevista com moradora Comunidade São Raimundo/Boa Esperança – Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE. 2021.

**Figura 12: Mobiliário de copa-cozinha em casa de adobe rebocado e pintado, Comunidade São Raimundo/Boa Esperança, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE, 2021.

A cozinha está sempre localizada aos fundos da casa (WOORTMANN, 1982), mantendo relação direta com o quintal e,

tanto nos afazeres domésticos quanto no trabalho, a aproximação entre esses espaços facilita o fluxo dos moradores entre a produção de alimentos na roça e o seu preparo na cozinha. Nesse cômodo interno, além do fogão a gás e da geladeira, muitas moradias possuem armários de aço e a cozinha que pode dividir um único espaço com a copa, com mesas e cadeiras. É possível a presença de outra cozinha, além desta interna, que se destina à utilização de elementos característicos do viver rural. Ali pode-se encontrar alpendres de diferentes tamanhos que abrigam o fogão e forno de barro a lenha (Figura 13) e servem também para realização das principais atividades produtivas, tais como a quebra do coco babaçu, secagem do arroz e preparação da mandioca para fabricação de farinha.

**Figura 13: Casa de forno em alpendre nos fundos de moradia. Comunidade Criolis/Boca da Mata, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.**



Fonte: LATESE. 2021.

No quintal encontram-se os canteiros para o cultivo de verduras e legumes e as roças; as árvores frutíferas, destinadas ao consumo familiar; o jirau, próximo à cozinha para auxiliar as tarefas de preparo de alimentos e lavagem dos pratos e roupas; a casa de banho; a casa do fogão de barro para o preparo de alimentos; o chiqueiro e o galinheiro, destinados à criação da família.

Destá forma, pode-se constatar que os usos relacionados às moradias em Saco das Almas estão relacionados com as funções que Arruda (2007), atribui ao quintal da morada camponesa: A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio (ARRUDA, 2007, p. 80). Espaço compartilhado entre os familiares e vizinhos, os fundos dos lotes são locais de uso coletivo de intensas atividades, quase imperceptíveis para quem circula pelas vias comuns dos povoados, desde onde a fachada das moradias costuma transmitir a ausência dos próprios moradores.

Segundo Woortmann (1982), qualquer casa, em qualquer sociedade, é, além de um espaço de moradia, também um espaço simbólico-ritual, e este espaço transmite uma mensagem ideológica. Tanto no mundo urbano quanto no rural a casa é, antes de mais nada, o domínio do privado. Por isso mesmo, da família. Numa primeira

aproximação, então, a casa como um todo se opõe à cidade, à rua, e no campo ao “exterior” não necessariamente nomeado. Logo, é possível fazer uma associação com o contexto de conflitos territoriais em Saco das Almas, onde as moradias camponesas no território representam o modo de viver e morar, sua existência coletiva, e uma relação harmônica com a natureza, em oposição aos ideais predatórios e individualistas do agronegócio que invadem seus territórios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como consequência dos impactos do agronegócio sobre os recursos naturais do Território Quilombola de Saco das Almas, a autoprodução da moradia e do mobiliário das comunidades tem sido prejudicada, pois os recursos naturais utilizados na construção de casas e anexos ficam comprometidos pelas perdas ambientais. As moradias estudadas, ainda que possuindo limitações do ponto de vista técnico e formal, possibilitaram conhecer os processos e as relações sociais que as envolvem. Fica demonstrado que a realidade do rural das comunidades descendentes de Quilombolas possuem atributos singulares e que suas práticas ainda estão presentes no Maranhão. Assegurar a posse da terra e proteger seus recursos naturais exige a valorização de seus modos de vida, assegurando a permanência destes saberes e tradições indispensáveis para a reprodução de vidas centenárias.

Infelizmente, seus modos de vida atualmente estão comprometidos pela eliminação da fauna e da flora do Cerrado, dando lugar à monocultura da soja que, com a apropriação de terras coletivas e o uso sistemático de agrotóxicos, tem levado à perda de plantações e criações de pequenos animais. Ameaçando de forma geral os recursos naturais com os quais produzem seu habitat — moradia, anexos, espaços de produção e criação —, predominantemente edificadas com terra e madeira. Ao afetar o meio ambiente, os empreendimentos monocultores ameaçam as condições de reprodução da vida dos grupos locais, reduzindo significativa a área sob controle dos Quilombolas, cuja disponibilidade é indispensável para extração de seus meios de reprodução social. Nesse espaço, assim como em outros locais do Maranhão e do Brasil, vem ocorrendo a transformação da natureza — o que tem causado enormes problemas ambientais e de produtividade. De um lado, está à sobrevivência das famílias que historicamente vivem naquela área e que dependem das terras para assegurar a reprodução material de seus membros; de outro, o pretensão proprietário, genericamente denominado gaúcho, que deseja continuar explorando e expandindo a terra por interesses externos que se sobrepõem às condições de vida das comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo, Maranhão**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19052010-094729/>

AYRES, Genny Magna de Jesus M. **Pretos, brancos e agregados em Saco das Almas**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BURNETT, Frederico Lago (Org.). **Arquitetura como resistência. Autoprodução da moradia popular no Maranhão**. São Luís: EDUEMA/Fapema, 2020.

DI MARCO, Anita Regina. **Pelos caminhos da terra**. Projeto, n.65, jul. 1984, p.47-59.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

FURTADO, Marivânia Leonor S.; MUNIZ, Sérgio César C. Processos de “regularização” étnico fundiárias e as estratégias de lutas quilombolas no Maranhão. In: **XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Brasília – DF, 2017, p. 1-20. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-epostertrab-aceito-1420-1.pdf> Acesso em: 11.07.2021.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** Por uma Antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-29. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>

MONIZ FILHO, Manoel Fernando. **Autoconstrução:** A moradia de descendentes de quilombolas na Microrregião de Chapadinha. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

NEVES, Célia; FARIA, Obede Borges (Org.). **Técnicas de construção com terra.** Bauru, SP: FEB-UNESP/PROTERRA, 2011. 79p.

NOGUEIRA, Sophia Moura. Usos da Moradia no Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão. **Relatório Final de Pesquisa PIBIC/PPG/UEMA,** 2021.

SALAS, Celecina de Maria Veras. **Os descendentes de Timóteo. Lutas camponesas e interferência do Estado numa terra de preto em conflito, no Baixo Parnaíba, MA.** Mestrado em Políticas Públicas, Cadernos de Práticas de Pesquisa, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1998.

VIANA, Keliane da Silva. **A terra prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

WOORTMANN, Klaas. **Casa e Família Operária.** Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p.119-150. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>

**A SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA ENTRE MULHERES NAS  
RUAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS À NOITE.  
INVESTIGAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS E ESTUDO  
COMPARATIVO NA CENOGRAFIA DE FILMES *NOIR***

Larissa Bianca Anchieta<sup>1</sup>

Rose-France de Farias Panet<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A qualidade do espaço urbano é responsável para que a noção de pertencimento da cidade se concretize de maneira agradável. Entretanto as opressões e exclusões sociais refletem diretamente na materialização da cidade, sendo, portanto, algo complexo de ser efetivado. O acolhimento urbano, a urbanidade, opõe-se a toda e qualquer sensação de medo ou insegurança, a presença de um fator anula completamente a existência do outro. Enxergar a cidade por uma perspectiva de gênero é compreender as relações entre o material e o imaterial, a sensação e o concreto, sendo estes, elementos que esbarram na perspectiva de urbanidade. O direito à cidade possui diversas intersecções, opressões que se somam. Nesta pesquisa, abordaremos uma visão sobre a noite do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, levando em conta as perspectivas de gênero e suas intersecções.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. E-mail: larissabanchieta@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia e Políticas Públicas – UFMA. Professora adjunta IV – UEMA. E-mail: rosepanet@gmail.com

O Centro Histórico, situado na capital do Maranhão, é considerado Patrimônio Mundial da Humanidade e possui cerca de 4.400 casarões datados entre os séculos XVII e XX. Apesar de todo valor histórico e cultural, no Centro Histórico, ainda é possível encontrar traços de abandono e desvalorização em suas ruas e casarões. Todos estes aspectos marginalizam e influenciam diretamente no aspecto da urbanidade desta área essencial para a história maranhense, trazendo consequências como a sensação de insegurança, principalmente em relação a quem sofre com as diversas opressões sociais, como as mulheres, principalmente quando também são vítimas do racismo e/ou pertencentes a comunidade LGBTQ+.

Podemos relacionar a arquitetura com o cinema de formas diversas, mas especialmente com a relação essencial que o cinema possui com a cenografia. Svoboda (*apud* URSSI, 2003), descreve a cenografia como o entreato do espaço, do tempo, do movimento e da luz, além de possuir o poder de expressar-se através das qualidades inerentes do espaço com os conceitos básicos arquitetônicos. Forma, escala e iluminação são concepções que se encontram tanto na arquitetura como no cinema. Enquanto no campo arquitetônico esses conceitos consideram essencialmente as condições de bem-estar do usuário do espaço, na cenografia esses conceitos são responsáveis pela aproximação do espectador com a obra cinematográfica.

Nesta pesquisa, nossas análises voltam-se para um cinema que até hoje causa discordâncias diante de sua classificação. Não há um consenso se estamos tratando de um movimento, gênero ou estilo, mas o cinema *noir* possui uma riqueza de aspectos semelhantes a diversas outras categorizações. O *noir* possui suas raízes estéticas no expressionismo alemão e esta estreita relação entre esses dois é devido à chegada de diretores, roteiristas, técnicos e outros profissionais que deixaram a Alemanha na década de 30 para fugir do regime nazista instaurado com a chegada de Adolf Hitler ao poder. Nessa época, os Estados Unidos era um lugar bastante propício para o desenvolvimento de novas produções cinematográficas, pois, já contava com uma indústria consolidada e favorável (LIRA, 2015). A arquitetura presente nos cenários dos filmes *noirs*, é aquela composta por espelhos, portões de ferro, grandes frontões, arcos, lampiões de rua, escadas e janelas. Os padrões visuais recorrentes nos filmes *noirs* consonam com suas tramas e traduzem imagetivamente uma atmosfera de inquietude (LIRA, 2015). O cinema *noir* encontra seus enredos na própria realidade, enfatiza o que a sociedade muitas vezes busca invisibilizar escancarando os sofrimentos e opressões propícias para quem frequenta a cidade noturna.

Os conceitos basilares deste trabalho encontram-se nas obras de DAVIS (2016), HELENE (2015), DEUS (2016) entre outros. Esta pesquisa encontra as nuances de sua problematização, na análise sobre a grandeza dos impactos consequentemente da construção

patriarcal da sociedade e dos vários séculos de povos africanos escravizados no Brasil. Analisar a cidade pela perspectiva da mulher negra, mostra-se ainda uma tarefa mais singular devido a todo o processo de desumanização corpográfica sofrido por tanto tempo. O uso das ruas, no Brasil colonial, havia aspectos distintos entre mulheres a depender de questões como raça. Nossas cidades são reflexos da história da sociedade, sendo, portanto, inadmissível não realizar interseções para tratar sobre o urbanismo e suas esferas. A democratização dos espaços encontra embates nas opressões sociais, sendo este, questão essencial desta pesquisa. O objetivo deste trabalho é o de analisar a corpografia da mulher nas ruas e espaços urbanos do Centro histórico de São Luís, realizando paralelos com os exemplos de situações de violências dos filmes do cinema *noir* a fim de identificar os aspectos que relacionam diretamente a ficção com a realidade e suas interfaces similares além de propor uma nova visão da noite deste local a partir de perspectivas democráticas e interseccionais.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos uma metodologia que passou pelos seguintes momentos: Revisão de literatura e referencial teórico acerca dos temas: insegurança urbana, urbanidade e as intersecções de gênero e raça no direito à cidade. Para compreender os aspectos e as nuances sob estes temas,

utilizamos de autores como AGUIAR (2012), DEUS (2016), DAVIS (2016), HELENE (2015) e RIBEIRO (2018). Levantamento das fontes primárias e secundárias (bibliográficas, fotográficas e cinematográficas) sobre o cinema *noir* e suas produções. Alguns dos filmes assistidos e estudados, pode-se destacar “Audácia de criminoso” (1946), “Os assassinos” (1946), “O beijo da morte” (1947), “Impacto” (1949), e “Almas Perversas” (1945).

Devido ao isolamento e distanciamento social causado pela pandemia, não foi possível realizar pesquisas de campo no nosso campo empírico, o Centro Histórico de São Luís. As fotografias do Centro Histórico utilizadas neste trabalho são oriundas de arquivo pessoal de pesquisa anterior da bolsista. Realizamos uma pesquisa de campo online através da plataforma *Google Forms* em busca de compreender as percepções e vivências das mulheres que habitam, rotineiramente ou com menor frequência, o Centro Histórico a fim de analisar através de uma perspectiva interseccional a maneira como o gênero e a raça impactam nas possibilidades de direito à cidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### **Para além de sensações: A materialização do acolher urbano**

A paisagem arquitetônica e urbana incita ou repele o convívio, e a urbanidade corresponde em primeiro caso ao grau de

acolhimento que a cidade deve oferecer (AGUIAR, 2012). As sensações de insegurança e urbanidade correspondem a opostos nos nossos passos cotidianos. Diante de nossas multiplicidades e intersecções, a sensação de insegurança ganha formas arquitetônicas e urbanas, principalmente na escuridão noturna. BAUMAN (2009) aborda os medos modernos e realiza a contextualização do surgimento deste sentimento no âmbito da cidade: "Os sofrimentos humanos derivam do "poder superior da natureza, da fragilidade de nossos próprios corpos e da inadequação das normas que regem os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade" (BAUMAN, 2009, p. 08). Viver na cidade implica a necessidade de bem-estar, de segurança, abordadas na noção de urbanidade, como pontua DEUS (2016).

A capacidade de propiciar uma cidade destinada a todos os cidadãos, um local agradável e hospitaleiro são alguns dos critérios atribuídos a um ambiente com urbanidade. Cabe mencionar que esta qualidade é concreta, ou seja, não configura-se como algo imaterial pois apesar de desencadear sensações de acolhimento nas pessoas, só se faz perceber a partir da materialização da cidade e como esta relaciona-se com o homem. Portanto, a urbanidade é uma qualidade da forma ou das formas, trata-se de algo essencialmente material ainda que repercutem diretamente no comportamento das pessoas no espaço público. (DEUS, 2016, p. 25).

Um local carente de urbanidade é, em geral, um local pouco convidativo e movimentado por pessoas, logo, caracteriza-se com um ambiente inseguro, capaz de gerar medo nas pessoas e de mitigar ou limitar os seus passos. Entre as dimensões do conceito de urbanidade, está a utilização de várias pessoas com diversos perfis

(faixa etária, gênero, classe etc.) em um determinado espaço público. "O medo e a insegurança são mitigados pela conservação das diferenças e também pela possibilidade de se mover livremente pela cidade". (BAUMAN, 2009, p. 34). Pois, se um local é capaz de atrair pessoas diferentes e estas se sentem seguras e confortáveis é um indício claro que se trata de um ambiente acessível e democrático.

A alta interação entre os exteriores e interiores de espaços, como edificações e a rua, é outro exemplo de urbanidade. As fachadas abertas dos espaços ajudam na integração entre edificações e as ruas da cidade, de modo que, quem caminha pelo lado externo não se sente sozinho, pois há os olhares e as interações de quem está no espaço interno. A diversidade de modos de transporte e deslocamento é outro fator da urbanidade, pois ter direito à mobilidade urbana é um aspecto relacionado com a acessibilidade e democratização dos espaços. A urbanidade é o oposto da insegurança, visto que, a possibilidade de ter um local atrativo e seguro é um aspecto ligado essencialmente a espaços democráticos.

A cidade é a rua, a cidade são as pessoas e as ruas da cidade. Onde se faz presente a cidadania individualmente e coletivamente (RAMON *et al*, 2014, p. 14). O conceito de urbanidade mostra-se ainda mais complexo quando realizamos recortes de gênero e raça, principalmente ao entender a interseccionalidade entre as diferentes opressões que regem a nossa sociedade e refletem diretamente a forma e o espaço de nossas cidades. A possibilidade de obter uma

cidade destinada a todas as pessoas, um local agradável e hospitaleiro são alguns dos critérios pertencentes a um ambiente com urbanidade. Esta qualidade não é apenas uma sensação ou algo imaterial, e sim, algo essencialmente concreto, ainda que tenha efeito direto no comportamento das pessoas no espaço (AGUIAR, 2012). A segurança vai além de uma sensação. É planejamento urbano. Sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano, em geral é a própria movimentação de pessoas que tornam um lugar mais atrativo e convidativo (GEHL, 2013, p. 91). A segurança é peça fundamental do direito à cidade.

### **Cinema *Noir***

Não existe um consenso sobre o que precisamente define um filme *noir* (LIRA, 2015, p. 27). No entender de PAVÉS (2003 *apud* LIRA, 2015) seria a repetição de temas, tipos de personagens, cenários, técnicas e elementos iconográficos que levam ao agrupamento de diversos filmes com a classificação de *noir*.

O cinema *noir* consiste num desvio ou evolução dentro do vasto campo do gênero drama criminal, que teve o seu apogeu durante os anos 40 até meados dos anos 50 e foi uma resposta às condições sociais, históricas e culturais reinantes na América durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra. Nele se combinam, basicamente, as formas da ficção criminal americana (...) com um estilo visual inspirado nos filmes expressionistas dos anos 20 (MATTO, 2001, p.23 *apud* LIRA, 2015, p.27).

No estilo visual, o enfoque privilegia as significações expressas na iluminação em estreita conformidade com o tema dos filmes

(morte, queda mortal, niilismo, mistério etc.) (LIRA, 2015, p. 36). As cores, a noite e a cenografia fazem parte da narrativa e ajudam a imergir o espectador nas histórias. Grande parte dos enredos ocorrem somente no turno da noite. A escuridão e a falta de movimentação de pessoas dão palco para a violência e crimes. A arquitetura presente nos cenários dos filmes *noirs*, é aquela composta por espelhos, portões de ferro, grandes frontões, arcos, lampiões de rua, escadas e janelas. A estética construída através destes elementos arquitetônicos pode simbolizar temas, sentimentos e até mesmo uma própria linguagem para adentrar o espectador na narrativa.

Os objetos, em muitas cenas, funcionam como signos conotativos. Nesse universo percebemos elementos cenográficos que simbolizam temas como a asfixia, a teia das relações, os sentimentos persecutórios entre as personagens num jogo constante de manipulação, sedução e engano (ORTEGOSA, 2010, p. 40). Cada objeto, elemento arquitetônico, a iluminação, os planos e os enquadramentos podem provocar sentimentos diferentes. São representações simbólicas para enfatizar o contexto do qual está se tratando. A cenografia não só faz parte como também é a própria narrativa. Edificações repletas de grades ou fachadas cegas, ruas inacessíveis, iluminação baixa e espaços não convidativos para pedestres, contribuem para a sensação de cidades inseguras e repelem a presença acentuada de pessoas na rua durante os principais momentos de violência, na penumbra da noite.

## Intersecções de gênero no direito à cidade

É no espaço público que os cidadãos conquistam seus direitos e os exercem, os defendem e os ampliam. (...) O espaço público não é somente um direito específico, é também um fator essencial para o exercício de outros direitos, sociais, culturais, econômicos e políticos (RAMON *et al*, 2014, p. 19).

Para LEFEBVRE (2001), o direito à cidade é muito mais que algo individual, considera-se como um direito coletivo de liberdade, escolhas e mudanças além do acesso aos recursos urbanos. É o poder coletivo de remodelar os processos de urbanização e é um dos direitos humanos mais preciosos e também, negligenciados (HARVEY, 2014). No Estatuto da Cidade, o direito a cidades sustentáveis abrange "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2001, p.15). É preciso analisar o direito à cidade de modo interseccional, pautando principalmente nos aspectos de raça, gênero e classe.

As desigualdades de gênero se materializam nas cidades, obtendo impacto direto no cotidiano da vivência das mulheres e no exercício de seus direitos. As diversas formas de violência praticadas contra as mulheres caracterizam um fenômeno multifacetado (político, econômico e cultural) que perpassa gerações e entrelaça as perspectivas de raça, classe social e gênero (DAVIS, 2016; CRENDHAW, 1989 *apud* BELLO; BELEZA, 2019, p. 742). A mulher como um componente da sociedade, necessita ser vista e reconhecida

como destinatária de políticas urbanas que possibilitem o acolhimento das diferenças relativas ao gênero feminino e permitam sua presença em condições de intervir e usufruir igualmente do espaço público (IBDU, 2017). É necessário estar ciente da interseccionalidade inerente aos estudos de gênero, pois as opressões não apenas se somam, como também se relacionam entre si, estabelecendo novas situações de opressão, mulheres negras vivenciam a cidade de maneira diferente de mulheres brancas, tal fato pode ser analisado historicamente a partir de toda a carga escravocrata brasileira que ainda persiste no nosso cotidiano atual.

As mulheres das famílias oligárquicas brasileiras foram, por muito tempo, mantidas como um objeto recluso dentro das suas casas. Raramente saíam as ruas para outro fim que não "o passeio" ou a missa e, quando o faziam, estavam sempre acompanhadas. As compras eram feitas por serviçais, pois "uma senhora respeitável não entraria numa loja". Segundo Margareth Rego, as mulheres pobres - "lavadeiras, agregadas, escravas" - que exerciam outras profissões que não a prostituição, eram facilmente confundidas com prostitutas apenas por circularem fora do âmbito privado das casas. (RAGO, 1991 *apud* HELENE, 2015).

Observa-se que o corpo da mulher negra sofre constantemente com a hiperssexualização e desumanização, frutos das opressões de raça e gênero, estas sofrem dupla opressão e estão ainda mais longe do direito à cidade. É curioso que os estudos sobre a cidade e as políticas urbanas tenham levado em conta, por bastante tempo, um tipo de sujeito individual como representante de uma minoria do conjunto da população: um homem adulto, heterossexual e chefe de família. As mulheres, as crianças, adolescentes, idosos e as

minorias culturais e sexuais, não eram levados em conta (RAMON *et al*, 2014, p. 12), o que nos faz entender os interesses pelo espaço público, assim:

A questão do espaço público é sempre uma questão altamente política. Se trata do conflito permanente entre a vocação do poder público que pretende um restrito controle do espaço público, o interesse dos atores econômicos com poder e interesse em acumular capital no meio urbano e as aspirações e necessidades da maioria dos cidadãos para conquistar os direitos cidadãos o direito da cidade que incluem os direitos estritamente urbanos e os direitos socioeconômicos, culturais e políticos que os permitem exercer como cidadãos livres e iguais. O cenário indispensável é o espaço público. O espaço que contém o tempo e a memória. E é também o espaço da esperança, a conquista de um futuro mais justo e solidário." (RAMON *et al*, 2014, p. 20).

A inserção da mulher no âmbito das decisões sobre o uso e a ocupação da cidade é essencial para o fortalecimento do Estado Democrático garantidor da igualdade sem discriminação. A visão majoritariamente masculina sobre a cidade massacra a pluralidade de vivências de gênero e provoca dificuldades inadmissíveis no acesso e na participação da mulher na vida urbana (IBDU, 2017).

### **“E eu não sou uma mulher?": interseccionalidade entre raça, gênero e o direito à cidade**

Em 1851, Sojourner Truth, ex-escrava que se tornou oradora, fez seu famoso discurso intitulado “E não sou eu uma mulher?” Na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, em que dizia: Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores

lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (RIBEIRO, 2018, pág. 51)

Há dois séculos, Sojourner Truth já abordava a necessidade da interseccionalidade nos estudos sobre gênero. Durante os longos períodos escravocratas, a mulher negra era destituída de gênero e era nada mais do que uma unidade de trabalho sem qualquer consideração de humanidade. Os senhores mantinham relações por conveniência com as mulheres negras escravizadas, quando poderia ser lucrativo explorá-las tal qual era feito com os homens, eram vistas apenas como um corpo negro sem qualquer distinção de gênero, entretanto quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas com abusos sexuais e outros maus-tratos cabíveis apenas para mulheres, ainda não eram vistas como mulheres, mas como fêmeas (DAVIS, 2016).

A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas. O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de

hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (NASCIMENTO, 1978, pág. 63).

Desde o período escravocrata, a cidade foi planejada como um instrumento de exclusão de negros e indígenas. Ainda são desenvolvidos poucos estudos de como o direito à cidade no Brasil está há séculos de distância das mulheres negras. Nossa vivência é marcada pelas heranças e as firmes estruturas do racismo que opera em todos os aspectos da nossa sociedade. Falar sobre a cidade na perspectiva da mulher negra não é apenas realizar um recorte, mas fazer uma reparação fundamental e indispensável em toda a história da construção social brasileira. Todas as nossas relações foram pautadas a partir de uma construção racista e a formação e o planejamento das cidades materializam todas as opressões.

A autora AKOTIRENE (2019, p.24) aborda a interseccionalidade como um caminho que permite a criticidade política com o objetivo de compreender a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. O racismo, o classicismo e o patriarcalismo formam uma encruzilhada em que mulheres negras vivenciam toda as desigualdades e amarguras do Brasil, país que nunca analisou e deu a devida importância para como tudo o que vivemos hoje são apenas as consequências de um passado de muito sofrimento e sangue negro derramado na construção de nossas cidades. É preciso fugir de

análises simplistas para reconhecer as especificidades que estão acometidas e interseccionadas as vivências das mulheres brasileiras.

No Brasil colonial, mulheres brancas não saíam as ruas com frequência, apenas para passeios rápidos em companhia de seus pais ou cônjuges e sempre acompanhadas de negros escravizados para segurar suas bolsas, sombrinhas e até carregá-las. As mulheres que estavam nas ruas eram as que precisavam encontrar maneiras de sobreviver, o direito ao trabalho destas mulheres nunca foi sequer um alvo de reivindicação, pois o labor foi uma imposição obrigatória e sofrida desde a infância. Negras escravizadas e ex-escravas, prostitutas, lavadeiras e mulheres pobres já estavam no espaço das ruas há muito séculos na busca de resistir a todas as formas de opressões.

Compreender as intersecções que interceptam o direito à cidade revelam quem vive mais distante de alcançá-lo. Quanto maior o número de opressões vividas por um indivíduo, maior será a sua dificuldade de obter seus direitos humanos em sua plenitude. É preciso primeiramente atentar-se o olhar a essas diferenças e exclusões, para em seguida analisar e compreender. RIBEIRO (2017), aborda o lugar de fala e suas implicações na ideia de universalidade de discursos. Quando deixamos de ouvir uma perspectiva da história, estamos contribuindo para um enorme apagamento histórico-social em prol de uma falsa visão única e absoluta marcada por uma autoridade discursiva.

## **Ser mulher na noite do Centro Histórico: Um enredo *noir*?**

Na segunda metade do século XX, o Centro Histórico de São Luís passou a abrigar cada vez menos famílias e as atividades começaram a se concentrar principalmente nos setores comerciais. Com a expansão da cidade, a abertura e pavimentação de novas avenidas, como a Avenida Getúlio Vargas, propiciou a transferência da população de alta renda para redondezas cada vez mais afastadas do centro. Além disso, uma parte do Centro Histórico foi alvo de uma segregação legalizada pelo governo, uma zona de prostituição foi acometida nesta região.

A desvalorização e a marginalização do centro foi ficando cada vez mais evidente, a imagem social de um ambiente de famílias aristocratas e refinamento ruiu à medida que a população mais pobre chegava ao centro. Com a construção de pontes, os pontos principais da cidade foram transferidos para "o outro lado da ponte", contribuindo ainda mais para o isolamento e segregação do centro histórico, outrora berço da valorização e da riqueza ludovicense. O abandono colocou em risco inúmeras edificações e elementos arquitetônicos originais, até que em 2000, o projeto Reviver foi responsável por requalificar diversas praças, casarões e ruas históricas. Entretanto, tantos anos de desvalorização e marginalização resultaram na falta de um ritmo homogêneo de pessoas até os dias atuais, muitos casarões encontram-se

abandonados ou com funcionamento comercial apenas durante o dia, a iluminação de muitos lampiões é fraca ou inexistente, propiciando ruas inteiras completamente escuras e sem movimentação durante a noite, trazendo grande sensação de insegurança.

Na noite do centro histórico de São Luís, os casarões têm suas fachadas de azulejo iluminadas por lampiões do século XIX. Os lampiões são elementos característicos das ruas do Centro Histórico até os dias atuais, a iluminação nas ruas é composta por lampiões em grande parte dos filmes *noirs*. A iluminação no Centro Histórico de São Luís tende a não ser tão efetiva devido ao grande número de lampiões quebrados, além da intensidade da luz não ser tão forte. Durante a noite, a ausência de lampiões torna-se responsável pela mitigação de passos e mudanças de caminho em busca de espaços possuidores de urbanidade. Durante as entrevistas realizadas nas pesquisas de campo deste trabalho, 84,4% das mulheres declaram que se sentem mais inseguras no Centro Histórico durante a noite e 81,7% expuseram que a falta de iluminação é um dos fatores principais que geram essa sensação. Detalhe determinante no cinema, sobretudo nos filmes do cinema *noir*, a iluminação corrobora com a sensação ou não de segurança.

A arquitetura, dentro ou fora da tela do cinema, tem uma relação íntima com a iluminação. A iluminação influencia o conforto, proporciona descanso e tranquilidade, alívio, salubridade, etc. Ao mesmo tempo, se usada de forma experimental, pode causar o inverso: mal-estar, vertigem, inquietação, etc. Tudo

depende da técnica usada. Comercialmente falando, o uso da iluminação geralmente é padronizado, pois sempre preza pelo conforto. Cenograficamente, mais importante do que conforto é passar uma mensagem, narrar. (JOSINO, 2017, p.48)

Na estética *noir*, a luz tem grande valor simbólico e é um elemento narrativo para expressar a subjetividade de um personagem, a tensão e os signos de uma cena. Tão importante como compreender o uso da luz nesta estética, é preciso estar ciente também de sua antítese, a sombra. Os símbolos nictomórficos fazem parte do Regime Noturno de Durand (2002), associados à noite, escuridão, tristeza e depressão enquanto a luz é associada ao celestial, a verdade e a pureza. Durand (2002) destaca a relevância do contraste entre luz e sombra como essenciais para a construção do cenário poético. A luz e a sombra são os suportes desta estética, aspecto fortemente influenciado pelo expressionismo alemão. É na escuridão das ruas que os principais crimes ocorrem. A violência e a opressão encontram o seu lugar ideal na penumbra da noite. As ruas iluminadas por poucos lampiões, mostram-se o cenário perfeito para o medo e para a insegurança. No filme *Almas Perversas* (1945), em uma rua deserta e pouco iluminada, a protagonista Kitty é agredida por um homem desconhecido, podemos verificar que o cenário torna a situação mais amedrontadora para a personagem, corroborando com a violência exercida pelo agressor. No Centro Histórico de São Luís, a paisagem urbana é bem semelhante.

**Figura 1 - Cena de violência de gênero (á esquerda) e a personagem Kitty encostada em um dos poucos lampiões da rua em que foi agredida (à direita).**



Fonte: Almas Perversas / Ano: 1945 / Direção: Fritz Lang

**Figura 2 - Rua da Palma no Centro Histórico**



Fonte: Arquivo pessoal / Ano: 2019

Fachadas de intimidação, hostilidade e os aspectos de fortaleza compõe a estética de uma arquitetura do medo, sendo esta, o oposto da urbanidade. "A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as

capacidades adequadas e esforços necessários, é possível obter uma segurança completa" (BAUMAN, 2009, p. 09). O aspecto de fortaleza e proteção interna já compõem intrinsecamente a tipologia arquitetônica dos casarões coloniais do Centro Histórico, além disso, caminhando pelas ruas, a sensação de insegurança fica ainda mais evidente pela constante busca de proteção materializada pelos inúmeros portões de ferro tralhados e outros tipos de gradeados. O medo da rua e de tudo que faz parte do exterior é demonstrado pela presença destes portões bastante robustos. A semelhança com a cenografia *noir* mais uma vez mostra-se evidente, obras como 'Envolto nas sombras' (1946) e 'O beijo da morte' (1947) enfatizam a presença destes elementos como símbolo na construção da estética das ruas inseguras. O uso de portões de ferro também é visto em vários casarões no Centro Histórico de São Luís.

**Figura 3 - Portões gradeados de ferro em filmes *noirs***



Fonte: Frame de Envolto nas sombras / Ano: 1946 / Direção: Henry Hathaway (à esquerda); Fonte: Frame de O beijo da morte / Ano: 1947 / Direção: Henry Hathaway (à direita).

**Figura 4 - Portões gradeados de ferro na Rua da Palma no Centro Histórico de São Luís.**



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Caminhar em uma rua tranquilamente independente do horário ainda é uma realidade muito distante para as mulheres. O direito à rua, o direito de ir e vir e o direito à cidade estagnam na pluralidade de corpos e gêneros. Se tem observado como as mulheres restringem ao mínimo seus movimentos pela cidade com o objetivo de minimizar sua percepção de medo e dos espaços públicos (PAIN, 1997; OLWEN, 2006 *apud* RAMON *et al*, 2014, p. 27-28).

Para compreendermos a vivência e traçar dados de comportamento das mulheres no Centro Histórico, realizamos uma entrevista com mais de 90 mulheres ludovicenses. É fundamental analisar não apenas a vivência feminina no Centro Histórico, mas também, de que maneira a corpografia da mulher é vista de modo

interseccional. Sobre violências sofridas, a grande maioria declarou já ter passado por importunação sexual enquanto outras relataram casos de assaltos e até agressão física. Entretanto, apenas 6,5% já realizaram algum tipo de denúncia, o que demonstra certa subnotificação de casos sofridos segundo os órgãos policiais. Entre os espaços mais evitados, 78% expõem os becos e ruas estreitas e/ou com pouca movimentação, enquanto outras citaram lugares como a Praça João Lisboa e áreas mais próximas do bairro Desterro. É interessante notar como vivemos consequências de nossa história, as áreas mais evitadas atualmente são as mesmas que na segunda metade do século XX foram alvo de uma segregação legalizada pelo Governo Federal a fim de que pessoas pobres, prostitutas ou que não atendessem ao padrão aristocrata dos moradores dos casarões coloniais de alta renda.

A mulher negra sente a cidade de uma forma totalmente diferente da mulher branca, e essas concepções não podem ser ignoradas quando se analisa as violências sofridas no espaço urbano, porque muitas delas decorrentes dessa característica de dominação e hierarquização advindas desde o Brasil escravista e colonial (PIRES, 2016 apud BELLO; BELEZA, 2019, p. 744). Durante as entrevistas realizadas, 90% das mulheres negras declararam já ter sofrido algum tipo de discriminação pelas ruas do Centro Histórico e 67% relataram que foram situações geradas por policiais. É essencial notar o grande abismo na vivência das mulheres a partir de um viés racial, no Centro

Histórico, enquanto em muitos relatos criticavam a falta de policiamento, em outros, as críticas eram acerca da intimidação e violências sofridas pela instituição policial, sendo respectivamente, entrevistadas brancas e negras.

Realizando um paralelo com os enredos *noirs*, as vivências negras foram e continuam sendo, muitas vezes, invisibilizadas. Personagens negras são extremamente incomuns nestes filmes, e quando se fazem presentes, estão em contrapartida com as personagens brancas, geralmente protagonistas ou de grande destaque, conhecidas pela vaidade, fragilidade e beleza e que exercem trabalhos glamourosos ou apenas vivem sem se importar em obter alguma atividade, enquanto personagens negras se reduzem ao ambiente do trabalho braçal, sem demonstração de sentimentos e carregadas por percepções desumanizadoras.

O Centro Histórico de São Luís carrega consigo uma grande herança escravocrata, visto que toda a força de trabalho que construiu suas edificações fora de africanos escravizados. A desumanização dos corpos femininos pretos resultou nos estereótipos de total falta de sensibilidade e hiperssexualização. Ser negra e mulher na noite do Centro Histórico é caminhar com vários medos, as opressões somam-se sufocam toda a possibilidade de urbanidade e direito à cidade. Um local escolhido para a segregação de prostitutas, que são majoritariamente negras, acostumou-se ao olhar racista e desumano ao se deparar com uma corpografia negra.

Ser mulher na noite do Centro Histórico de São Luís se aproxima de um enredo *noir* pelo constante suspense do que se pode acontecer ao dar mais um passo. A arquitetura intimidadora, as inúmeras edificações abandonadas, as ruas pouco movimentadas e mal iluminadas dão palco para a sensação de insegurança. Cinema e cidade se cruzam pela construção da estética do medo, mas ao contrário de um filme com hora para acabar, essa sensação permanece intensa nas ruas abandonadas do Centro Histórico. As fachadas cegas, a pouca mobilidade no percurso até os terminais e paradas de ônibus, as ruas desertas e escuras contribuem para que as mulheres não se sintam capazes de serem vistas ou ouvidas caso necessitam em alguma situação de perigo.

Durante as pesquisas de campo realizadas, colhemos vários relatos acerca de violências e situações vividas por mulheres na noite do Centro Histórico. Mulheres entre 17 e 60 anos expuseram diversas situações em que apenas observaram violências com terceiros ou foram vítimas.

Quando eu era adolescente, voltava da escola por volta das 18h30. Avistei um homem vindo em minha direção com as mãos dentro da calça e saí correndo em direção à Avenida Magalhães de Almeida e gritei um nome feminino aleatório para chamar a atenção de outras garotas que andavam pela rua para ter companhia até a parada de van. As meninas me olharam assustadas, mas facilmente entenderam a situação e fui junto a elas para o ponto de embarque. Eu não as conhecia, mas existe algo, um olhar e um pavor que todas as mulheres conhecem, e elas, adolescentes assim como eu, também conheciam. (Anônima, negra, 22 anos)

Já presenciei assalto, casos de assédio à colegas minhas e comigo, violência policial com jovens em dias mais cheios (sextas-feiras), violência física entre moradores de rua e também de donos de estabelecimentos com moradores de rua e pedintes. (Anônima, branca, 22 anos)

As entrevistas expuseram várias localidades que se sentem mais inseguras nas noites no Centro Histórico. Entre os locais mais citados também estão os becos, com ênfase ao Beco da Bosta, a Rua do Giz, a Avenida Henrique Leal e as ruas próximas ao Convento das Mercês. “Evito ir próximo ao Convento das Mercês, rua da saúde, rua do deserto, rua da palma, Rua Nazareth e Beco da Catarina Mina. (Anônima, amarela, 33 anos)”; “Não vou para as ruas com escadarias. Por serem pontos de pouca iluminação e movimentação. (Anônima, negra, 21)”; “Becos muito estreitos à noite sozinha (rua ao lado da FAU) e ruas mal iluminadas (rua do Banco do Brasil próximo à avenida). (Anônima, branca, 21 anos)”. Para ilustrar estes espaços em que a sensação de insegurança é mais intensa segundo os resultados da pesquisa de campo, foi realizado um mapa evidenciado as ruas consideradas inseguras, com pouca iluminação e/ou movimentação:

**Figura 5 - Mapa da insegurança de gênero do Centro Histórico de São Luís**



Fonte: ANCHIETA, Larissa, 2021.

O número de ruas e espaços considerados inseguros no Centro Histórico pelas mulheres, revelam como o planejamento urbano não foi pensando por uma perspectiva de gênero. A tensão de um filme *noir*, a noite escura e deserta se assemelha ao Centro Histórico e resalta vivências marcadas pelo medo, mitigação de caminhos e a impossibilidade de usufruir do direito à cidade. Em sua arquitetura e elementos, o Centro Histórico de São Luís já seria um cenário perfeito para a produção de um filme *noir*, entretanto, realidade e ficção de misturam em um drama nada agradável e vivenciado diariamente por inúmeras mulheres que percorrem suas ruas à noite.

## **Por noites perigosas apenas em filmes: Soluções para um Centro Histórico mais acessível**

Como exposto nos capítulos anteriores, a sensação de insegurança não é apenas um sentimento imaterial do acaso, mas sim, a consequência de um conjunto de fatores materiais ligados a configuração do planejamento urbano e da arquitetura. Ao analisar os principais aspectos causadores da insegurança entre as mulheres na noite do Centro Histórico, verificamos possíveis soluções para que possamos obter um espaço mais acessível e de fato, coletivo. A iluminação é um dos principais aspectos expostos pelas entrevistadas durante esta pesquisa no que diz respeito a insegurança. Muitos lampiões encontram-se quebrados, vandalizados ou com problemas elétricos. Cabe aos setores públicos responsáveis realizar um levantamento do estado dos lampiões do Centro Histórico para que as manutenções possam ser efetivadas. Entretanto, apenas uma boa iluminação não resolve os problemas da insegurança e da inacessibilidade. “Quando não há olhos atentos, podem ocorrer crimes horrorosos em público, e ocorrem, nas bem iluminadas estações do metrô. Quase nunca ocorrem crimes em salas de espetáculos escuras, onde muitas pessoas e muitos olhos estão presentes.” (JACOBS, 1961. pág. 38). Todos os lampiões acesos e com boa qualidade não irão resolver o problema da insegurança do Centro Histórico, existe um conjunto de fatores que necessitam de atenção e diálogo para que isso possa acontecer.

Uma rua bem iluminada não é a única causa da ocorrência de movimentação de pedestres. Existem ruas vazias com boa iluminação, mas não o oposto. Com o avanço da revitalização do Centro Histórico, muitos lampiões estão ganhando manutenção e reparos, mas ainda é perceptível o grande número de ruas vazias. Fachadas cegas e casarões abandonos configuram este conjunto de tantos fatores já citados anteriormente responsáveis pela sensação de insegurança. A insegurança vem pelo vazio, o silêncio e o invisível. Logo, uma das maneiras mais eficazes de tornar o Centro Histórico seguro é ocupando-o. O movimento de turistas não é suficiente, necessita-se de moradores, pessoas que vivam no Centro Histórico e que se sintam confortáveis para realizar suas atividades diárias sem precisar deslocar-se a outros bairros. A quantidade de casarões abandonados é grande e a quantidade de pessoas sem acesso à moradia que vivem pelas ruas do Centro Histórico também é. Entretanto, tornar o direito à moradia efetivo e trazer possibilidades de ocupação fixa não é o bastante. Moradores necessitam de um bairro com usos mistos: comércio, padarias, escolas, locais de lazer e que possam oferecer algum tipo de trabalho. Ter pessoas morando no Centro Histórico é uma forma de ocupação que deixa evidente os “olhos da rua” citados por JACOBS (1961).

Usos mistos possibilitam diversidade de públicos. Turistas, visitantes, moradores, trabalhadores, estudantes e outros públicos necessitam de diversos serviços ao longo do tempo decorrido em

qualquer bairro para que possam sentir acolhimento urbano, a urbanidade. Soluções para alcançar a diversidade é compreender o próprio conceito e as possibilidades que se encontram no diverso. Diversos usos precisam estar aliados com mobilidades urbanas diversas. É necessário também diversidade nos setores públicos responsáveis pela gestão, principalmente das secretárias ligadas diretamente com o meio urbano, como tornar uma área segura para mulheres apenas com projetos e ideias vindas de homens?

Ocupar o Centro Histórico de formas diversas é possível ao verificar, analisar e construir usos mistos. Mas para que esta perspectiva seja ao menos imaginada, precisa-se de mulheres ocupando cargos nas gestões municipais e estaduais ligadas diretamente a questão urbana. Esta pesquisa realça problemáticas vivenciadas diretamente por centenas de mulheres, perspectivas que historicamente são invisibilizadas e que culminam para áreas segregadas, violência e insegurança. A ciência tem o poder de revolucionar realidades, vítimas da precarização do poder público e este por sua vez, necessita olhar com urgência para as pesquisas científicas, para os espaços públicos que em realidade são segregadores e principalmente, visando maneiras que evitem a materialização das opressões sociais refletidas na configuração de nossas cidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensação de insegurança na noite do Centro Histórico de São Luís limita o exercício dos direitos humanos das mulheres que o habitam, causando uma direta consequência comportamental e psicológica no seu cotidiano. Os contrastes entre os conceitos de urbanidade e insegurança urbana anulam-se e ditam a atratividade e conforto de qualquer cidade. Como pôde ser visto, no Centro Histórico a ausência de ruas movimentadas, fachadas abertas e boa iluminação dão lugar para a sensação contínua de insegurança que atinge diretamente quem sofre com as intersecções das opressões sociais. A vida urbana é o reflexo de todas as relações sociais, sendo, portanto, imprescindível analisar o urbanismo através de vertentes interseccionais capazes de compreender toda a carga histórica de séculos de opressões raciais e patriarcais.

Cinema e arquitetura relacionam-se na busca de construções estéticas capazes de gerar simbolismos do imaginário coletivo e a verossimilhança vivida pelo espectador. O cinema *noir* encontra a base dos enredos nas violências realizadas na obscuridade noturna, a câmera e os enquadramentos tornam-se os olhos para cenas invisíveis ao resto da cidade ao mesmo modo que a pesquisa científica analisa os aspectos contínuos, e muitas vezes pouco discutidos, da nossa realidade. As relações entre o Centro Histórico de São Luís e o cinema *noir* encontram-se não apenas na arquitetura e em elementos materiais, mas também nos casos de violência,

insegurança e medo. O comparativo entre a vivência da mulher na noite do Centro Histórico e nos enredos *noirs* encontram-se nos aspectos materiais da estética espaço urbano e no imaterial, todas as sensações nictomórficas que rondam as cenas *noirs*. A sensação de insegurança das mulheres na noite do Centro Histórico foi comprovada através das entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa e nas análises históricas e culturais que designam claramente todas as consequências envoltas das relações sociais existentes atualmente no nosso campo empírico.

Diversos fatores do planejamento urbano e da arquitetura podem prevenir a violência e a sensação de insegurança, tais como a pluriatividade, visibilidade e leitura dos espaços internos, mobiliários urbanos bem distribuídos para que convidem as pessoas a estarem nas ruas além de tipologias arquitetônicas que compreendam as edificações como parte da cidade. Um centro histórico democrático necessita de ruas e espaços acessíveis, incentivos para atividades culturais constantes em locais além que não se concentrem apenas em praças e ruas específicas, como atualmente, mas que compreenda uma região maior. A manutenção dos lampiões e até mesmo a inserção de novos é crucial para a urbanidade deste local. Os casarões abandonados podem tornar-se o lar de tantas pessoas em situação de rua que dormem nas calçadas dos mesmos e de quem necessita viver em péssimas condições de moradia. Diversidade de pessoas, usos, facilidade nos deslocamentos, segurança e conforto ao andar e parar.

A ocupação do solo seja com casarões ocupados ou mobiliário urbano é o principal meio de obter um espaço com maior urbanidade.

A vivência das mulheres em qualquer cidade não fictícia não pode ser um enredo *noir*. Ocupar de forma segura o Centro Histórico também é ter o próprio direcionamento e a autonomia de seus caminhos. A linguagem do cinema é uma ótima maneira de analisar nossas cidades, realidade e ficção andam juntas e dialogam sobre as perspectivas individuais e coletivas e durante esta pesquisa, foi possível analisar os laços do *noir* em cada passeio noturno do Centro Histórico, entretanto, eis um laço que precisa ser cortado urgentemente. O laço do *noir* na noite do Centro Histórico é uma das linhas que materializam as opressões de gênero.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: AGUIAR, D; NETTO, V. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo nas cidades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELLO, E; BELEZA, L. **As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos**. Revista de Direito da Cidade, vol. 11, n.2, p. 741-764, fev, 2019.

BETTON, G. **Estética do cinema**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, v. 02,n. 133, 11 jul. 2001.Seção I, p. 1-80.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEUS, L. **Arquitetura do medo x urbanidade**: Insegurança na paisagem arquitetônica de bairros de São Luís - MA. Trabalho de conclusão de curso. São Luís, 2016.

DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

IBDU. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, D. **Preta, Pobre, Puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas - Jardim Itatinga**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **História – São Luís (MA)**. Ano: 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1439>>. Acesso 28 de ago. 2020.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JOSINO, A. **Narrativas do espaço: O papel do arquiteto na concepção cenográfica do cinema.** UEMA: São Luís, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LIRA, B. **Cinema noir: a sombra como experiência estética e narrativa.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

LIRA, B. **Luz e Sombra: significações imaginárias na fotografia do cinema expressionista alemão.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

LOPES, J. **São Luís ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem.** São Luís: Servilla, 2008.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTEGOSA, M. **Cinema noir: espelho e fotografia.** São Paulo: Annablume, 2010.

RAMON, M; GUITART, A; FERRET, M. **Espacios públicos, género y diversidad: Geografías para unas ciudades inclusivas.** Barcelona: Icaria, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?.** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

URSSI, N. **A linguagem cenográfica.** USP: São Paulo, 2003.

## **ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS, MARANHÃO: A CAEMA e o atendimento dos bairros populares, 2013-2020**

Giovanna Silva Oliveira<sup>1</sup>

Frederico Lago Burnett<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Muitos defendem que estaríamos vivendo uma nova era geológica: o Antropoceno, que “representa um novo período da história do planeta, em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica” (FIOCRUZ, 2020). Constantemente, processos produtivos afetam e destroem a natureza, seja desrespeitando-a, seja afastando-a. Nessa lógica, o sentido de proteção e pensamento humano vai sendo esquecido nos projetos urbanos.

A imprescindibilidade de planejar e projetar o saneamento básico deveria ser óbvia, mas essa pauta ainda aguarda para receber a devida atenção. Atualmente são aproximadamente 2,4 bilhões de pessoas no mundo vivendo sem serviços básicos de tratamento de água e coleta de esgoto e dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que 7 em cada 10 pessoas vivem sem saneamento adequado (TRATA BRASIL, 2017). A escassez desses serviços afeta as pessoas em diversas escalas, partindo da sanitária abalando até

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

mesmo o âmbito educacional. Em locais com essa falta de amparo público, o desenvolvimento econômico e social fica em segundo plano, gerando um verdadeiro efeito dominó.

A água, por sua vez, também toma seu lugar de visibilidade no cenário mundial, principalmente pela necessidade de utilizá-la para fabricação diversos produtos ou até mesmo realizar ações está cada vez maior no Brasil. Tornou-se quase natural saber da disponibilidade irrisória de 0,3% de água própria para consumo perto das proporções da população e isso, com certeza, não está crescendo.

No papel tudo parece ser bem resolvido, pois a legislação que rege esse bem é muito bem elaborada no Brasil. A denominada Lei das Águas (Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997), instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PHRN), fundamentando os princípios e delegando as ações de uso e proteção da água. Entretanto, mesmo com regimentos, há números preocupantes no que se refere à recursos hídricos. Os piores indicadores de oferta de serviços estão nas regiões Norte e Nordeste, uma clara discriminação regional, pois são essas regiões que contam com menos condições de custear os serviços, haja vista a baixa renda per capita da população.

A região Nordeste do Brasil e o estado do Maranhão representam essa situação de tal forma que, na capital maranhense, a cidade de São Luís, a imprensa traz constantes questionamentos feitos por usuários dos serviços de abastecimento de água (SILVA, 2020).

Desde 2008, o Maranhão ocupa o terceiro lugar no quesito de aglomerados subnormais, atrás de Salvador e Belém, com cerca de 25% de sua população vivendo em irregularidade fundiária e urbanística. São Luís é produto de um contexto de desenvolvimento urbano modernista característico de cidades brasileiras, onde houve uma preocupação maior em urbanizar o espaço do que em oferecer serviços essenciais para a qualidade de vida da população, trazendo diversos problemas de estrutura física e administrativa como vemos atualmente, sufocando a capacidade do poder público municipal em resolvê-los (BURNETT, 2008).

Isso pode ser revertido com políticas públicas de saneamento básico pois ao ofertar redes de água e esgoto, há uma menor perda de água. O processo garante uma recuperação significativa de recuperação hídrica e assim, pode-se utilizar em ações básicas do cotidiano como (i) o reuso da água, proporcionando alívio na demanda e preservação de oferta de água para usos múltiplos; (ii) a reciclagem de nutrientes, proporcionando economia significativa de insumos, por exemplo, fertilizantes e ração animal; (iii) a ampliação de áreas irrigadas e a recuperação de áreas improdutivas ou degradadas; (iv) a redução do lançamento de esgotos em corpos receptores, contribuindo para a redução de impactos de poluição, contaminação e eutrofização (PROSAB, 2006).

Não faz muito tempo que o Brasil passou a se preocupar com esse quesito e o planejamento urbano hídrico tem seus primórdios

em 1970, com a criação do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, estabelecido pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, tendo como finalidade universalizar o acesso à água e ao esgoto (SILVA, 2020).

Com isso, foi decidida em 1971 – pela lei nº 3.3130 de março – a centralização da CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão) que passou a administrar todas as intervenções (antes de domínio da SANEL) de saneamento público do Maranhão. A partir de então, a capital ludovicense enquanto serviços de água e coleta de esgoto passou a ser administradas pela empresa de caráter misto, cuja sociedade é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital público e privado e a parte do capital público deve ser maior, pois a maioria das ações devem estar sob o controle do Poder Público. Vale ressaltar que em 2007 foram criadas as funções de gestão por meio da lei 11445/2007, que são quatro: planejamento, operação, regulação e fiscalização. A CAEMA atua na operação já que tal função o município pode exercer, mas é livre para empresas privadas, mistas, autarquias operarem já que é delegável para iniciativa privada ou estadual.

Mesmo diante de tantas normas e regras que buscam democratizar o acesso aos serviços básicos de saneamento, principalmente o uso e consumo da água, muitos lugares são excluídos do planejamento e execução dessas obras, deixando a população, assim, privada desse bem natural.

Em vista do exposto acima, o presente artigo busca analisar a oferta de serviço de abastecimento de água com foco em bairros populares de São Luís, a partir da perspectiva da universalidade desse bem natural que é a água. A primeira parte abordará o abastecimento em São Luís, ressaltando a concessionária responsável pelo abastecimento da capital, a CAEMA. Na segunda parte, será discutida a questão dos bairros populares, com seu significado e tudo que envolve seu processo de tratamento. Por fim, nas Considerações Finais, defende-se que a precariedade dos serviços em tais áreas se deve à falta de investimentos públicos, que priorizam outras regiões da cidade, limitando o acesso das populações de baixa renda aos serviços de abastecimento de água, descumprindo os preceitos constitucionais de equidade social.

## **ESTADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS E A CAEMA**

O processo histórico de abastecimento de água na capital maranhense tem raízes escravocratas, pois antes de 1850, quem dominava a questão de fornecimento de água eram os latifundiários. Donana Jansen, por exemplo, era proprietária e controlava as conhecidas fontes locais: Apicum e Vinhais Velho. Vale ressaltar que nesse período do século XIX, a posse escrava ainda era uma prática não criminosa e a atuação preta e pobre era totalmente voltada ao

uso da força utilizada para seus patrões na venda de água às camadas sociais mais abastadas (NASCIMENTO, 2020).

No final do ano de 1850, no entanto, o Estado iniciou uma batalha de controle das posses de fontes de água. A lei provincial nº 287 concedia contratações de empresas cuja finalidade fosse implantar e explorar águas do Rio Anil através de canalizações e, por fim, distribuir pela cidade. Então, em 1855, surge a Companhia de Águas do Rio Anil, pondo em prática a necessidade com venda de água por 60 anos, tendo como administrador das obras o Eng. Raimundo Teixeira Mendes (ANJOS, 2010)

Até alcançar os parâmetros atuais de abastecimento, a cidade conviveu com as epidemias de febre amarela, varíola e desinteira dos anos 1851 a 1856. E muitas outras concessões e diversos atores se revezaram na prestação dos serviços, como as empresas norte-americana que substituíram Teixeira Mendes na concessão dos serviços.

Após o golpe de 1964, o governo militar viu-se obrigado a responder ao desafio de intervir nos serviços de saneamento básico e com o advento do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, o governo do Maranhão teve que tomar a decisão de centralizar na então criada Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA. Em 1966, tem-se o vislumbre do sistema que hoje rege os serviços de abastecimento da capital através da Lei Estadual no 2.653, por exigência do PLANASA, que constituiu a Companhia de Águas e

Esgotos do Maranhão - CAEMA, empresa de economia mista voltada para a expansão dos serviços de saneamento básico nos municípios do interior do estado. Assim, todas as ações relativas à política de saneamento do estado, foram normatizadas por meio da Lei nº 3.130 de 30 de março de 1971 autorizou a incorporação da Companhia de Saneamento de São Luís (SANEL) pela CAEMA (SILVA, 2004).

Assim, a CAEMA atua regionalmente desde 1967. Até 2010, a empresa atendia com o tratamento de água 162 municípios dos 217 totais do Estado, sendo 149 em sedes municipais e em povoados. Ao todo são 561.395 ligações domiciliares no interior e na capital, que atendem uma população total de 2.742.902. Em termos de esgotamento sanitário, a empresa atende dois municípios: São Luís e Imperatriz. (CAEMA, 2011)

Quase a totalidade do atendimento da Companhia com perfil residencial (90%), com baixo nível quantitativo nos setores comercial, industriais ou públicos. A razão desta disparidade ocorre porque esses setores buscam alternativas privadas mais atrativas do ponto de vista econômico, gerando uma grande disparidade financeira no sistema. Nesse contexto, de alta demanda residencial, apenas 20% do total dos usuários contribuem com a CAEMA (SILVA,2021). Atualmente, o sistema produz cerca de 351 litros de água por hab./dia, mas disponibiliza apenas cerca de 125 litros e cobra somente o equivalente a 70 litros. Isso compromete a capacidade de investimento da empresa e essa situação se agrava visto que o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atualmente não tem financiamento para obras públicas. Uma lógica que parece apontar para o estímulo ao capital privado no setor de saneamento no país (SILVA, 2021).

Do ponto de vista dos recursos hídricos, o município de São Luís é bastante favorecido por cursos d'água, pois entre as Baías de São Marcos e São José, a capital possui dois rios. Anil e o Bacanga, que atravessam seu território e dividem a região histórica da cidade moderna. Além destes, outros rios importantes cortam o município, como o Paciência, o Jeniparana e o Santo Antônio. Com toda essa parcela hídrica, torna-se fácil deduzir que há uma disponibilidade apropriada de recursos pelo sistema de abastecimento. Apesar destas condições, o segundo, mesmo não passando pela ilha fornece o abastecimento que é o caso do rio Itapecuru.

É importante destacar que, no ponto de vista de abastecimento, que 70% da água de São Luís é oriunda do Sistema Italuís<sup>1</sup>, <sup>3</sup>a grande fonte de recursos de água potável da região. É integrado ao sistema paciência, sistema Sacavém e ao Batatã. Há sistemas feito por bateria de poços (Cidade Operaria) e poços isolados. A bateria de poços, comumente falado, trata-se do conjunto de poços fazendo captação de água e reservando para distribuir.

---

<sup>3</sup> Composto com o Sacavém/Batatã e o Paciência o sistema de abastecimento de água de São Luís, o Italuís é responsável pelo maior percentual de fornecimento da capital, captando água do rio Itapecuru, no município de Bacabeira. Sua construção foi iniciada em 1982, em função da vinda da Alumiar, com alto consumo de água em seu processo industrial. (SILVA, 2015).

Poços isolados são encontrados nas comunidades lançando diretamente nas redes de água. Ressaltando a questão de perda não só energética como hídrica também. Física, vazamento em rede. Aparente uso irregular da água, sangria, ligação clandestina.

Tendo crescido de modo exponencial através de ocupações populares, não é à toa que São Luís possui uma das maiores ocupações da América Latina: a Cidade Olímpica. Diante da realidade dessas ocupações, a CAEMA tem se eximido de suas responsabilidades, justificando sua omissão pela necessidade de licenciamento e pela condição de irregularidade fundiária, declara não haver possibilidade de execução dos serviços. Abandonada pela Companhia, a própria população assume a instalação do abastecimento de água: compra os canos e faz a ligação em alguma rede da concessionária (SILVA, 2021).

A capital já chegou a ser mencionada em uma das pesquisas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) com os piores números relacionados a disponibilidade de abastecimento de água. Segundo tais dados, em 2018, 18,0% da população não possuía acesso à água enquanto no Distrito Federal, por exemplo, essa porcentagem é de apenas 1%. A análise, portanto, do tratamento dos serviços de abastecimento, quem o promove e as regiões que recebem esses serviços é primordial para compreender os impactos físicos e sociais.

Ainda mais agravante são as perdas d'água de São Luís: com 66,2% de desperdício hídrico, a capital excede a média nacional no quesito, quando a perda média do país é de 38,3% (TRATA BRASIL, 2020). O indicador de perdas na distribuição em São Luís mostra o volume de água potável produzida, mas não efetivamente consumida pela população.

A CAEMA, portanto, é deficitária por conta da demanda muito grande seja dos clientes públicos ou privados e o estado por ser muito pobre acaba isentando uma parte da população do pagamento do serviço. Ainda a respeito disso, durante a pandemia, cerca de 80 mil famílias ficaram desobrigados do pagamento de água devido as condições óbvias e até mesmo apropriadas tendo em vista o contexto atual (SILVA,2021), o baixo nível de hidrometração<sup>4</sup> é outro fator a ser relacionado com as condições atuais dos serviços. O desperdício de água é alarmante e a população paga muito pouco pela quantidade de água que recebe. Para um índice de 88% de cobertura de abastecimento da área urbana, a empresa hoje atinge apenas 25% de hidrometração, fragmentado pela cidade. (ARAÚJO,2021)

De acordo com os dados da CAEMA em 2011, o sistema Italuís era responsável pelo fornecimento de 43% do montante de água

---

<sup>4</sup> Hidrometração é a relação entre a quantidade de ligações de águas medidas e o total de ligações de água de determinada região. Através do hidrômetro — aparelho que mede e indica o volume de água consumido em ligações domiciliares ou prediais — as companhias de saneamento asseguram pagamento sobre o consumo efetivo.

distribuído no município. Ainda, os poços isolados contribuíam com 28% do montante da água distribuída. O que já despertava preocupação, pela falta de monitoramento adequado. Os sistemas Sacavém, Cidade Operária, Paciência e Maiobão representavam juntos cerca de 29% da água distribuída a população do município (Anjos, 2006).

Do ponto de vista das tendências de universalização do serviço na capital maranhense, cabe atentar para o fato de que, no ano de 2000, as famílias não abastecidas de água por rede geral somavam um percentual de 19,56% do total de toda a população. Em 2010, em vez desse percentual diminuir, aumentou para 24,32% (PETRUS, 2013). Considerando que a população de São Luís cresceu 14,26% no período (870.028 hab. em 2000 e 1.014.837 hab. em 2010), o déficit no abastecimento de água em dez anos cresceu 10% em relação ao crescimento populacional. Ou seja, a precariedade do serviço em São Luís vai além do crescimento da população, atingindo mesmo aqueles que em algum momento tinham acesso ao abastecimento de água tratada.

## **O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS BAIRROS POPULARES DE SÃO LUÍS**

Ao tentar compreender o cerne da desigualdade de tratamento de serviços, intuitivamente se destaca a necessidade de atender a lógica da multiplicação de lucros. O valor da terra, o uso e

a ocupação do solo urbano serão direcionados pela reprodução do capital que fragmenta o espaço urbano em sub-regiões mais ou menos valorizados, sob o ponto de vista do mercado imobiliário, da localização, da infraestrutura urbana, da estabilidade dos terrenos e da oferta de bens e serviços públicos como saneamento básico, segurança, lazer, educação, saúde, comércio e transporte (SILVA, 2021).

Antes de tudo, por mais que o contexto de ambos sejam semelhantes, torna-se essencial distinguir bairros populares e bairros periféricos. O bairro periférico e popular convive com uma problemática socioespacial mais ou menos definida: está geograficamente distante do centro da cidade, denominado periferia e possui em sua maioria população de baixa renda e status sociais (SILVA,2021).

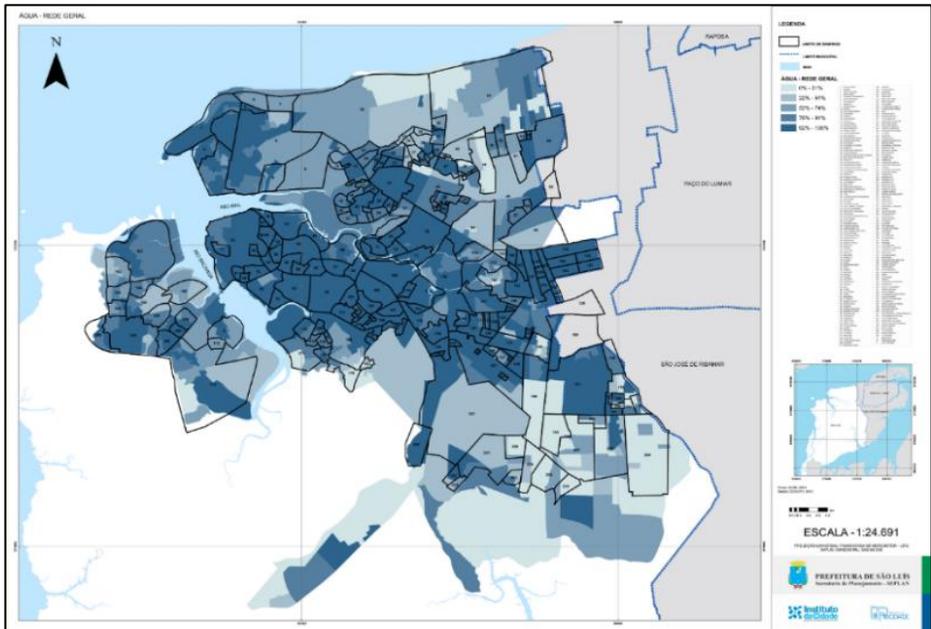
Esses espaços menos valorizados tomam suas formas, por muitas vezes desordenadamente, e se caracterizam de acordo com seu cotidiano, possibilidades financeiras e sociais. O reconhecimento mútuo das pessoas de renda baixa nesses locais favorece laços afetivos mais sólidos além de gerar uma força capaz de erguer esses próprios bairros populares, como foi o caso da Cidade Olímpica. Esse bairro surgiu a partir da resistência do movimento dos sem-teto que por falta de moradia, lutaram pelas terras e ampararam mais de dez mil famílias.

(...) os sem-teto se organizaram formando a Comissão dos Sem Teto, dando início ao cadastramento dos que

não tinham moradia. Foram cadastradas cerca de dez mil famílias. Começou-se a organização de Assembleias Gerais para dar início ao segundo movimento de ocupação, onde as decisões eram tomadas de forma coletiva. Por estarem mais organizados, no dia 29 de dezembro de 1996 a Comissão realizou uma Assembleia Geral, onde decidiram ocupar novamente (SOARES,2008).

[...] os bairros se diferenciam também pelo movimento de frequência nas ruas. Nos chamados bairros nobres, onde reside a população de alta renda, as ruas são vazias. Nos bairros populares – com população de baixo poder aquisitivo – a rua é quase a extensão da casa. (CARLOS, 2001). No governo do PT, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC foi instituído através da Lei 11.445, que mesmo representando um verdadeiro avanço no financiamento de políticas urbanas diversas, conviveu com muitas obras abandonadas por todo país (ARAÚJO,2021). Mais recentemente, em julho de 2020, foi criada a lei 14.026, o Novo Marco do Saneamento que, apesar do nome, muito já estava contemplado da lei 11.445, estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (BRASIL, 2007). No PAC, além dos quatro sistemas de esgotamento da Capital (Anil, Bacanga, Vinhais e São Francisco), também foram incluídos ao programa os sistemas de abastecimento de água dos Sistemas Italuís, Paciência, Batatã/Sacavém e Cidade Operária (ARAÚJO,2021).

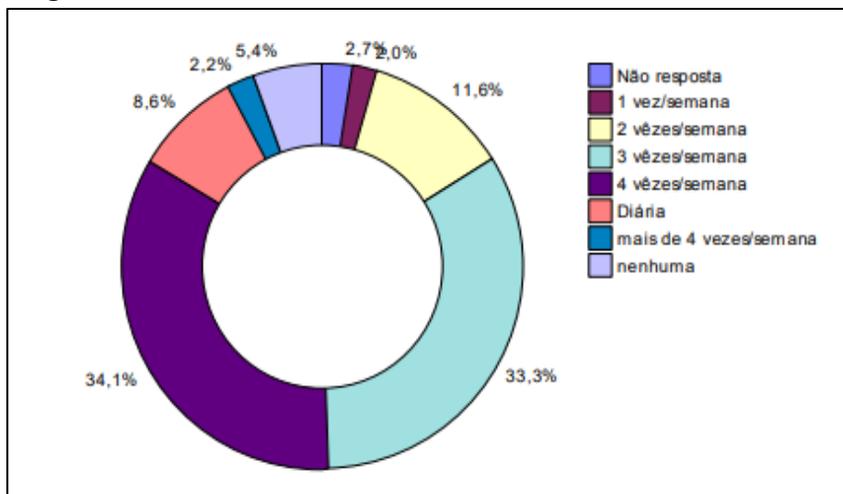
**Figura 1: São Luis, MA: Rede geral de abastecimento de água da CAEMA.**



Fonte: INCID, 2013.

Conforme a Figura 1, observa-se um grande foco de abastecimento de água na parte central do mapa, servida principalmente pelos Sistemas Italuís e Paciência. É possível aprofundar esses dados por meio da pesquisa realizada pelo Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza (GAEP) da Universidade Federal do Maranhão (SILVA et al., 2013).

**Figura 2: São Luis, MA. Frequência do fornecimento de água nos três sistemas de abastecimento da CAEMA.**



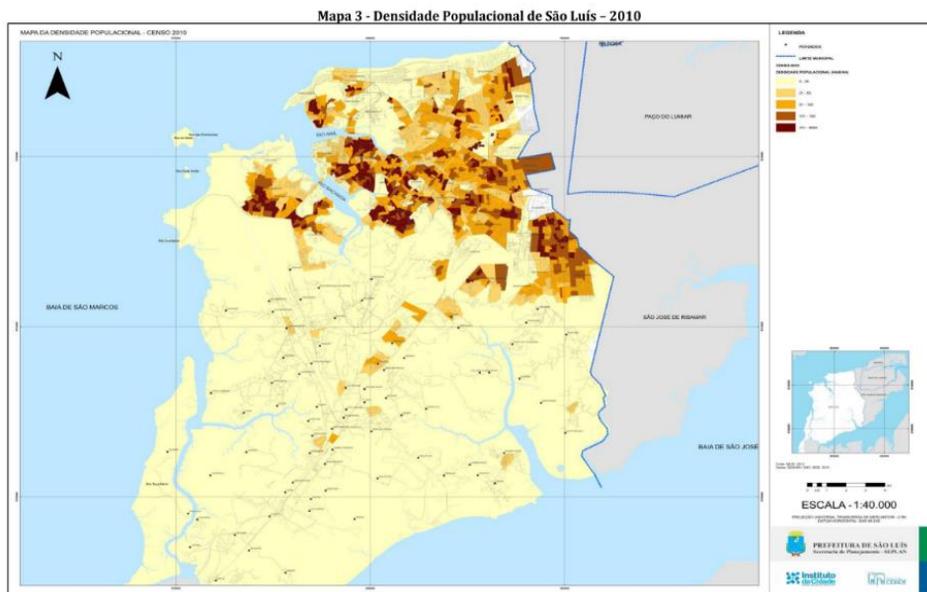
Fonte: SILVA et al., 2013

Levando em consideração a leitura do mapa da rede geral de água, foram levantados dados de abastecimento (Figura 2). O Sistema Italuis, atende cerca de 23 bairros tendo uma média de abastecimento chegando à 77,4%. Segundo dados fornecidos pela empresa CAEMA, em 2011, tal sistema era responsável pelo fornecimento de 43% do montante de água distribuído no município, poços isolados contribuíam com 28% e os sistemas Sacavém, Cidade Operária, Paciência e Maiobão representavam juntos cerca de 29% da água distribuída a população do município (ANJOS, 2006). Vale ressaltar, que a porcentagem de abastecimento não se trata a regularidade do sistema, mas apenas a chegada as casas.

Essa área é abrangida pelo Sistema Cidade Operária e possui cobertura de apenas 49,75%. Tal porcentagem se torna preocupante

visto a grande aglomeração populacional dessa região. Com cerca de 25 bairros, apenas dois já chamam atenção pela densidade entre 100 e 150 (HAB/HA); Cidade Operária e Cidade Olímpica.

**FIGURA 3: São Luís, MA: Densidade Populacional (Habitante/hectare).**

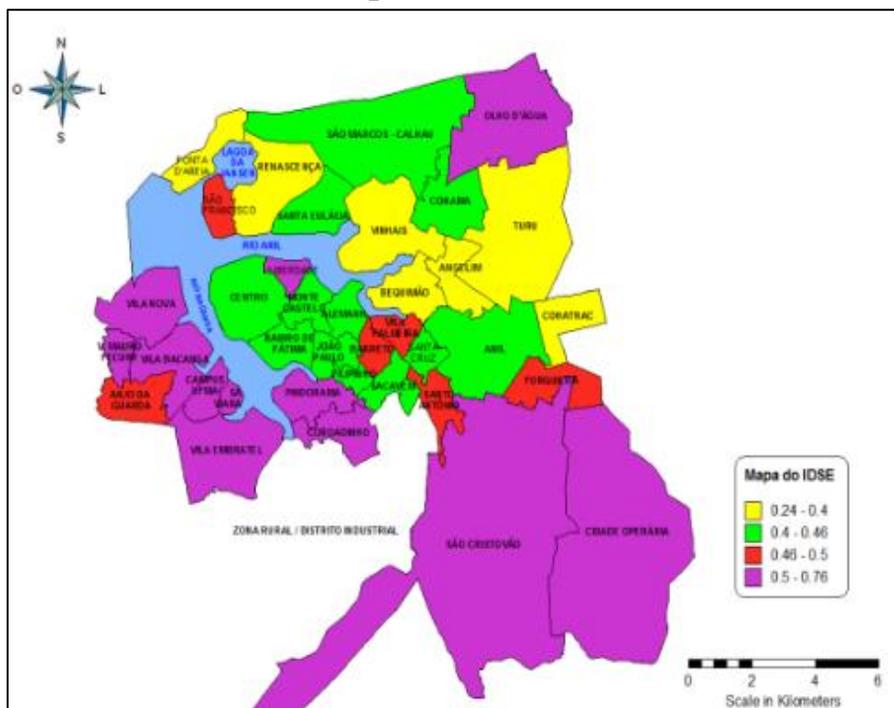


Fonte: São Luís, 2013.

Abordando também o tema da desigualdade em São Luís, o mapa da Figura 4 (PETRUS, 2015) aponta para a discrepância socioespacial em 37 grandes bairros do município. Comparando o Mapa da Rede Geral de Abastecimento de Água (Figura 1) com o Mapa do Índice de Desigualdade Socioespacial, identifica-se que são os mesmos bairros a padecer da escassez de abastecimento de água

em São Luís, fato que demonstra o acúmulo de precariedades e carências sobre os mesmos lugares e mesmos moradores.

**FIGURA 4: São Luís, MA: Mapa do Índice de Desigualdade Socioespacial, Censo 2000.**



Fonte: PETRUS, 2015

Por outro lado, a região de alta renda, com bairros como Renascença e Vinhais, cujos moradores possuem alto índice de desenvolvimento socioeconômico, tem como responsável pelo seu abastecimento o Sistema Italuís. Assim, entende-se que, ao receber mais investimentos destinados aos serviços disponibilizados pela CAEMA, essa região se distancia cada vez mais daquelas periféricas,

aumentando as disparidades e agravando as precariedades na universalização do abastecimento de água em São Luís.

A pesquisa demonstra que os bairros desfavorecidos, estão ratificados em todo estudo deste artigo: São Marcos/Calhau, Vila Nova, Coroadinho, Vila Mauro Fecury, Campus/UFMA, Sá Viana, Olho d'Água, Vila Embratel, Vila Bacanga, Cidade Operária, São Cristóvão e Pindorama. Importante observar que, pelo IDSE por bairros de São Luís não havia nenhum bairro com desigualdade socioespacial intensa na cidade de São Luís até o ano 2000. O bairro Vila Nova era o mais segregado de todos os estudados, com um Índice de 0,76, seguido pelos bairros Coroadinho e Vila Mauro Fecury, ambos com 0,66, Campus/UFMA (0,65), Sá Viana (0,64), Olho d'Água, Vila Embratel e Vila Bacanga (0,63), Cidade Operária, São Cristóvão e Pindorama (0,63) (PETRUS, 2015).

Os bairros de classe média-alta São Marcos/Calhau geram uma certa surpresa nesse cenário. O único que pode justificar é que no caso do Olho d'Água, apesar de ter famílias de padrão médio-alto e alto, está rodeado de zonas com apropriações indevidas, como Vila Luizão, Sol e Mar, Divineia, dentre outras (...) (PETRUS, 2013). Infelizmente, desde então, os indicadores comprovam um piora nos serviços de abastecimento de água, sintomaticamente nos bairros populares.

## CONCLUSÕES

Ao realizar esse estudo, buscou-se exemplificar e destacar aspectos socioeconômicos, sanitários e até mesmo ambientais que geram a escassez de serviços básicos e, principalmente, a falta de abastecimento de água em bairros populares de São Luís. Vale salientar que o fornecimento de serviços de abastecimento de água devia ser de reconhecida importância visto que diversas atividades rotineiras dele necessitam para diversos usos, além de ser condição indispensável para garantir qualidade na saúde.

As regiões periféricas possuem uma rede de distribuição de água de forma irregular, ou seja, não é todo o dia que há o abastecimento, chega-se à situação crítica de frequência de uma, duas vezes por semana e até ausência total do serviço para casas que o sistema da CAEMA abastece. Essa realidade faz com que a população manifeste uma imagem por demais negativa da empresa e dos serviços por ela prestados.

No entanto, essa é uma realidade atípica nesse contexto, pois a maioria dos bairros de São Luís, principalmente aqueles mais populares e periféricos, que foram ocupados sem oferta de serviços públicos, ainda se encontram em condições cujos equipamentos de planejamento são precários, padecendo de forma alarmante da baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água tratada. Assim, além de sofrer com a desigualdade socioespacial, os bairros populares ainda são penalizados com a desassistência de serviços públicos, com

destaque para um elemento tão essencial para a vida como é a água tratada.

## REFERÊNCIAS

ANJOS NETO, S. P. **Do Sistema de Esgotamento de São Luís**. São Luís: [s.n], 2010.

ALVES, J. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ARAÚJO, C. R. **Alinhamentos acerca da CAEMA**. [Entrevista concedida ao grupo de pesquisa LATESE]. São Luís, 16 jun. 2021.

BURNETT, F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

BURNETT, F. L. **O Enfrentamento das Precariedades Urbanas na Metrópole Maranhense: As ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luis, Maranhão, 2013 – 2020**. Projeto de Pesquisa, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, R. F. (Coord.) **Uso Racional da Água em edificações**. PROSAB – Edital IV. Rio de Janeiro: ABES, 2006. 352 p.

MARANHÃO. **Apresentação**. CAEMA São Luís, 11 jul. 2011. Disponível em: [http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=676](http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com_content&view=article&id=676). Acesso em: 10 jul. 2021.

NASCIMENTO, M. A. S. **Abastecimento de água no Município de São Luís (Maranhão), após 10 anos do marco regulatório 2007.** 2020. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) - UFMA, São Luís, 2020.

PETRUS, J. K. B., & PEREIRA JUNIOR, M. V. (2015). A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros - DOI 10.5216/ag.v9i2.37575. **Ateliê Geográfico**, 9(2), 170-189. <https://doi.org/10.5216/ag.v9i2.37575>

PETRUS, J. **Confrontando o Território com a Desigualdade Socioespacial da Cidade de São Luís - MA/Brasil.** Tese (Geografia, Planificaci3n Territorial y Gest3n Ambiental) - Universitat de Barcelona, Barcelona, 2013.

SILVA, M. O. S.; FERREIRA FILHO, E. D.; GUILHON, M. V. M., LIMA, V. F. S. A.; FURTADO, T. T. G. Diagn3stico Socioecon3mico das 3reas de abrang4ncia do projeto de esgotamento sanit3rio de S3o Lu3s (PAC-S3O LUIS). In **Observat3rio Social e do Trabalho**, Cadernos de Pesquisa, Ano 01 (dez. 2013), n3 02, Universidade Federal do Maranh3o, S3o Luis, 2013.

SILVA, I. **An3lise Preliminar dos Sistemas de Abastecimento de 3gua e Esgotamento Sanit3rio em S3o Lu3s do Maranh3o, Brasil: Um Enfoque Ambiental.** S3o Lu3s, 2015. 71 p Monografia (Interdisciplinar em Ci4ncia e Tecnologia) - Universidade Federal do Maranh3o, S3o Lu3s, 2015.

SILVA, R. C. **Produ33o do Espaço Urbano: Reflex3o Te3rica sobre o Bairro Perif3rico e Popular.** Revista Cientifica Multidisciplinar N3cleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 04, Vol. 15, pp. 89-99. Abril de 2021. ISSN: 2448-0959, Dispon3vel em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/geografia/periferico-e-popular>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/geografia/periferico-e-popular

SOARES, F. **Cidade Olímpica: A Memória da Luta pela Terra Urbana**. São Luís, 2008. 76 p Monografia (História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

SUASSUNA, J. **A má distribuição da água no Brasil**. Repórter Brasil. 04. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2004/04/b-artigo-b-a-ma-distribuicao-da-agua-no-brasil/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

TRATA BRASIL. **Reflexos do Saneamento no Mundo**. Trata Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/01/17/reflexos-do-saneamento-no-mundo/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

## **O QUE ACONTECE NA PRAÇA? UMA LEITURA DO COTIDIANO DA “PRAÇA DEODORO” EM SÃO LUÍS – MA, DE “PERTO E DE DENTRO” E EM AMBIENTES VIRTUAIS.**

Breno Vinícius Ribeiro Carlos<sup>1</sup>

Marcos Gabriel de Lima Carvalho<sup>2</sup>

Débora Garreto Borges<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A inquietação primitiva desta pesquisa que é aprender a cidade. Apreendê-la pelos sentidos, lê-la em todos os cantos e recantos, o que dizes “minha cidade”, como te revelas? Ruas, becos, largos, sobrados, ladeiras, praças cantam e contam em si mesmos – enquanto suporte material das práticas sociais, e nos praticantes e passantes, em tempos entrelaçados, histórias e memórias de um viver cotidiano eminentemente coletivo: a vida na cidade.

Na cidade, é nos espaços de uso público, que a vida pública urbana cotidiana tem plena expressão. Mais do que um simples espaço, o espaço livre público é um lugar ao adquirir definição e significado, ali acontecimentos simples tem o potencial de transformar-se em sentido de apropriação e de lugar. Dentre estas transformações, destaca-se um conjunto de alterações abruptas em escala global que impacta a vida das pessoas e, portanto, o viver cotidiano, tanto nos espaços privados como nos espaços livres

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo, UEMA, São Luís-MA.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo, UEMA, São Luís-MA.

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UEMA, São Luís-MA.

públicos, mediante a pandemia do novo coronavírus, causador da COVID-19.

Para além de uma localização geográfica, o lugar vem a se constituir como a concreta manifestação do habitar humano. Deste contexto, o espaço livre público é analisado enquanto local de expressão da vida cotidiana e nesta pesquisa a ênfase recai sobre as apropriações e as práticas cotidianas. Coloca-se, portanto, a seguinte questão: O que os espaços livres públicos urbanos através de suas práticas socioespaciais cotidianas revelam da cidade na contemporaneidade considerando o cenário pré-pandêmico e pandêmico?

A familiaridade com dada porção de espaço, faz torná-lo um lugar. Pois espaço e lugar são designações do nosso cotidiano, indicando experiências triviais do dia a dia. (TUAN, 1977). A cidade é um conjunto, o traçado urbano, os elementos arquitetônicos que a compõe, casas, monumentos, história, cultura, significados, experiências etc. Com o passar do tempo, a forma dos habitantes lidarem com a cidade passa por mudanças, em dias hodiernos com a supermodernidade, o indivíduo torna-se solitário, as preocupações da modernidade ocupam a mente e fazem com que este, tenha um deslocamento impessoal por espaços públicos (AUGÉ, 1992) que possuem importância ímpar para a cidade pelo fato de comportarem trocas, diretas ou indiretas.

Dessa forma, ao passo que se aprofunda nas vertentes do urbanismo, têm-se contato com o conceito da dimensão humana, entende-se a importância do planejamento urbano focado nos habitantes da cidade, os que a mantêm viva. Espaços livres, públicos e democráticos como a praça exercem harmonia social, pelo fato de juntar, oferecer segurança, movimentar o mercado, além de se comportarem como lugares de livre expressão, palcos de manifestações de cunho político, artístico ou social.

Com o advento da pandemia do COVID-19, a Praça Deodoro passa a ser bem menos frequentada. Surge, portanto, outros modos de visitar espaços públicos, transmissões ao vivo, vídeos de exposições, teatros, espetáculos, etc. Que garantiram acesso pela população a esses ambientes que assumem grande importância neste período tão conturbado, mesmo que virtualmente. Com uma leve queda nas taxas de contaminação e a adoção de medidas de prevenção, observou-se um retorno gradual da população às ruas. Os cidadãos encontraram nos espaços livres públicos uma forma de sair do isolamento social.

O estudo desses lugares permite a compreensão da cidade e do modo de vida urbano. Os espaços públicos revelam, por exemplo, o comportamento de quem por ali passa ou para. A leitura das atividades realizadas permite-nos perceber como as pessoas se apropriam do espaço e de suas práticas cotidianas.

Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender o sentido de lugar no espaço livre público urbano, particularmente na praça da cidade na contemporaneidade, através da leitura do cotidiano. De forma específica pretendeu-se analisar a praça enquanto espaço livre público a partir das ações cotidianas de seus praticantes, considerando o cenário pandêmico e pós-pandêmico; estudar os significados dos sentidos de lugar, espaço e lugar antropológico; realizar a leitura do cotidiano da “Praça Deodoro” em dias da semana e nos finais de semana, considerando o cenário pandêmico e pós-pandêmico e realizar a leitura do cotidiano da “Praça Deodoro” através da netnografia, considerando o cenário pandêmico e pós-pandêmico.

É importante ressaltar que o presente Projeto de Pesquisa vem somar ao que foi abordado no Projeto “O QUE ACONTECE NA PRAÇA? Uma leitura do cotidiano da “Praça Deodoro” em São Luís – MA, de “perto e de dentro”, realizado entre os anos de 2019 e 2020. Ambos têm como objeto de estudo o mesmo recorte e possuem como base os mesmos referenciais teóricos, mas se diferenciam pelo momento em que se inserem. O contexto da pandemia é o “divisor de águas” e avaliar seus impactos é um dos objetivos desta Pesquisa

## **METODOLOGIA**

O que se propôs para esta pesquisa é uma metodologia associativa que envolve o método de leitura da imagem de uma área

urbana e a etnografia urbana. O processo de aprofundamento do referencial teórico-metodológico se desenvolve partindo do conceito de lugar antropológico, presente no trabalho de Augé (1997), do lugar como “construção concreta e simbólica do espaço” (AUGÉ, 1997, p. 51).

A leitura imagem de uma área urbana é um método de conhecimento do meio urbano, através do qual é possível obter de forma direta e personalizada, um retrato global, crítico e interpretativo de uma área, “uma forma de ‘agarrar’ uma parte da cidade para entender a sua presença viva e em transformação” (PEREIRA, 1996).

A observação direta é a uma das ferramentas adotadas. Nesta, é necessário desenvolver a capacidade de ver e interrogar o que vê; relacionar, interpretar e avaliar as observações. É requerido realizar uma leitura direta, global e ao mesmo tempo particular e inteligível, e a presença do pesquisador no local de estudo é indispensável respeitando as medidas profiláticas necessárias, devido ao atual cenário.

De maneira a analisar a virtualidade do Complexo Deodoro, desenvolveu-se também uma metodologia de pesquisa que se esboça a partir do método preconizado por Kozinets (2014), em que se é dado amparo para que haja uma transposição da etnografia para o ambiente online, ou seja, a netnografia. Didaticamente, para que se possa realizar um estudo descritivo, nesse caso, de forma virtual, se

abstém-se momentaneamente das visitas in loco. Em sua bibliografia é fornecido um delineamento metodológico para uma análise do comportamento dos usuários no ambiente virtual. Com efeito, procedeu-se uma análise do Método Netnográfico (2014) e de suas etapas para realização da pesquisa.

Assim as informações resultantes da leitura precisam ser devidamente registradas, através de croquis, mapas, desenhos, fotografias, vídeos ou quaisquer outros meios que facilitem traduzir com clareza e noção espacial os resultados do exercício da observação. Nos ambientes virtuais, aplicando as referências bibliográficas, em especial, a análise antropológica (GEERTZ, 2008) analisou-se o conteúdo das publicações e o que elas poderiam revelar sobre a praça e a vida urbana; as quais foram delimitadas, contabilizadas, mapeadas e representadas para assim chegar-se à organização e descrição de dados coletados.

## **DISCUSSÃO**

### **Historicidade do Complexo Deodoro**

Segundo Marques (1970, p.430), a área que compreende a atualmente região conhecida como Complexo Deodoro, em um período da história, mais especificamente na época do Brasil Colônia, comportara o Largo do Quartel. Largo este, pertencente ao 5º Batalhão de Infantaria, primeiro quartel português do Brasil colonial. Em agosto de 1868, a região é batizada por Praça da Independência

por uma lei municipal. Mas somente com a transição para a república, o local recebe o nome amplamente conhecido hodiernamente – Praça Deodoro, em homenagem a Marechal Deodoro da Fonseca, figura histórica do Movimento Republicano.

Configurando uma área de grande peso histórico, o complexo situa-se na região central da cidade de São Luís. E destarte evidente historicidade e relevância no contexto local e nacional, é uma Zona de Proteção Histórica tombada pelo Estado. Formado pelas praças Deodoro, Pantheon e as alamedas Silva Maia e Gomes de Castro, o complexo também é sede de edificações amplamente conhecidas como a Biblioteca Municipal Benedito Leite e o Colégio Liceu Maranhense, que segundo o IBGE, fora o primeiro colégio público de ensino secundário do estado do Maranhão.

### **Práticas cotidianas nos espaços públicos na pandemia**

Esta pesquisa aconteceu em um contexto de pandemia, em que todo o planeta enfrenta o vírus SARS-CoV-2 e suas variantes, logo, um de seus objetivos é o impacto deste cenário nos espaços livres públicos. O distanciamento social foi por muito tempo a única forma de minimizar o contágio do vírus. Em casos mais extremos, o lockdown foi adotado em várias cidades para frear ainda mais a contaminação. Com exceção dos estabelecimentos essenciais, como farmácias e supermercados, o que se viu foram cidades em silêncio,

ruas, praças e parques vazios, sem a presença daqueles que dão vida e movimento à cidade.

Analisando as redes sociais com a ferramenta de pesquisa em questão, percebemos o reflexo das medidas para contenção da pandemia também nelas, principalmente no Instagram. A praça, nesse período de intensas medidas de controle, passa a ser menos frequentada e nota-se a queda brusca de postagens no mês em que se foi decretado o lockdown e outras medidas após este, que somente permitiam alguns serviços e comércios.

Após flexibilizações nas normas de isolamento social, houve uma certa ressignificação da importância dos espaços públicos. Além do benefício à saúde, proporcionado pelas práticas de atividades físicas, estes espaços surgiram como um meio das pessoas voltarem a um algum tipo de convívio social, importante para manutenção da saúde mental. Na ausência de espaços públicos, alguns espaços tidos como privados puderam ser reinterpretados, funcionando como públicos. Espaços como varandas, quintais e terraços assumiram o papel de conectar pessoas.

### **A maneira como a praça influencia na vida urbana**

Espaços livres públicos como a Praça Deodoro exercem múltiplas no contexto macro e micro da vida cotidiana nas cidades. Em se tratando de conexão, é esse aspecto que garante a a tais espaços um caráter democrático e heterogêneo, pois não restringe,

mas acolhe, abraça, convida a todos para ali estarem. Portanto, a apropriação do espaço público resulta em um maior senso de pertencimento e identidade da população para com a cidade.

Segundo Bauman (2009): “*os espaços públicos são os lugares nos quais os estrangeiros se encontram (...) é nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atinge sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos*”.

O estudo desses espaços permite a compreensão da cidade e do modo de vida urbano. Os espaços públicos revelam, por exemplo, o comportamento de quem por ali passa ou para. A leitura das atividades realizadas permite-nos perceber como as pessoas se apropriam do espaço e de suas práticas cotidianas. A leitura da imagem urbana representa um panorama, um retrato global no instante da observação. A sucessão dessas imagens em diferentes períodos, nos revela a dinâmica local. Difundido diversos aspectos relacionados à rotina, fluxos e o modo como o local se transforma ao longo do tempo.

Outro ponto de grande relevância ao estudo é a identidade. É o que Pereira (1996) chama de “*expressão particular do lugar*”, visto que “*cada lugar tem a sua expressão própria, reconhecível e identificável por épocas, estilos urbanos, valores culturais e meios financeiros que presidiram à sua construção*”. Valorizar os espaços públicos é preservar toda uma carga histórica e cultural local.

## A Praça Deodoro

De forma preliminar as considerações giraram em torno da forma este espaço livre público conversa com a vida urbana da cidade. Através de leituras verificou-se que a última reforma ocorrida na praça se constitui como um dos fatores preponderantes para o aumento da frequência da população na localidade, que consequentemente refletiu nas publicações nas redes sociais, pois o espaço além de convidativo tornou-se “instagramável”. A Praça Deodoro como um conjunto de espaços livres públicos, além de suas múltiplas funções, constitui-se também como um corredor de passagem para centenas de pessoas que frequentam um dos maiores polos comerciais da área central da cidade: a Rua Grande, como popularmente é conhecida a Rua Oswaldo Cruz, localizada a poucos metros da praça.

Em detrimento à reforma, o complexo revela-se também como um dos pontos turísticos da capital, que em datas comemorativas, se torna palco de belíssimas apresentações promovidas pelo Governo para a população, como a projeção mapeada na Biblioteca Benedito Leite. O *Vídeo-mapping* trata-se de animações que trazem perspectivas em 3D e encantam os ludovicenses e turistas. Há cerca de quatro anos que em épocas festivas como Natal e São João, o Governo do Estado do Maranhão exhibe o Show de Luz, que consiste em projeções de animações em prédios históricos da capital. Especialmente com a reforma recente

do Complexo Deodoro, o vídeo mapping ganha um novo palco, a Biblioteca Pública Benedito Leite.

Ao analisar o comportamento dos usuários no meio virtual é preciso ter-se como princípio que toda publicação proveniente da ferramenta de busca advém-se de, mormente, um contato físico com o local. Dessa forma, foi-se levantado algumas circunstâncias que, além do habitual, exemplificam o uso das *hashtags*, dentre elas: Manifestações de cunho político e a prática de esportes.

É certo que os espaços públicos são palcos para manifestações, sejam elas de cunho social, político, artístico ou religioso. A partir dessa concepção democrática de espaço público, verificou-se a constância de movimentações como essa na Praça Deodoro. Comumente, a concentração de atos políticos, cívicos e populares originam-se dela e partem para as demais áreas da cidade.

## RESULTADOS

### **Mapeamento das práticas cotidianas**

A pesquisa chegou à etapa de aproximação com o objeto de estudo e diante das circunstâncias (cenário pandêmico), a UEMA ainda permanecia com as atividades presenciais suspensas, algo que também se estendeu aos projetos de pesquisa. Portanto, os trabalhos prosseguiram de forma remota. A abordagem etnográfica “de perto e de dentro” foi temporariamente substituída por outra “de longe e de fora” para a manutenção das atividades desta pesquisa. Neste

momento a leitura do cotidiano da Praça Deodoro deu-se por meio de vídeos e as plataformas escolhidas foram o Instagram e o Youtube. O resultado foi o levantamento de alguns vídeos, e dentro deste recorte foi inicialmente selecionado um vídeo para análise. Desta análise, eis um excerto do relato:

Ao som de muito forró e muita publicidade, o autor do vídeo nos convida a um passeio pela praça Deodoro. De início, nos apresenta duas edificações, o Sesc Deodoro e o Liceu Maranhense, o primeiro Colégio Público de Ensino Secundário da cidade. A partir daí ele começa nosso tour seguindo pela Alameda Gomes de Castro. Enquanto ele caminha, noto algo característico da praça, seu movimento. Nos frames seguintes é possível ver dezenas (talvez centenas) de pedestres, uma pequena parcela dos muitos que por ali diariamente passam, perpassam ou param. O próprio autor atribui esse fluxo à proximidade com a Rua Grande, o centro de comércio popular da cidade. Mais à frente, ao avistar os oitizeiros que sombreiam o local, ele rapidamente se recorda de seu tempo de estudante, que costumava se reunir após as aulas com seus amigos. Para uns, uma árvore, mas para ele, um portal para antigas lembranças.

Com a flexibilização das medidas restritivas foi possível, respeitando o distanciamento e com medidas de segurança sanitária, realizar as visitas “de perto e de dentro” previstas. Desta etapa, um exemplo de relato, registro textual e desenho:

Chego de ônibus, aproximadamente às 10:00h, desço em uma das paradas na Alameda Silva Maia. Ando um pouco a procura de refúgio, já que o sol não dá moleza. Encontro um assento já quase no final desta alameda, em frente à uma clínica. O oitizeiro que me sombreia está deficiente de folhagem, mas foi o melhor que consegui. A trilha sonora fica a cargo dos automóveis, do som dos calçados dos pedestres e do diálogo sempre constante e indecifrável. A vista é de uma multidão que parece sempre estar com pressa. Para cada ônibus que para, descem ou sobem dezenas de passageiros. Há quem aproveite o movimento para ganhar seu sustento diário, seja vendendo água ou um souvenir da Ilha do Amor. Eu mesmo já fui abordado algumas vezes desde que cheguei ...

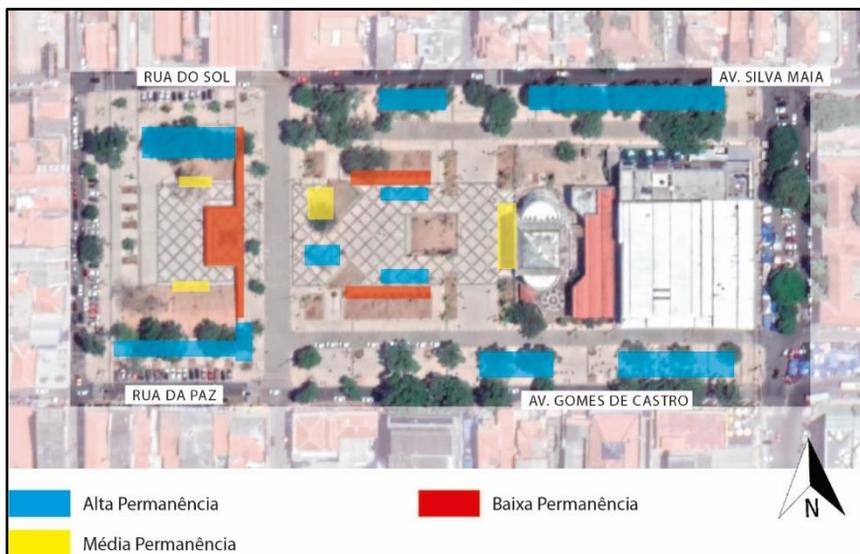
### Desenho 01 – Cotidiano da Alameda Silva Maia



Fonte: AUTORAL, 2021.

Após a etapa de aproximação com o objeto de estudo pelo olhar "de perto e de dentro", e conseqüente coleta de dados a partir das visitas ao local foram produzidos mapas, afinal "a informação resultante da leitura deve ser cartografada, legendada e ilustrada de forma a traduzir, com clareza e no espaço, os resultados do exercício de observação" conforme PEREIRA (1989). Cada mapa se propôs a ilustrar as práticas inseridas no espaço conforme algumas categorias tais como: usos e apropriações onde se buscou representar das práticas cotidianas; área de permanência (alta, média e baixa) (ver Mapa 01), espacialização dos registros fotográficos e fluxo pedonal.

**Mapa 02 – Permanência dos usuários (julho/2021).**



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor, 2021.

## A aplicação da netnografia no Complexo Deodoro

No que tange à netnografia, durante a fase de aprofundamento no local de estudo, foram-se contabilizadas 88 publicações provenientes das *hashtags* utilizadas como ferramenta de busca. Portanto, 33 destas eram postagens com conteúdo comercial ou de marketing, somente usando as marcações como forma de promover vendas ou divulgar produtos e cerca de 55 postagens, de fato na praça.

Na análise virtual, seguindo os procedimentos metodológicos chegou-se à imersão, funcionando como uma análise posterior à observação e coleta de dados, que nesse trabalho funcionou pela função “pesquisa” no Instagram. Usando a busca por *hashtags*, chegou-se a uma totalidade de publicações dentro da o Complexo Deodoro, que funcionaram como base para a análise. Para tanto, foi-se estabelecido uma porcentagem de 20% de publicações identificadas para uma análise densa seguindo os preceitos da antropologia interpretativa que o autor propõe compreender os fenômenos a partir de uma análise particular, pessoal e simbolista, onde a descrição densa se configura como o resultado de uma significação do ambiente e dos indivíduos presentes nele.

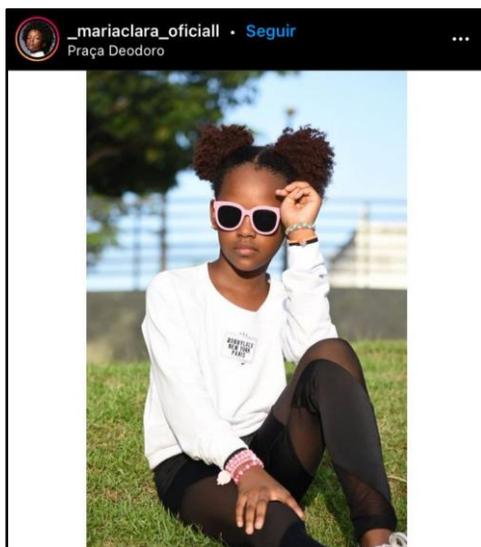
No que segue, uma das postagens selecionadas e um excerto da respectiva descrição advinda da análise:



Fonte: @novaes\_sales (Instagram), São Luís, 2021

Ao analisar as postagens selecionadas, constatei a verdadeira e mais importante expressão do espaço livre e público: proporcionar convivência. As imagens abrem espaço para o campo imaginário, me questiono quantas histórias se iniciaram neste lugar. Quantas se findaram? Quantos amantes? Quantos amores? Quantas despedidas e reencontros? Esses questionamentos me fazem permear vasto campo de ideias e me ponho a analisar o comportamento das pessoas nesse espaço, a maneira como utilizam a praça nos finais de tarde sob a sombra dos caramanchões que já foram e são palcos de histórias.

Segue um outro exemplo:



Fonte: @\_mariaclara\_oficial (Instagram), São Luís, 2021.

Para além de um local convívio e lazer, a praça também representa um ambiente pra expressões laborais, como observo na publicação de Maria Clara, modelo mirim, que sentada na grama realiza um ato de publicidade para as lojas que a patrocinaram. Ensaios fotográficos, aulas de capoeira, festas de formatura, isso tudo ocorre na praça. Sob este prisma vejo que, na expressão comum do cotidiano a Praça Deodoro é repleta de trabalhadores, dentre estes estão os ambulantes que comercializam os mais diversos produtos, e sem pontos fixos circulam toda a área da praça

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa tem por finalidade aprender a cidade, por meio da leitura e análise do cotidiano, de suas práticas e apropriações

resultantes no ambiente do Complexo conhecido popularmente como “Praça Deodoro”, considerando o contexto pandêmico.

Através de todo o referencial teórico buscou a compreensão dos conceitos de lugar, em especial o de Augé (1994), de um lugar antropológico, fundamentado no tripé: identitário, relacional e histórico. Por sua vez, Pereira (1996) contribuiu com o melhor entendimento do local de estudo, desde sua inserção no contexto urbano, até a sistematização dos dados obtidos no levantamento. Outro autor fundamental foi Geertz (2008), importante no processo de descrição dos dados, por meio de relatos densos e pessoais do pesquisador, buscando traduzir toda a experiência sensorial de estar no local, com maior riqueza de detalhes. O estudo balizou-se também na virtualidade, seguindo a metodologia de pesquisa de Kozinets a partir das *hashtags*, chegando ao objeto de estudo: as publicações provenientes do Instagram.

Em circunstâncias da pandemia, espaços que propiciavam contato social se configuraram como ambientes hostis ao frequente pelas medidas sanitárias. Refletindo de maneira direta no quantitativo de publicações com as *hashtags*. Tomando partido das postagens, começa-se a etapa de imersão no complexo pela análise das publicações, seguindo os métodos etnográficos.

Em suma, a Praça Deodoro enquanto espaço multifuncional configura-se como um local de passagem e de pausa, de lazer e de trabalho, de silêncio e de fala, um palco para manifestações artísticas,

esportivas, culturais, religiosas e políticas. Após a requalificação notoriamente um lugar mais acessível, inclusivo e visitado. E o que esse espaço livre e público tem a revelar sobre a cidade? – Não se trata de dar uma resposta final e definitiva a algo que se fundamenta com o tempo. A cidade e a vida urbana estão em constante mudanças, inovação e manutenção. Não nos cabe à predição de algo tão subjetivo. Nos cabe, sim, o constante dever de analisá-lo.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2ª Edição. São Paulo: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEZERRA, Mariana Andrade; CUNHA JÚNIOR, Moisés Ferreira. Cidades, espaços públicos e comportamento: discussões sobre o cenário urbano no contexto de pandemia global. **Observatório das Metrópolis**, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/cidades-espacos-publicos-e-comportamento-discussoes-sobre-o-cenario-urbano-no-contexto-de-pandemia-global/>>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

BORGES, Débora Garreto. **Usos e territórios do espaço livre público**. O caso da Praça Deodoro em São Luís-MA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

GATTONE, Juliana. Durante pandemia, espaços comuns próximos à residência são mais usados. **Cidades 21**, 2020. Disponível em: <<https://www.cidades21.com.br/durante-pandemia-espacos-comuns->

[proximos-a-residencia-sao-mais-usados/](#)>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Memorial Descritivo. PRODUTO 3 - **Projeto de Requalificação Urbana | PROJETO EXECUTIVO PRAÇAS e ALAMEDAS**. Obra não publicada.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online**. Penso, 2014.

LIMA, Euges. A Praça do Panteon. **Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM**, 2018. Disponível em: <<http://ihgmi.blogspot.com/2018/01/a-praca-do-panteoni.html>>. Acesso em: 10 de fev. de 2021.

PEREIRA, Maria da Luz Valente. **Planejamento de reabilitação de áreas urbanas: Leitura da Imagem Urbana**. Volume II. Edição de autor. 1989.

SILVA, Hiquias de C. F. da; BORGES, Débora Garreto. "O QUE ACONTECE NA PRAÇA? UMA LEITURA DO COTIDIANO DA 'PRAÇA DEODORO' EM SÃO LUÍS-MA NOS AMBIENTES VIRTUAIS". LEGADO CIENTÍFICO BRASILEIRO. 1ed.São Luís: EDITORA PASCAL, 2021, v. 3, p. 261-278.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Acervo dos municípios brasileiros: Praça Deodoro em São Luís**, 2016, Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca->

<catalogo.html?id=434892&view=detalhes>> Acesso em: 22, maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Análise do Método da Netnografia** – Netnografia sem mistério, Débora Figueiredo, 2021, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MS3yuwJxpok&t=5s>> Acesso em: 13, julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Praça Deodoro, São Luís, Ma.** Vitruvius, São Luís, 20, junho 2020 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/20.239/7764>> Acesso em: 22, fevereiro 2021

# CIÊNCIAS SOCIAIS

## **A LIDERANÇA COMUNITÁRIA: o papel das mulheres no desenvolvimento local sustentável**

Bruna Silva Azevedo<sup>1</sup>

Neuzeli Maria De Almeida Pinto<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo possui como foco a análise da liderança pela qual as mulheres que fazem parte da Cooperativa de Trabalho, Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão (COOPVILA) desenvolvem as suas ações em vários contextos de convivência, presentes na comunidade rural da região Metropolitana de São Luís, a comunidade da Vila Maranhão.

Tendo em vista a visão ecológica, este estudo buscou compreender o cotidiano das mulheres e seus contextos, bem como suas relações complexas, a ligação de interdependência, e a compreensão do papel de liderança, das atividades, dos papéis e das relações sociais das mulheres, implicando no entendimento do contexto social, ambiental e econômico proveniente do trabalho realizado na COOPVILA.

Dessa forma, o objetivo é investigar as relações de liderança, empoderamento e papéis desenvolvidos pelas mulheres que exercem

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela UEMA. E-mail: bs621542@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: neuzelipinto2609@gmail.com.

a atividade de trabalho remunerado, bem como suas ocupações e a renda para a sobrevivência de famílias nas comunidades, refletindo sobre os impactos sustentáveis gerados pelo trabalho realizado na cooperativa.

No que se refere a abordagem de pesquisa e análise de dados, buscou-se aplicar a metodologia qualitativa, usando instrumentos como diário de campo (DC), Inventário Sociodemográfico (ISD) e Entrevistas Semiestruturadas (ESE) para assim, fundamentar, cientificamente, temáticas tais como gênero, liderança, empoderamento e sustentabilidade no meio rural. Além disso, destaca-se que esta pesquisa possuiu caráter exploratório, na medida em que o objetivo é pensar acerca dos vários aspectos que compõem o desenvolvimento sustentável a partir do trabalho das mulheres da cooperativa, considerando que este dispõe de elementos além da produção, mas também sobre a construção da identidade dessas mulheres, nutrindo assim, um maior bem-estar comunitário e preservação do meio ambiente. Essa contribuição mostra-se significativa para o desenvolvimento local sustentável, visto que, de acordo com Lerípio (2001) “o ponto chave da questão passa a ser a necessidade de uma convivência pacífica entre a boa qualidade do meio ambiente e o desenvolvimento econômico”, o qual é operado pelas mulheres diariamente, transformando-os em suas fontes de renda.

## RELAÇÕES DE GÊNERO

Para uma abordagem aprofundada sobre relações de gênero, Adriana Piscitelli (2002) diz que o estudo sobre essa categoria é de fundamental importância para que haja uma maior compreensão acerca de como o conceito de gênero e sua influência no meio social, afetam as relações entre homens e mulheres. Assim, é indiscutível afirmar a relação desse conceito com a diferenciação que há, ainda hoje, entre os sexos e seu consequente classificatório universal, permeado através das amarras do patriarcado, que se mostra presente nas relações sociais cotidianas.

Contextualizando com o atual cenário, ainda hoje, a mulher é vista como “ser inferior” comparado ao sujeito masculino, o que a torna vulnerável a diversos contextos, como limitação a cargos de emprego, a falta de credibilidade em posições de liderança, e até mesmo a serem submetidas como indivíduos dependentes de seus maridos e “chefes da casa”, o que pode ocasionar diversos conflitos intrafamiliares e identitários, onde a mulher passa a se menos motivar e aceitar suas “condições” atuais.

Dessa forma, a autora Carloto afirma que,

A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma (CARLOTO, 2011).

Assim, afirma-se que na sociedade, historicamente, há uma legitimação de papéis que foram intitulados, automaticamente, a cada gênero, transmitidos de indivíduo para indivíduo, como se “as partes” já estivessem “sexuadas”, termo o qual se faz referência a uma menção de Bourdieu em seu livro “A Dominação Masculina” (2012), onde este diz que,

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação[...] (BOURDIEU, 1998)

Uma nova abordagem de desenvolvimento para Marcela Lagarde surge com uma perspectiva de gênero e implica em uma ruptura com todas as concepções anteriores de desenvolvimento onde, para a autora, essa perspectiva não seria somente um novo enfoque, mas uma nova concepção de mundo e, no que se refere ao desenvolvimento, este deveria:

Incluir as necessidades das mulheres e considerá-las prioritárias; modificar as necessidades humanas dos homens, uma vez que muitas delas concretizam formas e mecanismos de opressão sobre as mulheres; modificar as necessidades comunitárias, nacionais e mundiais ao requerer um caminho de desenvolvimento com sentido mais humano, ou seja, centrado na escala humana (LAGARDE, 1996).

É de importância sobremaneira ressaltar esses contextos os quais a categoria “gênero” se enquadra, discutindo acerca de eixos que envolvem o sujeito feminino, podendo, assim, influenciar acerca

do mercado de trabalho, e como o simples fato de serem mulheres contribui para a estigmatização de ser o “sexo frágil”.

Embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino, hierarquia sobre a qual (...) se assenta a divisão social do trabalho. Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas em seus fundamentos (HIRATA, 2002, p. 20)

Essa discussão é fundamental para que haja o entendimento sobre as relações de poder entre os gêneros, no seu aspecto de trabalho e demais espaços que permeiam a sociedade civil. Essas desigualdades possuem mecanismos que acometem a vida das mulheres, influenciando nas suas escolhas, papéis e relações sociais.

Ora, observa-se que a sociedade reconfigura os lugares de homens e mulheres, e isso intensifica as relações de poder e a hierarquia de subordinação entre os sujeitos. Dessa forma, pode-se afirmar que este é um problema estrutural que inclui diversos fatores na ordem de gênero, ocasionando uma grande limitação da figura feminina em esferas públicas e privadas.

### **MULHER E TRABALHO: relações de poder no âmbito rural**

Atualmente, pode ser observada a nítida presença da divisão sexual do trabalho no meio rural, principalmente, no que ocasiona um aumento das relações patriarcais no âmbito social, determinando

certos papéis definitivos a homens e mulheres, os quais se permeiam até hoje durante toda a história.

Para Antunes,

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009).

É notável destacar que a divisão sexual do trabalho é um dos principais elementos para o aumento da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, e isso contribui para uma crescente desvalorização do trabalho feminino, principalmente no âmbito rural, onde o mesmo é considerado, muitas vezes, apenas como “auxílio” ao trabalho do homem, se tornando, ao mesmo tempo, práticas invisíveis à vista da sociedade patriarcal.

Com a emancipação da mulher e a busca da igualdade de gêneros, as relações na esfera do trabalho também se modificaram de maneira que, assim como os homens, as mulheres colocaram as suas competências a serviço da sociedade e não apenas da família. Como resultado elas passaram a adquirir autonomia financeira que lhes garantem benefícios como a segurança social, a aposentadoria e uma salvaguarda contra a pobreza, viuvez ou até separação (GONÇALVES, 2012).

Portanto, vale ressaltar a existência de três conceitos de trabalho, o produtivo, o reprodutivo e o comunitário. A definição de trabalho produtivo, diz respeito ao emprego de certa força de trabalho que irá possuir como consequência uma determinada renda

final, chamado “salário”, sendo considerada a forma de trabalho mais “bem-vista” pela sociedade, onde a liderança está, majoritariamente, nas mãos de sujeitos masculinos.

Já os conceitos de trabalho reprodutivo e comunitário possuem como principais representantes as mulheres, sendo o primeiro modelo, o reprodutivo, constituído do trabalho doméstico realizado no eixo familiar, onde a mesma procura satisfazer as necessidades dos filhos e do marido (“chefe da casa”). Esse tipo de trabalho não possui um determinado valor de renda obtido pela mulher, ou seja, as mulheres que são donas de casa não recebem nenhum valor monetário realizando as tarefas de sua própria casa como cozinhar, lavar roupa etc., o que ocasiona uma certa desvalorização dessa abordagem de trabalho, onde a sociedade passa a naturalizar com maior ênfase determinados papéis de cada gênero, tornando comum a frase de que “lugar de mulher é na cozinha”, e categorizando o trabalho produtivo como, especialmente, o lugar por direito dos homens. Continuamente, o trabalho comunitário se refere às atividades realizadas mais precisamente de cunho voluntário e que não necessariamente possuem obtenção de determinada renda, sendo assim, também muito realizado por mulheres.

Ainda sobre o trabalho reprodutivo executado, especialmente pelas mulheres, a divisão do trabalho doméstico no meio rural é algo que merece ainda mais atenção, comparado à zona urbana, pois além

de a diferenciação dos trabalhos produtivos e reprodutivos, há a dissolução desses dois conceitos na prática, ocasionando uma dupla jornada diária de atividades executadas pelo sexo feminino, onde, geralmente, metade delas não é reconhecida e nem remunerada.

Baseado nesses conceitos pode-se afirmar a existência de elementos como a desigual diferença entre salários de homens e mulheres, ou mesmo, as desproporcionais chances das mulheres de serem reconhecidas pelo seu trabalho, cujas consequências são frutos da sociedade patriarcal a qual as mesmas se encontram, sendo expressas, continuamente, em uma organização social hierárquica oculta.

Em contrapartida, é nítida a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, o que vigora em processos inseridos em distintos contextos societários e apresentam distintas motivações. Podem-se evidenciar dois conjuntos de motivações: o primeiro conjunto agrega motivações como a realização individual, o desejo por autonomia e independência que estão ligados aos valores mais modernos resultados tanto das lutas feministas por direitos iguais, quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea; o segundo agrega a necessidade econômica, para a complementação da renda familiar, em especial nas sociedades tão desiguais como a brasileira (DA MATTA, 1987).

No entanto, grande parte das mulheres das camadas populares está trabalhando muito mais por uma questão de

sobrevivência do que de realização pessoal. São poucas as que conseguem, somente com seus rendimentos, alcançar autonomia financeira. A possibilidade de uma empolgante carreira ou de realização de atividades criativas, desafiantes e socialmente valorizadas está fora de alcance para a maioria das mulheres no país. Dessa forma, embora algumas pesquisas apontem o aumento da participação feminina no mercado de trabalho como um grande benefício para a mulher - conduzindo, pelo menos em parte, a uma maior autonomia da mulher e igualdade de gênero, ainda existem grandes desigualdades e discriminação nas relações de gênero (LAVINAS, 1996; BRUSCHINI, 2000).

A superação dessas diferenças integra vários setores sociais, dentre eles a própria educação, quando se questiona a anulação de uma cultura sexista que diminui e exclui mulheres de seus espaços de direito. Mulheres em condições de igualdade contribuem para uma sociedade mais justa e livre das desigualdades. Por isso, o seu empoderamento não corresponde somente a ações isoladas, mas sim os esforços de todo um conjunto de sujeitos dispostos a romper com as estruturas patriarcais vigentes que intercedem acerca da atuação e protagonismo feminino.

## **EMPODERAMENTO E RESISTÊNCIA FEMININA**

O empoderamento das mulheres está representado como um desafio às relações patriarcais, no que diz respeito também, ao poder

dominante dentro da família, que quase sempre é masculino. Dessa maneira, o empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional de homens sobre mulheres, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família (COSTA, 2000).

Ademais, segundo a autora Nelly Stromquist (1997), uma perfeita definição de empoderamento deve incluir os componentes: cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos, sendo, respectivamente, a capacidade de compreender a subordinação que as mulheres têm, assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade, a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças como na questão da autoconfiança e autoestima, a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, bem como promover mudanças no cenário social, e por último, a questão acerca do componente econômico, que visa proporcionar a independência econômica dessas mulheres.

Esse processo de empoderamento das mulheres rurais representa um desafio às relações patriarcais nos espaços socioinstitucionais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Isso significa dizer que houve a inversão dos mecanismos de poder patriarcais, que estão fundamentados na opressão e na

mudança de normas, crenças, mentalidades, costumes, práticas sociais e conquistas dos direitos das mulheres, onde se pode visualizar a mulher exercendo funções/cargos de liderança, o que pode ser considerado uma conquista para a construção do empoderamento feminino.

Revela-se que a formação de muitas mulheres é estruturada através da conquista do seu trabalho, onde se visualiza certa resistência em meio à esfera patriarcal em que estas se encontram, ou seja, a resistência feminina se advém do empoderamento característico da força feminina na busca de sua emancipação em contrapartida às regras patriarcais impostas pela esfera social.

A própria liderança feminina cultivada na COOPVILA é sujeita à resistência patriarcal, visto que, a ideia de uma cooperativa onde há uma rotina de trabalho considerado “braçal”, pode ser vista como um ambiente naturalmente para homens. Porém, percebe-se que, ao longo dos anos, as mulheres tornaram-se protagonistas desse trabalho, traçando assim, suas histórias de força e autonomia profissional.

### **A LIDERANÇA COMUNITÁRIA: o papel das mulheres no desenvolvimento sustentável**

Sobre o conceito “desenvolvimento sustentável”, Amartya Sen (2000), ao referir-se ao assunto, argumenta que o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que

levamos e das liberdades que desfrutamos, onde o crescimento econômico é só uma parte, em geral imprescindível, do processo. Augusto Franco (2000) corrobora essa ideia ao afirmar que o desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

Como estratégia de sobrevivência em um espaço considerado masculino, muitas mulheres acreditavam que tinham necessariamente que incorporar traços típicos do sexo oposto, como a agressividade e a objetividade. Aos poucos, porém, foram encontrando um jeito de liderar diferente dos homens (CUNHA; SPANHOL, 2014)

De acordo com Gonçalves (2012), o olhar de muitas organizações ainda é incerto quanto à liderança feminina em atividades consideradas “masculinas”, assim, muitas dessas mulheres, a todo momento, tentam provar que também são profissionais competentes, demonstrando que também merecem pertencer a esses lugares socialmente destinados aos homens.

A incorporação das mulheres às atividades consideradas socialmente produtivas mudou o seu posicionamento na sociedade proporcionou autonomia e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança influenciou para uma significativa transformação social, da família, de valores e dos papéis usualmente a elas atribuídos, em especial a partir de meados do século XX, embora esse movimento reivindicatório remonte à época da

Revolução Francesa. No entanto, apesar da evolução e das conquistas obtidas pelo movimento feminista, a igualdade de oportunidades não constitui ainda uma realidade para as mulheres, bem como não é percebida a importância da colaboração feminina em todos os espaços sociais em que transitam.

No ambiente doméstico, a mulher pode ser considerada a principal gestora dos recursos naturais, tornando-se uma multiplicadora de comportamentos conservacionistas, porque, na administração de sua casa, seu exemplo transmite aos futuros homens e mulheres que o uso parcimonioso de hoje é a garantia da sustentabilidade de amanhã (VANDERLEI, 2010). Dessa forma, compreende-se a importância da mulher no âmbito sustentável como figura de liderança, refletido principalmente no ambiente doméstico o seu poder de gerir recursos naturais, tendo em vista seus aprendizados passados de geração a geração, principalmente com a sua mãe e avós, cujos conhecimentos e experiências podem ser reproduzidos assim por diante, colaborando para futuras gerações focadas no amparo sustentável de bens da comunidade e de seus lares.

O desenvolvimento sustentável possui como elemento característico para sua performance o capital social, definido como um conjunto de nuances de uma certa organização social, de valores ou normas, comuns aos membros de um grupo, que geram confiança

e permitem a cooperação entre eles, essencial para a criação de uma sociedade civil saudável.

Para Celso Furtado (1999), uma sociedade sustentável é aquela que tem capacidade de improvisar, inovar e enfrentar seus problemas; aptidão para buscar novas alternativas de desenvolvimento; competência para inovar em busca de novas formas de inserção social; competência para gerar por si só renda e emprego; acessibilidade a serviços públicos essenciais e as informações básicas para o exercício da cidadania; capacidade de mobilizar-se em defesa de seus interesses; aplicação de alto investimento no fator humano; tendência à inversão e ao reinvestimento; vontade política forte e um projeto próprio de desenvolvimento; alta mobilização e conscientização de seus membros; capacidade de criar novas e diversas organizações sociais.

Dessa forma, pode-se afirmar que, a participação feminina e o movimento feminista em geral contribuíram para a formação de uma emergente racionalidade social e ambiental para a formação da existência do desenvolvimento sustentável, que passa por processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante e pela transformação das instituições e aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam.

## METODOLOGIA

A pesquisa possui como participantes as mulheres que operam na Cooperativa de Trabalho Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão (COOPVILA), localizada na Região Metropolitana de São Luís/MA. A metodologia utilizada para dar respaldo aos estudos foi o modelo qualitativo, cujos instrumentos utilizados foram: o diário de campo (DC), o inventário sociodemográfico (ISD), as entrevistas semiestruturadas (ESE) e as pesquisas bibliográficas realizadas durante toda a vigência da pesquisa. O DC envolve as seguintes características: descrição minuciosa dos sujeitos, a reconstrução meticulosa dos diálogos, relatos de acontecimentos particulares e uma rica descrição das atividades. O ISD consiste em uma organização de informações sobre os participantes da pesquisa, tendo em vista a particularidade de suas famílias e suas características estruturais e organizacionais. Já o ESE, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), é uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, dirigida por uma delas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. Além disso, ela tem a finalidade de compreender, na própria linguagem dos sujeitos da pesquisa, as suas ideias de interpretação de aspectos da sua realidade. Apesar das dificuldades na aplicação dos instrumentos da pesquisa, devido a pandemia do COVID-19, foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas com 5 (cinco) mulheres no total, respeitando as

medidas sanitárias de prevenção ao COVID-19 e sendo pré-agendadas para não dificultar a atenção nos trabalhos da cooperativa.

A partir do inventário sociodemográfico aplicado na comunidade, foi possível recolher várias informações sociais e econômicas sobre as mulheres da COOPVILA, possibilitando uma maior análise sobre as condições destas. No que se refere às entrevistas semiestruturadas, os dados recolhidos foram cruciais para o entendimento sobre fatores externos que possam influenciar na liderança, empoderamento e posicionamento das mulheres enquanto trabalhadoras. Suas principais falas e posições estão descritas neste presente artigo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante da situação da pandemia provocada pelo COVID-19, vários decretos estabelecidos no estado do Maranhão pelo governador buscaram vedar ou limitar a maioria das atividades presenciais, impossibilitando o deslocamento de estudantes para ambientes de pesquisa de campo.

Portanto, devido a todas essas consequências, as intervenções que seriam realizadas na comunidade Vila Maranhão, com a presença da população local, com o intuito de desenvolver discussões sobre liderança e resistência feminina, não foram possíveis de serem organizadas.

Em cumprimento da metodologia da pesquisa, 5 (cinco) entrevistas foram realizadas de acordo com a viabilidade e disponibilidade de cada uma das mulheres. Os encontros foram agendados respeitando as medidas sanitárias de prevenção ao COVID-19, priorizando horários de intervalo do trabalho de cada uma delas. Suas respectivas falas e depoimentos foram adicionados à esta pesquisa, sendo descritos, anonimamente, preservando a identidade de cada uma das mulheres.

Apesar das poucas visitas realizadas à cooperativa, devido a pandemia do COVID-19, foi possível enxergar diversos fatores que possibilitaram uma análise do objeto de pesquisa descritos neste presente trabalho, sendo essas informações adquiridas através dos instrumentos: diário de campo (DC), as entrevistas semiestruturadas (ESE), o inventário sociodemográfico (ISD) e as pesquisas bibliográficas realizadas durante todo o curso da pesquisa.

Segundo relatos das mulheres trabalhadoras da COOPVILA, a maior parte dos resíduos coletados por elas é proveniente da área da Vale, sendo o principal a madeira (pallets) seguida pelos resíduos de obras da construção civil. No desenvolvimento das atividades, os beneficiários começaram a agregar valores aos resíduos coletados, iniciando a produção de carvão, a recuperação de telhas de amianto, e a padronização de madeiras próprias para lenha, possibilitando, assim, um aumento de renda. Na fala de Sra. Tatiana (Comunidade Vila Maranhão, 2021) é perceptível o valor do seu trabalho para a sua

renda familiar: *“é importante pra mim porque, eu só tenho esse meio de renda daqui, né? E eu tenho que sustentar meus filhos, tenho que botar comida dentro de casa e pagar minhas contas, né?”*. Já Sra. Marilene (Comunidade Vila Maranhão, 2021) acredita que o seu trabalho na cooperativa a tornou muito mais independente: *“tudo que a gente tem é daqui [...] a gente mesmo se sustenta, sustenta os filhos, é muito gratificante. Se tivesse que fazer, eu faria tudo de novo”*.

### **Figura 01: Móveis de pallets da cooperativa**



Fonte: Organização NEGESF, 2019

Tendo em vista o trabalho das mulheres da comunidade da Vila Maranhão, para a consolidação do trabalho das cooperadas, e com o apoio do SEBRAE no Maranhão e também da mineradora Vale, foi inaugurada a sede oficial da cooperativa, onde funciona a administração dos negócios e onde é produzido o carvão de madeira reaproveitada (carvão vegetal), em um forno projetado para causar o menor dano ambiental possível (forno ecológico), trazendo uma tecnologia que condensa a fumaça produzida durante o processo,

resultando no pirolenhoso, um líquido que serve para a produção de adubo (utilizado também para irrigação de plantas) e também entra como componente do asfalto. A cooperativa também contou com a parceria do SENAI, cujas organizações puderam prover cursos e treinamentos que buscaram capacitar as habilidades das mulheres da COOPVILA, aumentando assim, o nível de competência de todas.

Apesar de todas essas parcerias existirem, em conversa com as mulheres, elas afirmaram que nenhuma dessas relações foi construída facilmente, e, por esse motivo, elas lutam todos os dias para resistirem a qualquer elemento que possa as deixar vulnerável no mercado. Portanto, ao falar sobre a luta das mulheres na cooperativa, Manuela, uma das fundadoras da COOPVILA, disse que: *"Nada caiu nas nossas mãos. Corremos atrás!"*. Já Sra. Iracema (Comunidade Vila Maranhão, 2021) comentou sobre a dificuldade que teve ao iniciar o seu trabalho na cooperativa: *"na casa de família é na sombra, né? Aqui é no sol. Foi difícil. No sol quente, com o carro de mão aqui no pátio e ali no sol. Digo, 'oh senhor, me mate agora ou então me faz forte!' Aí pronto! Até hoje!"*. Desta maneira, é possível identificar que, apesar da vulnerabilidade, a força de vontade e determinação dessas mulheres na busca dos seus objetivos foi ainda maior, sendo a união entre elas um ponto que fortalece a liderança e o trabalho de cada uma.

Sobre a história da cooperativa, em uma das conversas informais realizadas durante a visita ao local de pesquisa, foi

informado pelas mulheres que a mesma possui mais de 6 anos de registro oficial no mercado de trabalho, sendo relatado ainda, que antigamente se encontravam 138 pessoas trabalhando no local, mas que, atualmente, há apenas 12, sendo 9 mulheres e 6 homens no total.

**Figura 02: Visita a COOPVILA**



Fonte: Organização NEGESF, 2019

Dessa forma, pode ser destacado que, de início, se tornou nítido a representatividade feminina na cooperativa, pois estas passaram a participar de cargos administrativos e braçais (ao mesmo tempo, devido todos poderem exercer os mesmos cargos/funções), e a ocupar posições de liderança dentro de seus departamentos internamente.

“Todo mundo aqui pega no pesado! Não tem esse negócio de dizer assim: ‘ah, eu não vou pro campo porque eu sou presidente’... não. Todo mundo vai pro carvão, todo mundo vai pro pátio... Não há divisão de cargos aqui” (SANDRA, Comunidade Vila Maranhão, 2021)

Ainda sob os relatos a partir das entrevistas semiestruturadas, Sra. Marilene (Comunidade Vila Maranhão, 2021) afirma: *“Não tem esse negócio de ‘eu sou presidente e sou melhor que elas’, não. Tudo é igual: o que deu pra um, deu pra todos”*. Essa fala representa todo o caráter administrativo realizado na cooperativa, visto que a divisão dos pagamentos todo fim de mês é distribuído igualmente entre os integrantes, sem distinção de valores com base em cargos (essa é uma observação também delimitada no próprio estatuto que rege a COOPVILA).

Nos relatos do DC, observou-se o modo de trabalho das mulheres da COOPVILA e pelo depoimento das mesmas, onde percebe-se a superação dessas mulheres da cooperativa, ligadas por uma união que demonstram intensamente pela busca da autonomia financeira e pelo reconhecimento ao qual possuem de si mesmas como mulheres trabalhadoras. Através das entrevistas semiestruturadas, foi possível ouvir e compreender algumas dessas falas sobre a importância da união entre as trabalhadoras e os trabalhadores da cooperativa, como a Sra. Sandra (Comunidade Vila Maranhão, 2021) que afirma: *“aqui um ajuda o outro”*; até mesmo quando estão doentes, as mulheres demonstram-se prestativas e disponíveis para ajudar umas às outras.

Em conversas, quando fora perguntado sobre o reconhecimento que elas sentem de si mesmas, a Sra. Manuela fala que: *“Aqui é nosso, a responsabilidade é de cada um, tá entendendo?”*

*Eu me sinto orgulhosa por isso aqui*". Dessa forma, é possível se atentar, nitidamente, o quanto as mulheres enxergam-se como principais agentes responsáveis por um trabalho que traz benefícios não só para si mesmas, mas para com a natureza, de modo sustentável. Por isso, quando elas falam sobre qual foi a recompensa por todo esse trabalho realizado, Sra. Manuela rebate dizendo que: *"Todo mundo que trabalha aqui tinha uma casa de pau a pique, e hoje todo mundo tem uma casinha de tijolo"*. Ou seja, tendo em vista todos os obstáculos que as mesmas passaram, tanto se erguendo estruturalmente, quando no próprio reconhecimento, as mulheres tiveram resultados e por esse motivo se orgulham, de possuírem casa própria, e que, apesar da dupla jornada de trabalho que foi identificado que muitas delas realizam, elas afirmam que, de acordo com a Sra. Manuela, *"Nós sem isso aqui [cooperativa] não seríamos nada"*.

Contextualizando essas questões, Segabinazi (2013) afirma que, a mulher precisa superar barreiras internas, principalmente as de ordem psicológica para ser protagonista de sua própria identidade. Ou seja, é necessário ressaltar a importância dessa mulher no desenvolvimento do trabalho ao qual esta se insere, principalmente na zona rural o qual as mulheres da COOPVILA se enquadram, pois este é o espaço em que está mais consolidado as amarras do patriarcado, onde se observa um forte teor conservador por parte do eixo familiar em que a mulher se situa, o que pode levá-

la a acreditar que seu lugar é no seio doméstico e que a mesma possui a responsabilidade de cuidar dos filhos e satisfazer o seu marido, aumentando assim, as desigualdades entre os gêneros.

O rompimento dessas desigualdades precisa ser reconhecido por ambas às partes, por essas mulheres e também por aquelas pessoas que fazem parte do cotidiano delas, para assim haver o processo de reconhecimento e possível quebra de padrões. Porém, é possível perceber que esse padrão pode ser visto em diferentes lugares, e, no caso das mulheres da COOPVILA, dentro da própria comunidade onde elas vivem. Em decorrência disso, a Sra. Manuela relata que há um tempo, aconteceu com ela um fato grave, onde ela sentiu de perto, o que era se sentir discriminada pelo seu próprio trabalho:

“Dentro da minha concepção, chegando para o que eu já ouvi, nós somos discriminadas na própria comunidade. Porque eu sou. Quando eu passo com o carro de mão, vindo ou indo, eu ouço das minhas próprias colegas que nós trabalhamos juntos e diz: 'eita, Manuela não tem vergonha, uma professora anda empurrando um carro de mão” (Manuela, Comunidade Vila Maranhão)

Assim como dona Manuela, outras trabalhadoras também relataram essa falta de valorização por parte da comunidade. Sra. Marilene (Comunidade Vila Maranhão, 2021) admite que *“tem pessoas que chegam aqui e diz ‘olha lá, trabalha no lixão da Vale!’ Aqui não é lixão, aqui é uma cooperativa”* e Sra. Carla (Comunidade Vila Maranhão, 2021) afirma que: *“na comunidade aqui, Vila Maranhão, nosso trabalho não é valorizado porque eles diz que nós trabalha no*

*lixão, que essas coisas assim, não são importantes. Povo de fora, que vê, valoriza muito*". Ou seja, percebe-se que o trabalho realizado por elas é muito mais valorizado por pessoas de outras localidades, do que a própria comunidade Vila Maranhão.

Portanto, é necessário contribuir para que essa realidade seja desmistificada através desse reconhecimento sobre o objeto de investigação científica, onde as mulheres rurais da COOPVILA procuram se empenhar a favor de um cenário onde elas também possam se tornar "líderes" e fomentar a economia local da comunidade de maneira sustentável, sendo necessário haver, segundo Milanez (1998), a busca pelo equilíbrio em satisfazer as necessidades e as aspirações humanas com o foco na qualidade de vida, respeitando o meio ambiente sensível às mudanças e destacando que a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida e sim um processo contínuo.

Pensando nisso, pode-se destacar o próprio impacto sustentável desse trabalho ao meio ambiente, onde as mulheres o reconhecem e consideram como um dos principais fatores beneficiários ao desenvolvimento da comunidade. Através da fala da Sra. Marilene (Comunidade Vila Maranhão, 2021) que diz: *"Essa madeira que vem pra cá, é livre de ser queimada em beira de estrada, entendeu? Jogada nos terrenos baldios... E aí elas vêm pra cá e nós temos todo um trabalho com elas [...]"*, podemos perceber o reconhecimento e a consciência do trabalho realizado. Já Sra. Sandra

(Comunidade Vila Maranhão, 2021) confirma que: *“Só da gente tirar esse material que ia todinho pro lixo... e a gente já reciclar ele, então, eu acho uma grande importância pro meio ambiente”*.

Com o advento da pandemia, o trabalho na cooperativa foi prejudicado, principalmente quanto à saúde dos membros, pois, de acordo com as mulheres e os relatos descritos no DC, há a possibilidade de que todos tenham sido infectados pelo vírus (alguns de modo assintomático e nenhum caso grave). Em decorrência disto, o trabalho foi organizado de modo que houvesse a tentativa de evitar aglomerações entre os trabalhadores (as) da cooperativa, podendo evitar quadros clínicos que prejudicassem a vida dos integrantes da COOPVILA.

Além desses problemas, o acesso à cooperativa também esteve bloqueado, por isso, alguns transportes da VALE ficaram impossibilitados de descarregar os pallets, dificultando assim, o trabalho realizado na COOPVILA, um dos maiores símbolos de emancipação econômica para essas mulheres.

Em decorrência disso, pode-se perceber a importância desses materiais para o significado da luta dessas mulheres, pois, de acordo com as falas já registradas no presente trabalho, o trabalho na cooperativa se tornou um dos principais mecanismos de sobrevivência para as mesmas e uma das únicas fontes de renda para a maioria. Por isso, para Sra. Iara (Comunidade Vila Maranhão, 2021) foi muito difícil o período em que houve a escassez de materiais, o

qual mencionou que: “quando vem uma carrada de madeira, é só alegria, entendeu? Porque já vamos trabalhar!”. Com relação aos salários de cada integrante, dona Iara complementa:

“Aqui a gente não ganha salário, o que a gente ganha no mês todinho, paga os vigias e divide com os companheiros se não tiver falta. Tem mês que é bem uns R\$500,00, mas tem mês que é R\$300,00, aqueles meses que é até R\$150,00. Lá em casa eu que sou o homem da família. [...] Nós somos 5 pessoas, eu e minha filha com 3 netos, e eu e ela. Eu que sou o homem, só contam comigo, eu e Deus, só! Aí tem mês que é difícil, mas Deus vai abençoando” (IARA, Comunidade Vila Maranhão, 2021)

Dessa forma, pode-se interpretar que, além da sujeição a pagamentos baixíssimos que dependem da demanda das vendas realizadas, os membros da cooperativa também dependem de fatores externos que podem influenciar negativamente na precarização dos seus trabalhos, a exemplo de possível escassez de materiais provenientes da VALE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações coletadas nas visitas de reconhecimento à comunidade da Vila Maranhão, o trabalho das mulheres da COOPVILA pode ser pensado através das consolidadas posições de liderança, o qual é possível visualizar e reconhecer por parte destas na comunidade, devido às mesmas se considerarem independentes e com demasiados objetivos que visam o crescimento de si mesmas na cooperativa, além do orgulho de cada uma sobre o seu trabalho.

É importante ressaltar Bourdieu (1989) que diz que “o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, ou seja, apesar de não ser um cenário concretamente político, as mulheres da cooperativa estão imersas nas relações políticas que norteiam os gêneros e suas complexas desigualdades históricas, ao ponto de que a união destas para o fim das desigualdades, se mostra como aparato de suporte para a eficiência dos direitos femininos na esfera social ao qual estas estão situadas.

Com base na liderança realizada pelas mulheres, alguns dos aspectos que podem ser observados, e que, de maneira geral, refletem os seus posicionamentos quanto agentes em busca de autonomia e preservação de um espaço sustentável, essas mulheres se tornam protagonistas de um ambiente de estrutura organizacional de trabalho, pautado em uma cultura já intrínseca, e a subjetividade de cada agente social, que é, principalmente, identificado a partir do modo como cada um se vê desempenhando papéis específicos de sua escolha.

Somado a isso, essas características se unificam, estando solidificadas através da cooperação comunitária estabelecida por cada agente social integrado no propósito do trabalho sustentável, de modo que este acaba enaltecendo a figura feminina como ser social

integrado no mercado de trabalho, e que se impõe o papel principal na busca pela transformação sustentável da sua realidade.

Ademais, mostra-se necessário a aplicação de investimentos no trabalho realizado na cooperativa, tendo em vista as dificuldades atuais dos membros, o pouco que recebem a cada fim de mês e a falta de visibilidade presente na própria comunidade da Vila Maranhão, visto que, muitos moradores ainda desconhecem a importância do trabalho realizado pelas mulheres da COOPVILA, bem como o seu protagonismo no mercado regional.

Apesar das críticas que algumas podem estar sujeitas a presenciar, muitas das mulheres da cooperativa afirmam que o seu trabalho é a sua base de sustento, e, por isso, se sentem gratas por cada elemento que colaborou para que estas chegassem onde estão hoje. Por muitas vezes, as mulheres sentiram o que era estar executando uma dupla jornada de trabalho, ao passo em que chegavam em casa e ainda precisavam cozinhar para a família. Porém, apesar de todo esse esforço e cansaço, muitas delas pensam todas essas experiências como um motivo para continuarem lutando, a favor dos seus direitos como mulheres e pelas suas próprias conquistas pessoais, fomentando assim, a representatividade do trabalho de cada uma e a liderança que partilham na cooperativa.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto editora.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.17 (2012).

BRUSCHINI, C. (2000). **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** (Brasil, 1985/95). Em M. I. B. Rocha (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios (p.13-58). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34.

CARLOTO, CM. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serv Soc Rev 2011.

COSTA, A.A. (2000). **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba).

CUNHA, A. C. C; SPANHOL, C. I. D. **Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher**. Saber Humano, ano 4, número 5, 2014.

DA MATTA, R. (1987). **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília, DF: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. M. M. C. **Um estudo sobre a liderança feminina: motivação, bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho.** 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) – Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2012.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa...** São Paulo: Boitempo. 2002.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia.** Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAVINAS, L. (1996). **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro.** Estudos Femininos, UFRJ/IFCS, 4, (2), 464-479.

LERÍPIO, Alexandre A. **GAIA – Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais.** 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. UFSC – Florianópolis.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Sustentável.** USP: São Paulo, 1998.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher.** In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero.* Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

SEGABINAZI, G. G. T. **A inserção da mulher no agronegócio.** 2013. 30 f. Trabalho Final de Conclusão de Curso (MBA em Agronegócios) - Faculdade Antônio Meneghetti, Restinga Seca, RS, 2013.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

STROMQUIST, Nelly. **La búsqueda del empoderamento: em qué puede contribuir el campo de la educación**. In: LEÓN, Magdalena (Org). Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: MT Editores, 1997.

VANDERLEI, A. R. **O papel da mulher no desenvolvimento sustentável sob a ótica da Agenda 21 no estado de Pernambuco**, 2010.

# **ANÁLISE DOS EFEITOS SOCIAIS DE MEGAPROJETOS JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ANAJATUBA**

Maria Heloísa Alves Crispim Cirilo<sup>1</sup>  
Emmanuel de Almeida Farias Júnior<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como base a pesquisa realizada no período de 2020-2021, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Foram analisados os efeitos sociais de megaprojetos nas comunidades quilombolas na região de Anajatuba-MA, numa perspectiva da União das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas de Anajatuba (UNIQUITUBA), representado pela Liderança e presidente, Eliane Frazão de Araújo, que foi parte principal, como interlocutora nesta pesquisa.

A implantação de megaprojetos no Brasil fez parte do processo de desenvolvimento nacional que ao longo da história buscou de maneira invasiva, a exploração de recursos naturais na região Amazônica, o que possibilitou a entrada de grandes empresas e seus megaprojetos desenvolvimentistas em territórios tradicionalmente ocupados, tratando como regiões “Descolonizadas” (BARBOSA; MESQUITA, 2017), a exemplo do Plano Nacional de Desenvolvimento-PND (1970). O PND foi uma tentativa desesperada do Governo brasileiro em devolver ao país a recuperação das crises

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/CNPq

<sup>2</sup> Orientador. Professor do Departamento de Ciências Sociais-DCS-UEMA.

causadas pelo Golpe de 1964, que quebrou a economia nacional, pelo desgaste socioeconômico do Brasil.

Segundo Farias Júnior (2019), tal política nacional expressada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento-PND estava pautada na noção de “vocação econômica”, bem como na noção de “polos de desenvolvimento”, ou seja, a partir determinadas zonas poderia irradiar o desenvolvimento econômico regional. Tais vocações econômicas estavam referidas a pecuária, agricultura e a mineração. Tais políticas previam também o desenvolvimento de infraestrutura como rodovias, hidrovias e ferrovias para o escoamento da produção bens e serviç os.

A exploração de recursos naturais oriundos da região Amazônica no Brasil, desde seu início,   uma ameaça para comunidades tradicionais e seus territórios, pois foi um plano que em sua raiz desconsidera as comunidades tradicionais como parte importante do desenvolvimento nacional. Dentro dessa perspectiva, as comunidades tradicionais passaram por danos profundos no seu reconhecimento como grupo social, o que contradiz o sentido de desenvolvimento na lógica de melhoria para o todo, pois a chegada do “desenvolvimento” significou para essas comunidades o processo de “deslocamento forçado” em que pessoas ou grupos precisam abrir mão da sua territorialidade sem que haja vontade, mas por conta dos efeitos sociais da implantação de megaprojeto (ALMEIDA, 1996). Nesse sentido, um grupo ou pessoa passa por esse processo e sai em

busca de sobrevivência longe do seu núcleo de segurança social, moradia e seu território.

No presente artigo analisaremos os efeitos vividos pelas comunidades quilombolas do Município de Anajatuba no Estado do Maranhão, com a chegada de megaprojetos que se instalaram no passado e que ao longo dos anos se expandem chegando às proximidades ou ao interior dessas comunidades quilombolas, que são: A Estrada de Ferro Carajás (EFC) da empresa Vale S.A, também denominado “Corredor Carajás”, a duplicação da BR 135- MA e por último a Linha de transmissão (LT), o mais recente megaprojeto que impacta as comunidades quilombolas de Anajatuba, atravessando direitos, e gerando efeitos sociais que modificam a configuração social e econômica das comunidades.

## **METODOLOGIA**

Para a efetivação deste trabalho foi elaborado um levantamento e estudo de obras bibliográficas de autores como o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>3</sup> que muito contribuiu com seus conhecimentos sobre comunidades tradicionais. Observou-se desta maneira os efeitos sociais causados por megaprojetos, no que tange ao desenvolvimento e de como ele

---

<sup>3</sup> Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

reflete nas comunidades tradicionais, como por exemplo, as comunidades quilombolas de Anajatuba.

Os debates e conversas sobre autores e temas foram organizados pelo orientador deste trabalho, Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior por meio de reuniões remotas, acatando as medidas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medida preventiva da pandemia da COVID- 19. Nesse modo de fazer antropologia, foi disponibilizada a participação dos pesquisadores em minicursos sobre a mudança do campo físico para o campo virtual no fazer pesquisa de campo ministrado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elieyd Souza de Meneses que muito contribuiu com seus conhecimentos metodológicos para a construção desse trabalho.

Os encontros me proporcionaram um aprendizado mais dinâmico das leituras realizadas e um melhor entendimento dos efeitos sociais apresentados pelas comunidades quilombolas de Anajatuba, estes que foram relatados pela Eliane Frazão Araújo<sup>4</sup>, representante da UNIQUITUBA. Nós pudemos nos reunir também de forma remota, o que foi possível que ela cedesse em entrevistas e relatos sobre a história das comunidades quilombolas de Anajatuba, a formação de uma organização de luta e conquista de direitos o que é a UNIQUITUBA, como foi ou está sendo a chegada das empresas e megaprojetos juntamente com seus efeitos sociais para as

---

<sup>4</sup> Liderança quilombola e presidente da União das comunidades negras, rurais e quilombolas de Anajatuba-MA. (UNIQUITUBA)

comunidades quilombolas de Anajatuba, e de que maneira a UNIQUITUBA acionou seus direitos frente aos recentes efeitos causados pelos megaprojetos, tanto como forma de proteção, como também forma de luta e resistência dessas comunidades.

## **OS MEGAPROJETOS E OS EFEITOS SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ANAJATUBA.**

Ao pontuar o efeito social do “deslocamento compulsório” de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e entre outros grupos, Almeida (1996) em “Refugiados do desenvolvimento” apresenta este como efeito muito presente na ideologia da modernização, pretendida em planos de desenvolvimento multinacional para atingir as melhorias através da exploração de recursos naturais, o que podemos associar a questão enfrentada pelos quilombolas de Anajatuba frente aos megaprojetos das empresas VALE, ANEEL e DNIT.

Nesse sentido, podemos fazer uma breve retomada histórica sobre o processo de desenvolvimento nacional, partindo da ideologia do desenvolvimento brasileiro em concomitância ao desrespeito para com as comunidades tradicionais que pode ser percebida pela exploração de recursos naturais na região Amazônica, pela implantação do PND em 1970.

A região foi tida como a única capaz de suprir a necessidade de extração para exportação em potencial de recursos inesgotáveis

para equilibrar a crise econômica causada pela Ditadura Militar de 64, como apontam BARBOSA; MESQUITA (2017):

O Estado passou a investir em regiões cujo potencial de riqueza era ainda inexplorado. Para o governo e seus articuladores tratava-se de territórios “descolonizados”. Esta posição mostrou a face autoritária do regime ao desconsiderar a existência dos povos que tradicionalmente viviam nestas terras (BARBOSA; MESQUITA, 2017, p. 62).

Os megaprojetos de desenvolvimento presentes na região de Anajatuba são projetos que de certa maneira podem ser analisados como complementares, num sentido de serem substanciais para o funcionamento um do outro. São eles: a implantação da Estrada de Ferro Carajás-EFC (fez parte do PND de 1970, desde lá vem sendo expandido), a Linha de Transmissão e a Duplicação da BR-135, são implementados respectivamente pelas empresas VALE, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT). Podemos observar que são 3 empresas com diferentes funções, a Vale é uma multinacional de extração e exportação de minérios, a ANEEL é uma Agência Nacional especializada no fornecimento de energia elétrica pelo Brasil e o DNIT é uma empresa de infraestrutura, responsável pela qualidade estrutural de estradas e vias para veículos particulares, coletivos e de carga, ou seja, o material extraído tem um transporte facilitado com a implementação de boas estradas com uma boa iluminação.

Dentro dessa breve análise podemos pensar na interdependência entre os megaprojetos e aos efeitos dos

megaprojetos para as comunidades. Como relata a liderança quilombola Eliane Frazão de Araújo, as empresas desrespeitaram as comunidades quilombolas quando não fizeram a Consulta Prévia antes de iniciar as obras, “Chega um e depois chega outro, é trator, caminhão que chega para assorear os igarapés, máquina pra compactar o solo. Eles não avisam, não chamam a gente para conversar, e minhas comunidades precisam se proteger e saber o que está acontecendo e o que pode acontecer com ela” (ARAÚJO, 2021).

Um dos direitos das comunidades tradicionais, para que tenham noção da dimensão do projeto e prever possíveis efeitos em seus territórios, está na Convenção 169 da OIT: “Artigo 7º. 1. Os povos interessados deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente” (BRASIL, 2014).

O que podemos observar sobre a importância da UNIQUITUBA como organização dos quilombolas frente às ameaças a integridade das comunidades de Anajatuba, Araújo (2021) relatou que foi de grande importância a União no início da pandemia da COVID-19, frente à ausência de consulta prévia pelo megaprojeto da expansão do corredor Carajás. A UNIQUITUBA buscou por meio da Defensoria Pública da União-DPU a abertura de um processo para que a consulta prévia fosse realizada pelo DNIT para que as comunidades ficassem informadas do que vem a ser o projeto, qual a necessidade e o que a comunidade ganha com a implantação. A

liderança fala que foram fatos datados antes da pandemia da COVID-19 e que tinha ficado acordado da Vale S.A. entrar em contato com as comunidades para poder apresentar e começar.

Dentro dessa perspectiva as comunidades quilombolas de Anajatuba estão dentro dos fatos que ocasionam o efeito social de deslocamento compulsório, forçada e involuntária das famílias quilombolas que, como relatou Araújo, são mais de 243 famílias afetadas pelos megaprojetos, algumas tiveram que renunciar a suas moradias por valores injustos ou por falta de condições de existência.

São obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996. p.30).

Além dos efeitos ambientais que para Almeida (1996) é uma maneira de retirar daquele grupo ou pessoa as possibilidades e os meios de sobrevivência e subsistência, pois na lógica da modernização os efeitos mesmo ambientais, tidos como irreparáveis são “passíveis de serem reparados monetariamente” (ALMEIDA, 1996. Pág. 30), essa concepção é algo muito presente no relato de Araújo, quando afirma que com a chegada dos megaprojetos, os igarapés sofreram uma perda considerável na extensão, por conta dos aterramentos e reduziu a produção de peixes que as comunidades tinham como fonte de subsistência. Ela comparou as condições de subsistência antecedendo a entrada das empresas com a atualidade: “Olha, nos meus quinze anos, aqui tinha tanto peixe preto - aqui

chama peixe preto - e dava tanta da piaba, que quando dava aquela chuva forte, a gente pescava e dava pra usar como alimento e vender nas cidades, em Itapecuru... vendia em Miranda (...). E quando fizeram a BR, a pista - o asfalto da BR, a coisa foi diminuindo...Quando agora que, como eles tão querendo ampliar, como eles já tão mexendo. Já tão mexendo nas áreas da margem de onde tem igarapés, então nós vamos sentir muito mais. Vai assoreando.” (ARAÚJO, 2021).

No município de Anajatuba são mais de 25 comunidades quilombolas, sendo elas: Pedrinhas, Queluz, Cupaúba, Ponta Bonita, Cumbi, Ladeira, Assutinga I, Assutinga II, Côco, Centro do Isidório, Bacabal, São Pedro, Flexeira, São Roque, Quebra, Bom Jardim, Bairro São Benedito, Ilhas do Teso, Frades, Cupaúba, Carro quebrado, Teso Grande, Território Quebra capim, Máquina e São José/Zé Bernardo. Destas comunidades, 22 são reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares<sup>5</sup> FCP, Araújo (2021) pontuou que todas as comunidades sofrem efeito direto e indiretamente pelos megaprojetos.

Quando perguntada de maneira isolada sobre os efeitos causados por cada um dos megaprojetos, a liderança colocou primeiro sobre a VALE:

Mais ou menos umas 15 comunidades são impactadas pela VALE, e que eles não reconhecem, porque eles só

---

<sup>5</sup> Criada em 1988, a FCP é uma instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

reconhecem as que ficam bem na margenzinha margens, as que ficam à distância de 5km a 10km da margem, eles não se importam. Não reconhecem. Só que a vale impacta e impacta muito na questão das comunidades, além do barulho, do ‘tremimento’ do solo, ainda aquele pó de minério e outras consequências que ficam (ARAÚJO, 2021).

O que fez com que a UNIQUITUBA buscasse por meio da DPU que fizesse o processo para a consulta prévia, para que a comunidade ficasse informada do que vem a ser o projeto, qual a necessidade e o que a comunidade ganha com a implantação.

O mesmo ocorreu com a duplicação da BR135, a consulta previa não foi realizada com as comunidades, e tem sido um megaprojeto que dificulta o direito de ir e vir dos moradores, “A distância da BR pros quilombos dá de 5km, 10km. (...) Do meu quilombo pra lá é 12km, o que acontece...Até pra atravessar pra Itapecuru pra pegar transporte vai ser difícil, já perdemos muita gente.” (ARAÚJO, 2021).

Sobre a instalação de linhas de transmissão (LT) pela empresa ANEEL, houve uma apresentação do projeto e do mapa para a UNIQUITUBA por onde as linhas iriam passar, mas não houve uma atenção quanto aos territórios que seriam atingidos pela instalação, mesmo com as comunidades alertando dos efeitos que seriam causados em seus quilombos e houve resistência da UNIQUITUBA em aceitar o projeto. No entanto, o prefeito se colocou a favor e falou que seria de muita melhoria para a região através da geração de

emprego, turismo etc. Mas as comunidades resistiram e recusaram a aceitação do projeto sem uma nova revisão (ARAÚJO, 2021).

Houve uma reformulação do mapa apresentado pela empreiteira e foi o projeto que está em construção, mas passam por dentro dos igarapés e para a construção é necessário compactar o solo, aterrar e foi o que aconteceu, segundo a liderança, e hoje as torres estão levantadas, só faltando passar os fios. “Porque os poderes públicos, as gestões municipais... Eles não estão preocupados com a gente não, eles não estão preocupados com a questão ambiental, por que eles não moram no nosso município (...) a gente que fica aqui no dia a dia” (ARAÚJO, 2021).

Dentro dos efeitos vivenciados pelas comunidades de Anajatuba foi percebido conflitos territoriais, de usurpação de terras pela retirada dos meios de sobrevivência pela chegada desses megaprojetos, torna-se impossível para alguns a permanência em seus quilombos sem que tenham as condições sociais, econômicas e ambientais de permanecerem. Um exemplo que a liderança utilizou foi a de famílias que foi saindo por medo e de como alguns quilombos se desfizeram por meio dessa retirada de condições. A liderança argumentou: “como que um da família vai ficar se o restante foi embora? Não tem condição” (ARAÚJO, 2021)

Pode-se afirmar, de maneira resumida, que aproximadamente 30% das ocorrências de conflito concernem a atos de usurpação de terras tradicionalmente ocupadas e a maior parte dentre elas refere-se a terras de comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2011, pp. 170-171).

Nesses casos, são oferecidos valores muito baixos para os moradores, o que a liderança relata: “Eu preciso trazer oficinas de mapas sociais para que as comunidades tenham conhecimento de seus direitos quanto às terras quilombolas, da importância do seu território, para que ninguém deixe sua casa, sua moradia, seus parentes em troca de dinheiro, que é muito pouco, que depois de um tempo acaba. Para que eles saibam lutar pelo que é nosso por direito” (ARAÚJO, 2021).

Nesse sentido a questão do território perpassa um sistema burocrático que na compreensão de Almeida (2011) dificulta a conquista de certificado, pois dentro da própria portaria existem muitas exigências para que a terra seja certificada, como a delimitação do território sendo um processo demorado para quem vive conflitos diários.

(...) Sabendo das dificuldades operacionais de incorporar os fatores étnicos à ação agrária, cabe chamar a atenção para um dos riscos maiores dos procedimentos burocrático-administrativos de natureza fundiária, qual seja: o de confundir a área do imóvel rural, levantada por cadeia dominial, com o território da comunidade remanescente de quilombo, socialmente construído e auto-reconhecido (ALMEIDA, 2011, p. 158).

Pelo Decreto 4.887/2003 - que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos - e pela Portaria FCP nº 98/2007 - que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, responsável pela titulação de terras tradicionalmente ocupadas,

previsto na Constituição de 88 - as comunidades precisam fazer um relato histórico das comunidades, com informações culturais, sociais e econômicas como consta nos pontos abaixo do regulamento de identificação quilombola da FCP.

(...) O relato deve focar nos relatos da ancestralidade quilombola da comunidade, principalmente, na memória das pessoas mais velhas e dos seus antepassados;

- A história da comunidade deve trazer informações sobre como a comunidade se formou, as primeiras famílias, como elas viviam, o que se tornou tradição para a comunidade (festejos, atividades produtivas, celebrações, manifestações culturais, etc.).

- É igualmente importante trazer informações sobre como a comunidade se encontra hoje, no que se refere a sua realidade social e econômica (como vive, o que produz, os problemas que enfrentam, se sofrem ameaças, quais as tradições ainda são mantidas etc.) (BRASIL, FCP, 2007).

Tal fato para Almeida (2011) reflete numa demora na titulação de terras quilombolas que exige através de um sistema burocrático de dispositivos legais uma comprovação dos quilombos que frente as ameaças constantes, ficam presos ao longo processo de titulação. “Em razão disto é que constituem um sério obstáculo à efetivação dos dispositivos legais que estabelecem o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas” (ALMEIDA, 2011, pág.159).

Quanto ao uso das leis, a liderança fala sobre a importância da UNIQUITUBA em todo o processo de resistência das comunidades quilombolas de Anajatuba. Ela fala que a Organização já conquistou

muito, o que justamente teve início com o objetivo de certificar todas as comunidades quilombolas de Anajatuba, das 25 comunidades, faltam 3 (três) comunidades a serem certificadas para que a UNIQUITUBA cumpra seu primeiro objetivo, no entanto é um processo, que a liderança argumenta ser “demorado que demanda muitas despesas e energia, pois é preciso ir a cada quilombo e conversar com os anciões, o que tem que ter paciência.” Mas a UNIQUITUBA tem muita luta pela frente e que ela espera que isso tenha reflexo na juventude (ARAÚJO, 2021).

## CONCLUSÃO

O presente artigo buscou através do projeto de pesquisa intitulado “Análise dos efeitos sociais de megaprojetos junto às comunidades quilombolas de Anajatuba” pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/UEMA/CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Faria Júnior, a análise dos efeitos sociais provocados pela chegada de megaprojetos ao município de Anajatuba- MA nas comunidade quilombolas, de quais são esses efeitos e quais esses megaprojetos na perspectiva da representante e presidente da UNIQUITUBA.

Desta maneira, foi possível, através de pesquisas bibliográficas, com um levantamento de teses a respeito das temáticas de territorialidade, desenvolvimento e efeitos sociais, tendo como base autores como: Alfredo Wagner Berno de Almeida

(1996; 2011), Zulene Muniz Barbosa<sup>6</sup> e Uslan Junior de Souza Mesquita<sup>7</sup> (2017); identificamos esses efeitos para as comunidades quilombolas num sentido histórico pela estratégia política que colocaria o Brasil num status de desenvolvido, desconsiderando a existência de povos e comunidades tradicionais (BARBOSA; MESQUITA. 2017) e uma análise atual, a partir da vivência das comunidades quilombolas: Pedrinhas, Queluz, Cupaúba, Ponta Bonita, Cumbi, Ladeira, Assutinga I, Assutinga II, Côco, Centro do Isidório, Bacabal, São Pedro, Flexeira, São Roque, Quebra, Bom Jardim, Bairro São Benedito, Ilhas do Teso, Frades, Cupaúba, Carro quebrado, Teso Grande, Território Quebra capim, Maquina e São José/Zé Bernardo pela chegada de megaprojetos na região amazônica e seu efeitos para essas comunidades quilombolas de Anajatuba.

Por meio de reuniões com representante quilombola, Eliane Frazão Araújo, foi possível a realização da análise dos efeitos sociais causados pela implementação dos projetos junto às comunidades quilombolas de Anajatuba, sendo possível atingir os objetivos desta pesquisa em analisar os efeitos sociais e de compreender como as comunidades quilombolas se organizam frente aos megaprojetos e como utilizam das leis frente a esses conflitos. E a possibilidade de

---

<sup>6</sup> Doutora em Ciências Sociais - política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Professora adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão e Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento, Política e Trabalho - GEDEPT.

<sup>7</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão, membro do Grupo de pesquisa GEDEPT UEMA. Professor de História na rede pública do Distrito Federal, com atuação na área de socioeducação.

compreender como essas empresas de certa maneira estão interligadas pela dependência de energia, de vias para escoamento de iluminação nessas vias e a presença de uma multinacional que possibilita a implantação de projetos de infraestrutura como se dá pela presença de da Vale e pela expansão se torna imprescindível a instalação de projetos de ampliação do fornecimento de energia elétrica como as linhas de transmissão (LT), e o aumento da capacidade de transportação de produtos pelas vias da BR 135, que como foi analisado é de grande interesse para a economia nacional.

Tendo os expostos acima é possível compreender que os conflitos territoriais envolvendo grandes empreendimentos e comunidades quilombolas tem uma trajetória histórica que segundo Almeida (1996) sempre coloca as comunidades numa posição de impossibilidade de contrapor e reverter os efeitos de tais decisões ditadas por circunstancialmente mais poderosos, e que essas empresas e órgãos responsáveis não tem interesse nesses efeitos que foi percebido pela fala de Eliane Frazão ao afirmar que quem mora lá não são eles, os órgãos, quem tem que conviver são os quilombolas que estão no seu dia a dia lidando com os efeitos sociais, ambientais e nas mudanças estruturais que configura as comunidades quilombolas de Anajatuba, suas formas de subsistência e economia, o que configura numa luta diária pela conquista dos seus direitos e o que almeja a liderança é que seja passado para os mais jovens, “Essa vontade de lutar pelo que é nosso” (ARAÚJO, 2021) para que as

comunidades quilombolas resistam frente a esses efeitos sociais, de maneira que utilizem de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Alfredo. **Quilombo e as novas etnias**. Manaus. UEMA edições. 2011.

ALMEIDA. Alfredo. Refugiados do desenvolvimento- Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**. Maio/agosto. 1996.

ARAÚJO. Eliane Frazão Rosa. 51 anos. **Entrevista 01** [18 de maio de 2021]. Presidente da União das comunidades negras, rurais e quilombolas de Anajatuba- MA. (UNIQUITUBA). Entrevista concedida a Maria Heloísa Alves Crispim Cirilo.

BARBOSA. Zulene.; MESQUITA. Uslan. Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense. **Revista Brasileira de Sociologia** | Vol. 05, No. 09 | Jan/Abr/2017.

BRASIL. **Decreto 4.887/2003**. Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 2004. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convecao169.pdf/view>.

BRASIL. **Portaria FCP nº 98/2007**. - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação

Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: Quilombolas de Cachoeira Porteira** – São Luís: Editora UEMA, 2019.

## **AS RELIGIÕES AFRO-MARANHENSES NO MUSEU: experiências e diálogos**

Andressa do Nascimento Barroso<sup>1</sup>  
Greilson José de Lima<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo investigou de forma antropológica às origens e significados do acervo do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF), especificamente das peças com origem em contextos religiosos ou sagrados. A pesquisa mostra-se importante, pois desempenha um papel significativo no contexto de representação negra religiosa por realizar um trabalho técnico nas exposições de referência às casas de culto afro-brasileiros tradicionais do Maranhão. Dessa forma, o projeto visou a partir da pesquisa, promover melhorias de curadoria no museu. Para atingir estas melhorias o projeto recorreu às noções metodológicas da “museologia colaborativa” cujas atividades museológicas são resultados da interação entre técnicos e agentes sociais representados nas exposições.

O museu Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF) apresenta em sua divisão quatro pavimentos. No pavimento térreo estão contidas as peças das religiões afro-

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (DCS/UEMA).

brasileiras. No segundo pavimento podem ser encontrados os objetos da festa do Divino e do carnaval de São Luís. No pavimento acima localiza-se os acervos do Bumba meu boi e Circuito Natalino. Por último, no sótão, estão os objetos de devoção de santidades, como: Santo Antônio; São João; São Pedro e São Marçal.

Os instrumentos sagrados referentes as religiões afro-brasileiras formam grande parte do acervo que está disponível no primeiro pavimento do CCPDVF. As peças sagradas demonstram a fé e resistência de grupos religiosos que para manter seus cultos tiveram que sobreviver a constantes opressões sociais e constitucionais. De acordo com Nascimento (1978), a “sobrevivência” das heranças da cultura africana deve ser vista com cautela, para que não se caia na ideia de uma nação brasileira pautada pela essência não-racista e “harmoniosa”. Algo que contrapõe à realidade de grupos afro-brasileiros que vivem ameaçados pelo racismo religioso.

Latour (2002) elaborou estudos importantes referentes as religiões africanas e a incompreensão do pensamento ocidental diante dos cultos. Um desses estudos discute o “fetichismo” termo cunhado durante o século XV para denominar ídolos fabricados pelos negros da Guiné que se tornavam instrumentos de adoração. É certo que, as tradições das religiosidades afro-brasileiras por seguirem costumes diferentes das religiões de natureza ocidental, estiveram por muitos momentos no lugar de irracionalidade. Em consequência disso, os símbolos e rituais utilizados foram forjados como

pertencentes a cultos que realizam o “mal”. Ainda hoje a noção de que essas religiões estão no “lado ruim” do mundo ainda é fomentada por desinformações ou pela própria intolerância religiosa ainda presente.

Neste trabalho, os acervos museológicos presentes no Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho, especificamente, as peças de origem religiosa e sagrada, foram utilizados para problematizar a demonização sobre símbolos afro-brasileiros e refletir a relação técnica e comunitária dos objetos em exposição. Ao passo que, foi realizado uma investigação sobre as origens e significados das peças religiosas do museu.

Ademais, o acesso aos patrimônios em museus é importante para o conhecimento da história da sociedade. Quando estes tratam de patrimônios historicamente marginalizados este conhecimento é fundamental, pois a partir dele é possível ter novas perspectivas da história até então contada. A visitação em museus ajuda a “elaborar algumas reflexões sobre as limitações e as possibilidades que a noção de patrimônio oferece para o entendimento da vida social e cultural” (GONÇALVES, 2009, p.24).

Nesse sentido, os patrimônios desde vestuários até objetos de ordens sagradas, localizados no CCPDVF do acervo de religiões afro-brasileiras, são significativos para a compreensão dos processos históricos nos quais passaram as culturas e religiosidades afro-brasileiras. Dessa forma, este trabalho pretendeu colaborar para que

o museu Centro Cultura Popular Domingos Vieira Filho possa contar e recontar as histórias populares que formam a diversidade da sociedade maranhense.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico realizado na presente pesquisa foi baseado nas concepções ligada as noções de “museologia colaborativa” ou também chamada “museologia compartilhada”. Tais expressões remetem ao trabalho onde os processos museológicos são resultados da interação entre museólogos e agentes sociais que possuem vínculos diversos com o museu. Sobre isso, Varine (2014), em “O museu comunitário como processo continuado”, destaca que: “Um museu normal” tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento” (VARINE, 2014, p.26).

Com isso, pode-se dizer que um dos objetivos do projeto foi compartilhar desse amplo conhecimento entre a instituição, museu Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho e agentes sociais que detém de saberes tradicionais. Para isso, inicialmente foram realizadas leituras bibliográficas com foco em entender as raízes históricas e sociais do processo patrimonial e museológico dos objetos das religiões afro-brasileiras. Entre os autores selecionados para essa parte introdutória, estavam: Marques (2018),

Goldman(2009), Latour(2002) e Sansi(2009). Todos esses autores foram importantes para melhor compreensão dos aspectos que envolvem a história, cultura e as religiões de matrizes-africanas. Em seguida, foram realizadas mudanças nas apresentações dos acervos em exposição, que contaram com a colaboração de técnicos e lideranças religiosas.

No terceiro momento, o projeto dedicou-se a preparar um inventário das peças do museu no Excel (um editor de planilhas) para informatizar e qualificar o acervo que se encontrava disperso e não estruturado. Para realizar a demanda foram anexadas em uma planilha fotografias e dados sobre os objetos coletados ao longo da pesquisa. As informações coletadas compuseram o inventário para apoiar futuras pesquisa, bem como, para o auxílio dos funcionários do Centro de Cultura popular Domingos Viera Filho no controle e administração das informações do acervo religioso.

Com a pandemia do novo COVID-19, algumas atividades presenciais foram adaptadas para modalidade virtual, os casos das: leituras, reuniões e preparação do inventário. Por fim, a última etapa do trabalho consistiu na identificação de: fotografias e recuperação de peças. Este trabalho contou com a participação direta de agentes sociais que se dispuseram a irem ao Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho para verificarem a disposição e estética das peças em exposição.

## IDENTIDADE RELIGIOSA

As religiões afro-brasileiras apresentam diversas denominações. Podemos destacar: Umbanda no sudeste; Candomblé na Bahia; Xangô em Pernambuco; Batuque no Sul; Tambor de Mina, Casas de Mina, em São Luís e na Amazônia; Cura ou Pajelança, em Cururupu e na Baixada; Terecô em Codó (FERRETTI,2008, p.1).

No Maranhão, apresenta-se uma variedade de denominações, as mais conhecidas são: tambor de mina, candomblé e Umbanda. De acordo com Ferretti (2008), a diferença entre elas acontece na origem da preparação do líder do culto, assim como, nas festas que as casas realizam. Cada uma das casas apresenta a sua própria identidade e, através dessa singularidade, é possível diferenciá-las na matriz que as unem.

As expressões das religiões afro-maranhenses contribuíram para formação da identidade estadual. Todavia, essa construção só foi possível após a emergência no plano brasileiro, no estado novo, em criar uma identidade nacional. Segundo Barros (2007) com essa formação, as obras populares ganharam destaque e influenciaram os intelectuais do período. Nesse contexto, evidenciaram-se as manifestações populares, como consequência, a cultura afro-maranhense ganhou destaque.

Para Barros (2007), a ressignificação dos símbolos de origem africana para elementos da cultura maranhense, no Estado

Novo (1937 e 1945) tiveram a influência de três perspectivas: o interesse dos intelectuais sobre as expressões africanas; a participação da elite na cultura popular negra e a resistência contra preconceitos e perseguições. Na primeira, a cultura e religiosidade negra são valorizadas pelos intelectuais da época, que enxergaram as manifestações de origem africana como uma identidade “São lidas por membros da imprensa, laica e religiosa, e da intelectualidade, como herança perniciosa dos antepassados índios e pretos do povo Maranhense” (BARROS, 2007, p.5). No campo antropológico, os estudos sobre as religiões afro-brasileiras vêm apresentando um crescimento ao longo dos anos. Rodrigues (1935) em “O animismo fetichista dos negros da Bahia” descreve rituais presentes no candomblé ao passo que caracterizava os negros como incapazes de realizar elevadas abstrações do monoteísmo.

Goldman (2009) em “Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras ensaio de simetrização antropológica” abre debate a respeito do “fetiche” e “fetichismo” temática que durante muito tempo foi uma das principais pautas dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras, inclusive por Nina Rodrigues em seu livro aqui pautado.

A participação da elite na cultura popular negra foi outro elemento importante no que se refere a maior aceitabilidade dos símbolos afro-brasileiros na cultura maranhense. No estado é possível destacar alguns nomes, por exemplo, do pai de santo Bitá do

Barão, falecido em 2019. A relação com Sarney, político maranhense, o levou a ser também conhecido como “Pai de santo da família Sarney.” Essa ligação o fez ganhar notoriedade ao nível estadual e nacional, assim como na religião praticada. Assim, a resistência em favor das manifestações afro-maranhense, no estado novo, foi importante para o movimento de ressignificação das expressões da cultura e religiosidade afro-maranhenses no estado.

Nesse sentido, a presença dos agentes nos movimentos populares permitiu que a cultura e religiosidade afro-maranhenses integrassem o cerne identitário do Maranhão representado pelas brincadeiras folclóricas que vemos propagadas como lembretes da cultura local.

## **PATRIMÔNIOS MUSEOLÓGICOS**

No livro “Reflexos sobre o culto moderno dos deuses fetiches”, de Bruno Latour (2002) é retratado a estranheza dos portugueses, cobertos de amuletos da Virgem e dos Santos cristãos, com os negros da Guiné, que fabricavam e adoravam divindades. O autor tem como parte da sua reflexão a utilização do adjetivo “fetiche” pelos portugueses para denominar essa relação dos negros com as divindades cultuadas.

Hoje entendemos que os objetos que o povo da Guiné adorava, na verdade, são “patrimônios”. Estes artefatos surgem do colecionamento “Todo e qualquer grupo exerce alguma categoria de

atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar o domínio subjetivo em oposição ao outro” (GONÇALVES, 2003, p.26). No caso dos negros da Guiné, os materiais utilizados nas práticas religiosas, os diferenciavam de outras expressões religiosas.

Para Gonçalves (2003), a noção de patrimônio se confunde com propriedade e, em muitos casos, os bens carregam significados mágicos e sociais. Nesse sentido, as divindades formadas, além de serem importante para os rituais praticados nas religiões afro-brasileiras exercem também influência no âmbito social, pois são expressões dos valores carregados por seus proprietários. Dessa forma, é possível dizer que os patrimônios são também reflexos dos seus donos.

Existem uma diversidade de “Patrimônios” inseridos em vários campos da vida social. A exemplo do “Patrimônio imaterial” que está presente manifestações populares como: dança, canto, culinária, religiões etc. Segundo Gonçalves (2003), intelectuais e devotos têm entendimentos diferentes sobre “patrimônio.” Os primeiros compreendem como representações materiais de uma “identidade” e de uma “memória.” Para os devotos refere-se a uma relação de reciprocidade com a divindade. Sendo assim, mais do que uma definição a categoria “Patrimônio” compõe-se a partir de interpretações pessoais.

Ademais, outra concepção que deve ser destacada é de “Patrimônio histórico e artístico.” Segundo Fonseca (2003), a política de patrimônio trabalhou ao longo de sessenta anos com o entendimento de que os objetos antigos devem ser preservados em razão das artes impressionantes. Ou porque foram em algum momento um espaço documental e histórico. Todavia, a autora entende que essa imagem não contempla nem a diversidade e nem os conflitos da produção cultural do Brasil do presente e passado.

Nas religiões afro-brasileiras os “patrimônios” compõem a identidade nacional. Mesmo assim, as imagens destes na sociedade ainda são alvos de racismo e depredações. Segundo o ministério dos direitos humanos, no disque 100, entre 2015 e 2017, a cada 15 horas um caso de intolerância religiosa foi relatado. Essa violência culminava muitas vezes na destruição de símbolos importantes na religião. No ministério dos direitos humanos do Rio de Janeiro, só em 2017 foram registrados 12 denúncias, 11 deles de invasão de terreiros.

No Maranhão, a Secretária de Estado Extraordinária da Igualdade Racial, em dois meses recebeu quatro denúncias de ataques a casas de culto afro, contra pessoas ligadas a religiões de matrizes africanas na Região Metropolitana de São Luís. Só o terreiro Tambor de Mina Dom Miguel, situado no bairro Anjo da Guarda, em São Luís, nos meses de julho e agosto de 2021 registrou muitos casos de apedrejamentos. “Hoje a gente é consciente que está correndo

risco de vida no espaço religioso por essa questão” (PAI LINDOMAR, G1-MA.2021). Esse relato se une a outros que sentem insegurança em frequentar os terreiros devido às constantes violências.

O preconceito contra os símbolos originários das religiões afro-brasileiras talvez seja ainda um reflexo da “Maldição dos africanos” ou “Maldição de Cam”, teoria religiosa utilizada pelos europeus e igreja para defender a superioridade dos brancos sobre os negros. A partir dessa leitura bíblica deturbada se justificou por muitos anos a escravização dos negros, assim como as mazelas ocorridas no continente. Com isso, a demonização dos monumentos afros é mais uma representação dessa história que continua presente através do racismo religioso.

## **NOVA MUSEOLOGIA**

Os museus nem sempre foram espaços abertos ao público. Antes de se tornarem populares estavam a serviço apenas da academia e elite. Os acervos eram reunidos e expostos para pequenos grupos de pessoas detentoras de poder aquisitivo ou “cultural”, sem qualquer função educativa. No âmbito acadêmico, entre os séculos XIX e XX, a antropologia teve como berço de pesquisa os museus onde eram realizados estudos sobre culturas. Nesse contexto “os objetos eram colecionados como testemunhos e provas materiais das diferentes culturas.” (ABREU E RUSSI, 2019 p.19).

Na segunda metade do século XX, surgiu a “Nova museologia.” Movimento que propõe o acesso democrático a cultura e que critica à museologia tradicional. O movimento contou com influência de debates anteriores, realizados, por exemplo, pela “Escola dos Annales”, em 1929 na França, que teve “um papel decisivo ao revolucionar a noção de documento histórico. [...] A história renovada lançava um novo olhar sobre a história, sobre seus instrumentos, objetos e objetivos” (BARROS, 2000, p.144 *apud* S PIAZZI, ERCOLANI E COSTA). Além disso, na década de 70, ocorreu uma mesa redonda sobre “O desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo” em Santiago, 1972. As reflexões levaram a proposta do museu integral.

Para Abreu e Russi (2019, p. 20), o museu integral foi responsável por elaborar outra forma de pensar a relação do museu com a sociedade. Essa nova formulação foi capaz finalmente de criar museus em que parte da sociedade pudesse refletir a sua identidade. Para mais, os museus ganharam nessa nova lógica a função educativa em que os visitantes poderiam através das exposições adquirir conhecimentos. Com isso, um local que antes reunia coleções sem história passou a conceber um caráter científico e funcional das peças.

Dessa forma, surgem diferentes modalidades de museus: os ecomuseus, os museus comunitários, os sociais, dentre outros. Varine (2014, p.25) divide os museus em dois: o “normal” e o

“comunitário.” O primeiro tem o objetivo de servir ao conhecimento e à cultura. O segundo visa auxiliar à comunidade e o seu desenvolvimento. Trabalhamos aqui com os museus ligados com a proposta da “nova museologia”.

Para construção de museus baseados na “nova museologia” deve se utilizar “novas práticas museológicas” conhecidas como “museologia colaborativa” ou “museologia compartilhada.” Na atividade se trabalha com “processo do colecionamento e documentação até o processo de exposição ou difusão do conhecimento produzido” (ABREU e RUSSI, 2019 p.20). Ademais, equipes interdisciplinares participam da ação que conta com pessoas envolvidas com movimentos sociais e aqueles que estão diretamente envolvidas com o acervo exposto.

O Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho (CCPDVF) realiza seu trabalho com o viés proposto pela “nova museologia” e os processos da “museologia colaborativa” ou “museologia compartilhada.” O alinhamento técnico dos acervos é realizado através da representação dos grupos sociais com relação aos materiais expostos. Dessa forma, muitas peças foram doadas e até mesmo passaram por uma avaliação que ajudaram com apresentação museológica. Todavia, este é um trabalho que nunca tem fim pois “como processo, o museu deve ser construído, mês a mês, ano a ano, pelo povo, naturalmente com o auxílio de profissionais” (VARINE, 2014, p.29). Por isso, o trabalho que vem sendo realizado no centro

de Cultura popular é constante e exige uma frequente revisitação popular e técnica.

## RESULTADOS

A pesquisa obteve resultados significativos durante os anos de trabalho. Para iniciar com as atividades foram realizadas leituras bibliográficas que ajudaram a conhecer mais sobre os aspectos culturais, históricos e políticos que compõem as religiões afro-brasileiras. Dentre as primeiras leituras estavam em foco as questões teóricas do colonialismo, elementos tradicionais das religiões e representações simbólicas dos cultos. Para ajudar com essa problematização, tivemos os autores: Marques (2018), Goldman (2009), Latour (2002) e Sansi (2009). No segundo momento, as leituras a respeito do racismo religioso e alteridade ganharam atenção da pesquisa. Destaco aqui os seguintes autores: Barros (2007) Nascimento (1978), Rodrigues (1935). Por último, foram lidas produções acerca da museologia colaborativa e patrimônio material e imaterial. Para isso contou com uso dos trabalhos dos teóricos Abreu e Russi (2019), Varine (2014).

Todas as leituras foram um suporte necessário para apuração dos resultados desta pesquisa. Por exemplo, em Latour (2002) observamos a estranheza dos ocidentais sobre os cultos de origem africana, uma estranheza que em contornos mais graves pode acarretar violência, foi o que ocorreu no terreiro tambor de Minas,

localizado no bairro do Anjo da Guarda - São Luís. A casa foi invadida e as imagens de culto foram quebradas. O caso foi encaminhado para secretária de segurança pública (G1-MA.2021). A leitura preliminar nos proporcionou refletir e comparar casos antigos com atuais e verificar que a estranheza a qual Latour (2002) faz referências, conhecemos hoje como racismo religioso.

Considerando Nascimento (1978), podemos compreender que as amostras dos símbolos referentes as religiões afro-brasileiras devem ser vistas com cautela, pois a valorização de objetos na cultura por si só não indica harmonia ou superação do racismo. Na verdade, o autor salienta que se deve tomar cuidado para não cair no conto da sociedade não-racista. As reflexões de Nascimento (1978) foram importantes para entender que o Centro de Cultura Popular Domingos é um pilar e não o único que deve refletir e acompanhar as ações em prol de apresentar a história da religiosidade e negritude brasileira.

No que concerne ao aspecto prático da pesquisa, foram identificadas fotografias. No trabalho observou-se a falta de autoria das fotografias em exposição. Assim como, dos personagens que posavam nas fotos. Através de conversas com representantes de Terreiros, como: Euzébio Pinto e Socorro Fontenele (Casa das Minas), Alex Menezes (Casa de Nagô), Wellington do Terreiro de Iemanjá, Pai Tabajara (Ilê Axé Akorô D'Ogum), e Benedito Gomes

(Terreiro Fé em Deus), foi identificado o autor das fotos, Ribamar Alves, e as personagens das fotografias.

Abaixo, estão disponíveis os nomes dos personagens das fotografias identificadas:

### **IDENTIFICAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS CASA DAS MINAS**

**Figura 01: Dona Maria Celeste Santos**



Fonte: Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, 2020.

**Figura 02: Dona Maria Cesarina dos Passos Lisboa**



Fonte: Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, 2020.

## IDENTIFICAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS CASA DE NAGÔ

**Figura 01: Dona Vitorina Tobias dos Santos (Conhecida como Mãe Dudu)**



Fonte: Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, 2020.

**Figura 02: Dona Lúcia Maria de Jesus Silva (Conhecida como Dona Lúcia)**



Fonte: Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, 2020.

**Figura 03: Nonato de Taquariana**

Fonte: Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, 2020.

O projeto também organizou uma lista preliminar do acervo museológico onde foram dispostas as informações de cada circuito. Os dados auxiliaram tanto o museu como o projeto no que se refere as informações técnicas dos objetos. O inventário das peças do CCPDVF teve o intuito de otimizar o trabalho realizado no museu. Todos os critérios visaram priorizar os dados técnicos das peças.

Sendo assim, a planilha representa um apoio para pesquisa do acervo e prestação de contas. Para organizar os materiais foram necessários estudos preliminares de museus que utilizam planilhas digitais, como: tanaicam-museu da abolição e núcleo multidimensional de gerenciamento do patrimônio e de documentação em menção, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os exemplos serviram para analisar as categorias pensadas para o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

A planilha inicia com os materiais têxteis da casa de minas. Depois foram colocados em sequência a mesma categoria, mas de outras casas. A ordem das peças foi inicialmente estabelecida pelo número de registros. Sendo assim, a casa de minas iniciava em cada categoria, quando não havia objetos a casa seguinte assumia com os respectivos objetos museológicos. Após uma nova análise foi definido que os critérios de distribuição das peças ocorreriam pela classificação do material. Isso permitiu que os objetos iguais, independente da ordem, fossem anexadas na tabela, o que trouxe melhor organização.

A tabela obedece aos seguintes critérios:

- **Imagem:**

Primeiro critério da tabela: onde estão anexadas as fotografias que servem de identificação das peças em exposição.

- **Localização:**

Segundo critério da tabela: onde estão identificados os pavimentos que as peças podem ser encontradas

- **Classificação:**

Terceiro critério da tabela: aqui são anexados os acervos museológicos

- **Material Técnica:**

Quarto critério da tabela: nessa parte estão descritos os materiais que cada objeto apresenta. As peças podem conter um único material ou ter vários elementos.

- **Dimensões:**

Quinto critério da tabela: aqui estão expostas à altura e larguras das peças

- **Data:**

Sexto critério da tabela: apresenta data de entrada dos objetos no museu

- **Procedência:**

Sétimo critério da tabela: onde estão contidas as casas dos artefatos

- **Forma de aquisição:**

Oitavo critério da tabela: onde pode ser encontrado o nome da casa de origem da peça.

**Figura 01: Ficha de inventário**

Ficha de Inventário	
Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho	
Projeto: Acervo em museu etnográfico e popular no Maranhão	
Título/nome: Chapéu de Fita Flor Amarela	
Localização: Circuito Expositivo/2º Andar	
Coleção: Zabumba	
Nº de Registro: CCPDVF.	
Registro Anterior:	
Dimensões: Altura 20cm Diâmetro 1m50cm	
Autor:	
Data:	
Estado de conservação: Bom estado de conservação, porém, excede em sujidade.	
Material/ Técnica: Palha/Tecido/Plástico/Metal/Colagem/Montagem/Bordado	
Procedência/Forma de Aquisição:	
Descrição intrínseca: Chapéu de fitas, confeccionado com chapéu de palha, revestido com plástico tipo EVA, estrutura de metal, e tecido ornado com canutilhos coloridos na técnica bordado a mão, formando uma flor dourada ao centro, acabamentos com aplicação de correntes de pedras prateadas, vermelhas, e azuis, franjas soltas confeccionadas com	

Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

Na **figura 01** está a ficha de inventário do Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho. Cada peça do acervo possuía uma ficha, essa forma de organização causava perdas de arquivos e dificuldade de pesquisar os registros técnicos dos artefatos.

**Figura 02: Planilha de inventários**

IMAGEM	LOCALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	COLEÇÃO	MATERIAL/TÉCNICA	DIMENSÕES	DATA	PROCEDÊNCIA	FORMA DE AQUISIÇÃO
	Expositivo/Térreo	Acervo têxtil	Casa das Minas	Tecido/Renda de Agulha	Altura: 25 cm Largura: 1 m 93 cm		Casa das Minas	
	Expositivo/Térreo	Acervo têxtil	Casa das Minas	Tecido/Renda de Agulha	Altura: 60 cm Largura: 1 m 70 cm		Casa das Minas	

Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

Na **figura 02** está a planilha de inventários. Com ela foi possível anexar todos os objetos de cada acervos do museu no único espaço para, assim, facilitar com buscas técnicas dos artefatos.

Ao analisar as informações apuradas ao longo do projeto podemos inferir que a participação da comunidade na organização e exposição de peças é importante para melhor verificação dos acervos que entram para exposição no museu. A não participação de colaboradores permitiu que os acervos fossem anteriormente

exibidos com erros. Outrossim, a atenção aos detalhes como o uso de turbantes ou não entre mulheres de determinadas religiões, a exemplo, podem colaborar para que praticantes dos ritos identifiquem-se com os símbolos expostos. De acordo com Varine (2014) o desenvolvimento do museu só ocorre está associado à participação da população no processo de tomada decisões. Desse modo, os resultados alcançados com este projeto foram alinhados com a noção de “museologia compartilhada” pois se entende que o trabalho do museu é feito com auxílio de técnicos e agentes sociais.

## CONCLUSÕES

Este trabalho estudou as origens e significados dos artefatos do Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho para, desta forma, propor melhorias de curadoria no museu. Ao longo das investigações, a literatura bibliográfica exerceu papel importante para a compreensão de estigmas que as religiões afro-brasileiras ainda sofrem. No livro de Latour (2002), “Reflexos sobre o culto moderno dos deuses fetiches”, por exemplo, os ritos praticados pelos negros da Nova Guiné são considerados “fetiches” pelos portugueses. Tal visão, ainda se perdura na sociedade sendo possível notar a demonização dos objetos sagrados dos cultos das religiões afro-brasileiras. Nesse sentido, a presença dos museus veio então para contrastar a história até então contata. A “nova museologia” é uma das formas de resistência ao racismo religioso. Pessoas

marginalizadas têm esse espaço para expor o outro lado da história. Este projeto compartilhando dos ideais propostos por esse movimento teve a colaboração de representantes das religiões para as ideias de curadoria no museu. Com isso, foi realizado a identificação de fotografias e modelos, nomeação de peças, alteração da apresentação dos acervos que não condiziam com a realidade das vestimentas. Para finalizar, foi construída planilha de inventários das peças do Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho para ser usado como material de consulta do acervo. Os resultados alcançados através desse projeto só foram possíveis pela participação de agentes sociais que acreditaram no trabalho desenvolvido e colaboraram com seus conhecimentos sobre os artefatos expostos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; RUSSI, Adriana. **Museologia colaborativa: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas**. São Paulo: Revista Horizontes Antropológicos, 2019.

BARROS, Antonio Evaldo. **Cultura e identidade no Maranhão estado-novista**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão-Programa de pós graduação em Políticas Públicas UNIV, 2007.

COMISSÃO da OAB cobra ações que impeçam o aumento de crimes raciais no Maranhão. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/08/20/comissao-da-oab-cobra-aco-que-impecam-aumento-de-crimes-raciais-no-ma.ghtml> . Acesso em: 20 de agosto. 2021

FERRETTI, Mundicarmo. **A mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras**. Publicado em: MAUÉS, R. e VILLACORTA, G. Pajelança e religiões afro-brasileiras. Belém: EDUFPA, 2008.

FONSECA, Maria Cecília. **Para além da Pedra e Cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: Memória e patrimônio ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: 2. ed. Lamparina, 2003.

FREIRE, José Ribamar. **A descoberta do museu pelo índios**. In: Memória e patrimônio ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: 2. ed. Lamparina, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: Memória e patrimônio ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: 2. ed. Lamparina, 2003.

LATOURE, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MARQUES, Lucas. Fazendo orixás: sobre o modo de existência das coisas no candomblé. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38(2): 221-243, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REUNIÃO debate sobre os ataques aos terreiros no maranhão. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/07/15/reuniao-debate-sobre-os-ataques-aos-terreiros-no-maranhao.ghtml> . Acesso em: 20 de agosto de 2021.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro, Civilizações Brasileiras, 1935 (Bib. de Divulgação Científica, vol. II) (original pub. Em 1896-1900).

SANSI, Roger, “Fazer o santo”: dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras. In: **Análise Social**, vol. XLIV (1.º), 2009.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado- **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41 - **Museologia Social**. 2014.

# **CAPITALISMO DEPENDENTE E AUTOCRACIA BURGUESA: Florestan Fernandes e a (im)possível democratização da Educação no Brasil**

Allena Yandra Dias Cabral<sup>1</sup>

Bráulio Loureiro<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este texto possui como base um dos planos de trabalho do projeto geral de pesquisa *Educação e democracia no Brasil: o sentido político do programa Escola Sem Partido*, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas (PIBIC). Seu objetivo consiste na investigação do pensamento político-educacional de Florestan Fernandes, observando como o autor examina o problema das possibilidades de democratização da educação no Brasil.

Florestan Fernandes (1920-1995) sempre esteve ciente das dificuldades educacionais estruturais no Brasil. Mesmo não sendo um pedagogo por formação, atuou como educador que praticava a educação com lucidez. Saviani (1996) demonstra que as preocupações educacionais acompanharam toda a trajetória do sociólogo brasileiro. E aborda quatro aspectos da carreira de Florestan em que se faz nítida a indissociabilidade entre o educador, o pesquisador, o militante e o publicista.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Bolsista PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (DCS/UEMA).

Enquanto professor-educador, Florestan estabeleceu um significativo espaço educativo na cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, o educador não ficou apenas no seu espaço acadêmico. Prova disto foi a sua atuação na Campanha de Defesa da Escola Pública, no início da década de 1960, em que se tornou uma das lideranças mais expressivas, manifestando-se diversas vezes sobre o sistema educacional brasileiro através de convites feitos por entidades estudantis, jornalistas, escritores e operários que se juntaram em um movimento inédito no país. Nas manifestações o sociólogo fazia um balanço geral da educação que ainda ser faz atual.

Assim, a Campanha em Defesa da Escola Pública de 1960, que estava relacionada principalmente com a educação básica, “surgiu como produto espontâneo das repulsas provocadas, em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados”. O projeto de lei aprovado era um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, identificado por Florestan como “o inimigo público número 1” do ensino oficial. A iniciativa de Lacerda coroava a “imensa conspiração retrógrada contra o ensino público, nascida do estranho conluio dos proprietários de escolas privadas leigas e os mentores das escolas mantidas por iniciativa do Clero Católico.” (ZANETIC, 2006, p. 12).

A preocupação com a melhoria educacional, para Florestan, não ficou apenas no campo teórico e na atuação enquanto professor, ou nos seus diagnósticos proferidos enquanto cientista social. Os entraves educacionais deveriam ser enfrentados juntamente com mobilização política. Por isso, em 1986, Florestan é eleito para o

Congresso Constituinte, participando e colaborando intensamente para a elaboração do capítulo da educação na Constituição de 1988 e no processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases da educação, iniciado em 1988. Em seu mandato parlamentar, Fernandes apresentou 94 emendas e, desse total, 46 estavam relacionadas à educação. “Enquanto alguns grupos de deputados mobilizavam-se para conseguir verbas e auxílios para escolas privadas, outros militavam pela escola pública e laica. E Florestan pertencia a esse segundo grupo.” (LIMA; SILVA, 2009, p. 7427).

Tais aspectos evidenciam o quão disciplinado e dedicado Fernandes era em estudar a fundo os problemas educacionais do país. Por isso, a democratização do ensino surge em suas elaborações como meio para o combate das desigualdades educacionais históricas e dos impactos que a autocracia burguesa (regime político que vigoraria no âmago da vida social brasileira) assume no meio educacional. É vislumbrando, portanto, investigar o pensamento político-educacional de Florestan Fernandes, observando como o autor analisa o problema das possibilidades de democratização da educação no Brasil que esse texto se coloca. Conjugando elementos bibliográficos e documentais, busca: 1) compreender a leitura fernandiana a respeito da particularidade da formação social e política brasileira; 2) analisar os impactos sociais e educacionais da natureza dependente e autocrática do capitalismo nacional; 3)

identificar o papel atribuído pelo autor a agentes e movimentos sociais no processo de democratização da educação no Brasil.

### **FLORESTAN FERNANDES: VIDA E OBRA**

Florestan é um dos principais nomes das ciências sociais no Brasil. Como visto acima, Saviani (1996) destaca quatro aspectos da trajetória do intelectual, a saber: o docente, o pesquisador, o militante e o publicista, que estão integralmente conectados. O primeiro aspecto põe em evidência o professor, ressaltando sua atividade docente. O segundo enfatiza a importância concedida à educação nas investigações científicas realizadas por Fernandes. A terceira característica diz respeito à militância que o acompanhou em defesa do ensino público de qualidade até sua atuação como deputado federal. E o último demonstra o publicista que se dedicou a divulgar sob todas as formas a causa da educação pública. Eis um breve resumo do curso de Florestan e da sua amplitude e importância para a elaboração de análises que dialoguem com diversas esferas da vida brasileira, sobretudo a política e a educacional.

Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920, em São Paulo. Sua infância foi dura e trabalhosa. Por frequentar apenas três anos do ensino primário, “Vicente” (apelido concedido a Florestan pela sua madrinha, que não admitia alguém tão humilde com um nome tão imponente) precisou trabalhar desde cedo como auxiliar de garçom, engraxate, biscateiro, entregador, entre outras

ocupações. Impulsionado por professores que iam ao Bar Bidu após as aulas, onde Florestan era garçom, fez seu exame de madureza (ginásio e colégio) e conseguiu um emprego melhor (melhor no sentido de que ele pôde a partir desse novo emprego pagar seus estudos e sustentar sua mãe), como entregador de amostras de um laboratório farmacêutico. Após a formação em uma pequena comunidade de estudos, Florestan descobriu a afinidade com a comunicação e o prazer no debate intelectual, e, assim, começou a preparar-se para uma nova etapa de sua vida: o ensino superior. Embora não fosse sua primeira opção, em 1941 iniciou os estudos no curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo.

Ciente da deficiência da sua formação escolar e das dificuldades que enfrentaria, pois sabia que não vinha da mesma origem social de seus colegas de classe, Florestan concentrou-se na aprendizagem de seu ofício preparando-se para superar os obstáculos. “Assim, alcançando maior autonomia intelectual, passou a enfrentar em melhores condições um grande ‘inimigo’: a intimidação causada pela cultura dos mestres estrangeiros.” (OLIVEIRA, 2010, p. 18).

Obteve a titulação de graduado em 1945, sendo convidado logo após a trabalhar como assistente na cadeira de Sociologia II da USP. Florestan submete-se à seleção de mestrado na Escola Livre de Sociologia Política (ELSP) de São Paulo e, apesar de já ter conseguido certa notoriedade em suas elaborações e suas atuações teóricas, a

primeira tentativa de ingressar na ELSP não logra êxito, sendo o pouco conhecimento em inglês o motivo de sua reprovação. Localizando esse problema, o jovem sociólogo dedica-se ao estudo do inglês, conseguindo aprovação ainda em 1945 (OLIVEIRA, 2010). Em 1947, obteve o título de mestre, e em 1951 veio a titulação de doutor. Tornou-se livre docente em 1953, e professor contratado em 1954. De acordo com Sanfelice (2014), Florestan desenvolveu a pesquisa que contradisse a falácia de que no Brasil não existia preconceito e discriminação, questionando o mito da democracia racial que historicamente vigora no país.

A partir de 1959, Florestan adentra profundamente na Campanha em Defesa da Educação Pública, constituindo-se em uma das lideranças mais expressivas do movimento, no intuito de promover o projeto original de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1964, torna-se professor titular da cadeira de Sociologia I da USP. Devido ao golpe civil-militar, é preso, mas não fica muito tempo encarcerado devido à repercussão da carta aberta que publicou na imprensa, afirmando que “[...] se a grande virtude do militar era a disciplina, a do intelectual era o espírito crítico.” (SANFELICE, 2014, p. 254).

Destituído do cargo após o Ato Institucional nº 5 do regime militar, em 1968, no auge de sua carreira intelectual e acadêmica, Fernandes foi aposentado compulsoriamente. Em 1970 aceitou o convite da Universidade de Toronto no Canadá e só voltou ao Brasil

três anos depois. Como o AI-5 ainda vigorava, Florestan estava proibido de dar aulas e, segundo Freitag (2005), esse foi um período muito delicado para o autor, pois procurou sobreviver como podia. Embora tenha sido convidado para dar aulas nos Estados Unidos, na Alemanha e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Florestan não acatou tais oportunidades por razões políticas: não trabalharia para países e instituições que ajudaram a financiar o golpe militar no Brasil (FREITAG, 2005).

Contribuinte do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação em 1980, Florestan foi eleito deputado estadual pelo partido em 1986, participando, como visto, de uma importantíssima etapa para a educação no Brasil, a elaboração dos componentes educacionais e culturais da Constituição de 1988 e as discussões e elaborações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de ser eleito por mais um período parlamentar em 1990. Em seu mandato parlamentar, no quesito educação, suas prioridades podem ser sintetizadas em três pontos: 1) assegurar a todos uma igualdade efetiva nas oportunidades educacionais, garantido a educação pública, gratuita e laica como dever do Estado em todos os níveis; 2) conferir à escola o protagonismo na formação da sociedade civil, democrática e pluralista, envolvendo a valorização dos trabalhadores da educação; 3) a autoemancipação pedagógica em escala nacional, opondo-se aos pacotes educacionais de que seríamos vítimas (FERNANDES, 1989a; CABRAL, 2020). Florestan exerceu

considerável influência na formação das gerações futuras de sociólogos que saíram da USP nos anos 1960 (como Heleieth Saffioti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros), deixando-nos em 1995.

Como importante figura na defesa da escola pública brasileira, além de ser considerado um dos mais importantes cientistas sociais e pesquisadores do país, Florestan sempre defendeu que o acesso à educação deveria ser realizado por todas as pessoas. A escola seria o espaço político-pedagógico onde as novas gerações poderiam iniciar a prática das relações democráticas, aprendendo a ter voz frente às decisões características da vida em sociedade, além de ser o ambiente onde constituiriam um pensamento crítico e racional e expressariam a criatividade, formando comportamentos democráticos no objetivo de moldar uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, a preocupação educacional ocupou boa parte de seus escritos acadêmicos e de sua militância política (RODRIGUES; BRAGA, 2017; CABRAL, 2020).

Inserem-se como principais obras do universo teórico de Florestan escritos como *A educação no interior do Brasil* (1946), *A organização social dos Tupinambás* (1949), *A educação como fator de integração política* (1954), *O destino das universidades* (1958), *A utilidade da educação e das ciências sociais* (1959), *A etnologia e a sociedade brasileira* (1959), *A escola e a ordem social* (1960), *A educação como problema social* (1960), *A democratização do ensino*

(1960), *Mudanças sociais no Brasil* (1960), *A universidade e o desenvolvimento do Nordeste* (1961), *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *O que é revolução* (1981), *A questão da USP* (1984), *O debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases* (1989) e *O desafio educacional* (1989).

## **CAPITALISMO DEPENDENTE E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL**

Antes de se pensar a questão educacional em Florestan, deve-se dedicar atenção aos processos, na visão do autor, que ocasionaram os entraves que impossibilitaram o desenvolvimento pleno desse setor no Brasil. Dessa forma, Leher (2012) entende a centralidade que o conceito de capitalismo dependente possui em Fernandes para a compreensão dos obstáculos que inviabilizaram a democratização do ensino. Conceito que está presente em seu livro *A revolução burguesa no Brasil* (1975), em que Florestan elabora um quadro teórico rigoroso e sutil sobre a formação histórico-social brasileira.

Nos termos do autor, o capitalismo dependente é entendido como “Uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada.” (FERNANDES, 1963, p. 36). Em outras palavras, é a relação de dependência estabelecida entre as burguesias

autóctones e os centros hegemônicos do capital, ocasionando a partilha desigual do excedente econômico fruto da exploração do trabalho, sendo a burguesia local a detentora do menor percentual do excedente econômico. O capitalismo dependente seria um fenômeno peculiar à revolução burguesa no Brasil, que consiste na consolidação do poder burguês e da dominação burguesa através de transformações sociais, econômicas, e políticas desenvolvidas no ápice do processo de industrialização. Marcando o início da modernidade capitalista no Brasil, esse fenômeno teria separado a era senhorial da era burguesa. Para Florestan, “O que desencadeia a origem dessa era é o seu tom cinzento e, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro.” (FERNANDES, 2006, p. 240).

Ademais, a revolução burguesa, na forma como se processou nesta periferia, inseriu o país em uma dinâmica econômica que não apresentava a mesma configuração do que fora implantado nos países capitalistas centrais, ou seja, o capitalismo por aqui se estruturou e se manteve subordinado à dominação imperialista, fator que comparativamente tende a agravar o nível de desigualdade interna. Esse processo teria trazido consequências significativas a setores cruciais do país. A dupla articulação entre o subdesenvolvimento e a dependência estaria na base dos problemas sociais brasileiros, tais como a fome, o desemprego, o analfabetismo,

a miséria, a corrupção no poder público e afins (RODRIGUES; BRAGA, 2017).

Florestan afirma que esta dupla articulação “[...] engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente a um tempo, tanto às condições e aos efeitos desiguais internos quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa.” (FERNANDES, 2006, p. 349). Para o sociólogo, as burguesias periféricas ficaram sem base material para concluir seus papéis sociais, econômicos e políticos, justamente pela condição específica do capitalismo, ou, como explica, “[...] graças aos efeitos convergentes e multiplicativos da drenagem do excedente econômico nacional, da incorporação do espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas e da dominação imperialista.” (FERNANDES, 2006, p. 344). Além do capitalismo dependente, o chamado “capitalismo selvagem” também seria próprio das economias periféricas, constituindo-se como a superexploração do trabalho, conjugando simultaneamente luxo e riqueza de um lado e opressão e miséria de outro (TÓTORA, 1999).

Florestan chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento desigual beneficia sobremaneira as classes altas e médias, uma vez que a articulação entre as oligarquias tradicionais e as frações do capital hegemônico historicamente resultou no arrocho salarial das classes trabalhadoras, na exclusão de direitos sociais, na ausência de uma reforma agrária benéfica ao conjunto da população,

em instabilidade política, além das agudas desigualdades sociais. A expansão capitalista no Brasil seria permanentemente influenciada pelas economias capitalistas centrais e pelo mercado capitalista mundial, uma vez que não ocorreu um verdadeiro processo de autonomização das burguesias locais a partir do rompimento com a dominação externa. Esse quadro vivenciado se traduziria em um ciclo de dependência continuamente gerador de, entre outras consequências, desafios educacionais. Desafios ocasionados e aprofundados fundamentalmente por um tipo específico de dominação econômica e política.

Nesse ínterim, para que essa forma específica de manifestação capitalista conseguisse lograr sucesso foi exigida uma configuração política estruturalmente autocrática. Esta pode ser compreendida como a dominação burguesa organizada de maneira autoritária que monopolizou o poder social, econômico e político no país, de forma que ao longo do tempo conseguiu “[...] neutralizar as pressões democráticas, reprimir as pressões de igualdade econômica social ou política e manter o atraso, expresso na existência de setores arcaicos em que prevalece a extrema exploração do trabalho.” (RODRIGUES; BRAGA, 2015, p. 137).

Inserida nesse contexto, a democracia, como explica Tótorá, “[...] torna-se funcional apenas para as classes que detém a hegemonia do Estado [...]. Com tamanha concentração de poder, as classes dominantes lograram êxito em dissociar o desenvolvimento

capitalista da revolução democrática e nacional.” (TÓTORA, 1999, p. 118). Entende-se que a vida brasileira foi moldada a partir dos interesses das frações burguesas, o que consecutivamente anulou os impulsos das classes trabalhadoras, através de golpes, ditaduras, no intuito de impedir avanços e lutas populares na busca por direitos essenciais.

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura. (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Roberto Leher apresenta um panorama geral dessa dinâmica, sustentando que:

O corolário dessa forma de interpretação da realidade brasileira é que as frações burguesas locais dominantes, por terem se associado às frações burguesas hegemônicas, no contexto do capitalismo monopolista, não podem empolgar projetos capazes de configurar uma revolução burguesa clássica, anti-imperialista, para assegurar um projeto de nação autopropelido. Ao se adequarem às relações de classes características do capitalismo dependente, os setores dominantes, conforme Fernandes (2008), naturalizaram o modus operandi da repressão, da cooptação e do constrangimento sobre os trabalhadores para que estes se conformem com elevados níveis de exploração do trabalho e com direitos sociais minimalistas. (LEHER, 2012, p. 1061, grifo do autor).

Depreende-se da análise de Florestan que por conta de todas as imposições do capitalismo dependente e autocrático, recursos que

poderiam ser aplicados nas áreas sociais do país são redirecionados a alimentar interesses estrangeiros, e boa parte dos recursos internos, obviamente, também são apropriados pelas classes dirigentes locais. O ponto chave dessa dinâmica diz respeito às conseqüentes restrições estruturais à garantia ou efetividade de direitos que mirem o conjunto da população. Em outras palavras, a materialização de uma democracia com razoável conteúdo político, econômico e social (mesmo que dentro dos graves limites da ordem liberal-burguesa) já confrontaria arranjos que se sustentam exatamente na canalização da riqueza interna para o meio externo. Fluxo viabilizado, por sua vez, pela exclusão das massas populares da condição de universo receptor desses recursos (CABRAL, 2020).

## **FLORESTAN FERNANDES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Florestan Fernandes possuía uma postura inseparável entre o militante, o professor e o cientista, que se expressou através da sua vasta obra teórica, em livros, artigos, projetos de lei durante seu período enquanto deputado e manuscritos para jornais. Além disso, Florestan não observava os dilemas brasileiros superficialmente. Abrangentemente, o sociólogo articulou campos políticos, sociais, econômicos e históricos para a compreensão das problemáticas do país. Dentre esses dilemas, a educação se colocava como principal bandeira de luta por Florestan. De acordo com o autor, “A educação

é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender a resistir essa situação [...]” (FERNANDES, 1989a, p. 129).

A atividade educacional seria uma ação política. E é sob essa perspectiva que Florestan direciona suas análises. Para tanto, considerar a manifestação da autocracia burguesa e do capitalismo dependente no Brasil faz parte da elaboração teórica do autor, entendidos como barreiras que impossibilitam a socialização do conhecimento. Em uma formulação breve, no livro *A revolução burguesa no Brasil* (1976), Florestan descreve a formação da sociedade brasileira, as relações entre as classes dominantes locais e o centro hegemônico do capital e a inviabilidade de um tipo de desenvolvimento nacional dotado de autonomia.

No processo histórico brasileiro da revolução burguesa, os avanços alcançados se definem como uma modernização conservadora. Gaudêncio Frigotto explica que pela escolha das frações burguesas autóctones a um projeto social do capitalismo dependente, desagua-se na conjugação entre o moderno e o atrasado, ou seja, “[...] trata-se de um projeto de sociedade que produz a miséria, a desigualdade e se alimenta delas.” (FRIGOTTO, 2017, p. 15). A particularidade do Brasil nesse processo diz respeito à não adoção (ou adoção tardia) por parte da burguesia de medidas democráticas,

como o sufrágio universal e a própria universalização da escola pública no processo da revolução burguesa. O que aconteceu e ainda acontece é a neutralização das pressões democráticas e por igualdade, imperando assim a dominação burguesa.

Esta burguesia contrarrevolucionária se mantém no poder mediante ditaduras ou golpes institucionais que visam à manutenção de seus privilégios. Cada episódio dessa natureza sendo um retrocesso no direito à educação (FRIGOTTO, 2017). A burguesia nacional estabeleceu aliança com o imperialismo, sendo esta uma relação estruturalmente desigual. A economia brasileira permaneceu e ainda permanece dependente do grande capital internacional, além da condição dependente e da não adoção de medidas democratizantes resultarem na impossibilidade das revoluções nacional e democrática acontecerem no Brasil.

Por conta dessa relação de dependência, combinada a uma burguesia não revolucionária, muitos setores brasileiros, como o setor educacional, não conseguiram o desenvolvimento para funcionarem plenamente. Isso, para Florestan, corresponde a uma dupla tarefa pela qual o Estado burguês é responsável.

O Estado burguês preenche duas funções básicas: uma, de acumulação de capital; outra, de impedir que desigualdades extremas desemboquem em um impasse, na inviabilidade da nação como comunidade política. Desde a emergência do Estado “nacional”, este se concentrou na primeira função e se descuidou quase completamente da última. (FERNANDES, 1989a, p. 63).

Tendo em vista o atraso educacional e os limites que inviabilizaram a democratização da educação, em 1989 é lançado a primeira edição do livro *O dilema educacional*, que se constitui como um conjunto de artigos e propostas de emendas Constitucionais escritas por Florestan durante o período da redemocratização do país pós regime militar (1964-1985). Os artigos são direcionados, principalmente, à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil, em que Florestan se posiciona em inúmeras falas contra o projeto de Carlos Lacerda. Embora os temas dos artigos sejam variados, tratando desde a verba para a escola pública até a crise da universidade e a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, todos se colocam dentro do campo educacional.

A democratização, portanto, estava em universalizar todas as oportunidades educacionais de forma que todos os cidadãos conseguissem o acesso a uma educação pública, democrática e de qualidade. Nos termos de Florestan, “Aqui nós temos como totalidade histórica o que significa a democratização do ensino: abrir-se para as grandes massas dos pobres e excluídos; modificar as formas e os conteúdos do horizonte intelectual das elites e dos membros das classes dominantes.” (FERNANDES, 1989a, p. 208-209). A democratização do ensino em todos os níveis deve ser garantida quanto ao acesso, permanência e gestão, segundo Florestan. Mas não apenas isso. Quando Florestan falava em democratização, chamava a atenção para pensarmos que tipo de

educação as classes trabalhadoras urbanas e rurais deveriam receber para se constituírem como sujeito popular. Florestan observava a educação como dimensão e instrumento no processo mais amplo de autoemancipação dos trabalhadores rumo à construção de uma nova sociedade.

No pensamento sociológico de Florestan duas esferas se articulam: a educacional e a política. Já foi explicitado aqui como Florestan foi um comprometido militante e, por isso, não cogitou avanços educacionais sem embates políticos. Vislumbrando que o espaço educacional não comportaria apenas uma dimensão pedagógica *stricto sensu*, mecanismos de base política estariam presentes na medida em que a sala de aula é constituída como esfera importante para uma revolução social (FERNANDES, 1987). Sob essa perspectiva, a democratização do ensino, mesmo nos limites de uma ordem liberal-burguesa, não consegue concretizar-se devido aos entraves colocados pela formação específica da sociedade brasileira. Essa concepção estava muito clara para Florestan. Por isso, o sociólogo propõe, inicialmente, a intensificação da democracia como caminho pelo qual os obstáculos seriam superados. Nesse quadro de análises, a educação e a democratização social são dois processos interdependentes e concretos, ou seja, um não se transforma e nem pode transformar-se sem o outro, estabelecendo assim uma relação recíproca no pensamento sociológico de Florestan (FERNANDES, 1982). No entanto, evidentemente, a ampliação democrática não

significa o fim desse processo de rompimento com a ordem burguesa, mas compõe um conjunto complexo de transformações necessárias para a superação total dessa mesma ordem. Vejamos essa premissa de forma mais detalhada.

No início dos anos 1980, Florestan percebe que uma das principais bandeiras de luta para o progresso da sociedade brasileira seria o alcance de um regime democrático amplo, pois através da construção de uma sociedade com pilares fincados na democracia de massas o monopólio do poder estatal por parte das frações burguesas chegaria ao fim (RODRIGUES; BRAGA, 2017). Para o sociólogo, as classes trabalhadoras precisam dessa consolidação para completarem seu ciclo de desenvolvimento independente, de modo a alcançarem os direitos que lhes são negados na prática, e inclusive superar a lógica dos direitos nos marcos do capitalismo. A necessidade histórica de pôr as classes trabalhadoras como protagonistas da cena política é conhecida como revolução democrática. Esta colocaria “No centro do processo os estratos da população que sempre foram excluídos, como os trabalhadores do campo e da cidade, e todos aqueles que não têm peso e voz na sociedade civil.” (FERNANDES, 1989a, p. 189). A revolução educacional, ou seja, a revitalização e reestruturação do ensino, seria parte essencial da revolução democrática. Florestan explica que a democracia

Surge como o único meio possível para revolucionar a sociedade civil, adaptando-a às relações de produção

imperantes e ao grau de desenvolvimento capitalista que apresenta. É, ao mesmo tempo, o único meio possível para acabar com o monopólio do poder político estatal por parte das classes dominantes, de suas elites e de seus aliados naturais ou circunstanciais. (FERNANDES, 2007, p. 183).

Entretanto, o autor não está pensando em uma democracia que cumpra amplamente todas as demandas proletárias somente dentro da ordem burguesa. E isso não significa dizer que Florestan desconsidera os avanços dentro da lógica capitalista, pois, para o autor, são momentos que contêm um potencial para um trajeto político mais amplo. A distinção que Silvana Tótora (1999) faz entre três tipos de democracia, sendo estas *restrita*, *de participação ampliada* e *socialista*, nos ajudam a compreender o pensamento de Florestan de forma mais ampla.

A primeira diz respeito a uma democracia de iguais, ou, como Saes (1985) coloca, é o tratamento igual aos desiguais. É a existência formal dos mecanismos representativos, mas que não funcionam socialmente. “Trata-se de uma democracia para as classes dominantes, excluindo a maioria do povo, as classes despossuídas, da arena política e dos direitos de cidadania.” (TÓTORA, 1999, p. 114). A autora elucida que o que existe no Brasil é a democracia restrita, uma vez que as frações burguesas exercem seu privilégio com absoluto controle e exploração das classes populares e trabalhadoras. Eis o motivo pelo qual a democracia pensada por Florestan não permanece nos limites da sociedade burguesa: o Estado nacional assume um caráter sincrético, conjugando autocracia e oligarquia em seu âmago.

A democracia torna-se funcional apenas para as frações de classe que possuem o poder político e econômico.

A democracia de participação ampliada supõe a intensificação dos oprimidos na vida política, sendo, diferentemente da democracia restrita, policlassista. Florestan atribui à ampliação da presença popular, atuante nesse tipo de democracia, fator essencial na preparação socialista, porque permite que os conflitos de classe se intensifiquem e a liberdade pode ser produto desse conflito. Isso porque enquanto as classes dominantes mantêm o foco apenas em si mesmas, os subalternos batalham pela conquista ampliada dos direitos civis, políticos e sociais. Isso nos faz refletir e entender mais ainda que, embora o pensamento de Florestan esteja para além dos muros capitalistas, as conquistas do polo proletário são importantes porque podem representar o começo de uma alternativa à sociedade burguesa, como é o caso da democracia de participação ampliada (TÓTORA, 1999).

Florestan não desvincula a democracia de seu conteúdo de classe. Por isso, no texto *Democracia e socialismo* (1989) o autor expressa sua preocupação em como os ideais socialistas e marxistas foram adulterados devido às consequências inesperadas da Revolução Russa em 1917, e como isso serviu para que o ideal da “democracia acima de tudo”, entoadado pelo intelectualismo e farisaísmo burguês, tivesse uma aparência de verdade. Ser adepto à democracia, nesses padrões, equivalia a romper com o socialismo e

atribuir ao regime capitalista o dever de garantir a liberdade, igualdade e solidariedade enquanto promovia a proteção à propriedade privada, a expropriação do trabalhador e dos meios de produção. Mas qual democracia? Burguesa ou socialista? A democracia nos termos burgueses já fora explicada por Silvana Tótorá. No que consiste então a democracia socialista? Segundo Florestan, a democracia socialista toma como alvo a extinção da sociedade de classes partindo da autogestão coletiva, passando por um período de dominação da maioria (FERNANDES, 1989b).

A reflexão de Florestan gira em torno de que para muitos “social-democratas” e “comunistas” o objetivo geral está em instaurar condições econômicas, sociais e políticas para a edificação da democracia, ou seja, a democracia como alvo final e o esquecimento da transição socialista nesse processo. Diferentemente do centro burguês que age de forma demagoga e usa das formas sociais e da questão social para promover seus discursos, Florestan adverte aos partidos de esquerda a terem cuidado com os ideais burgueses, admitindo que

Precisamos separar-nos deles, com coragem, assumindo plenamente nossa posição socialista proletária e a promoção de uma democracia com um polo social de classe e popular, ao mesmo tempo voltada para as tarefas revolucionárias imediatas e de maior duração. É urgente que se faça isso com método, organização e firmeza, para que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da social-democracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia

que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (FERNANDES, 1989b, p. 13).

Há uma síntese de todo esse processo elaborada por Florestan no livro *O que  Revoluo*, originalmente publicado com Caio Prado Jr., em 1981, quando o autor coloca que, tal qual para Marx e Engels, para que o proletariado consiga realizar as funes que a burguesia ocupou na desintegrao da sociedade feudal para a edificao da sociedade capitalista, o proletariado precisa “[...] conquistar o poder. E mais tarde, a partir daí,  que poderá construir sua versão da democracia e, em seguida, dedicar-se  constituio de uma sociedade igualitária e socialista.” (FERNANDES, 2018, p. 18).

Ao concluírem sua missão, isto , a de destruir a propriedade privada e quaisquer mecanismos que garantissem sua segurança e continuidade, o proletariado inauguraria uma nova época de transformaes históricas. Nesse sentido, a realizao do socialismo exige a democracia, porque não pode ser algo imposto por meio de regras exteriores. Como ressalta Isabel Loureiro em sua análise sobre o pensamento político de Rosa Luxemburgo, o socialismo exige a vida política das massas, a participao plural, a valorizao popular nos trâmites do processo revolucionário (LOUREIRO, 2009).

A funo do ensino e a democratizao da educao são poderá ser realizada através da superao da lógica burguesa, mais ainda, da superao do Estado autocrtico e dependente teorizado também por Florestan acerca da particularidade brasileira. Há a necessidade de um projeto político popular a concretizar a socializao do

conhecimento na vida brasileira. Compreendida a dinâmica política, econômica e social na qual o Brasil está baseado, chegamos à constatação de que a democratização do ensino e da educação não é viável dentro da lógica burguesa, especialmente dentro da lógica dependente e autocrática do capitalismo nacional. Tal qual expôs Florestan em 1988, em um discurso na câmara dos deputados, para que se estabelecesse um sistema de ensino comum, ou seja, um sistema em que pobres, ricos e oprimidos sejam postos na mesma situação, é preciso fazer uma revolução no topo por intermédio da educação para acabar com o privilégio de classe, e, conjuntamente, fazer uma revolução na base, de modo que o resultado seja o acesso pleno à educação pelos subalternos. É preciso articular essas duas transformações.

Para Carlos Nelson Coutinho, os processos de progressiva democratização da sociedade chocam-se com mecanismos de apropriação privada do poder e aqui encontra-se uma contradição. Enquanto existe um número de pessoas que se expande cada vez mais, participando politicamente e organizadamente, constituindo-se como sujeitos coletivos, também existe um Estado dominado por oligarquias e frações burguesas, ou por seus representantes. Segundo o filósofo, essa contradição só poderá ser superada à medida que haja socialização do poder, o que significa que “A plena realização da democracia implica a superação da ordem social capitalista, da apropriação do Estado e a conseqüente construção de uma nova

ordem social, de uma ordem social socialista.” (COUTINHO, 2008, p. 4-5).

Dessa forma, a democratização do ensino e da educação, no pensamento de Florestan Fernandes, só se concretizará com a superação do regime autocrático-burguês via revolução socialista, fruto e causa de uma consciência crítica para a emancipação das classes subalternas. Nas palavras de Florestan,

O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em uma mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores. (FERNANDES, 1989a, p. 29).

A educação seria meio indispensável para a construção de uma sociedade igualitária, mas não seria o cerne e motor essencial da transformação social. Como teórico vinculado à perspectiva marxista, somente a ação política que modifica a estrutura econômico-social permite que a superação da autocracia e de todos os mecanismos da ordem burguesa seja plenamente conquistada. No pensamento de Florestan Fernandes, é necessariamente no âmbito dessa superação que a democratização educacional deixaria de ser impossível e passaria a ser possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo investigativo e a análise realizada aqui permitem a conclusão de que a preocupação educacional acompanhou Fernandes por todo o seu percurso teórico, político e pessoal. Prova disto é a sua significativa atuação de no cenário educacional, pois o autor compreendeu que o acesso a uma educação pública, laica e de qualidade ainda não fazia parte da realidade das classes trabalhadoras brasileiras. Para Frigotto, “A mudança social e da educação são para ele [Florestan] indissociáveis e resultam da ação política da e na luta de classe.” (FRIGOTTO, 2017, p. 13). A transformação social reside na construção de uma nova sociabilidade e a educação, mais precisamente a democratização do ensino, reside no alargamento das oportunidades educacionais para as massas trabalhadoras, excluídos e oprimidos. Mas que tipo de educação Florestan vislumbrava? Uma educação crítica e baseada no acúmulo científico e cultural produzido historicamente pela humanidade. Essa é a forma como Florestan pensa e concebe a educação: como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos. Não há reformismo em seu pensamento educacional; as elaborações teóricas do autor vislumbram a conquista do poder político pelas classes trabalhadoras.

Devido aos entraves colocados por uma estrutura dependente e autocrática, que bloqueou a democratização do acesso ao ensino, o sociólogo brasileiro colocou-se à disposição na luta pela igualdade de

condições na educação, uma vez que a lacuna entre a escola do rico e a do pobre sempre foi e ainda é considerável, seja na estrutura do espaço escolar, nos salários do corpo docente, no número de funcionários, entre outros aspectos. A democratização do ensino não se concretiza na sociedade brasileira devido à sua estrutura autocrática e dependente. A escola, a estrutura escolar e o próprio sistema educacional obedecem aos ideais burgueses porque são eles que imperam na vida social e política. Por fim, Florestan nos chama à luta por uma mudança social, política e econômica no Brasil, com o propósito de romper com os privilégios classistas e seculares. “Temos de avançar com ânimo firme e decididos para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão.” (FERNANDES, 1989a, p. 41).

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Allena Yandra D. **Programa “Escola Sem Partido”**: autocracia burguesa e educação no Brasil. Relatório de pesquisa referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão (PIBIC/UEMA). São Luís: UEMA, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia: um conceito em disputa. **Fundação Lauro Campos**, 2008. Disponível em: <http://laurocampos.org.br/2008/12/democraciaumconceitoem-disputa/>

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5a ed. São Paulo: Globo, 2006.

- \_\_\_\_\_. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989a.
- \_\_\_\_\_. **O que é revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Nacional, 1963.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Socialismo. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 1-3, 1989b.
- \_\_\_\_\_. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.
- FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, n. 19 (55), p. 231-243, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que amealham a sociedade e a educação. In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- LIMA, Rosilene de.; SILVA, Ligiane Aparecida da. Florestan Fernandes na Comissão de educação da Constituinte: a luta pela escola pública, laica e gratuita no Brasil. **IX Congresso Nacional de Educação**, Paraná: PUCPR, 2009.
- LOUREIRO, Isabel. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. **Crítica Marxista**, n. 45, p. 1-13, 2009.
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- RODRIGUES, Fabiana; BRAGA, Lucelma. Florestan Fernandes e o papel da educação pública na formação social brasileira. **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: UFPB, 2017.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1985.

SANFELICE, Jose Luís. Florestan Fernandes: um intelectual da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 56, p. 252-265, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos Avançados**, 10 (26), p. 71-87, 1996.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova**, n. 48, p. 109-126, 1999.

ZANETIC, João. **Florestan Fernandes e a defesa da escola pública**. São Carlos: Acervo UFSCar/cortesia; Companhia da Memória, 2006.

## **CONNECTAD@S: desafios e possibilidades de combate ao TECNO-APARTHEID de mulheres negras na cidade de Bacabal no estado do Maranhão**

Rahellen Miguelista Ramos<sup>1</sup>  
Bruno Rogens Ramos Bezerra<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A palavra tecnologia é um substantivo feminino que representa mais que um conjunto de conhecimentos, pois também equivale à inovação e ao empoderamento (SILVA, 2002). De fato, a tecnologia sempre esteve presente na história humana. Com as grandes revoluções do final do século XX, o ser humano descobriu o poder do desenvolvimento tecnológico para transformar e influenciar a sociedade, levando as tecnologias de informação e comunicação a ocupar papel de destaque no percurso histórico social. Nesse ínterim, a metamorfose social atingiu as regiões mais remotas do planeta, rompendo fronteiras e criando um novo paradigma societário: a aldeia global (PINHEIRO, 2013).

Nesse sentido, a revolução tecnológica das últimas décadas modificou intensamente as relações humanas (SILVEIRA, 2017). Na era da indústria 4.0, em que a informação viaja na velocidade da luz,

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA durante o ciclo 2020/2021; Membro do GEPTS/UEMA (Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologia e Sociedade); Pesquisadora voluntária do Instituto Noberto Bobbio, atuante na linha de pesquisa “Democracia em tempos de Sociedade da Informação”; Voluntária UNICEF-BR; Redatora Politize!.

<sup>2</sup> Professor Assistente I do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UEMA Campus Bacabal. Coordenador do Grupo de Pesquisa Tecnologia e Sociedade – GEPTS/UEMA, orientador.

a vida social está submersa nas novas tecnologias (RAMOS, 2020). Nesse quadro, os espaços digitais têm se estruturado como ambientes de liberdade nos quais há o empoderamento e a ampliação das vozes individuais (SILVEIRA, 2017). Dessa forma, compreende-se erroneamente de modo subjacente que a tecnologia pertence a todos (CABRAL, 2019).

Contudo, a exclusão digital é um problema marcante no contexto social brasileiro, agravado durante a pandemia, afetando principalmente os segmentos mais vulneráveis da população (REDAÇÃO RBA, 2021). Neste prisma, segundo a ONU, o Maranhão é o estado do Brasil em que mais pessoas vivem em condição de extrema miséria (G1 MA, 2021). Além disso, também é o estado que lidera o ranking de exclusão digital e, concomitantemente, possui um percentual majoritário da população composto por mulheres e negros (IBGE, 2010).

De outra parte, quando consideradas as altas posições de gerenciamento de redes e os espaços de produção tecnológica da atualidade, percebe-se que estas áreas são monopolizadas por um perfil específico (CABRAL, 2019). Como demonstram as estatísticas, quase sempre, são ocupados por homens jovens, brancos, heterossexuais e habitantes do norte global (CABRAL, 2019). Conforme estudos feministas e da teoria racial crítica, a falta de diversidade nesses setores reproduz a invisibilidade de alguns grupos e as desigualdades, já tão presente na dinâmica social, são

modernizadas gerando o *tecno-apartheid* (LIMA; OLIVEIRA, 2020; SILVA, 2020).

Ante a falsa noção de pertencimento nas novas tecnologias e aos piores indicadores sociais em termos de educação, empregabilidade, recursos financeiros e acesso à internet (IBGE, 2016; IPEA, 2013; PRETA LAB; THOUGHTWORKS, 2017; PRETA LAB, 2018), as mulheres negras sequer são consideradas na ocupação dos espaços que tanto influenciam no pensamento social (LIMA; OLIVEIRA, 2020). De acordo com a ONU mulheres em 2018, apenas 17% dos programadores no Brasil eram do sexo feminino (FRABASILE, 2018). Além disso, conforme estudo do Poligen-USP, em 120 anos a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, um dos centros universitários mais avançados e populares do país, não formou sequer dez mulheres negras (BAHIA, 2017).

Sob tal prisma, este trabalho se propõe a refletir sobre como as mulheres negras da cidade de Bacabal no interior do estado do Maranhão se relacionam com as tecnologias de informação e comunicação, com vistas a descobrir quais os imbrólios centrais que impedem à qualidade no acesso às TICs, bem como os principais usos desses artefatos como forma de resistência. Diante da problemática apresentada, far-se-á a justificação da presente pesquisa como uma análise do quadro local e a sua comparação com estudos recentes sobre a área.

Para desenvolver o estudo, utilizou-se dos métodos documental e bibliográfico sob enfoque interseccional e perspectiva qualitativa seguindo a linha de raciocínio indutivo a partir dos dados obtidos no plano de trabalho “*Análise do uso de tecnologias informacionais no município de Bacabal, Maranhão nas dimensões de gênero e raça*”, que integrou o ciclo 2020-2021 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) vinculado à Universidade Estadual do Maranhão.

Neste artigo, aborda-se um dos ciclos desta análise a partir do emprego de fontes primárias e secundárias. Enquanto fonte primária, utilizou-se os dados obtidos com entrevistas aplicadas com trinta e quatro jovens negras universitárias da região de Bacabal por meio de um questionário online semiestruturado a partir dos três pilares em que a inclusão digital se desenvolve: acesso, alfabetização e apropriação de tecnologias (LIMA; OLIVEIRA, 2020). A partir disso, o material foi revisado em conexão com a literatura secundária sobre a relação entre tecnologia, gênero, raça e exclusão digital.

Nestes termos, estruturou-se o artigo em três seções. Na primeira parte, aborda-se a relação entre as mulheres e a tecnologia de modo a identificar como as relações de gênero se estabelecem no espaço cibernético e as implicações resultantes desses fatores. Na segunda, analisa-se a condição social da mulher negra no cenário brasileiro sob um aspecto interseccional, com vistas a discutir os efeitos da desigualdade social para exclusão digital do contingente.

Por fim, apresenta-se os principais resultados obtidos com as entrevistas, refletindo a partir de estudos atuais sobre a temática os desafios centrais no acesso às TICs e as formas de resistência que as mulheres negras têm utilizado para lidar com a problemática.

## **CONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A fim de entender como as relações de gênero se replicam na esfera cibernética, tem-se como ponto de partida o conceito antropológico de pertencimento. Segundo Amaral (2006), o termo pertencimento se refere a uma concepção subjetiva pela qual o indivíduo se reconhece como membro de uma coletividade, sendo uma peça essencial para seu desenvolvimento. Nesse sentido, essa sensação o permite participar, interferir e modificar a dinâmica social.

Em primeiro lugar, analisando esta definição sob uma perspectiva de gênero, identifica-se “o não lugar” das mulheres nos espaços de produção digital, tanto na produção e desenvolvimento das tecnologias (programação, criação e aplicação de softwares, entre outros) quanto nas esferas de poder do ciberespaço (produção de conteúdo digital, gerenciamento de grandes empresas na área da tecnologia) (CABRAL, 2019).

Neste prisma, a ascensão limitada das mulheres nas áreas da ciência e tecnologia possui razões multifacetadas de ordem política, social, econômica e cultural (SOARES, 2001). Não obstante a

trivialidade do tema nos estudos feministas, a desigualdade de gênero no campo científico e tecnológico é explicada pela lógica da exclusão e do silenciamento que conduz à invisibilidade feminina na cadeia tecnológica (LIMA; OLIVEIRA, 2020; REZENDE; QUIRINO, 2017).

Como explicam Rezende e Quirino (2017), as teorias sociais do século XVII e XVIII marcam a exclusão das mulheres no âmbito científico, o qual é definido por uma cultura centrada no modelo masculino que, por sua vez, exige

“[...] tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características ditas masculinas que, em certa medida, dificultam, restringem e direcionam a participação das mulheres nesse contexto.” (REZENDE; QUIRINO, 2017, p. 3)

Nesse ínterim, tais fatores representam obstáculos para a participação feminina na área científica uma vez que as mulheres foram “criadas” para se dedicar a atividades domésticas as quais demandam um maior tempo de dedicação e o confinamento em seus lares (REZENDE; QUIRINO, 2017). As poucas que tentavam ingressar no campo da matemática e ciência, utilizavam-se de pseudônimos e forjavam identidades masculinas para se manterem naqueles espaços (REZENDE; QUIRINO, 2017). Aliás, aquelas que tinham a coragem de assumir sua própria identidade geralmente vinham de classes mais abastadas, todavia, seus estudos eram constantemente refutados (SOARES, 2001).

A Segunda Guerra Mundial marcou a inserção feminina no mercado de trabalho em larga escala, bem como o desenvolvimento tecno-científico. De acordo com Cabral (2019, p.5), as mulheres foram uma das principais colaboradoras para o primeiro projeto de computador eletrônico, conhecido como “ENIAC”, pois exerciam atividades altamente qualificadas que exigia um nível técnico elevado no que concerne aos conhecimentos matemáticos, ficando conhecidas como “computadoras”.

No entanto, como assevera a autora, as marcas da desigualdade de gênero operaram para opacidade da contribuição feminina na criação tecnológica. Assim, os efeitos da hierarquização caracterizaram a transposição das “computadoras” daquela época para os “programadores” da atualidade (CABRAL, 2019, p.5). Por conseguinte, conforme Cabral (2019, p.6), as áreas *STEM*<sup>3</sup>, “a partir dos anos 2000, torna-se símbolo da racionalidade, inventividade e inteligência elaborada por ‘gênios’ jovens arrojados. Isto é, por homens, em sua maioria, brancos e heterossexuais.

Ao analisar os reflexos dessa exclusão histórica, percebe-se dados contrastantes no cenário hodierno. Conforme apontam Rezende e Quirino (2017), no contexto mundial apenas 30% das cientistas em Ciência e Tecnologia são mulheres. Ademais, de acordo com dados do CNPq, 76% dos cientistas seniores com destaques por

---

<sup>3</sup> Sigla em inglês que referencia o campo de conhecimento que interliga as ciências, tecnologia, engenharias e matemática (Science, Technology, Engineering, Mathematics).

produtividade no Brasil são homens (REZENDE; QUIRINO, 2017). Além disso, consoante a uma pesquisa produzida pela ONU mulheres em 2018, apenas 17% dos programadores no país eram do sexo feminino (FRABASILE, 2018).

Considerando a premissa do pertencimento a partir do aspecto racial, verifica-se as consequências deletérias da condição social a que o povo negro foi submetido. Segundo Machado (2016), além de ser o berço da civilização, a África também é um leito da inovação, das ciências e da tecnologia. Cita-se a título de exemplo, os cálculos matemáticos e geométricos para construção das grandes pirâmides egípcias, o processo de mumificação que envolvia conhecimentos da medicina, o calendário astronômico, a neurociência, entre outros (MACHADO, 2016).

Entretanto, apesar da influência egípcia como elemento fundante da civilização europeia, a história contada a partir da hegemonia branca considerou o “surgimento da sociedade civilizada” nos antigos impérios greco-romanos (MACHADO, 2016). Por consequência, o homem branco criou um imaginário que o privilegia em detrimento das outras raças (MACHADO, 2016). Na idade moderna, surgiram até mesmo estudos de cunho discriminatórios que relacionavam a submissão e a ignorância ao fator raça, justificando a escravidão de negros e indígenas (MACHADO, 2016).

Para Machado (2016), a construção desse arcabouço contribuiu para a omissão da genialidade e do potencial do povo

negro nas inovações sociais. Consequenciando o racismo epistêmico e a colonialidade dos espaços de poder, a ótica do silenciamento tem efeitos na realidade atual desencorajando muitos jovens negros a seguirem carreira na área da tecnologia. Na indústria tecno-científica americana, por exemplo, apenas 9% dos profissionais são negros (VITORIO, 2020).

Sob tal conjuntura, atravessando os fatores supramencionados, verifica-se que as mulheres negras são vítimas de uma dupla “discriminação” no que concerne ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. Como explica a antropóloga Donna Haraway (CABRAL et. al., 2019), a ausência de mulheres negras nos espaços de produção tecnológica se relaciona à desumanização histórica que este grupo tem sofrido.

Segundo Cabral (2019), no atual contexto, os espaços digitais têm se estruturado como ambientes de liberdade nos quais há a ampliação das vozes individuais mediante o compartilhamento de problemas cotidianos, desejos e objetivos. No entanto, verifica-se que os ambientes de produção digital se destinam a uma minoria de pessoas e entidades que não representam o pluralismo de culturas e perspectivas presentes na contemporaneidade (SILVA, 2020).

A título de exemplo, no mercado de tecnologia estadunidense apenas 1% dos empregados são mulheres negras (THOUGHTWORKS, 2017; PRETALAB, 2018). No Brasil, um estudo produzido pelo Grupo de Pesquisas e Gênero da USP (Poligen-USP),

revelou que em 120 anos a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, um dos centros universitários mais avançados e populares do país, não formou sequer dez mulheres negras (BAHIA, 2017).

Diante de tais fatos, reflete-se: Qual noção de pertencimento está sendo criada para essas mulheres? De um lado, não há como se enxergar dentro da codificação, isto é, nos campos de produção tecnológica, ao passo que, de outro, não há um acesso qualitativo às tecnologias de informação. Desse modo, faz-se imperioso (re) pensar tais espaços de modo a efetivar o conceito antropológico através da tecnologia.

### **A GÊNESE DA EXCLUSÃO: a condição social da mulher negra no contexto brasileiro**

A sociedade hodierna, como prenunciava ainda na década de 90 o sociólogo Manuel Castells (PINHEIRO, 2013), é marcada por uma intensa quantidade de conexões que transportam as informações à velocidade da luz criando novas formas de articulação entre os indivíduos e modificando intensamente as relações humanas. Nessa aldeia global, os usuários se transformam nos principais produtores de tecnologia, ao adaptá-la a seus usos e valores (GROSSI; COSTA; SANTOS, 2013).

Sob essa perspectiva, a inclusão digital consiste no processo de democratização do acesso e da apropriação das tecnologias de informação. Portanto, estar incluído digitalmente é também

pertencer ao ambiente tecnológico de modo a fortalecer os valores cidadãos e de participação social, dado que, na era atual, a inclusão digital é um dos pressupostos para a inclusão social (GROSSI; COSTA; SANTOS, 2013).

Para Lima e Oliveira (2020), a inclusão digital se desenvolve a partir de três pilares: o acesso, o uso das ferramentas digitais e a produção de tecnologias. Em primeiro lugar, entende-se por acesso, os meios pelos quais se possibilita ao indivíduo a conexão com a internet. No que se refere ao uso ou apropriação das tecnologias, verifica-se se há a efetiva qualidade no acesso. No último patamar, para a produção tecnológica é necessário que o sujeito possua uma certa independência em relação ao fenômeno digital, caracterizada pelo domínio e habilidade na programação computacional (LIMA; OLIVEIRA, 2020).

*A contrario sensu*, consoante ao que afirma Grossi *et. al* (2013), a exclusão digital é uma das facetas pela qual a desigualdade social se apresenta. No processo de evolução tecnológica que ocorreu nas últimas décadas, uma grande parcela da população ficou à margem das inovações trazidas pelas novas fontes e formas de comunicação. Como a desigualdade e a exclusão digital são elementos que se complementam, as suas raízes também são bastante semelhantes: problemas advindos da má distribuição de recursos em uma sociedade capitalista (GROSSI; COSTA; SANTOS, 2013).

Nesse sentido, a desigualdade interfere na eficiência do acesso, uso e produção de tecnologias, ou seja, nos pilares da inclusão digital. Nessas palavras, quanto maior as taxas de desigualdade, maior também será o índice de exclusão digital. De acordo com levantamentos de todo o país (IBGE, 2016; IPEA, 2013; PRETA LAB; THOUGHTWORKS, 2017; PRETA LAB, 2018), as mulheres negras têm os piores indicadores sociais em termos de educação, empregabilidade, recursos financeiros e acesso à internet.

Somado a isso, conforme levantamento elaborado pela ONU, o Maranhão é o estado do Brasil em que mais pessoas vivem em condição de extrema miséria (G1 MA, 2021). Além disso, também é o estado que lidera o ranking de exclusão digital e, concomitantemente, possui um percentual majoritário da população composto por mulheres e negros (IBGE, 2010).

Ao discutir sobre a condição da mulher negra na sociedade contemporânea, Hooks (2019) aborda a necessidade de analisar a problemática do ponto de vista interseccional, pois, por muito tempo, os estudos que refletiram sobre o povo negro consideraram apenas o ponto de vista do masculino ao passo que as pesquisas sobre a condição feminina na sociedade tendiam ao enfoque na realidade da mulher branca.

Explicando a problemática, González (1984, p. 224) enuncia que o racismo “se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, portanto, quando articulado com o

sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Dessa forma, além de enfrentar a desumanização histórica, elas agora se encontram diante da marginalização tecnológica. Isso porque a apropriação tecnológica entre este contingente é ínfima e entre aquelas que conseguem se apoderar há a falta de qualidade neste acesso (CABRAL, 2019).

Sob essa égide, analisando a questão com enfoque no primeiro pilar da inclusão digital, verifica-se que a sociedade brasileira possui um alto índice de acesso à internet. Como efeito da sociedade interconectada prevista por Castells (PINHEIRO, 2013), as tecnologias de informação e comunicação estão gradativamente ganhando espaço na vida dos brasileiros. Segundo análise do IBGE na PNAD Contínua (2019), mais de 80% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet.

No entanto, estes dados não significam necessariamente uma maior democratização da internet, pois é importante analisar a questão sob o ponto de vista da qualidade deste acesso. Nesse contexto, a maioria das mulheres negras que utilizam a internet, realizam o acesso por meio de smartphones, aparelhos que possuem recursos limitados quando comparados aos computadores, por exemplo (LIMA; OLIVEIRA, 2020).

Na sequência, para que o uso e a apropriação tecnológica ocorram de modo efetivo é necessário que o indivíduo esteja habituado à dinâmica digital. Para Lima e Oliveira (2020), as

tecnologias não são criadas para os grupos sociais marginalizados, mas são impostas no contexto do mundo globalizado

Segundo o levantamento “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira” produzido pelo IBGE em 2016, a qualidade de acesso e a maior utilização das TICs se relaciona diretamente com os índices de escolarização os quais, por sua vez, associam-se à classe social dos indivíduos e às taxas de desigualdade.

Infelizmente, como afirmam Lima e Oliveira (2020), há poucas pesquisas que interconectam os dados de raça e gênero, sendo reflexo da marginalização das mulheres negras até mesmo no campo dos estudos. Assim as análises geralmente analisam cada fator isoladamente. Por este motivo, alguns dos seguintes dados serão apresentados de maneira isolada.

Não obstante nas últimas décadas a alfabetização entre o público feminino ter invertido uma defasagem histórica, a taxa de analfabetismo entre mulheres negras é duas vezes maior que as brancas (IBGE, 2010). Nesse quadro, embora tenha ocorrido um grande avanço nos índices de escolarização do grupo, as mulheres mais velhas ostentam a maior taxa de analfabetismo. Consoante ao que afirma Bidwell (2020), quando se avalia o acesso a tecnologias, pessoas mais velhas, particularmente mulheres mais velhas, são deixadas de fora.

Além disso, de acordo com dados relativos à educação da Pnad Contínua (2019), o estado do Maranhão lidera o ranking brasileiro, sendo o estado com maior taxa de indivíduos sem instrução. No que se refere a taxa total de analfabetismo do estado, segundo dados do último Censo demográfico, a categoria negra alcança-se o parâmetro médio de 24,04%, sendo equivalente ao dobro da média nacional que à época correspondia ao percentual de 10,92% (IBGE, 2010). Na cidade de Bacabal, em que mais de 75% da população se autodeclara como negra, o índice de analfabetismo entre a categoria alcança 23,6% (IBGE, 2010).

Antes de discutir sobre a produção de tecnologia, é necessário analisar como as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho brasileiro. Segundo o levantamento #QUEM CODABR, no que se refere à empregabilidade, as mulheres negras possuem a maior taxa de desocupação do mercado de trabalho, assim como maior vulnerabilidade ao desemprego (PRETALAB; THOUGHTWORKS, 2017).

Por outro lado, entre os empregados, esse segmento representa o maior contingente de profissionais informais, sendo mais submetido a relações precárias e recebendo salários mais baixos (PRETALAB; THOUGHTWORKS, 2017). Cumulado a isso, nas ocupações formais, apenas 2% das mulheres negras ocupam posição de gerência ou do quadro executivo das organizações.

Ademais, a ausência de recursos básicos em lares mais pobres é evidenciada através dos drásticos índices sociais que transportam essa população a um quadro permanente de vulnerabilidade. Segundo a TIC Domicílios (2019), 47 milhões de pessoas no país ainda não possuem acesso à internet em seus domicílios e as TICs que elas utilizam são as mais básicas como a televisão e o smartphone, a maior parte dessa população pertencem às classes D e E.

Paralelamente, os domicílios chefiados por mulheres negras são aqueles que mais carecem de recursos tecnológicos (IPEA, 2013). Logo, percebe-se que as mulheres negras não estão efetivamente incluídas no contexto digital, assim como apontam Lima e Oliveira (2020), os grupos marginalizados passam a utilizar as redes como prática de resistência, buscando valer a sua voz e transformando o espaço digital em ferramenta para o ativismo que põe fim à silêncios opressivos.

## **O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS POR PARTE DE MULHERES NEGRAS EM BACABAL**

O trabalho produzido a partir da análise do uso de tecnologias informacionais no município de Bacabal, Maranhão nas dimensões de gênero e raça, integrou o ciclo 2020-2021 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) vinculado à Universidade Estadual do Maranhão. Durante o estudo, foram

avaliadas diversas temáticas que se interconectam com as relações entre gênero, raça e acesso a tecnologias.

Neste artigo, aborda-se um dos ciclos desta análise que consistiu em uma pesquisa mista, qualitativa e quantitativa, através da aplicação de um questionário online intitulado “*Pesquisa acadêmica - Análise do uso de tecnologias informacionais no município de Bacabal, Maranhão nas dimensões de gênero e raça*”, via plataforma Google Forms entre os dias 17 e 30 de maio de 2021, somando um total de 34 correspondentes. No total, 91,4% das participantes da pesquisa se autodeclararam como mulheres e negras (pretas - 64,7% e pardas - 26,5%), são universitárias e se localizam na faixa etária entre 18 e 29 anos. Além disso, mais da metade delas pertencem à classe D e E.

A análise dos dados também mostrou que a maioria dessas jovens são as primeiras de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Nesse sentido, de acordo com Fonseca (2018), esses indicadores resultam das políticas de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior público, as quais têm seu ápice na primeira década dos anos 2000. Em perspectiva similar, como apontam os professores Oliveira e Welle após analisarem os dados da PNAD contínua de 2019, ao longo dos últimos anos houve um crescimento expressivo de mulheres negras que ingressaram nas universidades (PINHO, 2021).

Como efeito da sociedade interconectada prevista por Castells (PINHEIRO, 2013), as tecnologias de informação e comunicação estão gradativamente ganhando espaço na vida dos brasileiros. Nesse contexto, os anos 2000 são o marco da expansão das tecnologias digitais no Brasil entre a população de baixa renda, pois com a implementação de programas públicos de inclusão digital, o barateamento dos smartphones e a popularização das redes sociais (Orkut, Facebook, WhatsApp) foi possível a democratização do acesso à Internet (LIMA; OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, segundo análise do IBGE na PNAD Contínua (2019), nos últimos anos ocorreu um aumento progressivo em todos os indicadores relativos ao acesso à Internet e a aparelhos telemóveis para uso pessoal. Ainda conforme a avaliação do IBGE, o uso da internet é maior entre estudantes e o smartphone é o principal equipamento utilizado para acessar à rede, principalmente entre estudantes da rede pública (IBGE, 2019).

De acordo com os dados relativos ao cenário bacabalense, as TICs com maior frequência na residência do contingente avaliado são o smartphone (100%), a televisão (91,2%) e o notebook (70,6%). Já no que se refere ao tipo de conexão, a internet via fibra óptica (70,6%) e plano de dados 3g / 4g (11,8%) são as mais populares entre as participantes.

Conforme Tondo e Silva (2016), a pobreza digital pode ser representada em diferentes escalas que se relacionam à desigualdade

no acesso à TICS. Nessa esteira de pensamento, os autores argumentam que diante dos elevados valores para obtenção e manutenção de computadores, o aparelho celular e as tecnologias de conexão móvel (3G/4G) se tornam as principais aliadas para o acesso à internet.

Segundo a TIC Domicílios (2019), a posse e a utilização de computadores no domicílio proporcionam um maior aproveitamento das atividades online. Nesse contexto, a pesquisa concluiu que enquanto este equipamento está presente em 95% das residências de classe A e em 44% da classe C. Por outro lado, apenas 14% dos lares da classe D e E possuem o item. Na pesquisa aplicada entre as universitárias de Bacabal, não obstante o aparelho não estar tão presente em suas casas (8,8%), a maior parte afirma já ter utilizado o computador (91,2%) em algum momento de suas vidas.

Em linhas gerais, observa-se que todas as universitárias possuem contas em alguma rede social<sup>4</sup>. Dentre elas, destaca-se o Whatsapp (100%) e Instagram (94,1%), seguidos por Facebook (79,4%) e Twitter (32,4%).

No contexto local, cerca de 79% das universitárias revelaram que já utilizaram as redes algumas vezes para divulgar o seu serviço, estudo ou trabalho. Nesse âmbito, ao refletir sobre a relação entre as redes sociais e o empreendedorismo feminino, Fontana et. al (2021)

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que diante do cenário pandêmico, as redes sociais foram os principais meios de difusão do questionário que também foi aplicado online.

destaca que as redes contribuem para o empoderamento, emancipação financeira, identificação das oportunidades de negócio e captação de clientes.

No que respeita aos desafios e à resistência nas redes, sabe-se que a liberdade de expressão representa um direito fundamental do indivíduo assegurado constitucionalmente na ordem jurídica brasileira. Todavia, este conceito é subvertido no contexto digital, sendo limitado pela falsa concepção do livre mercado de ideias e dando espaço ao discurso de ódio.

Nessa linha, de acordo com a Safernet Brasil (2021), os principais alvos do discurso de ódio nas redes são mulheres, pessoas negras e LGBTQs. Neste aparato, entre 2006 e 2020 o instituto recebeu mais de 2 milhões de denúncias relacionadas aos crimes de ódio, destes 23% correspondem ao racismo e 68% das vítimas que buscaram ajuda online eram mulheres. Partindo para análise do cenário local, aproximadamente 50% das entrevistadas declararam que sentem receio ao compartilhar suas opiniões à medida que 14,7% disseram nunca expressar suas convicções nas redes sociais.

Outrossim, como é consabido, a violência de gênero é um problema com raízes fincadas na história brasileira e que com a popularização das tecnologias de comunicação digital têm alcançado novas formas de manifestação (CODING RIGHTS; INTERNETLAB, 2017). Nesse ínterim, a violência de gênero digital se caracteriza como qualquer conduta praticada com o intuito de oprimir,

intimidar e/ou causar constrangimento a alguém em virtude de sua identidade de gênero (ONU, 2018).

De acordo com os dados obtidos no questionário, das participantes que relataram já ter sido vítimas dessas situações, cerca de 38,2% sofreram assédio virtual, aproximadamente 32,4% receberam algum tipo de comentário preconceituoso e 17,6% sofreram stalking e/ou intimidação. Em sequência, outras formas de violência identificadas foram: personificação (11,8%), invasão ou ataque hacker (11,8%), Cyberbullying (8,8%), ataque coordenado (2,9%) e utilização indevida de imagem (2,9%). Apenas 26,4% das entrevistadas disseram nunca ter passado por essas situações.

De outra parte, segundo Amadeu (2017), o cenário proporcionado pelas redes digitais tem por consequência um maior alcance social que propicia a potencialização das vozes e a criatividade. Nessa esteira de pensamento, Neuman (2018) expõe como a apropriação das tecnologias por grupos excluídos socialmente representa uma prática de resistência frente ao processo de globalização.

Diante disso, é clara a contribuição da ambivalência das redes para o desenvolvimento da cibercultura uma vez que a arquitetura em que elas são moldadas pode “favorecer os processos democráticos, ampliar as vozes dos indivíduos e permitir novos desenhos participativos na arena política” (MIAN *et al*, 2018).

No grupo em análise, cerca de 29,4% das participantes acompanham ou compõem grupos e sites na Internet que discutem sobre questões sociais. Nesse contexto, as principais causas defendidas se relacionam à questão feminina, ao racismo, aos direitos das minorias sociais e outras expressões como proteção dos dados em rede e direito do consumidor.

Na sequência, a análise buscou entender como a realidade local se expressa em rede. Nesse sentido, foi perguntado se as participantes conheciam algum grupo, site ou influencer que discutiam questões sobre feminismo e racismo na Internet. Destaca-se a seguinte resposta:

Não chamaria de influencers mais pessoas comuns que procuram mostrar a sociedade como se dá a história do negro, como é o dia a dia do povo negro, o quão difícil pode ser a vida do negro em uma sociedade racista. (Mulher, negra, participante da pesquisa)

Neste prisma, sob a interpretação dos escritos de Gallon, Lima e Oliveira (2020) destacam a importância das interações discursivas de pessoas negras como representação de um esforço secular contra as práticas racistas em todo o mundo. Nesta esteira de pensamento, ressalta-se que é através do compartilhamento de conteúdo que enfatizam as singularidades raciais dos indivíduos que se cria o sentimento de pertencimento, portanto, ao relevar as características de um grupo historicamente estigmatizado pela sociedade dominante as redes passam a ser utilizadas como forma de resistência (DANIELS, 2013).

## CONCLUSÃO

No contexto do mundo globalizado, as inovações tecnológicas são capazes de modificar as relações humanas ao implementar um novo dinamismo social que tem raízes na capacidade que o usuário possui de interferir no ambiente digital. Nesse sentido, a inclusão digital é necessária, pois promove a democratização no acesso e na apropriação das tecnologias de informação.

Todavia, na realidade nacional, a inclusão digital se torna exceção à regra, principalmente quando consideradas as camadas mais vulneráveis da população. Nesse contexto, a relação de complementaridade entre a desigualdade social e a exclusão digital. Conforme demonstram diversos estudos, na atualidade, os ambientes de produção digital se destinam a uma minoria de pessoas e entidades que não representam o pluralismo de culturas e perspectivas presentes na contemporaneidade (SILVA, 2020).

Sob tal prisma, além de possuir os piores indicadores sociais em termos de educação, empregabilidade e recursos financeiros, as mulheres negras também se encontram diante da marginalização tecnológica (PRETA LAB; 2019). De outra parte, o estado do Maranhão lidera o ranking de extrema miséria do país, possuindo uma população majoritariamente feminina e negra. Este trabalho buscou discutir a relação entre gênero, raça e tecnologia de modo a se entender as especificidades da inclusão digital da mulher negra. Desse modo, o objeto de estudo contemplado foi a análise de como

um grupo de mulheres negras universitárias residentes em uma cidade localizada no interior do estado do Maranhão se relacionam com as tecnologias de informação e comunicação.

De modo breve, percebeu-se que o fenômeno da globalização alcança de fato todos os campos e regiões, identificando assim que apesar de pertencer a uma região com maior índice de exclusão digital do país e que se localiza distante dos grandes centros, este grupo não está alheio às transformações cotidianas do ambiente cibernético. Porém, ainda existem barreiras ao acesso qualitativo às TICs mesmo entre as universitárias, que possuem um maior grau de escolaridade. Nesse sentido, observou-se ainda que os grupos marginalizados utilizam as redes como ferramenta de ativismo, empoderando-se e promovendo agendas sociais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento**. 2006. Dicionário de Direitos Humanos do Ministério Público. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=pertencimento#:~:text=Pertencimento%2C%20ou%20o%20sentimento%20de,destacar%20o%20caracter%20C3%ADsticas%20oculturais%20e%20raciais..> Acesso em: 04 mar. 2022

BAHIA, Silvana. “Quantas mulheres negras você conhece trabalhando com tecnologia e inovação?: #pretalab!. #PretaLab!. 2017. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quantas-mulheres-negras-voce-conhece-trabalhando-com-tecnologia-e-inovacao-pretalab/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BIDWELL, N. Lacunas geracionais: mulheres, tradições rurais e redes comunitárias. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 59, p. e 205904, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664484>. Acesso em: 9 mar. 2022.

CABRAL, Claudiana. Narrativas codificadas: as histórias que as mulheres negras atuantes em ambientes de produção de tecnologia digital desejam contar. **Simpósio Internacional LAVITS 2019**, 6., 2019, Salvador, Ba. Salvador, Ba: Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. Online **Gender-Based Violence: diagnosis, solutions and challenges**. Joint contribution from Brazil to the UN special rapporteur on violence against women. São Paulo, 2017.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil: **pesquisa TIC Domicílios**, ano 2019: Relatório de coleta de dados. São Paulo: CGI.br., 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A/>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

DANIELS, Jessie. Race and racism in Internet studies: A review and critique. **NewMedia&Society**, v. 15, n. 5, 2013, pp.695-719 [<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444812462849> Acesso em: 20 de ago. 2021.

PINHO, Angela (ed.). Mulheres negras são hoje o maior grupo nas universidades públicas no país. 2021. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras->

sao-hoje-maior-grupo- nasuniversidades-publicas-do-pais.shtml.  
Acesso em: 18 ago. 2021.

FONTANA, Darah de Mathias; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; RAMOS, Elder Gomes; MASSARO, Ariadne dos Santos. Contribuições do uso de Redes Sociais Virtuais para o Empreendedorismo Feminino. **Revista Ciências Administrativas**, [S.I.], v. 27, n. 1, p. 1-13, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/e11161>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FRABASILE, Daniela. Apenas 17% dos programadores brasileiros são mulheres. **ÉPOCA NEGÓCIOS**. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/02/apenas-17-dos-programadores-brasileiros-sao-mulheres.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje: ANPOCS**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan. 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20Aglia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20Aglia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 06 mar. 2022.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; COSTA, José Wilson da; SANTOS, Ademir José dos. A EXCLUSÃO DIGITAL: o reflexo da desigualdade social no brasil. **Nuances: estudo sobre a educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 2, p. 68-85, ago. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2480/225>. Acesso em: 05 mar. 2022.

G1 MA. Maranhão é o Estado com mais pessoas vivendo na miséria, diz ONU. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/30/maranhao->

e-o-estado-com-mais-pessoas-vivendo-na-miseria-diz-onu.ghtml.  
Acesso em: 07 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência de Notícias (ed.). **PNAD Contínua TIC 2019**: internet chega a 82,7% do país. 2021. Disponível em: 13 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IPEA. MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (org.). **Dossiê Mulheres Negras**: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, 2013. 168 p.

LIMA, Dulcilei C. OLIVEIRA, Taís. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência\*. **Cadernos Pagu**, [S.L.], v. 1, n. 59, p. 1-33, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KqNnBn6nVKX6nBMZ7cj8VHC/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MIAN, Mariella Batarra. Existe resistência nas sociedades de controle? : a reação social diante da apropriação da rede pela lógica do capital. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (comp.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018. p. 125-153.

NEUMAN de SEGAN, María Isabel. La apropiación tecnológica como práctica de resistencia y negociación en la globalización. En **IX Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**, AMIC, México. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/296669418\\_La\\_apropiacion\\_tecnologica\\_como\\_pra](https://www.researchgate.net/publication/296669418_La_apropiacion_tecnologica_como_pra)

ctica\_de\_resistencia\_y\_negociacion\_en\_la\_globalizacion. Acesso em: 18 de ago. de 2021.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).** Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences on online violence against women and girls from a human rights perspective. New York: Onu, 2018.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PRETA LAB (Rio de Janeiro). OLABI. **Levantamento mulheres negras e indígenas nas áreas da inovação e tecnologias.** Rio de Janeiro: Pretalab, 2018. 55 p. Disponível em: [https://assetsglobal.websitefiles.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5b3681cfaf96768cd48a257b\\_PretaLab\\_Levantamento\\_18.06.28.pdf](https://assetsglobal.websitefiles.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5b3681cfaf96768cd48a257b_PretaLab_Levantamento_18.06.28.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.

PRETALAB; THOUGHTWORKS. **#QuemCODABR.** Rio de Janeiro: Olabi, 2017. 40p. Disponível em: [https://assets-global.websitefiles.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b\\_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf](https://assets-global.websitefiles.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.

RAMOS, Rahellen. **Pandemia e Tecnologia: estamos sendo vigiados?. Politize!,** 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pandemia-e-tecnologia/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

REDAÇÃO RBA (org.). **Exclusão digital no Brasil se agravou durante a pandemia.** 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/exclusao-digital-no-brasil-se-agravou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

REZENDE, Daniela Teixeira; QUIRINO, Raquel. **MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: porque tão poucas?.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S

WORLDS CONGRESS (, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Enwwc, 2017. p. 1-12. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499434901\\_ARQUIVO\\_ST041-DanielaRezende-ArtigoCompleto.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499434901_ARQUIVO_ST041-DanielaRezende-ArtigoCompleto.pdf). Acesso em: 04 mar. 2022.

SAFERLAB, Brasil, 2021. O que é discurso de ódio. Disponível em: <http://saferlab.org.br/o-quee-discurso-de-odio/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SILVA, Tarcizio da. VISÃO COMPUTACIONAL E RACISMO ALGORÍTMICO: BRANQUITUDE E OPACIDADE NO APRENDIZADO DE MÁQUINA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

VITORIO, Tamires. **A desigualdade em números: brancos ainda são maioria nas big techs**. brancos ainda são maioria nas big techs. 2020. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/a-desigualdade-em-numeros-brancos-ainda-sao-maioria-nas-big-techs/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

TONDO, Romulo; SILVA, Sandra Rubia. Smartphones e pobreza digital: o consumo de telefones celulares e internet entre jovens de uma comunidade popular. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 1-14, 9 set. 2016. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/arqcom/article/view/3982/3138>. Acesso em: 19 ago. 2021.

## **HISTÓRIAS LOCAIS EM CONFRONTO AOS EMPEENDIMENTOS GLOBAIS: a resistência da comunidade de Mamuna frente ao acordo de salvaguardas tecnológicas - Brasil/EUA**

Maria Paula Correia Ramos<sup>1</sup>

Marivânia Leonor Souza Furtado<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A dinâmica das relações estabelecidas entre as comunidades quilombolas e os avanços dos grandes projetos tecnológicos sobre seus territórios trazem intensas reflexões jurídicas e sociológicas, principalmente no que tange aos desdobramentos do artigo 68, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que garantiu a titulação definitiva dos territórios quilombolas (BRASIL, 1988). Contrapõe-se tal disposição constitucional com a resistência da comunidade litorânea de Mamuna, em Alcântara – MA, frente aos avanços territoriais oriundos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas estipulado entre Brasil e Estados Unidos e aprovado em 2019.

A compreensão das estratégias de resistência advém do estudo acerca da etnicidade e da territorialidade específica de Mamuna, comunidade juridicamente resguardada pela certificação, mas que permanece de prontidão frente às ameaças derivadas da instalação e

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão, bolsista PIBIC/FAPEMA integrante do LIDA/UEMA. E-mail: mariapaulacorreia.r@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do PPDSR e Coordenadora do LIDA da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: marivaniafurtado@yahoo.com.br

ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara, conforme aduz a informante, professora Militina Garcia Serejo, coordenadora do TEQUILA (Território Étnico Quilombola) e personalidade presente nos movimentos sociais da região desde 1987.

O acordo estipulado entre as nações, oriundo de um alinhamento político guiado pelos ideais de modernidade e progresso característicos do capital econômico está consolidado no Decreto 10.220/2020 e em suas entrelinhas suscita a desapropriação das comunidades envolvidas, de modo a gerar um *habitus* de constante vigilância e desconfiança quanto ao discurso governamental.

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), o *habitus* é resultado das manifestações das relações sociais dentro dos comportamentos individuais e sua reprodução é garantida pelos sistemas simbólicos, estes que são instituídos de modo a homogeneizar as cosmovisões dos agentes sociais que pertencem a um mesmo campo. Destarte, a institucionalização de um dispositivo normativo que comporta um capital diferente do evidenciado nas comunidades quilombolas, reitera uma situação de violência simbólica sistematizada que se defronta com a resistência daqueles que tenta oprimir, externalizando a ação de um poder simbólico que procura se impor frente aos que se inserem em um campo diferente e, portanto, que manifestam um *habitus* diferente.

## METODOLOGIA

O trabalho foi construído contrapondo os principais dispositivos normativos que regem a titulação dos territórios quilombolas, que seriam a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e o artigo 68, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que visam a autonomia das comunidades no que se refere a sua autoafirmação como quilombola e o direito que possuem de ter o reconhecimento e a titulação definitiva de seus territórios. A concepção dos dispositivos normativos supracitados foi resultado do longo processo de resistência da população afrodescendente, e através das contribuições de Alfredo Wagner (2008) e Fernandes (2005) percebe-se os desdobramentos que os atos normativos geram no seio da sociedade brasileira.

O processo de resistência das comunidades não só se traveste, oficialmente, como movimentos sociais que ensejaram as conquistas constitucionais, como também podem ser atos incisivos a nível local contra o que é apregoado pela própria instituição, tal qual o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, este que visa a ampliação aeroespacial brasileira.

Manifesta-se o racismo estrutural como um processo político (ALMEIDA, 2018), que enxerga comunidades minoritárias, semelhantes a Mamuna, como empecilhos ao desenvolvimento e

permanece oculto no discurso governamental, tal qual a violência simbólica, tanto frente aos oprimidos, quanto aos opressores.

Diante do exposto, é possível fazer uma leitura do conflito, através de uma perspectiva teórico-metodológica da sociologia reflexiva, que define o poder simbólico enquanto um poder invisível construído pela relação existente entre aqueles que a ele estão sujeitos e aqueles que sujeitam os outros, ambos os elementos alheios à simbiose desenvolvida (BOURDIEU, 1989). A imposição silenciosa da cosmovisão dominante ocorre por meio das estruturas estruturantes compostas por sistemas simbólicos, como o Direito, que agem estreitando a apreensão das diferentes realidades, presentes em diferentes campos – estes, que reiteram um capital simbólico específico e um *habitus* próprio – e corroboram com a instituição da violência simbólica.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### **Territorialidade: Desenhos Teóricos e Aplicabilidade ao Contexto de Alcântara-MA**

A mudança de paradigma na forma de apreensão da terra pela sociedade brasileira, se inicia com a Lei de Terras nº 601 de 1850, na qual a perspectiva capitalista se insere sobre o lote de terra do indivíduo, capitalizando o que antes era compreendido como meio de produção, tal qual assevera seu artigo 1º (FURTADO, 2012). O escravizado que antes era concebido como posse do seu dono, torna-

se um despossuído e marginalizado, que posteriormente, organizado em movimentos sociais, virá a exercer pressão sobre o ordenamento brasileiro, culminando na Constituição Cidadã de 1988, em especial, no artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p.160).

O reconhecimento da cultura afrodescendente como integrante do processo civilizatório nacional, repudiando o mito da democracia racial e assumindo que seus integrantes são intérpretes do texto constitucional, seja no sentido amplo ou no sentido lato (HÄBERLE, 2014), importa por acrescer às estruturas preexistentes as políticas étnicas, gerando conflitos estruturais, principalmente no que tange a sua aplicabilidade (WAGNER, 2008). Tal apreciação dialoga com a abordagem de Fernandes (2005) sobre as diferentes multiterritorialidades existentes dentro de um mesmo território, como o Brasil, e os conflitos que surgem, posto que um grupo social intenciona um modo de ser, em sua visão único, e ao estabelecer a sua identidade e se reconhecer, perfaz por impô-la aos demais.

A adoção da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, pelo Decreto Legislativo nº 143, permitiu que se falasse em autodeterminação dos povos, e com sua assimilação ao bloco constitucional, foi possível

afirmar a pluralidade da cultura brasileira. A conquista do reconhecimento normativo por parte das comunidades quilombolas é um resultado favorável das minorias frente à histórica ocultação institucional e corresponde a um expressivo método de enfrentamento, ou seja, é fruto da resistência dos oprimidos, contrária aos dominantes e celebrada pelos demais dominados, portanto, moralmente aceita (SCOTT, 1992).

Na infrapolítica, conceito erigido pelo autor supracitado, percebe-se ações locais e singelas que possuem um grande significado em uma análise mais ampla, como as listadas por Davi Pereira Júnior (2009) acerca do *habitus* de resistência de Mamuna: entupir picadas, vigilância constante dentro de seu território, arrancar piquetes demarcatórios e proibir o acesso de veículos e pessoas desconhecidas. Estas reações são resultado do conflito desta comunidade quilombola e a Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), ocorrido em 2008, justamente, devido aos delitos que a empresa cometia invadindo e destruindo áreas significativas para a população, como capoeiras e roçados, constituídos frutos e atributos de reprodução de sua territorialidade específica.

### **O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e a Questão do Racismo Estrutural**

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas é um instrumento acordado entre Estados Unidos e Brasil, promulgado pelo Decreto

10.220/2020, visa o desenvolvimento aeroespacial brasileiro, por meio da aquisição da anuência para lançamentos de foguetes e espaçonaves com tecnologia norte-americana. O objetivo era perpassar o problema crônico da falta de investimentos governamentais no setor tecnológico e as proibições internacionais, como o *International Traffic in Arms Regulations*, um regulamento norte-americano que coíbe a exportação de materiais tecnológicos relacionados à defesa e militarismo, de modo a proteger a patente.

Embora o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações tenha expedido um folder divulgando o projeto e contestando as críticas referentes aos impactos negativos sobre as comunidades locais, em 26 de março de 2020, foi expedido ato normativo, a Resolução nº 11, visando remanejar mais de 300 famílias de suas casas. Ressalta-se que esta medida já é comum, no que se refere ao CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), visto que a própria instalação da base resultou na promulgação do decreto desapropriatório nº 7.820 de 1980, visando realocar mais de 312 famílias quilombolas em agrovilas impostas pela Aeronáutica, extinguindo séculos de relações mantidas em seus antigos territórios, entendidas como vazios demográficos.

Art. 6º Aprovar a Matriz de Responsabilidades dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, com as ações voltadas para as políticas públicas destinadas às comunidades que habitam a área de interesse do Estado na consolidação do Centro Espacial de Alcântara, nos seguintes termos:

I - para o Ministério da Defesa:

a) providenciar, por meio do Comando da Aeronáutica, a execução das **mudanças das famílias realocadas, a partir do local onde hoje residem e até o local de suas novas habitações**, incluindo o transporte de pessoas e semoventes; e

b) disponibilizar, para as comunidades quilombolas realocadas, por meio do Comando da Aeronáutica, **três corredores de acesso à faixa do litoral** da área de 12.645haa ser usada pelo Centro Espacial de Alcântara, assegurando medidas de engenharia que impeçam a interdição do leito dos corredores pelas chuvas, bem como o estabelecimento de **mecanismos de controle de acesso a esses corredores**. (BRASIL, 2020, p. 3, grifo nosso)

O descrédito dado às relações construídas pelos indivíduos com a terra, o que inclui a limitação do acesso das comunidades ao litoral, evidencia o racismo estruturante que alicerça a sociedade brasileira, e o seu respaldo em atos normativos coaduna com o entendimento de Silvio Luiz de Almeida (2018) de que o racismo é um processo político, logo não existe racismo que atinja a maioria da população e sim, minorias, como os residentes de Mamuna, em Alcântara – MA.

### **A Violência Simbólica no Discurso Governamental**

Analisando o exposto pelo viés sociológico reflexivo, de Pierre Bourdieu, que em suas obras traz um discurso metalinguístico acerca das ciências sociais e seu objeto de estudo, ou seja, os atores sociais e as suas interrelações, dentre elas existe as regidas pelo poder simbólico, para o autor “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles

que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

A noção de poder simbólico pressupõe que, de uma forma oculta, ele se manifeste continuamente a ponto de ser naturalizado, para isso dispõe de um sistema simbólico que paira sobre a tessitura social e condiciona, bem como é condicionado, pelos indivíduos e seus *habitus*. Este ator social se insere em um âmbito com regras e entendimentos específicos, conhecido como “campo”, gerador de um *habitus* que é reproduzido por aqueles que nele se encontram, formando suas identidades.

Em um campo orbitam vários tipos de capitais e o de maior valor é considerado o capital simbólico, a matriz dos diferentes capitais existentes que lhe conferem reconhecimento e legitimação. O Direito é um campo que estrutura, bem como é estruturado, visto que impõe *habitus* que é historicamente colonizador, mas que é (re)construído a fim de proteger os grupos minoritários, tal qual dita o constitucionalismo contemporâneo e a democracia.

Entretanto, não significa afirmar que o discurso oficial da União seja livre de violência simbólica e isto é comprovado com a promulgação do decreto 10.220/2020, que desvaloriza o campo específico das comunidades quilombolas, portanto, sua identidade e seus meios de reprodução, de modo a impor um capital simbólico que não lhe pertence que é concretizado na figura da Resolução nº 11, supracitada anteriormente.

## **Do Artigo 68, do ADCT para a realidade das Comunidades Quilombolas**

O termo “quilombola” foi ressignificado na Constituição Cidadã de 1988, em especial no artigo 68, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, e a partir de então, iniciou-se um longo processo de construção do arcabouço jurídico que protegesse e conferisse aplicabilidade normativa em prol de beneficiar esses povos, conforme o ideal de justiça social e cidadania que norteou os fenômenos constitucionais pós-Segunda Guerra Mundial.

Desse modo, cada Estado cria e pode ampliar seu próprio rol de direitos de cidadania. A cidadania é, portanto, o meio concreto de cada Estado-nação, seja por decisões internas e/ou por pressões da comunidade internacional, atingir as metas de justiça social. O grau de alcance dessa justiça em cada Estado-nação é medido pela eficácia das ações do Estado em efetivar os direitos de cidadania e pela capacidade dos cidadãos de pressionarem para que suas diferentes demandas sejam atendidas. (GOMES, 2009, p.25-26)

Diversas são as origens das terras dos quilombos maranhenses, podendo ser terras compradas, doadas, abandonadas por seus antigos latifundiários ou pela Igreja devido aos recessos econômicos vivenciados pelo estado maranhense, e, posteriormente, ocupada pelos antigos escravos. Atualmente, o principal meio de efetivação do direito quilombola à propriedade é através do reconhecimento, delimitação e titulação das terras e muito foi debatido no seio administrativo acerca de qual instituição seria responsável pelo trâmite burocrático, enquanto eram postos sob

constante pressão social exercida juridicamente pelo Ministério Público e civilmente pelos movimentos sociais.

Ciente destas forças atuantes e da análise social elaborada nesta investigação, destaca-se o impacto do Decreto Presidencial nº 3.912/01, que concedeu a Fundação Cultural Palmares competência exclusiva, bem como limitou a legitimidade da ocupação quilombola ao período de 1888 a 1998, apreendendo a terra como propriedade individual e não como um direito coletivo, tal qual é percebido pelas comunidades, bem como, segundo Girolamo (2006), impede a atuação do Ministério Público Federal, principal autoridade jurídico-institucional a pressionar à Administração Pública.

A controvérsia é alarmante quando se toma consciência da forma de apreensão da terra reproduzida pelas comunidades quilombolas, que em muito difere do comumente observado na sociedade contemporânea, devido a predominância do uso comum, da sazonalidade, da primazia das relações de vizinhança e da tradicionalidade de execução de suas atividades, o estabelecimento de uma relação não depredatória da natureza em sua volta, todos elementos constitutivos de sua territorialidade.

Tais impasses foram relativamente silenciados quando fora inserido no ordenamento nacional a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, por meio do Decreto Legislativo nº 143, que versa sobre a autodeterminação dos povos e sua consulta prévia. Mediante o

Decreto Presidencial nº 4.887/2003 há a sustentação da territorialidade específica das comunidades e a titulação passa a ser de responsabilidade da entidade que os representa. “Ademais, promove uma reforma institucional ao transferir ao INCRA a responsabilidade pelo processo de regularização fundiária e de desapropriação de terras particulares para fins de titulação de território quilombola” (Ministério dos Direitos Humanos, 2018, p.20).

Entretanto, a conquista supracitada enfrentou a resistência do Partido Democratas (antigo PFL, Partido da Frente Liberal) em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 e julgada pelo Supremo Tribunal Federal somente em 2018, momento em que a noção do Marco Temporal foi rechaçada.

Noto, por oportuno, que o critério de autoatribuição, ainda que não exclusivo, constitui importante garantia contra eventual categorização unilateral, caracterizada por um viés etnocêntrico, pela simples lógica de que não se pode impor uma identidade étnica ou cultural a quem quer que seja por terceiros. não mais dependendo integralmente do parecer técnico de identificação de organismos estatais, mas ressalta-se que tais estudos foram ressignificados de modo a servir de alicerce para a própria autodefinição das comunidades. (BRASIL, 2018)

O Ministro Lewandowski emerge a consolidada doutrina de J.J. Canotilho (2010, p.1224) acerca da tendência jurídica contemporânea de ampliar a eficácia dos Direitos Fundamentais, bem como respalda-se no Princípio do Efeito-Integrador, ou seja, numa hermenêutica que favoreça as políticas sociais e que gere uma

integração do ordenamento nacional e das práticas da Administração Pública.

A inclusão de políticas públicas que favoreçam as minorias refletiu na publicação em Diário Oficial da União (DOU), em novembro de 2008, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola de Alcântara, mesmo que haja territórios com origens diversas. Refuta-se a ideia, conforme o raciocínio de Miriam de Fátima Chagas de que quilombo é atrelado à revolta, pois “de fato, seria inconcebível, do ponto de vista da criatividade social, supor que os diferentes grupos tenham oferecido uma única resposta, um único modelo de resistência frente à sociedade escravocrata” (CHAGAS, 2001).

Existe uma intensa comunicação com os campos externos à comunidade, pautada em um intenso processo de exclusão e incorporação por mais que sejam categorias étnicas diferentes e que persistam fronteiras (BARTH, 1969, tradução nossa)<sup>3</sup>. Conforme o exposto, esta troca resultaria no reconhecimento da pluralidade nacional e na constituição de dispositivos normativos que protejam as comunidades quilombolas, enquanto as fronteiras –

---

<sup>3</sup> First, it is clear that boundaries persist despite a flow of personnel across them. In other words, categorical ethnic distinctions do not depend on an absence of mobility, contact and information, but do entail social processes of exclusion and incorporation whereby discrete categories are maintained *despite* changing participation and membership in the course of individual life histories. (BARTH, 1969, p.9-10)

compreendidas como limites – seriam as ameaças institucionais, como o Decreto 10.220/2020.

### **Resistência de Mamuna e Impressões sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**

A resistência da comunidade litorânea de Mamuna é um dos fatores que contribuem para sua autonomia econômica e social, permitindo-lhe sua reprodução material, social e simbólica. Embora constitua uma ocupação secular, o território de Mamuna, foi vítima de um intenso conflito envolvendo a Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) – resultado de um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e Ucrânia.

Serejo afirma que o objetivo era a construção de três plataformas dentro territórios quilombolas, e a primeira seria erguida entre as comunidades de Mamuna e Baracatuiua, e sem prévio consentimento, “resultou no desmatamento das áreas destinadas à colocação de roças e ao extrativismo, ou seja, onde atualmente se teria plantios para garantir a sobrevivência das famílias das comunidades, encontram-se estradas, picadas e terrenos compactados pelo tráfego de veículos e verdadeiros labirintos [...]” (PEREIRA JUNIOR, 2009 *apud* SEREJO, 2020. p. 43).

Mamuna possui séculos de história, está devidamente certificada, graças a pressão exercida pela organização das comunidades em torno da TEQUILA (Território Étnico Quilombola)

e sua aproximação com movimentos sociais de respaldo, tais quais o Centro de Cultura Negra do Maranhão, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), UFMA, Caritas, MST e outras.

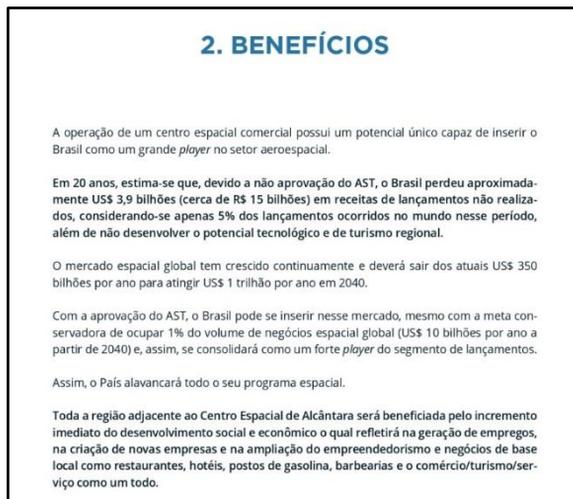
A professora Militina Garcia Serejo, que há anos pejeja em favor de sua comunidade, indicou que os avanços da binacional iniciaram aos domingos e feriados a fim de manter o sigilo, quando a situação se tornou insustentável, os moradores solicitaram pacificamente o fim do avanço e a abertura de um diálogo o com os envolvidos, mesmo que a comunidade vizinha, Baracatatiua, se posicionasse em favor da ACS, *“conquistamos uma inimizade com os nossos vizinhos, jamais tivemos problemas com eles, de outra forma, aí eles ficaram com raiva da gente, quiseram nos agredir, quiseram queimar o carro que fomos lá na comunidade conversar com eles, e aí, de lá para cá, conquistamos, assim, uma rivalidade”*.

Após a ocorrência, Mamuna desenvolveu um *habitus* de vigilância que se perfaz, principalmente, através das mídias televisivas e ao ser questionada acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, Dona Militina afirmou que o último contato feito pelas autoridades foi em 2019, a fim de distribuir a cartilha elaborada pelo Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e assegurar que não seriam deslocados, mas permaneceram calados quanto a Resolução nº 11, de

26 de março de 2020, que concedeu 120 dias para realocar mais de 300 famílias. Em contrário também foi comunicado em um Ofício enviado em resposta a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, originadas do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), na qual o Ministério da Defesa, na pessoa de Fernando Azevedo e Silva, afirmou que:

O Acordo de Salvaguardas Tecnológica (AST) assinado entre o Brasil e EUA, em 18 de março de 2019, não trata de questões fundiárias. O escopo do acordo é tão somente a proteção de tecnologia envolvida em lançamentos a partir do CEA7 quando esta tecnologia for propriedade do Governo dos EUA ou de empresa daquele país. Contudo caso a ratificação do AST pelo Congresso promova, como se espera, um incremento nos negócios e isso leve o Governo Brasileiro a prosseguir com a consolidação do CEA, a população quilombola, que ora habita a área a ser futuramente utilizada pelo Centro, será assentada em outra área da mesma região. (BRASIL, 2019)

**Figura 1- Benefícios listados pelo governo**



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2019

Tais informações tampouco chegaram à comunidade, o que retoma a crítica feita pela informante acerca do abandono da comunidade, a falta de diálogo e de que forma a comunidade será beneficiada, por isso questiona “*por que não desenvolve? Por que não melhora o acesso dessa comunidade? Por que não investe, né, em escolas, capacitando esses jovens?*”. Quanto às estratégias adotadas pelas autoridades a fim de realocar a população quilombola, dona Militina assevera que “*qualquer lugar não está nos suportando*”, refere-se não só a densidade populacional de Mamuna, quanto a relação de vizinhança construída com os arredores e o livre acesso ao mar, que permite a sua reprodução material e social.

Portanto, cientes de que não há políticas públicas que capacite e profissionalize, bem como respeite a territorialidade específica das comunidades quilombolas de Alcântara - MA, a transformação de Mamuna em mais uma Agrovila, em prol do desenvolvimento, destruiria o seu *habitus*, que está representado no uso comum da terra, na sazonalidade das atividades, na coleta, no roçado, na capoeira e outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza da anuência do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas é, iminentemente, discriminatória. O discurso federal está alinhado em uma perspectiva eurocêntrica, em que o progresso e a modernidade, por conseguinte, com o capital simbólico, estão

inseridos na desapropriação de centenas de famílias com pertenças étnicas distintas e o seu enclausuramento em um modelo de subsistência diferente do que lhe pertence. Em prol deste objetivo, a Administração Pública corrobora com a insegurança jurídica oriunda do decreto nº 10.220/2020, porque contraria o disposto em sede de ADCT e disposto em norma supralegal, a Convenção n.169 da OIT.

Salvante os impactos jurídicos, há a reprodução da violência simbólica sistematizada, pois a insistência na institucionalização de textos legais com tais fundamentos, suscita a resistência das comunidades ameaçadas, fato que desvela a existência de um poder simbólico que tenta se impor a qualquer custo frente àqueles que estão inseridos em um campo diferente e que reiteram um *habitus* diferente. Fundamentando-se nos resultados obtidos nesta pesquisa inicial, visa-se, na continuidade deste estudo, adequá-los as especificidades da comunidade de Mamuna, através de entrevistas com suas principais lideranças no que tange a resistência desenvolvida, os efeitos sociais e territoriais ocasionados pelo AST, as demandas que foram ouvidas e as negligenciadas pela Administração Pública, principalmente na esfera estadual, assim como a sua organização jurídica a fim de manter a sua territorialidade específica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Raça e Racismo. *In*: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 113-128, 2013.

BARTH, Fredrik. Introduction. *In*: BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries**. London: George Allen and Unwin, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território Étnico - conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *In*: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, texto constitucional

promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983. Cria o Centro de Lançamento de Alcântara e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF - Seção 1 - 2/3/1983, p. 3382.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 21 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF - n. 227, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF - n.174, 11 set. 2001. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Decreto nº10.220, de 5 de fevereiro de 2020. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da

América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, firmado em Washington, D.C., em 18 de março de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF – n. 26, 6 fev. 2020. Seção 1, p. 2

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, Rio de Janeiro, RJ – 20 set. 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 09 mar. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 3239/2004**. Relator: Min. Cezar Peluso. Disponível em: [http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocesso\\_eletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2227157](http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocesso_eletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2227157). Acessado em 26 ago. 2021

BRASIL. Resolução nº 11, de 26 de março. Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF – n. 60, 27 mar. 2020, p. 3.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 143. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF – 21 jun. 2002, p. 2.

CATANI, Afrânio Mendes. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**. Campinas: v. 23, n. 78, p. 57-75, 2002.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. **Territórios e identidades nas comunidades remanescentes de quilombos da agrovila Peru no município de Alcântara – MA**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**. Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-33. 2005.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. Terra e Territorialidade Tradicionais: A (de)formação do caso brasileiro. *In*: FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de possibilidades**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O direito quilombola e a democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], ano 50, n. 199, p. 303-320, 2013.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional – A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: Contribuição para Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição. **Revista Direito Público: Controle de Políticas Públicas e Efetivação de Direitos Sociais**, [s. l.], v. 11, n. 60, p. 1-50, 2014.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LOPES, Josefa Batista. NUNES, Graziela Martins. **A questão social em Alcântara na era da base espacial: expropriação e violência nas relações de poder**. XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. La cuestión Social y la formación profesional en el contexto de las nueva relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 2004.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas: Brasil e Estados Unidos.** Disponível em: [https://issuu.com/mctic/docs/folder\\_ast](https://issuu.com/mctic/docs/folder_ast). Acesso em: 20 ago. 2021.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Quilombos e Quilombolas: indicadores e propostas de monitoramento de políticas.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 51 p.

O'DWYER, ELIANE CANTARINO. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Ariús: **Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9-16, 2008.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. Movimento de resistência: para frear a devastação as comunidades estão sendo forçadas a adotar medidas de proteção. *In*: PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Território e Conflitos – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space.** Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SCOTT, James C. A infrapolítica dos grupos subordinados. *In*: SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência.** Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SEREJO LOPES, Danilo da Conceição et al. **A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial.** São Luís: UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara.** São Luís: EDUFMA, 2013.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

UNITED STATES OF AMERICA. International Traffic in Arms Regulations: USA Munitions List Categories I, II and III. **Code of Federal Regulations**, Washington, DC - April 1, 2011, title 22, chapter I, subchapter M. p. 464.

# **MEGAEMPREENHIMENTOS E O IMAGINÁRIO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE NARRATIVAS DE MULHERES MILITANTES QUE ATUAM NA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU**

Amanda Albuquerque Everton<sup>1</sup>

Ester Rufino Costa<sup>2</sup>

Wanderson Castro de Sousa<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo resulta da sistematização de informações obtidas em trabalhos de campo realizados no âmbito de pesquisas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, entre 2015 e 2020, e do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Megaempreendimentos e o imaginário social de desenvolvimento: tragédias e esperanças em narrativas de mulheres na região ecológica do babaçu”<sup>4</sup>, em andamento desde 2020.

Retomam-se indagações recorrentes nos estudos que têm como objeto de análise os efeitos de megaempreendimentos e das agroestratégias sobre as vidas de povos e comunidades tradicionais na Amazônia, agravados com os recentes quadros de pandemias, tais como: tragédias constantemente enunciadas nessas narrativas,

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, Bolsista PIBIC/FAPEMA

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, Bolsista PIBIC/FAPEMA

<sup>3</sup> Graduando do curso de Ciências Sociais Licenciatura do Programa Ensinar da Universidade Estadual do Maranhão, Bolsista PIBIC/UEMA

<sup>4</sup> Coordenado pela Professora Dra. Helciane de Fátima Abreu Araújo, do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA

atualmente mais perceptíveis com os danos resultados da proliferação do coronavírus Covid 19; mecanismos de defesa da vida assumidos por grupos camponeses e povos tradicionais, materializados em formas organizativas de caráter econômico e político; bem como a percepção dessas experiências em conteúdos escolares ou de que maneira as formas de economia, classificadas como “não capitalista” ou os mecanismos de defesa da vida sugerem a construção de imaginários sociais que se confrontam com as perspectivas desenvolvimentistas hegemônicas. Para refletir sobre essas questões, o artigo foi estruturado em três itens, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, tratamos sobre as narrativas que enunciam a devastação da chamada região ecológica do babaçu, que abrange os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. No segundo, pontuamos aspectos de experiências com tipos de economia que não se fundamentam em princípios da economia capitalista. E no terceiro refletimos sobre as estratégias de resistência e de construção de redes de solidariedade que mantém as formas de lutas sociais na região que tem as mulheres como protagonistas importantes.

## **A DEVASTAÇÃO ENUNCIADA NA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU**

De acordo com o mapeamento realizado em 2015, numa ação conjunta do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA e

o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, a região ecológica do babaçu compreende partes dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, com uma área de ocorrência da palmeira de 26 milhões de hectares. Trata-se de uma região bastante disputada por empreendimentos e negócios com interesses na produção de grãos e de agroindústrias, voltadas para o mercado internacional, o que tem resultado em diferentes formas de devastação.

A partir das perspectivas de lideranças das quebradeiras de coco babaçu, é constatável que o processo de devastação da região ecológica do babaçu pode afetar as dinâmicas de vida destas mulheres e suas comunidades. Protagonistas de inúmeras lutas - sociais, identitárias, territoriais e econômicas- face a instalação de megaempreendimentos, essas mulheres e seus posicionamentos são colocados em ênfase, a fim de compreender as tragédias em torno da região ecológica do babaçu e como também os movimentos sociais que, formados por elas, são influentes em suas trajetórias de vida e nas conquistas de suas lutas.

As “agroestratégias”, como táticas do agronegócio, são dotadas de uma forte organização de grupos de poder, como acentua Almeida (2010). Elas objetivam eliminar obstáculos às transações de venda de terra e incentivar as possibilidades de compra e venda, buscando aumentar as terras favoráveis aos megaempreendimentos das grandes empresas de agronegócios, como empreendimentos de

eucalipto, plantio de soja e grandes pastagens. No decorrer do contato com as narrativas de mulheres quebradeiras de coco babaçu, há uma constatação muito precisa de que as interferências das grandes empresas e indústrias na região ecológica do babaçu refletem na vida e na luta e resistência das quebradeiras de coco babaçu de forma negativa, através de efeitos em sua própria mobilização política, efeitos ambientais no espaço do qual estão inseridas, e por último, efeitos em sua própria saúde e qualidade de vida.

Tem agora na Estrada do Arroz uma cidadã que eu acho que ela está aí na plenária da economia solidária que disse: ‘ah eu colhi arroz esse ano na terra, que a empresa deu mecanizada pra nós’. Mas tu vai continuar tendo essa terra mecanizada até quando? Que a CELMAR fez isso quando chegou na região (SILVA NETA. 2018)

Localizada no município de Imperatriz - MA, desde o ano de 1992, a empresa CELMAR S.A. – Indústria de Celulose e Papel, citada pela liderança das quebradeiras de coco de Imperatriz-MA, Maria Querobina da Silva Neta, no relato acima, foi a primeira fábrica de celulose, instalada no governo de Fernando Collor de Mello, através de um projeto do mesmo, nomeado de Programa Polos Florestais na Amazônia Brasileira, que englobava 94 municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Com uma nova roupagem, agora chamada de Suzano Papel e Celulose S.A se mantém instalada em Imperatriz e proximidades das comunidades ali presentes, sendo a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, foi responsável pela obtenção de um hospital de campanha na cidade no cenário

atual da COVID-19, conjuntamente em parceria também com o governo do estado do Maranhão. De acordo com o site oficial da empresa também foram “hospitais, ambulatórios e projetos sociais, como a doação de 32 respiradores, 70 mil máscaras, mais de 50 mil litros de álcool 70%, fardos de papel higiênico e fraldas descartáveis.” Em entrevista de pesquisa Dona Maria Querobina da Silva Neta expõe sua posição diante das ações desta empresa no atual período pandêmico, se refere as empresas fazendo alusão ao Papai Noel:

E assim foi os governos agora na epidemia, ficaram doido caçando papai noel e acharam a empresa aí de vento em popa e colaboraram, né? [...] Mas aí é aquela história ‘dá com uma mão e tira com a outra...Tiraram nossos babaçus, cooptaram as nossas terras, foi tudo pra mão das empresas e quando é agora com a outra mão eles dão essa colher de chá, né? (Entrevista, 2021)

Em uma crise pandêmica, tais ações se fazem de extrema urgência e importância, mas na percepção da entrevistada elas têm a faceta de “camuflar” danos nos campos sociais e ambientais causados por essas empresas, tal qual a de eucalipto que desmata grandes lotes, causa uma redução brusca a biodiversidade, modifica amplamente e/ou ignora as dinâmicas das comunidades, e detém consigo uma economia agroexportadora.

Outra problemática encontrada nas narrativas é que grandes empresas no cotidiano e vida das comunidades, assim como também a urgência de produção capitalista, acaba ocasionando consequências negativas em tradicionais hábitos, como o plantio e colheita. A utilização de agrotóxicos, por exemplo, venenos que vem

com propaganda de gerar um plantio mais rápido e com garantia do controle de pragas, podem ser maléficos à saúde, principalmente quando utilizados sem uma prescrição no que condiz a dosagem e o manejo, como ocorre com a maioria dos pequenos produtores, pode ocasionar em consequências à saúde do agricultor e comunidade, no que diz respeito ao sistema respiratório, neurológico, gastrointestinal e até mesmo aumentar a chance de um câncer.

A questão sobreposta é que ao mesmo tempo que esses megaempreendimentos que vêm com uma proposta de “desenvolvimento” afetam o meio ambiente e a dinâmica das comunidades, eles também podem e estão sendo maléficos à saúde e a qualidade de vida a essas comunidades, como exposto e enunciado nas falas das quebradeiras de coco babaçu.

## **“ECONOMIA SOLIDÁRIA” E A INVENÇÃO DE TIPOS DE COMÉRCIO E DE REDES DE SOLIDARIEDADE**

As quebradeiras de coco babaçu são agentes sociais, que após anos de luta, resistência e mobilizações de suas organizações representativas, conquistaram reconhecimento legal de sua identidade, como parte dos povos e comunidades tradicionais. Houve inúmeros obstáculos ao longo da trajetória das quebradeiras, confrontos ocorreram e ainda ocorrem devido à intervenção feita pelos grandes projetos empresariais agroindustriais envolvendo a

pecuária, agroindústrias e monoculturas, além de projetos de infraestrutura na região ecológica.

Essa interferência resulta na devastação da região ecológica do babaçu, pois propaga o desmatamento de grandes áreas e o envenenamento florestal através do uso de agrotóxicos “a pressão da monocultura da cana de açúcar dificulta a vida nesses povoados, na medida em que impede as práticas tradicionais de agricultura e do extrativismo vegetal” (ALMEIDA; ARAUJO, 2019, p. 28).

Esse cenário tem se perpetuado com base na percepção de que a industrialização integral é o caminho para a superação da pobreza, de acordo com Maluf (2000) o desenvolvimento se constitui em uma das materializações da modernidade, que a ideia de progresso tem implicações positivas a ambos os envolvidos. Já que “a maioria dos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população” (MALUF, 2000, p.55).

Essa discussão remete indiretamente ao imaginário social construído em torno do que se entende por “desenvolvimento”, que faz com que as comunidades locais compreendam a chegada desses “projetos de desenvolvimento como uma possibilidade de ganho efetivo, desconhecendo que, na grande maioria das vezes, haverá uma pilhagem dos patrimônios naturais da comunidade” (SILVA, 2016, p.172). Dessa forma, o “desenvolvimento” assume um aspecto utópico, como uma etapa a ser alcançada, que consiste em um nível

de felicidade superior. E que sem ela, o país tende a ficar para trás (FONSECA, 2005).

Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39)

Com isso, ao compreender a situação na região ecológica, a importância da vegetação nativa, do coco babaçu para as quebradeiras, é possível entender as relações de trabalho, hábitos comerciais e socioculturais das quebradeiras, assim como de outras comunidades tradicionais. Demonstrando assim o quanto a cultura local é de suma importância. E, em meio a essas dificuldades na busca de melhores condições de trabalho e de vida, comunidades tradicionais têm adotado outros tipos de empreendimentos econômicos, como a economia solidária.

As práticas solidárias que materializam a Economia Solidária são constituídas por: grupos de produção comunitária, cooperativas e associações de produção, sistemas locais de troca, autogestão de empresas pelos trabalhadores, sistemas de microcrédito e de crédito recíproco, consumo crítico e solidário e grupos de aquisição solidária, financiamento solidário, e economia de comunhão, tal como afirma Mance (2005, p.4), “centrada na geração de postos de trabalho e na distribuição de renda, em contraposição à lógica estrutural de concentração de riqueza e da exclusão social do capitalismo”.

Conforme elucidado por Mance (2005), a economia solidária tem como objetivo promover igualmente o bem-viver dos produtores e comerciantes solidários, praticando algo chamado de “preço justo”, isto é, um preço ajustado entre produtores, consumidores e comerciantes com base em critérios éticos na promoção do bem-viver de todos e não com base nos parâmetros do mercado, ou seja, se trata de um mercado que reconhece a qualidade dos produtos, seu valor e características.

Em decorrência desses aspectos, as quebradeiras têm aderido a esse modelo socioeconômico, se contrapondo às ideias defendidas pela lógica capitalista e de desenvolvimento predominante. Os babaçuais defendidos por elas, geram diversos produtos, incluindo alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, salientando que é possível estabelecer uma rede de comercialização que não afete negativamente a vegetação e as populações locais.

Contudo, esses empreendimentos também enfrentam desafios, mas, através da união de seus associados, em torno do objetivo comum, integrar a experiência da economia solidária de massas pode se constituir em um plano alternativo para melhorar a qualidade de vida desses agentes, “trata-se do paradigma da abundância, pois a economia solidária somente cresce na medida em que distribui a riqueza e quanto mais se compartilha a riqueza, melhor se assegura o bem-viver das pessoas” (MANCE, 2005, p. 4). Buscando assim, condições econômicas que visam abolir todas as

formas de exploração, dominação e exclusão, protegendo os ecossistemas e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a economia solidária apresenta-se como uma nova direção, uma alternativa que age de acordo com princípios justos, de igualdade e cooperação, a partir da qual a riqueza resultante seja compartilhada para o bem-estar de todos, cultivando o respeito e a dignidade, além de contribuir para proteção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

### **A “ECONOMIA SOCIAL” E “SOLIDÁRIA” DO COCO BABAÇU: resistência e organização política**

A comunidade foco de estudo dessa pesquisa refere-se a mulheres quebradeiras de coco babaçu que vivem na região ecológica do babaçu, onde existem várias cooperativas, associações, conforme abordaremos no decorrer da pesquisa. Pontua Porro (2010 p. 34) que essas comunidades realizam a extração do babaçu, se organizam em associações predominantemente femininas. Nesses locais, segundo Cunha (1974), a exploração de babaçu apresentou-se como ‘o principal agente formador da renda familiar’ e na coleta do coco inteiro o pesquisador verificou o predomínio do trabalho masculino (ibid). Tal observação corrobora a regra de que na quebra de coco, ao contrário da coleta do coco integral, prevalece o trabalho feminino.

Nota-se, baseado no estudo de Cunha (1974 p 15), que o babaçu se apresentou como o principal agente formador de renda

familiar. Bertucci *et al* (2010) apresenta algumas características específicas referentes a economia solidária. Para os autores, essa forma de organização baseia-se no princípio da autogestão, ou seja, nessa relação não existe patrão, nem empregados, pois todos os integrantes dessas associações, cooperativas ou grupos são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

As características relacionadas à economia solidária, conforme os autores Bertucci *et al* (2010) são: cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. Ou seja, os pilares para uma economia solidária se configuram a partir de uma relação baseada na democracia, nesta perspectiva, nesta categoria de economia a burocratização não é tão presente, “Os princípios de hierarquia de cargos e de diversos níveis de autoridade implicam um sistema de subordinação organizado, onde os funcionários superiores controlam os funcionários inferiores” (WEBER, 2016), portanto, numa economia solidária o objetivo se torna o desenvolvimento do grupo em detrimento do crescimento individual dos membros, em outras palavras, toda a comunidade cresce juntos.

O PNCSA realizou no ano de 2015 o mapeamento da região ecológica do Babaçu. Utilizando como referência esse mapa<sup>5</sup>, apontaremos as redes de economia solidária, nas quais as quebradeiras de coco babaçu estão inseridas, pretendemos abordar

---

<sup>5</sup> Ver Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais

de uma forma simplificada como essas comunidades estão organizadas, suas principais realizações, produções. Dentre elas destacam-se: associações de mulheres quebradeiras de coco babaçu, grupos produtivos de mulheres quebradeiras de coco Babaçu, associações de artesãs (que utilizam o babaçu), associações de jovens rurais, coordenações regionais MIQCB, sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, unidades de produção e beneficiamento do coco babaçu, cooperativas<sup>6</sup>.

Neta (2018) pontua que as empresas utilizam algumas estratégias buscando um êxodo dos moradores das comunidades e conseqüentemente o enfraquecimento dos movimentos sociais, um exemplo desse impacto são os discursos de geração de empregos;

(...) é que a empresa é uma empresa muito capitalista e tem a questão da oferta dos empregos. A empresa chega mostrando um lado de geradora de milhões e milhões de empregos para a região. (...) Ela diz que vai trazer mil e num sei quantos empregos para lá, direto, e mais dois mil empregos indiretos. Então as comunidades, o povo que está desempregado fica tudo doido. “Agora chegou a salvação”. (NETA, 2018, p.55)

Com esses discursos, a empresa provoca uma grande mudança na estrutura da comunidade, os moradores começam a se mobilizarem em busca do emprego, enviando seus filhos ou até mesmo indo em busca de uma oportunidade de emprego diferente

---

<sup>6</sup> Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Esperantinópolis, Cooperativa Dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Viana, Cooperativa dos Pequenos Produtores de Lago do Junco.

da sua profissão (quebradeiras) como vigias, zeladores, jardineiros etc.

Nós não somos contra o desenvolvimento, muito pelo contrário, nós queremos telefone até dentro do banheiro, nós queremos posto de saúde em toda comunidade, nós queremos, mas, também nós não queremos deixar as nossas antigas tradições que é a cultura familiar. (NETA, 2018, p.58)

Para a quebradeira Neta (2018) essa relação entre comunidade e empresas fica ainda mais desigual quando se refere a investimentos do governo;

É uma tristeza muito grande quando a gente vê os governos botarem quinhentos milhões de reais em uma empresa, enquanto a gente faz um pomar de três mil reais. Isso é uma vergonha minha gente. Para um Brasil em desenvolvimento, para um país em desenvolvimento, para um Estado que o governo diz que veio trabalhar para o povo, pelo povo. A gente faz um pomar de três mil reais, enquanto é passado para as empresas, duzentos, trezentos milhões de reais. Então nós agricultores, quebradeiras de babaçu, sentimos o que com isso? Nós sentimos o que com isso? Então. São os impactos que estão nos trazendo muita inquietação. (NETA, 2018, p.59-60)

Uma das agentes sociais muito atuante nessa discussão é a senhora Francisca Rodrigues dos Santos, quebradeira nascida em Buriti dos Lopes, (PI) no seu livro “Chica Lera: A História dos Movimentos Sociais e a Luta das Quebradeiras de Coco Babaçu no Piauí” (2019), no capítulo “A economia do babaçu”, apresenta como as mulheres quebradeiras de coco se organizaram para fortalecimento dessa economia, essas mulheres estão visando o capital (dinheiro), a resposta para isso é que elas permanecem no

grupo, já que estão trabalhando e recebendo, dependendo do projeto chegando a receber quatro mil reais. Algumas quebradeiras conseguiram até construir suas casas de alvenaria com os seus proventos.

De primeiro, a gente abrangia toda mulher que fazia o projeto. A gente foi vendo que não é assim. Agora só entra para fazer projeto se for sócia da associação ou da cooperativa, porque às vezes estava tomando vaga de uma que era sócia. Agora não, só faz quem é da cooperativa. Quem for do projeto da cooperativa, faz pela cooperativa, se é pela associação, faz pela associação, mas que seja sócia (SANTOS, 2019, p. 104)

Visando o fortalecimento da economia do babaçu, essas mulheres passaram a condicionar o acesso aos projetos somente às associadas. Com isso, foram conquistando mais representatividade enquanto organização. Com esses projetos as mulheres vendiam o mesocarpo para a merenda escolar, “Mas isso tudo acontece quando você tem um bom gestor no município. Quando é um mau gestor, as trabalhadoras perdem uma boa parte da produção delas, porque não aceita aquele produto das trabalhadoras para a merenda escolar”. (SANTOS, 2019 p. 104)

Como resultado positivo, observamos o fortalecimento das organizações, quando a autora relata algumas melhoras na estrutura física dessa economia:

Antes a gente tirava manual mesmo, no meio do tempo, pegando poeira, todas essas coisas. Hoje não, hoje tem a casa própria só do projeto, que tem as mulheres que se juntam num dia só pra trabalhar, tirar o mesocarpo com a touquinha na cabeça, luva na mão e tem a roupa. O coco mesmo vai todo lavado, tem o local de onde lava o coco, tira e já bota num outro depósito para as mulheres

trabalharem e tirar aquela casca toda. Vai para estufa, não seca no sol como a gente secava. É tudo fechado, tudo de vidro e vai para a estufa. Tem a maquinazinha de processar a massa. Então as mulheres estão assim. Não são todas as mulheres que são organizadas. É um grupo que acha que vai dar certo e que está dando certo. Nós sabemos que o coco dá de um tudo, você aproveita ele todo. (SANTOS, 2019 p. 104-105)

A senhora Maria do Socorro Teixeira Lima, quebradeira de coco babaçu, natural de Caxias (MA), atualmente residente da cidade de Praia Norte (TO) destaca-se como uma das lideranças do movimento das quebradeiras no Estado do Tocantins. Autora do livro “Maria do Socorro Teixeira Lima quebradeira de coco, professora e poeta, uma palmeira de coco babaçu com muitas amêndoas”, aprofunda a discussão sobre esse processo de lutas das mulheres em busca do fortalecimento dessa economia do babaçu. Apresentando no capítulo 6 seus relatos frente as perseguições das quebradeiras.

Chama atenção ainda, para a fragilidade dessa economia quando a autora relata que no ano de 2017 o deputado estadual José Bonifácio (PR-TO) da assembleia legislativa do Tocantins, apresentou uma proposta de lei que revogaria o que está aprovada na lei do babaçu.

Esse ano passado, retrasado de 2017, nós sofremos uma pressão assim que a gente não estava esperando, que foi essa do deputado, que foi bem, bem agitada pra nós, mas passou. Nessa questão nossa das leis do babaçu, nossa primeira que foi eleita foi aqui no Tocantins, que foi aprovada, em 2008. Agora em 2017, ele apresentou esse negócio de querer um projeto de lei que é contra o nosso

que foi aquela mobilização O número do Decreto é 194/2017 (LIMA, 2021 p.106)

Fica evidente, nas falas das três autoras; Neta (2018), Santos (2019) e Lima (2021) que a economia solidária do babaçu encontrou algumas dificuldades para a sua real efetivação, estratégias de resistências e organização, marcaram (e marcam) fortemente o movimento das mulheres quebradeiras. Concluímos esse item com uma poesia da quebradeira Maria do Socorro onde a autora evidência a importância de se preservar as palmeiras para continuidade dessa economia solidária.

*Poesia*

*A Palmeira, caindo em carreira*

*A caminho da morte, mudando sua sorte*

*Suspiro derradeiro, gemido profundo*

*Treme a terra, treme o mundo*

*Sufocando o coração das quebradeiras.*

( LIMA. 2021, p. 43)

## CONCLUSÃO

Identificamos nas narrativas das quebradeiras de coco babaçu os efeitos da devastação ocasionada pelos megaempreendimentos na região ecológica do babaçu e, por outro lado, as estratégias adotadas pelas empresas para o domínio de territórios, tradicionalmente ocupados por grupos e povos tradicionais. Foi possível fazer uma análise em torno dos efeitos e um recorte mais específico nas áreas

da saúde e da articulação política. A análise da relação entre tragédias e pandemias que atingem a contemporaneidade teve seus limites, em função da dificuldade de encontros presenciais com as agentes sociais e de realização de trabalhos de campo. Acreditamos que o desdobramento desse estudo nos permitirá compreender os sentidos dessas tragédias que atingem o mundo contemporâneo e são constantemente enunciadas por estas mulheres, bem como ter maior domínio dessas formas de resistência que se expressam em formulações de projetos econômicos e políticos em estruturação de rede de solidariedade de dimensões locais, regionais e internacionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2010. **Agroestratégias e desterritorialização direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In. Almeida, A.W. *et. al.* Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina.

ARAÚJO, Helciane; ALMEIDA, Alfredo. **Nova cartografia social dos conflitos por território no Brasil central**. - 1. ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

BERTUCCIA et al. **Economia solidária: Outra economia a serviço da vida acontece**. 2010.

**Com apoio da Suzano, Hospital de Campanha começa a funcionar em Imperatriz**. In: <https://www.suzano.com.br/com-apoio-da-suzano-hospital-de-campanha-come-ca-a-funcionar-em-imperatriz/>, em 09/03/2021. Consulta em : 30/06/2021.

CUNHA, Bernardo da Silveira. 1974 – **Industrialização Integral do coco babaçu: efeitos sobre a renda e o emprego dos pequenos produtores no Estado do Maranhão**. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa.

FONSECA, PCD. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós Graduated em Economia Política — Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256. 2004.

LIMA, Maria do Socorro Teixeira. **Maria do Socorro Teixeira Lima quebradeira de coco, professora e poeta, uma palmeira de coco babaçu com muitas amêndoas**. Organizadores: Jurandir Santos de Moraes; Cynthia Carvalho Martins: editor Alfredo Wagner Berno de Almeida – São Luís: EDUEMA, 2021.

MALUF, Renato S. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. out. 2000 p. 53-86.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PORRO, N. M. **Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais**. Raíces, v. 30 , n. 2, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Francisca Rodrigues de. **Chica Lera: a história dos movimentos sociais e a luta das Quebradeiras de coco babaçu no Piauí**/ Organizado por Carmen Lúcia Silva Lima & Arydimar Vasconcelos Gaioso; Edição de Alfredo Wagner Berno de Almeida. - 1. Ed. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019

SILVA, Flávio J. R. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista pegada** – vol.17 n.2, 2016.

NETA, Maria Querobina “**Sou uma mulher praticamente livre**”/ Alfredo Wagner Berno de Almeida (ed.). – Rio de Janeiro : Casa 8, 2018.

TAYLOR, Charles. **Imaginários Sociais Modernos**. Edições Textos & Grafia Ltda, Lisboa, 2010.

WEBER, M. **O que é burocracia**. Conselho Federal de Administração- CFA. Disponível em: [https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/4olivro\\_burocracia\\_diagramacao.pdf](https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/4olivro_burocracia_diagramacao.pdf). Acesso em 18/02/2021.

#### **MAPAS:**

**Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais**. Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu, 2015

# PANDEMIA E MOBILIZAÇÃO: a ação política de uma agente social autodefinida como quebradeira de coco babaçu e quilombola.

Adriélma Abreu Rodrigues<sup>1</sup>

Cynthia Carvalho Martins<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que vem sendo realizada desde 2018 no território étnico de Camaputua, localizado no município de Cajari, com ênfase na construção da resistência quilombola a partir da trajetória de uma agente social vinculada às formas organizativas. Procuraremos no âmbito do artigo explicitar sobre as relações de pesquisa estabelecidas, incluindo uma reflexão sobre a pesquisa na pandemia, inclusive, refletindo sobre as ações de restrição de direitos quilombolas ocorridos no período pandêmico.

Os resultados da pesquisa se desdobraram de um plano de trabalho que vem se desenvolvendo através do PIBIC/UEMA. A proposta do plano de trabalho<sup>3</sup> consiste em fazer uma reflexão sobre

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista Pibic/UEMA

<sup>2</sup> Doutora em antropologia pela Universidade Federal Fluminense e professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>3</sup> O plano de trabalho desdobra-se do projeto de pesquisa intitulado “**A Construção de Territorialidades Específicas em Comunidades Auto definidas como Quilombolas: arqueologia dos Engenhos**”, coordenado pela professora Cynthia Carvalho Martins, com financiamento do CNPq entre os anos de 20016-2020. Este projeto consistiu em uma análise das situações dos quilombos e sua relação com os antigos engenhos de cana-de-açúcar na região denominada Baixada Maranhense. O trabalho refletiu sobre a polissemia da noção de “engenho” e “quilombo” a partir de situações empíricas concretas, demonstrando as especificidades, através, principalmente, da etnografia.

a trajetória de vida da senhora Maria Antônia dos Santos, uma liderança que se autodefine como quebradeiras de coco e quilombola com ênfase aos pertencimentos referidos às formas organizativas analisando essa trajetória no âmbito da luta coletiva pelo reconhecimento da territorialidade do território étnicos de Camaputiua. Incorporamos à análise aspectos relacionados à pandemia, principalmente as estratégias de resistências acionadas pelo grupo.

As entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa apontam que a trajetória da senhora Maria Antônia dos Santos, possui uma dimensão coletiva relacionada a seu envolvimento com as lutas referidas ao reconhecimento do território quilombola de Camaputiua, localizado no município de Cajari, Maranhão. Trata-se de uma trajetória referida a uma forma de resistência, cuja especificidade direciona-se as formas organizativas como orientando as mobilizações face aos conflitos vivenciados pelas famílias.

O esforço consistiu em analisar as lutas das famílias pelo reconhecimento do território, conforme definido pelo Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil. Refletimos sobre a construção da categoria quilombo e sobre suas ressignificações a partir das situações específicas. As famílias do atual território de Camaputiua são oriundas do antigo engenho de Tramaúba e Kadoz e permaneceram nas terras enfrentando sérios conflitos, principalmente com os chamados “criadores de búfalos”.

Pretendemos refletir sobre a luta pelo reconhecimento da territorialidade a partir de observações diretas, fruto de trabalho de campo e da trajetória da principal interlocutora desta pesquisa – senhora Maria Antônia. Isto porque mesmo no período da pandemia, a senhora Maria Antônia continuou atuando de forma exemplar em defesa da vida dos quilombolas. Incluímos, ainda uma discussão referida à realização de pesquisas em período pandêmico.

O artigo está dividido em três tópicos e uma consideração final. No primeiro tópico analiso o conceito de quilombo entendendo-o como relevante para a construção da luta política em defesa do território. No tópico seguinte, nomeado como “A pesquisa em Camaputiua: do trabalho de campo às entrevistas remotas”, refiro-me ao trabalho de campo realizado antes da pandemia e sua relevância para o momento posterior no qual as atividades de campo estiveram suspensas. Esse primeiro trabalho de campo, ocorrido em um momento festivo, auxiliou na realização das atividades remotas tendo em vistas que as relações sociais estavam estabelecidas. Portanto, durante a pandemia não perdi o contato com os quilombolas, preocupando-me em saber como estavam de saúde, quais as dificuldades. Finalmente, no terceiro tópico, intitulado “A Pandemia e a Luta dos Quilombos”, refletimos sobre as formas de resistência dos quilombolas face à intensificação dos conflitos territoriais durante a pandemia. Nas considerações finais os argumentos se deram no sentido de pensar as ações autônomas de

resistência quilombola, principalmente em função de uma certa “ausência” dos aparatos institucionais.

## O CONCEITO DE QUILOMBO E SUA RELEVÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA EM CAMAPUTIUA

A categoria *quilombo* tem passado por ressignificações desde o período colonial até o presente. Acompanhar a história social deste conceito se constitui como objetivo do trabalho, principalmente para que possamos compreender a trajetória do quilombola senhora Maria Antônia. Isto porque, atualmente a agente social que pretendemos registrar a narrativa se autodefine como quilombola e, ao mesmo tempo, como quebradeira de coco babaçu. Atualmente ela atua nos seguintes movimentos: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu-MIQCB e na Associação dos Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua-AMOQRUICA.

Remetendo ao tempo, tem-se no ano de 1740 uma definição do Conselho Ultramarino, que se valeu da seguinte definição de quilombo: toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles. Essa definição se perpetuou em definições clássicas, configurando quilombo como sempre voltado ao

isolamento, à noção de fuga e agricultura de subsistência, como pode ser lido abaixo.

Ora, essa definição contém basicamente cinco elementos, que podem ser assim sintetizados: O primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos O segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, que tem que ser exatamente definida – e nós vamos verificar como é que ocorrem variações desta quantidade no tempo - e em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”; O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização”. O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes. E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. O que significa “pilão” neste contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução. (...)Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se revelou inclinada a interpretar quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado num suposto autossuficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA, 2011, p .59-60).

ALMEIDA, (2011). Descreve a categoria *quilombo* como passando por redefinições ao longo do tempo. Há autores como Clóvis Moura e juristas que ainda estão presos a noções como “isolamento”, “fuga” e outros atributos presentes na definição do Conselho Ultramarino.

Dentre as ressignificações, destacam-se aquelas ocorridas no plano jurídico, destacando-se a Constituição de 1988, através do

Artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias, que prevê a garantia das terras às famílias quilombolas. Não se trata de uma questão meramente instrumental, embora a noção de direito esteja presente, mas de afirmação identitária. ALMEIDA (2011) propõe realizar uma história social do conceito de *quilombo* desconsiderando uma definição genérica.

Há uma diversidade de situações sociais associadas à noção de *quilombo* variando de acordo com a situação empírica. Para ALMEIDA (2008), os grupos se organizam fora do controle de sindicatos, e se tem uma mobilização partindo de elementos étnicos, consciência ecológica, uma autodefinição coletiva. MARTINS (2000) por sua vez, ressalta a categoria *quilombo* como construída por um processo de luta pelo reconhecimento da territorialidade, destacando o critério político organizativo como relevante na afirmação identitária do grupo. A situação pesquisada insere-se na construção da categoria quilombo a partir de uma luta em face a conflitos de diferentes ordens, principalmente conflitos territoriais e com os chamados criadores de búfalos. Os denominados fazendeiros cercam as terras adquiridas a preços irrisório no período da lei de terras e passam a dificultar o acesso às terras aos quilombolas. Há situações de prisões e assassinatos de quilombolas, e, inclusive de queima de casas.

Através da narrativa da senhora Maria Antônia Santos é possível o acesso a uma concepção de *quilombo*, relacionada a uma

trajetória de luta pelo reconhecimento da territorialidade. Atualmente ela se constitui em uma liderança com inserção em diferentes planos organizativos, com destaque para o Movimento das Quebradeira de coco babaçu- MIQCB, da Associação dos Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua-AMOQRUICA. Detém em sua memória aspectos relacionados aos antigos engenhos de Kadoz e Tramaúba. Tais engenhos, com plantação, em larga escala, de cana-de-açúcar relacionam-se diretamente com a construção do quilombo de Camaputiua. Dessa forma, permite-se pensar o contexto no qual a agente social - Maria Antônia dos Santos, que se autodeclara quilombola e quebradeira de coco babaçu - está inserida, estando à frente de dois grandes movimentos sociais, tanto Quilombola como no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na luta pelo território.

Mediante o exposto, na Baixada Maranhense e Médio Mearim apresentava uma forte presença de Engenhos produtores principalmente de cana de açúcar e algodão, em consequência do período histórico que ficou conhecido como “Decadência da Lavoura”, ocasionou-se uma degradação desses engenhos, baixa exportação consequentemente a queda da venda dos produtos, as fazendas de monocultura passam por uma crise e posteriormente com abolição e a falta de mão de obra escravizada, as fazendas se tornaram improdutivas e em muitos casos acontece o abandono ou

venda da propriedade, sobre o discurso decadentista marcada pela intensa falta, daquilo que o Maranhão monárquico proporcionou:

Há uma preocupação corrente em explicar a mencionada decadência da lavoura por uma ausência de determinadas qualificações tidas como necessárias. As interpretações gravitam em torno da “falta de conhecimentos profissionais”, “falta de capitais”, “falta de braços”, “falta de comunicações apropriadas” e “falta de terras por causa do gentio”. A percepção destas lacunas autoriza as iniciativas que pretendem preenchê-las. Devido a isto, inúmeras outras questões correlatas são introduzidas naturalmente no âmbito das polêmicas, tais como: “imigração” e “colonização” para suprir a chamada “falta de braços”, criação de escolas visando a formação de especialistas em agricultura para suprir a “falta de conhecimentos profissionais”, abertura de estradas e desobstrução das vias de navegação fluvial para suprir a “falta de comunicações” e a organização de expedições militares contra os grupos indígenas (ALMEIDA, 2008, p. 22).

A partir das narrativas de agentes sociais da comunidade Camaputua, foram apontados aspectos no tempo presente que remetem as primeiras famílias que resistiram e se mantiveram dentro dos próprios limites dos engenhos, que no caso do Território Camaputua, referenciam aos engenhos Kadoz e Tramaúba. A Pruquera, foi escrava do Engenho Tramaúba, após a abolição e com as terras sem rendimentos as terras ficaram de forma avulsa e mesmo com a saída dos viveiros as famílias resistiram e permaneceram e produziram nas próprias terras, mantiveram seu modo de vida e uso comum dos recursos naturais.

## **A PESQUISA EM CAMAPUTIUA: do trabalho de campo às entrevistas remotas**

O “Território de Camaputiua” compõe-se de vinte e seis comunidades, das quais quatro são certificadas pela Fundação Palmares, a saber: Bolonha, Camaputiua, Santa Maria e São José de Belino (FUNDAÇÃO PALMARES, 2013). Os agentes sociais mobilizados reivindicam sua desapropriação conforme disposto no Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil. Camaputiua é também a designação de um dos quilombos que compõe o território, inclusive as famílias elegeram o nome do território como Camaputiua em referência à história de luta deste quilombo. Inicialmente pensaram em designar o território como Tramaúba, mas depois, refletiram melhor e acharam que Camaputiua está mais em consonância com as suas mobilizações. Isto porque, Tramaúba referia-se ao nome do antigo engenho. Se considerarmos as classificações oficiais, que definem os limites territoriais, podemos dizer que o território de Camaputiua localiza-se no município de Cajari, Maranhão.

A seguir transcrevo um trecho do trabalho do pesquisador Dorival dos Santos (2009), no qual ele ressalta a diferença entre o Território de Camaputiua e a comunidade de Camaputiua. Segue o depoimento:

O significado do Quilombo Camaputiua refere-se ao quilombo criado por Maria José Viveiros, neta de Pruquera Viveiros. Este quilombo localizou-se nas proximidades do quilombo Mangueira criado por Pruquera. Comunidade é uma comunidade, atualmente composta por 246 famílias. Possui uma escola, duas

igrejas, uma casa de beneficiamento de coco babaçu e uma associação de moradores. Está localizada onde era o quilombo Camaputiua. É considerando o núcleo da resistência e das lutas pelo território. Foi onde ocorreram os mais violentos atos contra quilombolas dentro do território. Território Camaputiua É composto por 26 comunidades. Quando iniciei minhas pesquisas de campo, em 2008, o território era denominado de Tramaúba. Com o processo de discussão e formação que passaram os agentes sociais, estes modificaram o nome do território, passando a ser denominado de Território Camaputiua (SANTOS, 2009, p.55)

O pesquisador, Dorival dos Santos vem desenvolvendo pesquisas em Camaputiua desde 2007, tendo se envolvido diretamente na luta pelo reconhecimento e desapropriação do território. Ele próprio é oriundo da comunidade de Baiano, município de Cajari. Ao longo de sua trajetória publicou artigos e uma dissertação sobre a luta pelo reconhecimento do território de Camaputiua. Merece reflexão o fato da produção intelectual sobre o território de Camaputiua ser composta por agentes sociais do próprio território e por pesquisadores vinculados ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Destacamos que, além dos trabalhos de Dorival dos Santos; do livro “Resistência e Fé, de autoria de Ednaldo Padilha, está em andamento o trabalho de Braz<sup>4</sup>Veiga Neto, quilombola de Baiano, localizado do território étnico de Camaputiua. Destaca-se ainda a dissertação da pesquisadora Vanessa Cristina Ramos

---

<sup>4</sup> O trabalho de Braz se constitui em um projeto de pesquisa intitulado **Formas organizativas e narrativas de resistência: identidade e conflitos no Território Quilombola Camaputiua**, orientado pela professora Cynthia Carvalho Martins e co-orientado pela professora Patrícia Maria Portela Nunes.

Fonseca, defendido no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCSA) e publicada parcialmente em formato de artigo, no livro “Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas” MARIN et al,2020.

Deste modo, destacamos que a ideia de realizar um trabalho sobre a senhora Maria Antônia esteve relacionada com os trabalhos em andamento no âmbito do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA); do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. A construção de um dos planos de trabalho da minha orientadora, professora Cynthia Carvalho Martins, previa a realização de uma pesquisa que pudesse trazer aspectos relacionados aos engenhos da região conhecida como Baixada Maranhense, considerando a trajetória de agentes sociais, como a da senhora Maria Antônia dos Santos. Sendo assim, a principal interlocutora deste texto é a senhora Maria Antônia dos Santos, que pertence a uma família cuja história tem relação com a fundação do quilombo. Ressaltamos ainda, a presença das mulheres como liderança, além de serem referidas nas narrativas, estando referida a origem da própria fundação dos quilombos do território Camaputua. Quando nos referimos à origem, não estamos afirmando que é a origem que define o grupo étnico. Ao contrário, é a forma de organização social, assim como a definição e a auto definição que compõem o grupo

étnico BARTH, (1969). O que queremos ressaltar, sobre Camaputiua, é que nas narrativas de origem a referência às mulheres como fundadoras de quilombos é frequente. A dona Maria Antônia dos Santos e seu irmão mais velho nasceram no território Camaputiua, na comunidade de São Miguel. Os outros irmãos nasceram na Comunidade Camaputiua. São quatro irmãos, ela era filha do Antônio dos Santos, sua mãe era Dezirê Araújo dos Santos. Sua família está estabelecida há muito tempo naquelas terras.

Conforme já mencionado nas narrativas referente ao território, há presença constante das mulheres na criação dos quilombos. A história da criação dos quilombos vincula-se aos denominados engenhos de cana-de-açúcar, a exemplo do Engenho Tramaúba, no qual a conhecida mãe Pruquera fora escravizada. O dono do engenho era José Alexandre Viveiros, que veio do engenho Kadoz para engenho Tramaúba. A mãe Pruquera consegue a fuga e permanece dentro do limite do engenho, e funda o primeiro quilombo e lá plantou quatro mangueiras, que representam certo mistério, e vão ser marco que fundamenta o território:

Se aproximou dali porque ali ninguém ia procurá-la, que ali aquele certo mistério eles não tinham como atravessar, aquela enseada toda era fechada de mato, de Aninga, e ela era mãe de santo, ela tinha suas raízes e orixás{..} a gente está trabalhando pela titulação das terras de quilombo, através da escrava Pruquera que trabalhou junto com senhores de engenhos. E conseguiu fugir para o quilombo, hoje conhecido como Mangueira, e deu origem ao quilombo Camaputiua (PADILHA, 2015, pp.37-38).

Os quilombolas de Camaputiua associam suas lutas do presente aos ensinamentos deixados pelos antepassados, como da mãe Pruquera, cujas práticas são referidas como de profundo respeito ao meio ambiente e às entidades encantadas que o protegem; a uma resistência de luta pelo território. De acordo com as narrativas, mãe Pruquera viveu por um período prolongado junto à sua filha Maria Viveiros. Maria Viveiros, por sua vez, tivera dois filhos. A sua filha, Maria José, também aparece nas narrativas como quem funda o segundo quilombo, que é hoje o Quilombo Camaputiua. Dona Maria Antônia é bisneta de Pruquera, seu pai era o Antônio que é filho da Maria José.

Para fins da pesquisa, foi realizado o primeiro trabalho de campo no Quilombo Camaputiua dia 29 de junho 2019, período em que os campos naturais locais utilizados para pesca ainda estavam cheios. Os denominados campos naturais têm momentos de cheia e períodos que ficam secos, correspondentes ao inverno e verão, respectivamente. No período das cheias dos campos, as comunidades se transformam em ilhas e as famílias se locomovem somente por meio de barcos. Nesse primeiro dia de realização do trabalho de campo, no quilombo Camaputiua foi realizada a festa para São Pedro. Pude ver a denominada *Boiada*, uma festa de bumba-meu boi, realizada para celebrar o dia do santo. Nessa festa o bumba-meu-boi de zabumba brinca com a participação dos demais integrantes, as índias, caboclos de pena e o boizinho. Durante a festa de São Pedro

a alegria toma conta da comunidade e as pessoas se solidarizam e se envolvem na organização e participação. Percebemos a presença de agentes sociais das diversas comunidades e a consolidação das relações de reciprocidade.

Destaca-se que essa festa ficou um período sem ser realizada e passou a ser realizada novamente a partir de uma promessa feita pelo senhor Ednaldo Padilha, na ocasião em que passou em um concurso público. No ano de 2019 a senhora Maria Antônia se responsabilizou pela festa. Foi possível perceber que a festa possui um ritual muito específico: começa à noite com um jantar (a comida é preparada na casa da Maria Antônia com colaboração de amigos, compadres e parentes da comunidade), que é servido para todos da comunidade, visitantes, e os componentes da chamada *Boiada*, conhecidos como *turma de São Miguel*. Após o jantar se inicia um ritual para ir atrás do boi. Todos começam a cantar toadas. O boi estava na casa do Zé Raimundo, irmão da dona Maria Antônia. O boi é levado para a igreja e é feito um ritual, a *ladainha*. Algumas pessoas pagam suas promessas com a realização da *boiada*, inclusive, a dona Maria Antônia, nesse ano, estava pagando uma promessa que fez para seu afilhado que estava com problemas de saúde. Após o boi se levantar e sair para dançar começa a *boiada* que vai até a manhã do dia 30 de junho, e, assim, a manhã encerra levando o boi para a igreja acompanhado por toadas de despedidas e lá fazem uma *ladainha* para finalizar a *boiada*. Esse ritual congrega os familiares, reforçando

os laços de solidariedade e, portanto, se constitui em uma forma de resistência.

Sendo assim, foi necessário para a pesquisa, abster de experiência primeira, como propõe BACHELARD, (1996). Visto que os conhecimentos anteriores à pesquisa são um dos maiores obstáculos enfrentados pelo pesquisador, que passa a olhar o objeto a partir das cargas de experiências anteriores. Deste modo, no primeiro trabalho de campo se constituiu, inicialmente um obstáculo pensar os rituais, tal como o da *boiada*, como formas de resistência. Inicialmente parecia uma simples brincadeira. Entretanto, nesse momento reproduziam-se saberes, fazeres e modos de vida. Passei a problematizar um pouco mais a minha experiência, e, as leituras foram relevantes nesse processo. Mesmo sendo difícil se abster de experiências anteriores como propõe o Bachelard, foi possível conhecer sobre as relações sociais travadas na comunidade de Camaputua. E, inclusive perceber o papel que a principal interlocutora deste trabalho exercesse dentro da comunidade. A Dona Maria Antônia estava à frente da organização da festa, o que impossibilitou realizar a entrevista semiestruturada que havíamos planejado. Entretanto, a partir da observação direta percebi que sua atuação é constante, insere-se na ordem do dia a dia. Perceber sua inserção na comunidade de Camaputua, mesmo que a entrevista não tenha sido realizada, permitiu pensar sobre a luta dos quilombolas

como incluindo o “reconhecimento” e ao mesmo tempo, a redistribuição, tal como sugere FRASER, (2001).

BOURDIEU, (1989). Assevera, no texto “Sociologia Reflexiva”, ser necessário que o pesquisador, ao produzir o conhecimento, pense a respeito dele, desenvolvendo sempre um olhar crítico. Não importa somente aquilo que é dito e escrito, visto que aquilo que parece não ter grande relevância pode ser um dado de pesquisa. Dessa forma, pode identificar e correlacionar o papel ao qual a agente social ocupa, sendo que no momento da festa essa liderança política não se separa da líder religiosa, deixando evidente uma liderança ligada a múltiplas formas organizativas, não somente a movimentos sociais. A dimensão identitária estava colocada naquela festa denominada boiada.

O segundo campo foi realizado em 09 de novembro de 2019, pelo programa de extensão, coordenado pelo professor Emmanuel Farias Júnior, cujo projeto tem como título- “Formação de Lideranças: direitos sociais, culturais e territoriais de comunidades quilombolas” - Mais Extensão /PROEXAE/UEMA<sup>5</sup>. Dessa forma, participei da oficina que foi realizada na comunidade Camaputiua, com participações de lideranças das outras comunidades do território Camaputiua.

---

<sup>5</sup> Foram escolhidos três lugares da Baixada Maranhense, com menores índice de IDH, as cidades foram Pedro do Rosário-MA, Cajari-MA e Serrano-MA. Assim foram realizadas três oficinas uma em cada cidade em comunidade quilombola específica e um seminário reunindo todas as comunidades que participaram do projeto.

No projeto realizado pelo Mais Extensão /PROEXAE/UEMA, com coordenação Emmanuel Farias Júnior, tive participação como voluntária na realização de oficinas junto com à equipe e às comunidades do projeto. Foi possível concretizar oficinas de formação de lideranças em três comunidades quilombolas, Camaputua Cajari-MA, Bolonha-Cajari-Ma e em Pedro do Rosário-MA. A primeira oficina de formação foi realizada no Quilombo Camaputua, no dia 09 de novembro 2019, a equipe foi recebida por Edinaldo Padilha “Seu Cabeça” e a dona Maria Antônia. Nos dias em que a equipe da “mais extensão” esteve no território de Camaputua, foram visitadas algumas comunidades do território. A oficina ocorreu em 15 (quinze) de novembro 2019, na igreja católica da comunidade Camaputua, pois a associação de moradores de Camaputua ainda estava em processo de construção. A reunião teve participação de várias pessoas de diferentes comunidades do território.

Com o início da pandemia foram necessários adotar novas estratégias para que pudesse dar continuidade ao trabalho, pode-se considerar uma certa digitalização das pesquisas. As telas dos computadores e celulares tornaram-se parte do nosso cotidiano. A necessidade do distanciamento corporal modificou inúmeras práticas culturais e sociais, as quais já eram frequentes e adotadas socialmente. Fez-se necessária uma reestruturação e adaptações como forma de garantir a segurança e o bem-estar. Dessa forma, a ida a

campo não foi possível. Sendo assim, pensando na melhor forma para que se pudesse dar continuidade de modo seguro, e manter o contato com a comunidade, foi utilizado plataformas e redes sociais, como *WhatsApp* e o a plataforma *Meet*. Em 25 agosto de 2021, foi realizada uma conversa com a dona Maria Antônia. Nessa entrevista pude exercitar a proposta de BOURDIEU, (1997). No capítulo *Compreender*, presente no livro *A Miséria do Mundo*. A leitura auxiliou no entendimento sobre a relação entre pesquisador e pesquisado, métodos de realizar entrevista, pesquisa de campo e observação participativa. Nesse sentido, conforme proposto pelo autor, a entrevistada falou fluentemente e sem questões pré-elaboradas. Ela estava em uma posição confortável. Não falou somente a partir de perguntas preestabelecida com um objetivo direto de atender a uma pesquisa científica. A entrevista se constituiu em uma troca, e ocorreu sem coerção. Sendo assim, busquei sempre está em contato com a dona Maria Antônia por meios que me possibilitaram essa comunicação durante o período de pandemia. Ela discorreu sobre as dificuldades enfrentadas no período da pandemia, principalmente devido à suspensão das atividades no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e das dificuldades em lidar com as doenças e, ao mesmo tempo com os conflitos que estavam se intensificando. Como ela é coordenadora executiva do MIQCB sua visão inclui conflitos que ocorrem em toda

área de abrangências desse movimento que é interestadual com ação em quatro estados, a saber: Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Ao longo desse período de pesquisa realizei uma construção gradual da situação a ser analisada, com o fortalecimento das relações sociais, fundamentais para o estabelecimento de laços de solidariedade e confiabilidade junto ao grupo. A entrevista ocorrida remotamente permitiu perceber que as relações anteriores de ida ao campo e estabelecimento de relações facilitou a entrevista remota. O fato de ter acompanhado a festa da *boiada* e de estar inserida em uma rede de relação de confiança permitiu uma fluência na entrevista. Essa relação não se limita à relação pesquisador com a interlocutora, assim como a trajetória da interlocutora não diz respeito somente a sua vida privada. A orientadora deste trabalho, orientou os agentes sociais de Camaputua, o Projeto Nova Cartografia tem atuação no território, mapas e croqui já foram construídos, eventos organizados. Portanto, trata-se de um processo que certamente iniciou antes dessa pesquisa e que se prolongará.

Os procedimentos centraram-se, antes da pandemia, na realização de trabalho de campo com observações diretas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas e anotações em diários de campo. A metodologia incluiu uma seleção minuciosa de uma bibliografia referida sobre o tema e de trabalhos realizados sobre a situação analisada. A metodologia incluiu o acompanhamento de palestras, debates e seminários proferidos pelos agentes sociais de Camaputua,

que tivemos a oportunidade de acompanhar nos eventos realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA). E, no período pandêmico acompanhei os atos de estado direcionados aos quilombolas e percebi uma ampliação dos conflitos. Atos como a Instrução Normativa n. 111, que atribui ao INCRA todas as prerrogativas de consentimento do licenciamento ambiental, por exemplo, limita direitos conquistados. Apesar das arbitrariedades institucionais os grupos se mobilizaram, inclusive conseguiram, recentemente, anular a referida instrução normativa.

## A PANDEMIA E A LUTA DOS QUILOMBOS

Com efeitos bastante significativos, o impacto da pandemia tem causado danos mais acentuados nos designados povos e comunidades tradicionais, isto porque com a pandemia os conflitos sociais se intensificaram em função de medidas institucionais que visaram obstaculizar os direitos das comunidades quilombolas. A exemplo disso, O Plano Nacional de Operacionalização da vacina contra Covid-19, que, inicialmente, deixou as comunidades Quilombolas de fora dos grupos prioritários. E somente após mobilizações e denúncias<sup>6</sup> ocorreu a inclusão dos quilombolas no

---

<sup>6</sup> A Associação Brasileira de Antropologia-ABA, lançou nota ao qual pedia a inclusão imediata das comunidades no plano nacional de vacinação, previsto para iniciar no dia 20 de janeiro de 2021. Na nota foi evidenciado aspectos, da insegurança alimentar que as comunidades estavam enfrentando, a baixa comercialização de produtos agrícolas produzidos pelas comunidades e questões sanitárias, e a omissão a respeito dos direitos previstos referente a proteção e saúde dos quilombolas.

plano, mesmo assim, sem um respeito às suas diferenças, tendo em vista que foram designados como grupos prioritários.

Posteriormente a inclusão dos quilombolas no plano de vacinação, houve uma falta de efetivação referente à vacinação nas comunidades, como apontado em uma nota da Associação Brasileira de Antropologia-ABA. Foram recebidas denúncias relacionadas ao aumento de mortes e agravamento dos problemas enfrentados pelas comunidades, advindos da demora relacionado à vacinação dos quilombolas. Sendo assim, a falta de uma efetivação do plano nas comunidades, e a desinformação a respeito das vacinas, pela ausência de uma campanha eficaz, configura em um contexto ao qual pela falta de acesso às políticas públicas fundamentais de saúde, educação e o acesso a regularização do território.

Na entrevista com Dona Maria Antônia, relacionada à situação da comunidade Camaputiua os problemas referidos à pandemia. No decorrer da conversa a interlocutora falou sobre as estratégias adotadas na comunidade e por movimentos como o MIQCB, em face à situação pandêmica. A seguir transcrevi o trecho da entrevista no qual a minha entrevistada se posiciona em relação a essas questões:

Posso dizer assim já estamos com dois anos com essa complicação e a gente começamos a se articular aqui nas comunidades negras, com muito cuidado mesmo, primeiro depois que aumentou mesmo na cidade a gente se resguardou ficou só saindo mesmo somente no momento de muito necessidade só quando não dava para resolver através do celular, online como estamos conversando aqui agora, então a gente tinha que ir

mesmo, irmos rápido em Penalva ou Cajari fazer uma compra. Eu quando estava em Viana no escritório do MIQCB, por exemplo, ficamos suspenso de ir para lá vários meses, e eu como estou na coordenação executiva sempre vou por lá mas assim, chega fecha a porta colocamos placa na porta do escritório para dizer que não podíamos atender (Dos Santos,2021).

No primeiro momento, a comunidade de Camaputiua manteve o isolamento social, como apontado pela senhora Maria Antônia. Ocorreram dificuldades para realização dos encontros e reuniões com as agentes do MIQCB. Uma das soluções foi realização de forma remota. Uma outra atividade que passou por adaptações, foi na produção realizada pelas quebradeiras de coco babaçu na fábrica de Camaputiua. Para que fosse possível realizar as atividades relacionadas à extração óleo vegetal de babaçu e do mesocarpo, foi necessário fazer revezamento. As mulheres passaram a realizar as atividades em grupos menores e por menos tempo, com o uso e permanência da máscara durante as atividades. Essa foi a forma encontrada para que as produções não parassem e para que as atividades pudessem continuar de forma segura.

Desse modo, em Camaputiua a comunidade implementou o isolamento social e adotaram as barreiras sanitárias. Foram proibidas as entradas de pessoas de fora da comunidade. Os quilombolas de Camaputiua só iam até Penalva, município vizinho, por motivo de grandes necessidades. Essas medidas tinham como objetivo controlar o fluxo de pessoas na comunidade e funcionaram como forma de autoproteção.

Entendemos a resistência como referida não somente a movimentos sociais formalizados. A resistência estaria relacionada tanto a um exercício diário, através de atos dos agentes sociais, carregados de saberes, quanto em momentos especiais, como os rituais. E, nesse sentido, durante o período pandêmicos tais atos de resistência, no sentido atribuído por SAID, (2006). Continuaram ocorrendo, a despeito de uma certa “suspensão” das reuniões, encontros e eventos. Tais atos se deram desde a fabricação de um remédio com ervas, até mesmo no momento que os agentes sociais construíram as denominadas barreiras sanitárias para impedir a entrada de agentes externos ao grupo no período pandêmico.

Em relação à vacinação no Quilombo Camaputiua ocorreu uma resistência por parte de alguns quilombolas, pela falta de uma campanha eficaz, por desinformação e questões religiosas. Deste modo, houve a necessidade de uma mobilização, que partiu dos próprios agentes sociais vinculados à Associação de Camaputiua. O irmão da dona Maria Antônia é o agente de saúde na comunidade, mas, por motivo de saúde, não foi possível acompanhar o processo de vacinação, com isso o neto assume a responsabilidade do cargo do avô, e juntamente com o seu cabeça e dona Maria Antônia eles acompanhavam os enfermeiros às visitas domiciliares. Devido às resistências, foi pensada uma estratégia de conscientização do valor da vacina. Dessa forma, aqueles que se recusassem a tomar teriam que assinar um termo de recusa. O termo de recusa é um documento

ao qual a pessoa assume a responsabilidade caso aconteça algo por motivo de não está sendo imunizado. Com isso, as pessoas começaram a refletir sobre sua recusa a respeito da imunização e começaram a aderir à campanha. Camaputiua não teve até o momento nenhum caso grave da doença e mortes por covid-19. Atualmente a maioria das pessoas da comunidade a partir de 18 anos já estão com a segunda dose, o que para dona Maria Antônia, representa mais uma confiança.

Sobre as ações do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) aconteceram ações para ajudar as comunidades no enfrentamento e combate do Corona vírus, em Camaputiua. Dona Maria Antônia como diretora executiva de uma das regionais, relata que houve adaptações nas atividades e articulação do movimento, mas as atividades não pararam, foram pensados projetos no período, em prol das comunidades. Através dos projetos as comunidades das quebradeiras de coco que estão cadastradas no Sistema de Vínculo Solidário, foram beneficiadas com cestas básicas e kits de higiene. Em Camaputiua foram recebidas 170 cestas básicas tendo em vista que as famílias beneficiadas se encontravam em situação de vulnerabilidade. A dona Maria Antônia esteve à frente dessas ações e de outras que sempre ocorreram em Camaputiua. O projeto vínculo solidário, desenvolvido pelo MIQCB, tem atuação por mais de vinte anos em Camaputiua. Antes da pandemia eram feitas dinâmicas, entregas de brinquedos e lanches nas comunidades para crianças.

Diante da situação atual, o projeto deu continuidade de forma a se adapta para atender às necessidades relacionadas à pandemia.

Um outro projeto realizado pelo MIQCB beneficiou as comunidades de Matinha que recebeu uma cozinha para fabricação de biscoito, brigadeiro, bolos de mesocarpo. Camaputiua recebeu um banheiro na fábrica do MIQCB. A construção desse banheiro possibilitou às quebradeiras seguir as medidas de prevenção, facilitando os banhos antes e após o trabalho, lavagem constante das mãos, dentre outras práticas preventivas. As atividades na fábrica de beneficiamento do babaçu, desenvolvidas pelo MIQCB, com sede em Camaputiua, pararam somente temporariamente durante a pandemia. As produções servem para a alimentação das famílias mais vulneráveis. Também foi realizado pelas quebradeiras um projeto, em que elas conseguiram receber três parcelas de um recurso vindo do governo federal. Com esse dinheiro elas se juntaram e fizeram alguns reparos no escritório do MIQCB que fica em Viana. Para dona Maria Antônia: “A gente só não pode sair para estar visitando, mas trabalhar a gente continuou e continua trabalhando, devagar a gente vai trabalhando” (DOS SANTOS, 2021).

Portanto, as atividades nas comunidades passaram por adaptações neste período de pandemia. A comunidade toda esteve comprometida no cuidado e bem-estar de todos. Cada atividade desenvolvida esteve pautada nas recomendações sanitárias, com intuito de promoção de justiça social, como apontado pela senhora

Maria Antônia. Durante todo esse período a comunidade não teve nenhuma ajuda por parte do governo municipal, isso apesar das dificuldades enfrentadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os resultados obtidos podemos considerar que ocorreu o estabelecimento de relações sociais com as famílias de Camaputua de modo a permitir a realização do trabalho de campo, como também o mapeamento das principais formas organizativas referidas à luta pelo reconhecimento do território de Camaputua.

Procedemos também ao levantamento de uma bibliografia referida à antropologia, com ênfase nos trabalhos clássicos, assim como levantamento de uma bibliografia com autores correlatos, ou seja, que trabalham com a situação escolhida para análise. Ademais, foi realizado um mapeamento das principais ações dos próprios agentes sociais de Camaputua, para o enfrentamento da pandemia.

Percebemos que o MIQCB, assumiu um papel relevante no Território Camaputua durante a pandemia na tentativa de reduzir os impactos causados pela COVID-19. A partir dessa atuação, podemos dizer que os movimentos sociais assumiram um papel que deveria ser das instituições do Estado, tais como campanhas, conscientizações e desenvolvimentos de projeto econômicos que minimizassem a precariedade das famílias. Além disso, o caráter combativo e o desenvolvimento de uma visão crítica sobre os

processos sociais em jogo não perdeu a força durante esses dois anos de pandemia.

O trabalho encontra-se em andamento, entretanto, a partir dos dados de campo recolhidos, deslocamo-nos de uma visão genérica de quilombo enfatizando aspectos de uma situação concreta. Foi possível identificar, através dos materiais bibliográficos e sintetização dessas leituras e trabalho de campo, a construção do território Camaputua e como essa construção está relacionada aos denominados engenhos, Kadoz e Tramaúba. A referência aos engenhos, mesmo remetendo a um passado, é útil para a compreensão das lutas do presente. Dentre essas lutas destacamos a luta pelos direitos étnicos e pelo reconhecimento e desapropriação do território.

Destacamos a importância das mulheres, dentre elas a figura de mãe Pruquera que fundou o primeiro quilombo denominado de Mangueira e da sua filha Maria José que fundou o quilombo Camaputua. E, mais recentemente, a presença como liderança da senhora Maria Antônia dos Santos. Tratou-se ainda das ações e mobilizações da comunidade face ao cenário pandêmico, as formas organizativas e estratégias realizadas pelo próprio grupo, no sentido de amenizar e combater os efeitos da Covid-19 no território Camaputua.

Concluo dizendo que essa experiência propiciou a minha pessoa um amadurecimento pessoal e intelectual que deve levar e

aprimorar a cada dia. A continuação do trabalho em um período tão difícil para todos nós, também foi uma forma de resistência e de manutenção da afetividade e solidariedade. As reuniões, encontros, discussões realizadas no âmbito do PIBIC também nos tiraram do isolamento e deram esperanças de dias melhores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA-ABA E SEU COMITÊ QUILOMBOLA. **Recomendações para o plano de operacionalização de vacinação contra a Covid19 nas comunidades**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/nota-publica-pela-imediate-inclusao-dos-quilombolas>. Acesso em: 22 fevereiro 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA-ABA E SEU COMITÊ QUILOMBOLA. **Nota pública pela imediata inclusão dos quilombolas no plano de vacinação da COVID -19**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2021/01/26/nota-publica-pela-imediate-inclusao-dos-quilombolas>. Acesso em: 20 fevereiro 2022.

BACHELARD, G. **O primeiro obstáculo: A experiência primeira**. In: A formação do espírito científico. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. **Grupo Étnicos e suas Fronteiras**. Fundação Editorial da UNESP, 1969.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. Ed. Petrópolis, Rija: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BRASIL. Artigo 68da Constituição Federal-1988. Ato das Disposições Constitucionais. Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, XX-1988.

DOS SANTOS, Maria Antônia. **Quilombo Camaputua**. Fala proferida durante o trabalho de campo realizado 29 de julho 2019.

FONSECA DA SILVA, V.C.R. Onde há Fumaça há o bom direito: conflito e violência em Camaputua. In: **Conflitos Territoriais e Povos e Comunidades Tradicionais: descrição etnográfica de Territorialidades específicas**. Organização: MARIN, R; NUNES, P.P; MARTINS, C.C. São Luís: EDUEMA, 2020.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Caderno de Campo, São Paulo, 2016. n.14/15, p.231-239, 2001.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. (Org.) e outros. Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

PADILHA, Ednaldo. **Resistencia e Fé: o “cabeça”, narrativas de um quilombola**. Rio de Janeiro: casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.

SAID, E. \_\_. **Cultura e Resistência. Edward Said: entrevistas do intelectual palestino a David Balsamina.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 15 a 157.

SANTOS, Dorival. **Identidade étnica e territorialidade:** a luta pela titulação definitiva do território quilombola de Camaputua  
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - MA 2009.

SANTOS, Maria Antônia. **Liderança Quilombola e indígena.** Fala proferida durante, conversa realizada pela plataforma met., 2021.

SANTOS, Maria Antônia. **Lideranças Quilombolas e Indígenas.** Fala proferida durante a Entrevista Semiestruturada, Realizada em Camaputua, 2018.

## QUILOMBOS FRENTE AO COVID-19: impactos dos megaprojetos diante da pandemia

Geovana Alves Rocha<sup>1</sup>Emmanuel de Almeida Farias Júnior<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988 ampliou-se a discussão em torno do conceito de *quilombo* que remetia à ideia de um lugar distante, isolado e ocupado por descendentes de escravos fugidos. Se tratando do reconhecimento formal das situações sociais designadas como *quilombo*, estas foram tidas pelos legisladores como “resíduos”, “sobrevivências culturais” de um passado remoto. Trata-se de uma espécie de olhar já pré-estabelecido sobre os quilombos, algo que tende a ser reinterpretado nas discussões atuais pelos próprios movimentos sociais, quanto pelos pesquisadores.

Os quilombos se apresentam como resistência a um sistema prescrito, são grupos sociais que não desapareceram após a abolição da escravatura. Atualmente são caracterizados pelo uso comum das terras e recursos naturais e lutam constantemente para se manter em suas terras e preservar sua cultura, visto que, garantir aos quilombolas a propriedade de seus territórios é garantir sua sobrevivência tanto de modo físico como cultural onde tudo isto estará contribuindo para a representação do seu modo de vida que é

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIVIC-UEMA.

<sup>2</sup> Orientador. Professor do Departamento de Ciências Sociais-DCS-UEMA.

singular enquanto grupo social, em consonância com o explícito por Dutra:

As comunidades quilombolas se caracterizam pela prática do sistema de uso comum de terras, concebidas como um espaço coletivo e indivisível. O território é ocupado e explorado por meio de regras consensuais entre os diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua. Seus territórios étnicos constituem um dos pilares de sua existência enquanto grupo social. Portanto, assegurar aos quilombolas o direito à propriedade de seus territórios é garantir não somente a sua sobrevivência física, mas também a sua cultura e modo de vida próprio (DUTRA, 2011, p. 17).

As comunidades quilombolas são grupos sociais que mesmo após a abolição seguiu lutando pelos seus direitos e dentre estes está o direito à propriedade de suas terras tradicionalmente ocupadas asseguradas pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Além deste, há outros dispositivos jurídicos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante os direitos de povos indígenas e tribais e prevê também a proteção para eles em caso de despejo de suas terras. Contudo, atualmente, mesmo com a elaboração destes dispositivos, esses grupos ainda não têm acesso a seus direitos garantidos.

E dentro dessa perspectiva de conquistas de direitos e lutas pelas suas garantias se vivencia ainda o surgimento e proliferação do coronavírus (Covid-19) causado pelo SARS-CoV-2 provocando o aumento das desigualdades sociais agravando situações que anteriormente já eram difíceis principalmente com relação a pautas territoriais tendo em vista que é deste que as comunidades

quilombolas retiram seu sustento de acordo com a Convenção 169 da OIT:

A Convenção dedica uma especial atenção a relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente em aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece o direito sobre a posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades de subsistência (Convenção 169 da OIT, pág. 48).

É oportuno analisar a execução desses dispositivos jurídicos em meio ao cenário de pandemia e a forma como o Estado brasileiro vem atuando com relação à manutenção dos direitos quilombolas frente ao Covid-19, tendo em vista que anteriormente a pandemia, o então deputado Jair Bolsonaro afirmou em determinada ocasião que não iria realizar demarcações e titulações de terras quilombolas e indígenas e até então no ano de 2020 o governo vem cumprindo tal promessa de campanha, para a satisfação da sua base eleitoral. Se observa também a retomada de projetos que impactam diretamente povos e comunidades tradicionais, burlando as leis nesse período em que toda a atenção está voltada para a área da saúde e combate ao vírus.

De forma mais específica em relação à retomada dessas obras está a duplicação da BR-135, que afeta as Comunidades Quilombolas de Pedreiras, Vila Fé em Deus, Cariongo, Santana São Patrício localizadas em Santa Rita- MA e Oiteiro dos Nogueiras (Itapecuru-

Mirim) e tantas outras, onde o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) responsável pela obra, anunciou a retomada da mesma sem apresentar o protocolo de consulta prévia, livre e informada das comunidades quilombolas, garantida pela Convenção 169 da OIT este ao qual, afirma que toda obra ou projeto que for ser realizado dentro de um território de uma comunidade tradicional, deve ser consultada antes sobre os possíveis impactos que podem ocasionar para a mesma.

Diante de todo este cenário, os moradores das comunidades se veem preocupados com o que será de seus futuros, tendo que ser removidos de suas casas para dar espaço à obra e tudo isto correndo o risco de contaminação pela Covid-19 tendo em vista a grande circulação de pessoas, sendo que grande parte da comunidade é formada por idosos (grupo de risco) que por conta disso não podem ser removidos de suas casas, estas e outras ações foram decisivas para articulação dos quilombolas para mais uma vez irem em busca de seus direitos através de reuniões virtuais e reivindicação para órgãos públicos.

Nesse período diversas formas de manifestações foram e estão sendo feitas pelos povos e comunidades tradicionais através de notas, cartas abertas e outras formas de repúdio à violação de seus direitos, como podemos observar:

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19 excluiu as comunidades quilombolas do grupo prioritário da vacinação, apesar dos quilombolas se encontrarem fortemente

impactados pelos efeitos da pandemia. Até o presente momento, nenhum Plano Emergencial de enfrentamento à COVID -19, específico para as comunidades quilombolas foi executado no país, o que trouxe graves consequências à saúde dessas famílias e contribuiu para o aumento do número de contágios e de mortes. Durante os meses de pandemia tais famílias tiveram sua Segurança Alimentar afetada, principalmente pela redução da comercialização dos produtos agrícolas e a precarização dos vínculos de trabalho. A este fato, soma-se as altas taxas de hipertensão e diabetes registradas entre adultos de mais de 60 anos nas comunidades, potencializando os riscos de comorbidades e mortes nos casos de infecção.

No momento em que mais precisavam de segurança e proteção do Estado os quilombolas se viram diante de violências e ameaças, inclusive com a intensificação de contatos com agentes institucionais externos às comunidades, ampliando as possibilidades de contágios (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA/COMITÊ QUILOMBOS, 2021).

Desta forma, além de se fazer importante analisar a atuação do Estado brasileiro com relação aos direitos de povos e comunidades tradicionais no contexto de pandemia, se faz necessário analisar também a mobilização articulada por esses povos na defesa de seus próprios direitos em meio a pandemia conjuntamente com a implementação de megaprojetos dentro de seus territórios.

## **METODOLOGIA**

A metodologia apresentada para fins da realização deste estudo refere-se ao levantamento de fontes documentais e arquivísticas, realização de *survey* e pesquisa etnográfica. Para a

antropologia, são as etapas de pesquisa etnográfica que colaboram com a formulação de objetos de pesquisa. Contudo, a pandemia causada pelo SARS-CoV-2 impôs uma nova realidade para a pesquisa antropológica, nos deixando em alguns momentos limitados aos meios digitais.

Tal como apresentamos, o objeto da pesquisa não é definitivo e acabado, pois pode ser submetido a novas perguntas e questionamentos. Segundo Bachelard (1996), “todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento, nossas demonstrações só têm a ganhar se forem desenvolvidas no âmbito dos problemas particulares, sem preocupação com a ordem histórica” (BACHELARD, 1996, p. 10).

Segundo Malinowski (1978), o *survey* consiste numa “visão exploratória”, que implica numa observação direta, por exemplo, das unidades residenciais, elaboração de estatísticas primárias, permitindo ao antropólogo a elaboração de esboços preliminares. Fazendo uso de analogias com o corpo humano, o autor expõe que tal técnica nos possibilita a constituição do “esqueleto tribal” faltando, contudo, preencher com “carne e sangue”.

Na etapa de trabalho etnográfico, foram realizadas entrevistas e observação direta de eventos e reuniões, como também a participação em reuniões on-line, bem como a manutenção de diários de campo. Este foi realizado de acordo como o atual cenário permitiu que fosse realizado, manteve-se certo contato também via

online com alguns líderes das comunidades devido a pandemia e o distanciamento social exigido.

Para antropólogos como Oliveira (2004), as redefinições se sucedem com as novas indagações, ou seja, onde o “trabalho de campo, o principal símbolo de suas atividades de pesquisa (do antropólogo), o próprio objeto da pesquisa é negociado” (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Para Oliveira,

não é possível nem seria desejável que o antropólogo pudesse definir ou prever com precisão todos os seus interesses (presentes e futuros) de pesquisa” (idem). Para o autor, “frequentemente, o objeto teórico da pesquisa é redefinido após a pesquisa de campo quando cessa a interação com os sujeitos da pesquisa (OLIVEIRA, 2004, p. 34-35).

O objeto da pesquisa esteve em reformulação, mesmo no momento da escrita e elaboração de argumentos, de formulações e de interpretações dos materiais coletados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões apresentadas ao longo desse trabalho estão em torno do diálogo entre as leituras bibliográficas e os aspectos inclusos à temática proposta por este artigo. Iniciamos abordando de um modo geral sobre os temas observados Brasil afora com relação aos diversos relatos dos povos e comunidades tradicionais na busca pela garantia de seus direitos evidenciando a vulnerabilidade diante da pandemia causada pelo SARS-CoV-2. Porém, antes de adentrar de fato a essas observações, cabe deixar explícito aqui a conceituação e

características presentes aos povos e comunidades tradicionais para se compreender o processo histórico pelo qual passaram, para terem a garantia de seus direitos e perdurarem por essa busca até os dias de hoje. De acordo com Artigo 3 do Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 os povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Essas comunidades historicamente se encontram diante de distintas “situações sociais”<sup>3</sup> que resultavam na luta e reivindicação de direitos para a garantia de melhores condições de vida, saúde e educação condizentes com seus modos de vida. Essas reivindicações levaram a criação de dispositivos jurídicos que asseguram os direitos dessas comunidades, contudo, mesmo existindo estes dispositivos a luta dos povos e comunidades tradicionais persiste para a aplicação

---

<sup>3</sup> Retomamos as análises de Gluckman (2010), sobre a noção de “situação social”, ou seja, entender as “situações sociais” como eventos, estes como “matéria prima” do trabalho do antropólogo. Para o autor, existe uma interrelação entre os eventos e as estruturas sociais, relações sociais e as instituições das sociedades. Para Gluckman, “quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisando e comparando com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de revelações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (GLUCKMAN, 2010, p. 252).

das referidas leis, fator este que se observa atualmente atrelado pela luta em meio a pandemia causada pelo SARS-CoV-2.

Para entender melhor sobre esse fato trago como relato a situação das comunidades quilombolas de Alcântara que já possuíam um sistema de saúde e infraestrutura precários e vêm sendo alvo de destruição há algum tempo devido a instalação de uma base de lançamentos de foguetes pela Força Aérea Brasileira que para poder ser instalada diversas famílias quilombolas foram removidas de seus territórios, o que representava a violação de um de seus direitos mais básicos que é a permanência nas terras as quais viviam a séculos, como relatado em “Alcântara: um eterno déjà vu” do Podcast “Terra Arrasada” com a participação do antropólogo Davi Pereira Júnior<sup>4</sup> que acompanha as histórias da pandemia na Amazônia.

Ainda segundo o podcast, narrado por Davi que é morador de Itamatatiua, quilombo de Alcântara, logo no início da chegada do vírus ao estado do Maranhão, os moradores da comunidade ficaram sabendo da emissão da Resolução nº 11 do Gabinete de Segurança Institucional que autorizava a remoção de modo ilegal e compulsório de cerca de 800 famílias de 30 comunidades quilombolas de Alcântara. Esta notícia trouxe consigo o sentimento de medo para essas famílias que já presenciaram tal ato anteriormente e que agora se viam novamente desamparadas pelo Estado brasileiro que além de

---

<sup>4</sup> Antropólogo. *Ph.D. Latin America Studies, LLILAS/BENSON and COLLECTION, The University of Texas at Austin.*

os expulsar de seus territórios, ignorando a possibilidade de aplicação da consulta prévia garantida pela Convenção 169 da OIT, pretendia fazer isto durante a pandemia deste vírus mortal.

O Ministério Público Federal, contudo, conseguiu suspender os efeitos desta resolução, porém somente enquanto durar a pandemia e quando ela passar a resolução torna a ser colocada em prática e por isso a apreensão permanece entre os quilombolas. Ademais a pandemia agravou o sistema de saúde quilombola, onde estes possuíam apenas um único hospital funcionando de forma improvisada em uma escola pois a obra de reforma do hospital existente não foi finalizada e já se estendia há dois anos e muitos dos atendimentos hospitalares que necessitavam tinham que buscar na capital São Luís -MA do outro lado da baía, isso mostra que mais uma vez os quilombolas são largados à própria sorte e não possuem amparo do Estado.

Para além da questão da vulnerabilidade das comunidades quilombolas de Alcântara diante da pandemia, se encontra também relacionado a isto o fato das populações negras serem as mais afetadas por este fator de vulnerabilidade social, tendo em vista que esta população já é ou está se aproximando de ser a maioria dentro da faixa etária acima de 60 anos de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios – PNAD, juntamente com os diversos tipos de problemas sociais e históricos que estes vão, de certo modo, acumulando.

De acordo com os dados de Saúde, Bem Estar e Envelhecimento-SABE em uma pesquisa feita com idosos e idosas de São Paulo e divulgados em 2017 e 2018 demonstraram que as pessoas idosas negras sofrem com as discriminações advindas do racismo, fator este que vem dificultando suas condições de vida e saúde, onde mesmo possuindo problemas de saúde não conseguem o devido tratamento e ainda precisam trabalhar da mesma forma para se manter, dentre estes estão as domésticas, pessoas em situações de rua, moradores de favelas, cortiços e quilombolas. Essa vai ser uma espécie de determinação social de vida que vem ao longo do tempo gerando uma maior vulnerabilidade para as pessoas negras. São problemas que a existência da pandemia vem acentuando cada vez mais, consoante o artigo de Alexandre Kalache publicado no Fórum Econômico Mundial:

Nas próximas décadas, nossas ações coletivas e a falta de ação serão debatidas, mas algumas lições já são evidentes. O mais convincente é que a desigualdade extrema não funciona para ninguém nesta era COVID-19. Mesmo os mais privilegiados não podem construir seus muros altos o suficiente para se isolar de epidemias - sejam esses muros dentro ou entre territórios. Assim como especialistas em saúde pública do século 19 defenderam a melhoria urgente da habitação e saneamento, especialistas em saúde pública do século 21 devem defender a necessidade urgente de combater a desigualdade social - pelas mesmas razões do bem-estar público generalizado. Além disso, esse esforço deve ser global [Tradução livre] (KALACHE, 2020).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> No original: “For decades to come our collective actions and lack of action will be debated, but some lessons are already evident. The most compelling is that extreme inequality does not work for anybody in this COVID-19 era. Even the most privileged

O fato de a pandemia ter acentuado essas desigualdades vai se refletir também no enquadramento destes grupos mais vulneráveis no plano de vacinação contra a Covid-19, uma polêmica que vai envolver os grupos quilombolas que ora são colocados como prioridades na vacinação, ora são excluídos deste espaço. Os quilombolas por exemplo, haviam ficado de fora do Plano Estadual de Imunização no estado de São Paulo e o governador João Dória, afirmou que isto ocorreu pois eles haviam sido excluídos do grupo prioritário de vacinação no Plano Nacional de Imunização pelo Ministério da Saúde, mas que em São Paulo o grupo voltaria a fazer parte da prioridade para serem vacinados, como expresso pela reportagem de Patrícia Figueiredo e Livia Machado ao G1 em 19/01/2021.

Diante desse cenário de incertezas sobre medidas de prevenção contra a contaminação da Covid-19 entre os povos e comunidades tradicionais, foram organizados documentos de manifestação desses povos juntamente com outras medidas em parceria com demais entidades que compartilham do mesmo sentimento de insegurança, em outras palavras, a invisibilidade sobre esses povos e o desconhecimento sobre suas situações em meio a

---

*cannot build their walls high enough to isolate themselves from epidemics – whether those walls are within or between territories. Just as 19th Century public health specialists championed the urgent improvement of housing and sanitation, public health specialists of the 21st Century must champion the urgent need to tackle social inequality – for the same reasons of generalized public welfare. Furthermore, that effort must be global”.*

pandemia só foi conseguindo ser contrariada devido à iniciativas tomadas pelas próprias comunidades muitas vezes em conjunto com universidades e organizações da sociedade civil (Informativo Desigualdades raciais e Covid-19, 2021). Dentre essas manifestações tem-se a “Nota pública pela imediata inclusão dos quilombolas no plano de vacinação da Covid -19” que explicita os motivos pelos quais os quilombolas necessitam de tal inclusão, sendo este também um seguimento de seus direitos:

A omissão do Governo Federal, no que diz respeito à aplicação dos direitos e à proteção no que se refere à saúde dos quilombolas contraria direitos conquistados. Diante do exposto a inclusão dos quilombos no Plano de Vacinação faz-se urgente como medida para conter a trágica situação de expansão da pandemia a um grupo vulnerável da sociedade brasileira. A ausência da imediata vacinação acirra as disparidades sociais e étnico-raciais como ameaça à vida das comunidades e de seus territórios. Defendemos, portanto, a imediata inclusão dos quilombolas no grupo prioritário do Plano de Vacinação da Covid 19. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA/COMITÊ QUILOMBOS, 2021.)

Esta nota, representa um apelo das comunidades quilombolas às autoridades afim de que voltassem os olhos para sua situação, com os elevados números de contaminação entre os quilombolas, muitas vezes provocados por agentes externos às comunidades, o grande número de mortes e a invisibilidade pela qual passavam, principalmente no momento de sua inclusão na vacinação, foram motivos mais que suficientes pela sua manifestação tendo em vista que tal ato de exclusão violava seus direitos referentes a saúde como

a “Lei n. 14.021/2020 que institui medidas para evitar o contágio e a disseminação da doenças entre os povos tradicionais” ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA/COMITÊ QUILOMBOS, 2021). Desta forma, o Ministério Público Federal interveio com a instauração do procedimento n. 1.30.009.000085/2020 “solicitando informações à Secretaria e Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde sobre a inclusão dos quilombolas na primeira fase da campanha de vacinação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA/COMITÊ QUILOMBOS, 2021).

Estes são alguns dos casos observados ao longo da pandemia e que nos fazem perceber o enfrentamento que esses povos lidam diariamente para garantirem sua sobrevivência. Isso não vai ser distinto, em sua totalidade, do que ocorre com as comunidades quilombolas de Santa Rita e Itapecuru-Mirim no Maranhão que já vinham lidando com os efeitos da obra de duplicação da BR-135 em seus territórios e agora a enfrentam em meio a pandemia também.

Em decisão judicial, a Justiça na Seção Judiciária do Maranhão interrompeu as obras de duplicação da BR-135 em meados de 2017 atendendo a um pedido da Defensoria Pública da União que por sua vez trabalha com uma ação civil pública que traz o questionamento sobre os impactos da obra para as comunidades locais e reivindica a participação do componente quilombola no processo de licenciamento ambiental. Em contrapartida, a Advocacia Geral da União (AGU) trouxe consigo algumas justificativas para tentar

reverter a ação da Defensoria, dentre elas estava o esclarecimento de “que a duplicação se restringe à faixa de 70 metros de uma rodovia que já existe há décadas e que o traçado do trecho em discussão não tem impacto direto em áreas de comunidades e territórios quilombolas” (ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU, 2020).

A justiça então atendeu aos argumentos da AGU e decidiu pela retomada da obra que ocorreu novamente sem consultar as comunidades no entorno de onde a mesma está sendo realizada, sobre este fato o site “Terras de direito” cita a fala de Vercilene Dias, assessora jurídica da CONAQ que expressa o que o andamento do projeto sem consulta às comunidades representa, “isso revela o racismo institucional por parte do Estado, que nega em reconhecer a presença do povo negro quilombola, nega a proteger pessoas vítimas de um sistema que não os enxerga como sujeitos de direitos” (DIAS apud SCHRAMM, 2020).

A retomada da obra traz consigo os mesmos temores de antes com o início do seu surgimento para as comunidades, pois já houve mortes de dois moradores em acidente na estrada, houve comunidades quilombolas que foram divididas ao meio por ela, os idosos não visitam seus parentes do outro lado da pista e muitas pessoas não conseguem atravessar para o outro lado também, com a criação de mais duas pistas as dificuldades serão redobradas conseqüentemente, como relata a liderança Antônia, da comunidade quilombola de Cariongo, em Santa Rita -MA.

Outro fator importante dessa discussão se trata sobre o objetivo da obra, onde o responsável por ela, o DNIT, afirma que a duplicação diminuirá o número de acidentes e facilitará o acesso de todos pela busca de recursos necessários à manutenção da vida, contudo, Antônia ressalta que o principal objetivo deles é o transporte de milho e soja através da estrada, em relação a isso se observa também o avanço de plantações de soja dentro dos territórios quilombolas em várias regiões do Brasil.

Esse descaso com a vida dos quilombolas se faz refletir sobre o modo como o Estado brasileiro vem se utilizando do cenário pandêmico, onde o foco e recursos estão voltados para a crise sanitária mundial, para decidir e aprovar dispositivos jurídicos que afetam os povos e comunidades tradicionais em favor de megaprojetos, colocando a vida desses povos à mercê da contaminação do Coronavírus, sem mencionar os efeitos dos próprios megaprojetos sobre elas. Esse descaso com a saúde desses povos é caracterizado como “desleixo proposital” pela coletânea “Pandemia e Território” (2020), ao qual trabalham com os dados referentes aos efeitos da pandemia sobre os povos e comunidades tradicionais de uma forma mais aprofundada, caracterizando as vítimas da Covid-19, bem como, as circunstâncias da letalidade, um trabalho que busca ir além do trabalho apenas quantitativo que os dados oficiais oferecem. A coletânea traz listado consigo alguns dos efeitos desse “desleixo proposital”:

Observe-se, durante este período de pandemia, as circunstâncias dos assassinatos de líderes indígenas Guajajara (MA), a Resolução que preconiza remoções compulsórias de quilombolas em Alcântara, as agressões contra lideranças Kambeba em suas aldeias, por homens mascarados na calada da noite, em São Paulo de Olivença (AM); a suspensão da busca de desaparecidos com o rompimento da barragem de resíduos em Brumadinho (MG); a devastação de garimpeiros que intrusaram as terras indígenas dos Yanomami (RR) e a segurança privada da mineradora Vale, invadindo a tiros, em 21 de junho, o acampamento Lagoa Nova Carajás, município de Parauapebas (PA), onde vivem 248 famílias há 5 anos; os desmatamentos no quilombo Barra da Aroeira, que se localiza na região inventada pelos planejadores, denominada MATOPIBA. As terras tradicionalmente ocupadas estão sendo transformadas por meio de ações violentas e ilegais em terras de expansão de empreendimentos agrícolas em larga escala, de projetos agropecuários, madeireiros e minerários. Cabe acrescentar, as violências etno-raciais como a recusa de registrar em Unidades de Saúde os pacientes indígenas como tais, procedendo à sua identificação como “pardos”. Além disto, registrasse também as iniciativas político-institucionais de classificar a enfermidade provocada pelo Coronavírus como “doença de trabalho”. O resultado desta classificação é que várias apólices de seguro excluem as doenças ocupacionais o que significa dizer que o contágio por COVID se tornaria um excludente de cobertura pelos seguros e planos de saúde. Os efeitos desta classificação podem ser arrolados como um dos fatores de subnotificação dos casos de COVID. Os familiares dos enfermos temem perder a cobertura monetária propiciada pelas apólices de seguro e em virtude disto mobilizam-se para que o Coronavírus não seja assinalado como *causa mortis*. (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN; ALEIXO, 2020, p. 51)

Estes relatos listados pela coletânea “Pandemia e Território” reforçam o quão grave pode ser para esses grupos certas medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo e a invisibilidade ao

qual são acometidos diante de algumas determinações. O caso das comunidades quilombolas de Santa Rita e Itapecuru Mirim e a obra de duplicação da BR -135 também são reflexos desse “desleixo proposital” e é um dilema que os quilombolas desses municípios ainda enfrentam para fazer se valer os direitos que possuem.

Diversos fatores foram problemáticos nas vivências desses povos ao longo da pandemia e os moradores não se viam em condições de ficarem parados só olhando a violação dos seus direitos acontecerem, tiveram que ser elaboradas reuniões do Comitê Quilombola em Santa Rita para pensarem em soluções para os seus problemas, pudemos estar presente em uma das reuniões realizadas na comunidade de Picos em Itapecuru-Mirim ao qual observamos relatos das pessoas sobre essas situações problemáticas, e até mesmo pudemos entrevista-las para que descrevessem, de modo mais específico, como viam para si e suas comunidades a retomada da obra de duplicação da BR-135, o contexto de pandemia e como se organizaram para se protegerem contra o vírus da Covid-19. Temos a seguir um recorte da entrevista com Antônia Cariongo, liderança quilombola da comunidade Cariongo que relata um pouco da situação que vivenciou:

E aí a gente tomou já um choque né durante esse processo aí, antes mesmo de eu me operar a gente foi surpreendido por uma decisão judicial que foi favorável ao DENIT né, que é o empreendedor, de retomar a obra em 18 km sem consulta prévia e sem estudos, essa obra nesses 18 km de obras ele vem impactando quatro territórios quilombolas, que é o território de Santa Rita do Vale, Santana, São José Fogoso, Nossa Senhora da

Conceição e Ilha das Pedras, na verdade são cinco territórios que os 18km tá impactando e que não foram consultados, então o DENIT iniciou uma obra e ao mesmo tempo eu doente, passando por uma situação difícil, mas a gente precisava fazer alguma coisa, então mobilizamos todo o comitê, e aí começamos a utilizar a ferramenta virtual para reunir já que não podia se reunir pessoalmente né, como era de costume nosso né, tivemos que nos adaptar a nova situação que estávamos vivenciando né diante da pandemia. E com isso a gente conseguiu fazer várias reuniões junto à frente parlamentar mista quilombola na pessoa do deputado Bira do Pindaré, tivemos várias reuniões com o deputado Bira do Pindaré, tivemos reuniões com o conselho da câmara de direitos humanos, tivemos reuniões com o Ministério Público Federal daqui e tivemos reuniões com a DPU e as inúmeras reuniões com as lideranças do comitê para tentar ver se suspendia a obra porque além dela está irregular ela estava acontecendo em pleno período de pandemia no qual a gente não podia ter contato com outras pessoas. Poxa, a gente tava com nossos territórios fechados, não estávamos recebendo ninguém, todos os nossos projetos parados, e aí a gente tinha que se deparar com uma situação de tá recebendo pessoas que estavam prestando serviços para uma empresa dentro dos territórios quilombolas né, e isso gerou muitas contaminações dentro de territórios tá, por conta da circulação de pessoas que não faziam parte desses nossos grupos né. E foi realmente muito difícil né, e não parou por aí, não parou por aí, a gente então passou o ano todinho nessa luta, nessa busca de tentar barrar a obra e infelizmente a gente não conseguiu, a gente teve uma decisão que era para parar e em menos de uma semana a mesma juíza que determinou que parasse revogou a decisão dela né. E aí a gente observa o quanto o jogo político dentro dessa situação é determinante para que aconteça as coisas né, e de lá para cá a gente tá correndo, agora a gente ainda até agora não foi notificado por nenhum órgão, nem pelo DENIT, nem pelo INCRA, nem pela DPU que o DENIT havia contratado uma empresa para fazer estudo do componente quilombola no restante da obra né, e a gente até então sabemos porque a gente vê por meio da mídia né, que há uma empresa contratada

com o nome de 'PROSUR' e que essa empresa virava dentro dos nossos territórios para fazer o estudo do componente quilombola, ela já tentou contato com o comitê, mandou um e-mail solicitando reuniões e a gente respondeu o e-mail dizendo que não vamos reunir, nós temos uma decisão judicial, nós temos um acordo com a Palmares de que só vai ter estudo se tiver consulta, nós temos que ser consultados, é preciso respeitar o nosso direito de ser consultado e então se não tiver consulta não tem estudo só pode ter tudo depois que tiver consulta. Encaminhamos um documento recentemente para o Ministério Público Federal, estamos esperando o juiz dar uma devolutiva dessa ação que a gente entrou agora, nessa mesma ação a gente pede um prazo de 6 meses para concluir o nosso protocolo de consulta prévia tá, para que seja entregue a justiça para gente poder ter o nosso direito também respeitado. Estamos aguardando uma decisão judicial sobre a minuta que encaminhamos para a justiça para ver quais serão os próximos passos daqui para frente. Paralelo a essa situação nós, enquanto responsáveis pelo comitê, os membros do comitê, a gente tá fazendo reuniões, se dá para fazer virtual, mas virtual é muito difícil porque a maioria dos companheiros não tem acesso à internet, nós não temos internet em casa, então fica difícil, a gente acaba tendo que reunir mesmo presencial, claro, cumprindo ainda o protocolo de questão de distanciamento, uso de máscara, uso de álcool em gel, mas a gente precisa dar um encaminhamento aos trabalhos ou eles vão querer passar por cima de qualquer forma né, e a gente não pode permitir que isso aconteça. (Entrevista Antônia Cariongo, 13 de fevereiro de 2021).

Antônia descreve como foi desafiador o ano de 2020 para ela e para seus companheiros e companheiras, a luta que já enfrentavam antes foi se agravando com a pandemia, os obrigavam a tomar medidas mais severas, ao passo que eram também obrigados a quebrar seu isolamento social tão exigido para que cuidassem da sua saúde. Contudo, as reuniões se tornavam essenciais para que

pudessem decidir sobre seus futuros como expressa também José Barbosa Muniz da comunidade quilombola Vila Fé em Deus em Santa Rita, falando sobre os impactos da obra de duplicação da BR-135 e como os quilombolas se organizaram para tentar se prevenir da contaminação do Corona vírus.

Olha é um impacto muito grande, grande mesmo, na minha comunidade era uma luta que a gente tava tendo com eles(responsáveis pela obra de duplicação) porque era o seguinte: eles não queriam passar na frente, abeirando a outra estrada, nosso terreno lá, eles queriam passar por trás da nossa comunidade, mas cortando o nosso terreno, na época, no caso como a gente tem a faixa, eles estavam querendo cortar por trás e aí não tinha condição de fazer isso, já somos pequenos, é pequeno, e aí a gente não poderia deixar que acontecesse isso, eles cortaram o terreno, já tinham cortado no meio para fazer, mais outro não tem condição né. Mas o impacto é muito grande porque fica próximo das casas, muito próximo mesmo, aí mexe com tudo que a gente tem né, para desalojar o que a gente tem, sem uma condição financeira que eles não dão, não pagam, é difícil demais, é difícil.

[..] A gente teve as preocupações de não se juntar em reuniões, fazer reuniões pessoal, fazer reunião virtual né, e a gente achou por bem fazer assim todas as reuniões inclusos da associação, a gente passou muito tempo sem fazer porque não podia se juntar todo mundo assim para não causar danos piores, porque nem todo mundo respeita, usar máscara, não pode usar, mas usa o mínimo, então por isso a gente segurou um pouco (Entrevista José Barbosa Muniz, 13 de fevereiro de 2021).

Francisco dos Santos Martins da comunidade quilombola Cachoeira em Itapecuru Mirim relata também como se torna preocupante a retomada da obra no meio da pandemia e como esta última por si só já é negligenciada:

[...] Muito grande porque como a Antônia frisou: ali, quer queira quer não, a gente utiliza a BR né, e os acidentes? porque tem muita imprudência, e os acidentes causados? Por que como ela frisou: lá em Estiva já aconteceu acidentes e na duplicação, imagine sendo duplicada como é que não é? Porque sendo duplicado as pessoas dizem assim: "eu tenho duas mãos livres para mim ir e duas para voltar então eu vou.." a velocidade permitida pode ser 60, eles vão puxar 100 porque eles querem chegar rápido porque tem como ultrapassar e fica difícil isso aí.

[...] A duplicação a gente quer que aconteça, mas desde que a gente seja ouvido né, para ver quais são os impactos que vão causar especificamente na vida da gente. Como foi falado: tem árvores, tem cemitérios que às vezes eles vão passar por dentro né, e você sabe que a gente cultua, quer queira quer não, é uma cultura, que pode ser errônea sim, mas a gente cultua mortos né. Já pensou, por exemplo, eu tenho meu pai que é enterrado no cemitério e justamente onde vai passar a duplicação da BR na Cova vai passar.. sim eu sei que ali é terra, os restos mortais estão lá, mas tudo isso impacta, e aí vai botar aonde?

[...] É complicado porque aí já tem aquela questão da aglomeração, porque eles vão apanhar trabalhadores de N áreas e no momento vai ficar junto ali porque eles vão ter que comer, vão ter que.. é complicado isso aí. Porque na verdade, quem tem dinheiro e poder aquisitivo ele não tá preocupado com pandemia (Entrevista Francisco dos Santos Martins, 13 de fevereiro de 2021).

O relato acima demonstra como a pandemia foi usada como uma espécie de cortina para infringir a lei e avançar com megaprojetos sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais ao passo que todos os olhos e ouvidos estavam voltados para ela. Domingos de Jesus da Conceição da comunidade quilombola Oiteiro II, relata também sobre a retomada da obra e que algumas pessoas da comunidade chegaram inclusive a receber do

DNIT cartas que diziam para elas desocuparem as áreas ao qual estavam:

Aí vai intimidar justamente o povo porque aí tem que tá correndo atrás aí do comitê, fizemos o convite aí mais a Antônia, o grupo, a gente tá vendo aí se não prejudica as pessoas porque justamente lá na minha área né fizeram até um despejo, umas pessoas. Já mandaram até umas cartas falando para desocupar a área [...] eu cheguei, peguei o documento que deixaram lá para elas, aí procurei Antônia, procurei o Masson, e aí levaram para São Luís. Depois vieram de novo, diz que iam indenizar as pessoas, mas como a gente teve uma reunião lá em São Luís disse que não tinham verba para indenizar as pessoas, aí justamente eles me chamaram eu fui lá e: “rapaz a gente não vai assinar o documento porque vocês da primeira vez fizeram uma ordem de despejo para as pessoas que estavam aqui na BR e agora vocês vem dizendo que vão indenizar, nós fomos lá vocês disseram que não tinha verba pra indenizar as pessoas e aí como é que fica?” Aí justamente agora aconteceu uma reunião aqui em Oiteiro.. tá com.. esqueci a data, eles chegaram o pessoal tava fazendo uma construção né aí embargaram, não era para continuar porque pela área ali iam indenizar só aquela parte que tava na escritura dele lá, na que eles vão continuar eles não vão indenizar. Aí pegamos o documento, ainda tá com eles ainda, mas não entreguei ainda, entregar para Nalva para entregar para Masson e a gente tá na dúvida aí, vai, não vai, outros já com medo, outros já até saíram já do seu local [...] (Entrevista Domingos de Jesus da Conceição, 13 de fevereiro de 2021).

Como último destaque das entrevistas realizadas, trago a fala de Antônio César Costa Ferreira, da comunidade quilombola Pedreiras, em Santa Rita:

Acho que é um descaso com a sociedade quilombola que está tanto a margem da BR quanto as comunidades que estão mais fora do que dentro dos 10 km, é um desrespeito né, porque a empresa ela tem uma quantidade de funcionários que trabalham dentro e a

gente não sabe na verdade quem está dentro da comunidade com problema de saúde ou quem está dentro da empresa, que não faz teste todo dia, que está com problema agravados com covid, então acho uma desconsideração, isso é um fato gravíssimo para a sociedade quilombola.

Já teve um embargo pela desembargadora esse ano passado 2020 que ela mandava parar a obra né até que fosse feita a consulta, mandar suspender a obra e depois houve um revogamento da própria decisão dela, ela mesma revogou a decisão de que não poderia a obra dar continuidade, que eles fossem trabalhando a questão da consulta, então a gente não entendeu o que que a justiça, por exemplo, por que desautorizam a própria decisão que está na lei né, a gente sabe que tá na lei construída que não é uma constituição mas é paralela à uma constituição porque a convenção 169 era paralela, ela foi chamada para dentro do país, eu acho que é uma desconsideração, a lei é um direito do povo quilombola. [...] Na verdade eles nunca pararam, agora a gente tá entrando de novo com o Masson pedindo que seja revista essa ação e aí estamos aguardando aí a decisão para ver o que que foi tomado conhecimento aí depois do pedido que a gente fez (Entrevista Antônio César Costa Ferreira, 13 de fevereiro de 2021).

## Com relação ao apoio para medidas preventivas contra o Corona Vírus:

Nenhum apoio, inclusive o poder público que é direito e dever dele, ele se recusava a achar que essa pandemia era coisa séria, a gente não via, por exemplo, do dinheiro que vem para investir na questão de lei que a gente, não vê, a gente não viu o movimento, nenhuma do governo municipal na pessoa de Hilton Gonçalo trabalhar na questão da saúde e trabalhar dentro das Comunidades Quilombolas para que as pessoas fossem medicadas ou fazer testes e fazer levantamento dos que já tiveram ou que estavam infectados, então foi um descaso total com o poder público, esse o dinheiro de fato ficou com o poder público, mas não foi investido na questão da Saúde na pandemia.

Sempre por conta própria, a gente sempre compra o álcool em gel, a gente sempre comprou máscara, nunca houve intervenção do governo de forma alguma, a gente aqui, que havia cursos dentro da comunidade para costura, corte e costura inclusive na minha comunidade que eu moro que é o quilombo Pedreiras que também é um território... Porque que o poder público não usava aquele conhecimento que ele já tinha dado o curso para as mulheres de corte costura e não usavam para fabricar máscara, doando material e pagando o pequeno valor para distribuir para a sociedade? E que seria barato também, distribuía dentro das comunidades, mas nunca houve nenhuma atenção para esse caso, nenhuma atenção, o governo do Município de Santa Rita nunca se posicionou na defesa da Covid para a sociedade, inclusive quilombola. (Entrevista Antônio César Costa Ferreira, 13 de fevereiro de 2021).

Ademais, para além do descaso com os povos e comunidades tradicionais diante de megaprojetos e diante do próprio risco de contágio pelo vírus da Covid-19, estes povos enfrentaram também grandes dificuldades com o início da solução para o problema da pandemia: a imunização contra a Covid-19.

A 1ª edição do Boletim de monitoramento da vacinação contra Covid-19 nas comunidades quilombolas, realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), apoiada pela Terra de Direitos e da Ecam Projetos Sociais, mostra como tem se encaminhado a vacinação de quilombolas como grupo prioritário em todo o país. O monitoramento apresenta dados de 5 de junho a 27 de julho de 2021 de uma consulta realizada com 445 quilombos e 138.230 quilombolas identificados pelo país. Destes 138.230 quilombolas 15.407 não foram vacinados e 32.748, em torno de 24% da população mapeada, foi

totalmente imunizada, além do mais, 11% da população consultada ainda não teve acesso à vacina e 43% dos quilombos apresentaram problemas na vacinação.

Dentre esses problemas enfrentados para se chegar à vacinação encontra-se: 54 quilombos onde quilombolas residentes fora do território não tiveram acesso a vacina; 24 que receberam doses insuficientes; 9 quilombos que não receberam a vacina por não serem certificados pela Fundação Cultural Palmares; e 54 quilombos registraram casos de pessoas que se recusaram a se vacinar. O próprio Boletim registra outros problemas relevantes que ocorreram no andamento da vacinação:

- Foram registrados ao menos 6 conflitos com governos municipais que não aceitaram quilombolas como grupo prioritário para a vacinação.
- Apesar de alguns quilombos já terem iniciado a vacinação, algumas comunidades dentro dos territórios ainda não iniciaram o processo.
- Houve casos em que a vacinação só iniciou após acionamento da Justiça
- Houve 22 casos de pessoas que foram vacinadas com uma vacina de tipos diferentes entre a primeira e a segunda dose.
- Em razão de surtos de Covid-19 dentro das comunidades, alguns quilombolas tiveram que se recuperar e não puderam tomar a vacina na data prevista.
- Houve casos de racismo vivenciados desde a fase inicial de diálogo com representantes do poder público municipal, para a realização do planejamento da vacinação, até a sua efetiva realização, nas comunidades ou nas unidades de saúde. Há relatos de que quilombolas tiveram sua identidade questionada pelos

agentes de saúde e que optaram por não se vacinar com receio de criminalização.

- Falta de iniciativa do poder público municipal no deslocamento para comunidades ou uso reiterado do argumento do desconhecimento das comunidades como justificativa para a não efetivação da vacinação.

- Transferência da responsabilidade do poder público, com imposição por representantes públicos às lideranças quilombolas para que apresentem lista nominal de pessoas vacináveis como condição para a sua realização.

- Relatos de dificuldade dos quilombos na organização destas listas das pessoas quilombolas e da falta de apoio público para o levantamento.

- Situações de recusas da vacina por medo, desinformação ou por motivos de convicção religiosa em ao menos 16 estados. Houve casos inclusive de desistência da segunda dose.

- Registros de dificuldades no acesso às informações compreensíveis, e divulgação insuficiente sobre como a vacinação aconteceria nos quilombos.

- Há denúncias de uso indevido das vacinas nos municípios, relativas ao direcionamento de doses a pessoas não quilombolas. Há igualmente denúncias de tentativas de se vacinarem nos quilombos pessoas que não são quilombolas, nem são familiares e não residem no território.

- Relatos da falta de equipamentos públicos de saúde para estruturar a vacinação nos quilombos. Algumas comunidades onde não há estrutura adequada de saúde vacinação ocorre na casa de lideranças (COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS-CONAQ, 2021)

Os dados apresentados pelo Boletim revelam, dentro desse processo, as falhas iniciais do Estado brasileiro em conhecer a realidade das comunidades quilombolas, em administrar e garantir

políticas públicas para esses povos, bem como, de produzir dados sobre eles referentes a pandemia, sobretudo com relação a vacinação, observa-se também o racismo vivenciado e transferência de responsabilidade do Estado para agentes particulares na produção de dados sobre tais aspectos, como foi o caso da CONAQ ser pioneira na produção de um boletim de vacinação das comunidades quilombolas servindo também de parâmetro para o próprio governo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração que o objetivo do estudo que baseou a construção deste artigo é fazer uma análise dos efeitos sociais do coronavírus nas comunidades quilombolas impactadas pela duplicação da BR-135 e compreender como elas se organizaram durante a pandemia e retomada da obra, apresentamos a partir do levantamento bibliográfico e de arquivos, uma visão mais detalhada e uma melhor compreensão acerca das vivências desses povos e comunidades tradicionais que enfrentam a chegada de megaprojetos durante a pandemia da Covid-19.

Notamos como o descaso se faz presente na garantia de direitos dos quilombolas, as suas falas demonstram a insatisfação perante esse descaso como observado nas entrevistas realizadas com alguns dos moradores de Santa Rita e Itapecuru-Mirim que proporcionou uma melhor compreensão sobre a temática, tendo em

vista que se possui dados que vão referenciar do ponto de vista prático as vivências dessas pessoas e seus dilemas.

Desta forma, a partir dos dados obtidos no levantamento bibliográfico, trabalho de campo e realização de entrevistas, foi possível observar as estratégias governamentais que objetivaram a continuidade da duplicação da BR-135, burlando a legislação em vigor. Tais estratégias dizem respeito ao fracionamento da duplicação da obra, na tentativa de diminuir e inviabilizar a mobilização social.

Por fim, o governo federal aproveitou para dar continuidade na obra no momento delicado imposto pela pandemia causada pelo SARS-CoV-2, em que a atenção das comunidades atingidas estava voltada para a garantia do distanciamento social e da reivindicação pela vacinação das comunidades quilombolas como público prioritário.

## REFERÊNCIAS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU. **AGU assegura retomada da duplicação de trecho da rodovia BR-135 no Maranhão** [S.I.]: gov.br. 10 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-assegura-retomada-da-duplicacao-de-trecho-da-rodovia-br-135-no-maranhao>. Acesso em 10 fev. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; MELO, Eriki Aleixo de. **Pandemia e Território** – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

ARRUTI, José Maurício et al. **O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas**. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Quilombos. **Nota Pública Pela Imediata Inclusão Dos Quilombolas No Plano De Vacinação Da Covid -19** - Brasília, 26 de jan. de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA/COMITÊ QUILOMBOS. **Nota pública pela imediata inclusão dos quilombolas no plano de vacinação da COVID -19**. Brasília, 26 de janeiro de 2021.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, fevereiro de 2007.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). **Vacinômetro Quilombola: Retratos da situação da vacinação da Covid-19 nos quilombos**. Realização: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Terra de Direitos e Ecam. 2021.

DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica** – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

FIGUEIREDO, Patrícia e MACHADO, Livia **“Governo de SP volta a incluir quilombolas no grupo prioritário da vacinação contra**

**Covid-19**” - São Paulo: G1-SP, 19 de jan. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/19/governo-de-sp-volta-a-incluir-quilombolas-no-grupo-prioritario-da-vacinacao-contra-covid-19.ghtml> . Acesso em: 19 jan. 2021.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2ª. ed. São Paulo: UNESP, 2010. p. 237-364.

KALACHE, [Alexandre](#). **Coronavirus makes inequality a public health issue**. World Economic Forum, 13 Apr 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/04/coronavirus-makes-inequality-a-public-health-issue>. Acesso em: 01 de março de 2022.

OLIVEIRA, L. R. C. de. Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos. In: OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

Organização Internacional Do Trabalho – OIT. **Convenção nº 107 de 05 de junho de 1957**. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20\(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20107\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20107).pdf) . Acesso em: 20 fev. 2021.

**Podcast Terra Arrasada: Alcântara: um eterno déjà vu**. Davi Pereira Júnior: Fábio Zuker e Trovão Mídia [S.I.]: Le Monde Diplomatique Brasil, com apoio do Rainforest Journalism Fund em parceria com o Pulitzer Center, 17 de dez. de 2020. Podcast. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHRocHM6Ly9hbmNob3luZmowcy8oM2ExMmRkNC9wb2RjYXNoL3Jzcw/episode/MzZhZTNiN2ltMWEoNyooZTIxLWl1NGMtN2NhZDA2NTFkOTJh?hl=pt->

[BR&ved=2ahUKEwjQ62X IfvAhUYG7kGHUoDCUkQjrkEegQIDBAL&ep=6](#) Acesso em: 17 dez. 2021.

SCHRAMM, Franciele Petry. “**No Maranhão, maior ameaça vem do governo federal: entenda o caso da BR 135 que afetará quilombolas**” – [S.I.]: Terras de Direito. 21 de jul. de 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-maranhao-maior-ameaca-vem-do-governo-federal-entenda-o-caso-da-br-135-que-afetara-quilombolas/23426> . Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, Alexandre da. “**População idosa negra e covid-19: por que invisibilizar e negar direitos?**” – [S.I.]: VivaBem - 01 de fev. 2021. Disponível em : <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/opiniaio/2021/02/01/populacao-idosa-negra-e-covid-19-por-que-invisibilizar-e-negar-direitos.htm>. Acesso em: 01 fev. 2021.

## Entrevistas

Entrevista Antônia Cariongo. **Entrevista 1** (12 de fevereiro de 2021). Comunidade Quilombola de Picos, Território Quilombolas Oiteiro dos Nogueira, Maranhão. Entrevista concedida a Geovana Alves Rocha e Maryane Monroe Martins.

Entrevista Antônio César Costa Ferreira. **Entrevista 5** (12 de fevereiro de 2021). Comunidade Quilombola de Picos, Território Quilombolas Oiteiro dos Nogueira, Maranhão. Entrevista concedida a Geovana Alves Rocha e Maryane Monroe Martins.

Entrevista Domingos de Jesus da Conceição. **Entrevista 4** (12 de fevereiro de 2021). Comunidade Quilombola de Picos, Território Quilombolas Oiteiro dos Nogueira, Maranhão. Entrevista concedida a Geovana Alves Rocha e Maryane Monroe Martins.

Entrevista Francisco dos Santos Martins. **Entrevista 3** (12 de fevereiro de 2021). Comunidade Quilombola de Picos, Território

Quilombolas Oiteiro dos Nogueira, Maranhão. Entrevista concedida a Geovana Alves Rocha e Maryane Monroe Martins.

Entrevista José Barbosa Muniz. **Entrevista 2** (12 de fevereiro de 2021). Comunidade Quilombola de Picos, Território Quilombolas Oiteiro dos Nogueira, Maranhão. Entrevista concedida a Geovana Alves Rocha e Maryane Monroe Martins.

## **RELAÇÕES DE GÊNERO: a dupla jornada de trabalho das mulheres universitárias e o papel das universidades**

Andrezza Ethyenne Rocha Cardoso<sup>1</sup>

Neuzeli Maria De Almeida Pinto<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Segundo Sousa e Guedes (2016), a história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens “pertenciam” à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres “pertenciam” à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido. Os autores apontam ainda que com as transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista no século XX, novas configurações sociais foram surgindo, fragilizando de modo conjunto a dicotomia entre público e privado e o modelo homem provedor e mulher cuidadora. Com isso, a mulher ingressa no mercado de trabalho e no ambiente educacional, principalmente o ensino superior.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais. Bacharelado - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Pesquisadora pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF/UEMA).

<sup>2</sup> Doutora em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF).

Nesse sentido, observando as modificações sociais de gênero que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, a presença das mulheres na universidade tem-se mostrado uma das mais significativas, com desdobramentos nos mais diferentes segmentos da sociedade. Com isso as mulheres constituem no atual contexto, o maior número de matrículas nas universidades brasileiras, foi necessário um século para que as desigualdades de gênero fossem superadas, tendo em vista que as mulheres somente tiveram acesso às universidades em 1910. Porém, mesmo diante dessas conquistas, a mulher ainda precisa lidar com a problemática da Dupla Jornada de trabalho, pois ainda persiste a desigualdade nas tarefas entre homens e mulheres. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas.

Diante disso, Ávila e Portes (2012) analisam que desempenhar diariamente várias jornadas de trabalho não é tarefa simples. Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária é um corre-corre frenético para tentar dar conta de todos os segmentos de trabalho. Para grande parte das mulheres, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. Conciliar os vários segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes. Isso as torna

emocionalmente vulneráveis, ocasionando dificuldade em atuar em todas as tarefas, e levando a priorizar umas em detrimento de outras, nesse caso, o ensino superior. E onde entra o papel das Universidades nessas questões? A universidade tem como função social produzir conhecimentos e formar sujeitos políticos capazes de pensar e interferir na sociedade em suas diferentes dimensões: social, política, educacional, econômica e cultural. E ser acessível para todos independente de gênero, classe, raça e etc., garantindo igualdade de oportunidade para todos, e promovendo ações que facilitem a permanência de ambos os sujeitos na continuidade dos cursos superiores e no acesso ao ensino.

Dessa forma, o intuito desta pesquisa é analisar as circunstâncias vivenciadas por mulheres que exercem a dupla jornada de trabalho, trabalho remunerado e doméstico, e que estudam em universidades públicas, analisando as condições de escolha do curso na universidade, os projetos de educação de gênero das universidades que visam diminuir a desigualdade e discriminação nas relações de gênero, as vivências e as estratégias profissionais, acadêmicas e domésticas empreendidas por essas mulheres. Esses conceitos precisam ser mais bem refletidos nos estudos e pesquisas, de modo a reconstruir novas relações sociais, fundamentadas na igualdade e solidariedade, tão necessárias na nossa sociedade atual.

## **A divisão sexual do trabalho proveniente das relações de sexo**

Ao nos referirmos ao sexo, não há dúvida na diferenciação biológica dos corpos, sendo, portanto, o termo “sexo” uma “referência às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem corpos masculinos e femininos” (GIDDENS, 2012, p. 430). Contudo, de acordo com Melo (2018), ao observar o conceito de gênero, poderemos encontrar alguns pontos a serem considerados. Quando Simone de Beauvoir nos afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, ela nos indica que o gênero é uma construção sociocultural, que possui caminhos e formações próprios, sendo afetado por questões muito mais amplas que as diferenças morfológicas, e que é construído pelos valores e preferências individuais do sujeito, como também por sua interação com a sociedade que o circunda, “pois a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori” (LOURO, 1997, p. 23).

Hirata e Kergoat (2007), trazem para esse diálogo que a relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres é considerada “relações sociais de sexo”. Pois para as autoras, a divisão sexual do trabalho é fruto da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, divisão essa modulada histórica e socialmente e instrumento da sobrevivência da relação social entre os sexos. Para Sousa e Guedes (2016), a divisão do trabalho

proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro.

Dessa forma, Leite (2016), apresenta que a construção e distinção de gênero terão suas características individuais de acordo com cada sujeito e suas experiências, mas também estará sob a influência dos julgamentos, rótulos e convenções que a sociedade lhe impõe. Diferenças agudas entre a formação do homem e da mulher transbordam na questão profissional, e ganha agora o limiar da questão da existência propriamente dita. A autora ainda complementa que, para a sociedade dos nossos dias, a mulher ainda deverá possuir a passividade como traço de grande valorização social, sendo esta característica, algo socialmente imposto e não um traço genético ou biológico. Constrói-se através da valorização, ou do seu contrário, a ideia de que a mulher deve ser passiva, dócil e obediente. Este perfil, segundo Beauvoir (1949), lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. Esta submissão social certamente acompanhará suas escolhas profissionais, e terminará por construir seu gênero e história de vida.

Sousa e Guedes (2016), dialogando com Leite (2016), colocam que histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social.

Leite (2016) citando Louro (1997), ainda aborda que, está construção distinta de gênero terá por consequência a formação social de identidades diferenciadas e, portanto, a busca de um curso superior sob a perspectiva do desempenho de uma profissão, ficará sujeita às condições que a sociedade e a cultura irão permitir, ou não, ao sujeito que ali se coloca como parte integrante desta engrenagem. Esse jogo de permissão e proibição ou de prestígio e desprestígio de determinada ação em relação ao sujeito que a pratica, está fundamentado na questão social do gênero, dado que “é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros”.

## **O ensino superior e as relações de gênero**

De acordo com Guedes (2008), o contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pela quebra de antigos 'tabus'. O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira.

A autora ainda destaca que, a análise da trajetória do contingente feminino com nível universitário é fundamental, uma vez que o acesso às universidades se traduz em ascensão social e possibilidade de concorrência por melhores postos de trabalho e, do ponto de vista das relações de gênero, em ocupação de postos de poder/comando controlados tradicionalmente por homens. Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante em um contexto como o brasileiro, no qual a participação feminina em importantes esferas decisórias ainda é bastante incipiente. Como aponta Valenzuela (2000), em relação a outros países latino-americanos, se, por um lado temos uma boa taxa de participação feminina no mundo do trabalho, por outro estamos muito mal colocados no ranking do IPG, o Índice de Potenciação de Gênero, desenvolvido pelo Programa das Nações

Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) para medir a desigualdade de gênero em esferas-chaves da participação econômica e política e nas instâncias decisórias.

Leite (2016) traz para essa discussão que essas relações de poder são pré-concebidas inicialmente através da caracterização ou rotulação de comportamentos. Esses padrões de comportamentos do gênero masculino e do gênero feminino dão-se por questões culturais e se iniciam na mais tenra idade. Ao alcançar o ambiente escolar, local em que se imaginaria que tal situação desse lugar à busca de uma equidade de gêneros, os programas escolares parecem reforçar tais tendências de dicotomia, em que “os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequadas para eles ou elas” (LOURO, 1997, p100). Esses padrões de comportamento, corroborados por um costume cultural, irão acompanhar toda a trajetória de vida do sujeito, separando os gêneros de acordo com o tipo esperado de conduta.

A autora ainda apresenta um exemplo onde uma das profissões que mais se assemelha aos trabalhos de casa e de mãe será a Pedagogia, e isso talvez explique a profunda relação entre Pedagogia e o gênero feminino, sendo esta profissão praticamente cerceada ao sujeito de gênero masculino. Essa diferenciação social de gêneros certamente ocasionará uma distinção de escolhas das profissões, dado que a tendência do sujeito será obedecer aos padrões estipulados pela sociedade e pela cultura estabelecida. Dessa forma,

pode-se observar que o indivíduo molda suas escolhas a partir de como ele se percebe, principalmente na graduação, onde estudante de graduação definirá sua profissão a partir de como ele se formou social e culturalmente falando.

### **O conflito entre a atuação na academia e o trabalho reprodutivo**

Para Sousa e Guedes (2016), o tempo, como outros recursos, tem uma dotação limitada. A alocação de horas em determinada atividade, do tipo trabalho remunerado, significa abrir mão do uso do tempo em outras tarefas, como cuidado doméstico. Acredita-se que esse conflito deveria ser comum e atingir a todos de forma semelhante, ou seja, o sexo da pessoa não deveria implicar pesos diferentes na opção de “mais trabalho” ou “mais família”.

Mendes (2020) apresenta que no âmbito do feminismo marxista, a tematização das características do trabalho doméstico e de cuidados foi assumida com vigor pela Teoria da Reprodução Social. Trata-se de um conjunto de pesquisas que procuram abordar as condições de produção e reprodução desta mercadoria sui generis: a força de trabalho. É uma mercadoria especial por ser necessária ao capitalista para pôr o sistema em funcionamento, a única mercadoria que possui a propriedade de ser fonte de valor. “A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte

da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, então, o sistema entraria em colapso” (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

A autora ainda coloca que o cuidado com os filhos, bem como outras atividades pensadas historicamente como domésticas (limpar e arrumar a casa, lavar as roupas, fazer compras no mercado, preparar a comida, cuidar de pessoas idosas ou doentes, estudar) têm sido usualmente pensado em oposição à ideia de “trabalho”, emprego fora de casa e atuação acadêmica usualmente desempenhado por um “provedor”, que não raro se confunde com a própria ideia de “pai de família”. No entanto, é justamente assumindo uma clivagem brusca entre esferas que foram pensadas de maneira separada - esfera pública versus esfera privada - que foi possível obscurecer que um enorme conjunto destas atividades representam um tipo específico de trabalho - não pago, feminilizado e racializado.

Ávila e Portes (2012) apontam que a despeito dos percalços dos fluxos escolares do passado, as mulheres inserem-se no contexto daquilo que os estudiosos entendem por longevidade escolar, já que todas conseguiram chegar ao ensino superior. Por outro lado, a ocorrência de longevidade escolar não implica, automaticamente, uma conjuntura de sucesso escolar na universidade. A complexidade das múltiplas atribuições diárias vivenciadas por essas mulheres, em combinação com a situação de vulnerabilidade econômica presente no cotidiano de suas famílias, acaba por provocar circunstâncias atuantes desfavoráveis, algumas delas servindo como categoria de

retardamento (ou até de impedimento) ao sucesso escolar na universidade. E ainda, por mais paradoxal que possa parecer, a própria universidade pode tornar-se uma categoria de impedimento. Como reflexo dessa contradição, algumas das estudantes vivenciaram intensamente a relação de tensão e contradição existente entre os sujeitos das camadas populares e a universidade.

## **METODOLOGIA**

O processo de pesquisa ocorreu através da análise dos processos de aprovação dos estudantes de ambas as universidades (UFMA e UEMA), no período de 2019 e 2020, em cursos de humanas e exatas. Além disso, foram apresentados os dados da pesquisa referente às entrevistas realizadas com as universitárias da UEMA, dos cursos em geral, a fim de levantar questões sobre as dificuldades e desafios que elas enfrentam em ambiente acadêmico. Nesse sentido, os instrumentos metodológicos que foram utilizados e que respaldam a pesquisa qualitativa são, diário de campo (DC) utilizado como uma ferramenta que permite sistematizar as experiências em campo para posteriormente analisar os resultados, consistindo no relato escrito daquilo que o investigador ouviu, viu, experimentou e pensou no decorrer da coleta, o inventário sociodemográfico (ISD) com o objetivo de fazer os primeiros levantamentos que compõem a pesquisa, sendo construída através do *Google forms* e aplicada inicialmente com os coordenadores de curso, e sendo realizada

através do *Microsoft Teams* para se estabelecer um contato direto; e a entrevista semiestruturada (ESE), onde estruturou-se um formato de entrevistas contendo perguntas abertas direcionadas para as alunas das instituições públicas com o intuito de conseguir informações e dados sobre como conciliam a dupla jornada de trabalho com o a academia e quais os desafios elas encontram dentro do ambiente acadêmico. Porém, devido à pandemia do COVID-19 esses instrumentos sofreram modificações da forma presencial para a forma virtual através das plataformas do *Microsoft Teams* e do *Google meet* onde as entrevistas foram realizadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

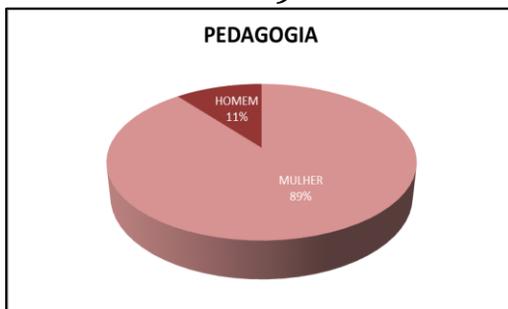
### **A questão de gênero nos cursos superiores das universidades públicas do Maranhão (UEMA e UFMA)**

De acordo com Melo (2018), o avanço da educação no Brasil foi grande, nas últimas três décadas, e o país praticamente superou o analfabetismo, pois, a proporção de pessoas que não sabiam ler e nem escrever que tinha uma taxa de analfabetismo de 20% em 2005, viu esta cair para 15%, em 2015. E em paralelo ampliou-se o número de estudantes no ensino superior. Analisando este progresso numa perspectiva de gênero nota-se que homens e mulheres ainda na segunda década do século XXI escolhem as carreiras de modo diferente. Como no passado mantiveram-se o predomínio masculino nas graduações de engenharias, ciências da computação e agrárias e

as graduações de letras, serviço social, pedagogia, psicologia, enfermagem como carreiras femininas. Assim, a tradição demarcada pela divisão sexual do trabalho manteve-se e as escolhas das mulheres nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do novo milênio concentram-se nas carreiras relacionadas aos cuidados e essa escolha acompanha toda a trajetória educacional feminina.

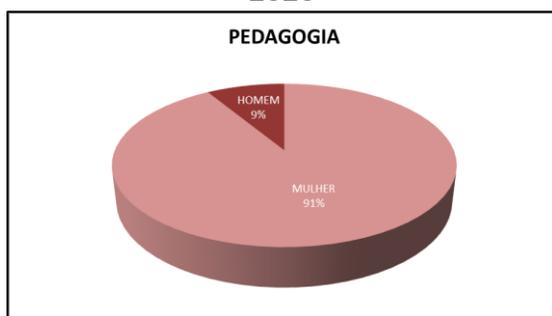
A análise do percentual de interesse por cursos de graduação feitos na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, através do índice de aprovação dos vestibulandos no ano de 2019 (sistema universal de vagas, sistema especial de reservas de vagas para estudantes negros e de comunidades indígenas e sistema especial de reservas de vagas para pessoas com deficiência) acentua as colocações de MELO (2018), sobre a escolha de modo diferente dos cursos de graduação, mostrando que as rotulações da vida privada que é voltada para a mulher persistem até mesmo dentro da academia. O gráfico 1, demonstra o comparativo entre o número de mulheres e homens aprovados no curso de Pedagogia da UEMA, deixando acentuado que em um total de 120 vagas para o curso no Campus de São Luís, 107 foram ocupadas por mulheres e apenas 13 foram ocupadas por homens. Já a análise feita no ano de 2020 mostra um percentual de ingresso feminino maior ao ano anterior, tendo o ingresso de apenas 7 homens, como mostra o gráfico 2.

**Gráfico 1 – Ingresso do curso de Pedagogia/ UEMA no ano de 2019**



Fonte - Organização NEGESF, 2021.

**Gráfico 2 - Ingresso do curso de Pedagogia/UEMA no ano de 2020**



Fonte - Organização NEGESF, 2021.

As análises também foram feitas na instituição da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, com os mesmos cursos que foram pesquisados na UEMA e seguindo o mesmo sistema de análise (sistema universal de vagas, sistema especial de reservas de vagas para estudantes negros e de comunidades indígenas e sistema especial de reservas de vagas para pessoas com deficiência). Dessa forma, analisou-se que o curso de pedagogia da UFMA no ano de 2019, obteve um ingresso de 116 mulheres e 43 homens. Já em 2020

teve-se um percentual parecido, com ingresso de 74% por mulheres e 26% por homens.

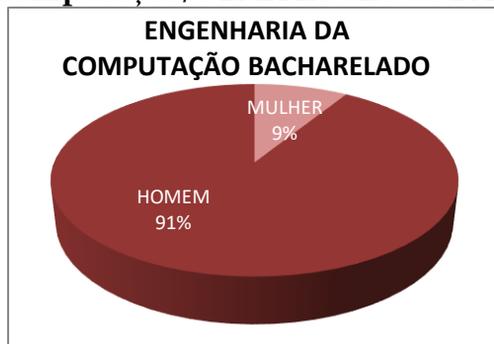
Já as análises feitas nos cursos das engenharias da UEMA, mostram um percentual muito mais baixo de ingresso feminino nos cursos e um número muito mais elevados de ingresso masculino. Dessa forma, a análise do curso de engenharia civil da UEMA, apresenta que em um total geral de 90 vagas, 71 vagas são ocupadas por homens e 19 por mulheres. Já no curso de engenharia mecânica da instituição aparece com um percentual de 88 % de ingresso masculino no ano de 2019, onde ingressaram 11 mulheres e 79 homens no total de 90 vagas. Já o curso de Engenharia da Computação da mesma instituição, apresenta o maior índice de ingresso masculino no ano de 2019 como mostra o gráfico 4, assim apresentou ingresso de apenas 6 mulheres, e 48 homens, em um total de 54 vagas no campus de São Luís. Quando comparado ao ano de 2020, percebe-se um aumento no número masculino com 91% de ingresso e apenas 9% de ingresso feminino, como aparece no gráfico.

**Gráfico 4 - Ingresso do curso de Engenharia da Computação/UEMA no ano de 2019**



Fonte - Organização NEGESF, 2021.

**Gráfico 5 - Ingresso do curso de Engenharia da Computação/UEMA no ano de 2020**



Fonte - Organização NEGESF, 2021.

Na UFMA, as análises foram feitas através do curso interdisciplinar em Ciências e Tecnologia – BICT, onde no ano de 2019 obteve-se um ingresso de 116 mulheres, ou seja, 24% de ingresso feminino e 376 homens, representando 76% do ingresso no curso. Em relação ao ano de 2020, podemos observar uma diminuição de ingresso feminino, com 106 mulheres no total e mantendo o número de 373 ingressos masculino. Percebe-se também através da análise do

censo de educação superior de 2017 do ministério da educação, um percentual maior da presença feminina no ambiente acadêmico, onde constam 55,2% de ingresso feminino na universidade e 44,8% de ingresso masculino, as matrículas também compõem 57,0% por mulheres e 43,0% por homens.

Dessa forma, através desses dados podemos analisar a questão da escolha da profissão entre homens e mulheres. Como vimos através dos dados coletados ainda persiste a ideia da rotulação de educadoras para a esfera feminina, pois os cursos de pedagogia e licenciatura ainda possuem uma grande prevalência feminina, enquanto nos cursos das engenharias, ainda temos um percentual masculino muito maior. Assim, Lassance e Magalhães (1997) vão ressaltar essa questão do papel das diferenças biológicas entre os sexos, que são assumidas na cultura segundo pautas de hierarquização de papéis e posição de status. As noções de “homem”, “mulher”, “masculino” e “feminino” são categorias historicamente construídas, cuja especificidade passa pelas diferenças culturais particulares de cada grupo social e as definições de realidade que engendram.

Com isso, (Lemos, et al. 2005), traz para esse diálogo que, escolher uma profissão para a mulher é uma tarefa duplamente difícil, pois em seu processo de decisão profissional precisa compatibilizar o autoconceito (que é formado com forte ênfase na expressividade, no cuidado do outro, na interdependência, na

afetividade, na obediência etc., características consideradas como “femininas”) e os conceitos atribuídos às ocupações. Conversando com Lassance e Magalhães (1997), ele coloca que estes autores levantam a questão da incapacidade da cultura em valorizar essas características “femininas” nas profissões, sendo, portanto, as profissões ditas “femininas”, mais voltadas para o cuidado do outro, menos valorizadas socialmente que as ditas “masculinas”.

### **Um olhar sobre gênero através dos grupos de pesquisa**

Concordando com Rossit *et al* (2018), entende-se por “grupos”, o trabalho coletivo que deriva da união, em um mesmo espaço físico ou virtual, de diferentes pessoas com interesses comuns. A oportunidade da convivência, de estar junto, aprender junto e de fazer junto, da aprendizagem compartilhada, do conhecimento de uns com os outros, das interações e das intenções de cada integrante do grupo, quando liderada com princípios norteadores e ancorada em conhecimento científico sólido, tem o potencial de se transformar em um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional. De acordo com os dados das entrevistas realizadas com as universitárias, percebe-se um baixo nível de ingresso nos grupos de pesquisa, onde 82,4% das universitárias não participam, e apenas 17,6% participam de um grupo de pesquisa.

Com isso e de acordo com as entrevistas realizadas virtualmente com coordenadores de grupos de pesquisa da UEMA e

UFMA, com temáticas voltadas para a questão de gênero, foi relatado que o ambiente dos grupos de pesquisa busca proporcionar um espaço acolhedor e com debates críticos que englobam processos de resistência e temáticas de promoção de ações voltadas para mulheres, dessa forma as mulheres hoje já têm uma maior consciência sobre seus direitos.

[...] Então, eu acredito que mesmo elas não se intitulado feministas, elas têm consciência desses direitos, a maioria, não diretamente de forma sistemática, como a gente sabe dos direitos das mulheres, mas tem maior consciência de que não querem ser subalternizadas, entende? Tantas mulheres instruídas no sentido de terem mais conhecimento por que frequentaram mais anos escolares, quanto outras mulheres. (Michelly Carvalho, coordenadora do grupo de pesquisas Maria Firmina dos reis, e docente da UFMA. 2021).

Para Pereira e Favaro (s.d), a análise do percurso histórico das mulheres brasileiras no ensino revela que as mulheres enfrentaram diversas dificuldades para obterem o direito ao ensino, pois durante muito tempo a educação da maioria delas foi destinada apenas para o mundo privado. Atualmente, porém, constata-se que as mulheres ultrapassaram os homens no cenário educacional brasileiro em todos os níveis, na busca de garantias para que um dia possam ocupar um lugar de igualdade junto aos homens perante a sociedade, principalmente, no que se refere a sua atuação profissional. Mas, as dificuldades persistem. De acordo com a professora Vívian Aranha, da Universidade Estadual do Maranhão e integrante do grupo de pesquisa francês GTM, as dificuldades sempre existiram, mas a

mulher precisa buscar uma referência para se manter firme no ambiente educacional.

Que se elas se aproximem de outras mulheres que conseguiram, com dificuldade na maioria das vezes, mas que conseguiram. Às vezes o apoio não vem de casa, o apoio vem de uma referência. Uma referência pode ser dentro de casa, como pode ser fora, que elas se busquem apoio, que busquem inserção dentro de meios que são favoreçam essa emancipação. Eu acho que é uma boa para elas. (Vívian Aranha, integrante do grupo GTM (gênero, trabalhos e mobilidade) do Centro Nacional de Pesquisa francesa e docente da UEMA. 2021).

Neste sentido, concordando ainda com Pereira e Favaro (s.d), é importante analisar historicamente a condição feminina em nossa sociedade ao longo do tempo, a fim de possibilitar a compreensão dos fatores que contribuíram para que as mulheres pudessem ter direito de acesso ao ensino no Brasil, principalmente no que se refere a sua inserção no ensino superior. Dessa forma, para SILVINO e HENRIQUE (2017), trabalhar a temática de gênero se faz de suma importância, na luta pela reflexão da condição das mulheres e consequente da existência humana, sendo construídas formas de vida entre homens/mulheres livres, estabelecendo relações iguais, que ambos desenvolvam suas potencialidades, numa sociedade para além do capital e não existam explorações e dominações sociais. Assim para a professora Kelly Oliveira, integrante do grupo de pesquisa GENGE, os grupos de pesquisa voltados para temáticas de gênero são de extrema necessidade para se pensar ações conjuntas devido à própria questão do patriarcado que ainda é muito presente e da emancipação feminina.

Porém, mesmo diante de tanta luta as mulheres ainda enfrentam várias questões de exclusão e dificuldade, seja em ambientes públicos ou privados, assim a análise que trazemos aqui se refere às dificuldades que essas mulheres enfrentam dentro do próprio ambiente acadêmico, sendo descritos não apenas por elas, mas por integrantes do corpo docente das universidades. Trazendo Louro (1997) para a discussão, percebe-se que a escola enquanto um dos espaços formadores de opiniões e transmissora de conhecimento tem contribuído para a manutenção das relações desiguais entre homens/mulheres, assim colaborando com uma sociedade segregada e opressora.

Desse modo, para Miguel (2011), a presença feminina nos principais espaços de poder, no Brasil, é recente e continua muito minoritária, e o que é ainda mais importante, tende a ser periférica. Nesse sentido, dialogando com Salomão (2009), a tentativa de desqualificar a presença das mulheres nos espaços de poder corresponde a uma necessidade de legitimação do domínio masculino nas estruturas patriarcais do Estado. Do contrário, se a mulher se sente segura de sua capacidade intelectual e operativa, confiante em seu futuro, ela coloca à prova a supremacia incondicional dos homens e cria possibilidade de uma nova forma de existir para si. Quando perguntada para a professora Vivian Aranha, docente da UEMA e integrante do grupo de pesquisa francês GTM, ela apontou exatamente essa invisibilidade da mulher na ocupação

dos espaços de poder dentro e fora da universidade, e inclusive na questão dos cursos majoritariamente masculinos.

As questões que ela propõe como forma de solução ou amenização dessas dificuldades é voltada para que haja outras formas de inserção das mulheres no âmbito acadêmico, além dos grupos de pesquisa. Desse modo, percebe-se que ainda há um grande passo a ser dado pela universidade na promoção de um ambiente mais igualitária entre mulheres e homens, principalmente dentro dos cursos de graduação, pois como já foi apresentado anteriormente, os cursos de exatas são majoritariamente masculinos e de humanas, majoritariamente feminino, assim como também a distribuição dos cargos de poder. Concordando com Salomão (2009), é importante refletir sobre a presença das mulheres nos espaços de poder afim de animar o debate a respeito do lugar que compete a homens e mulheres na sociedade ocidental. Fato que coloca em pauta argumentos que influenciaram toda a existência humana. Os papéis historicamente desempenhados por homens e mulheres se manifestam tão “peculiares” na vida cotidiana que chegam ao ponto de se auto revelarem como naturais, intrínsecos ao ser humano.

## **Os desafios da dupla/tripla jornada de trabalho no ensino superior: qual o papel da universidade diante das problemáticas?**

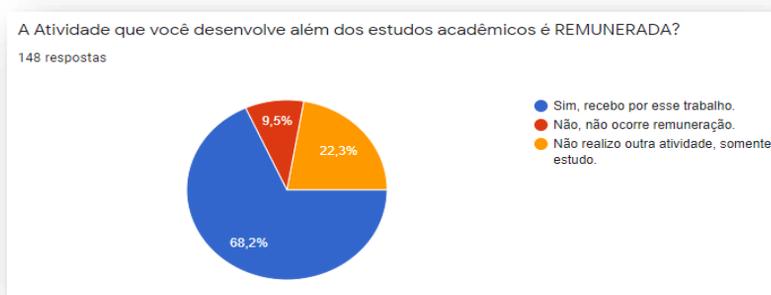
Concordando com Schmidt (2012), a história da mulher ocidental foi marcada por lutas em busca de direitos iguais e reconhecimento. A emancipação feminina tão almejada acompanhou as conquistas mais expressivas da vida da mulher. A crescente autonomia em relação ao comportamento reprodutivo, o direito ao divórcio e a maior inserção da força de trabalho da mulher vão delineando as novas relações desse indivíduo perante a sociedade.

Nesse sentido as questões analisadas neste tópico são voltadas para a dupla ou tripla jornada de trabalho das universitárias da Universidade Estadual do Maranhão, pois sabemos que muitas mulheres que ingressam no ensino superior exercem o trabalho remunerado, e são ou tornam-se mães durante a graduação, além do trabalho doméstico. Desse modo, aqui se analisou como essas universitárias conciliam todas as suas jornadas de trabalho, e se a própria universidade possibilita um ambiente flexível para tornar mais fácil o desempenho das mesmas em âmbito acadêmico.

O ponto de partida que trazemos aqui se refere primeiramente a questão das universitárias mães, onde observou-se que em um total de 148 respostas trabalhadas, 87,2% das universitárias não possuem filhos, enquanto apenas 12,8% das universitárias são mães com 1 à 4

filhos, mas esse baixo percentual não deve ser descartado, afinal o gráfico 10, nos mostra que 68,2% das mulheres exercem o trabalho remunerado e 9,5% não exercem. Entretanto os dados apontam que 76,4% das universitárias exercem outras atividades, enquanto 23,6% não exercem, assim isso nos mostra que há sim a presença de universitárias que realizam a dupla/tripla jornada de trabalho.

**Gráfico 10: Percentual de universitárias que realizam o trabalho remunerado (UEMA)**



Fonte: Organização NEGESF, 2021.

Dessa forma, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos, para Bruschini (2000), essa persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e com a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, aquele que mais interfere no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos. Sabemos também que não interfere apenas na atividade do trabalho

remunerado, mas também no próprio ambiente acadêmico, seja nas aulas, grupos de pesquisa, monitorias, empresas juniores e vários outros seguimentos.

Dito isso, pensar o papel da universidade é fundamental na promoção de demandas que auxiliem as mulheres a se manterem no ambiente acadêmico, a serem ouvidas, respeitadas, e integradas igualmente. É um ambiente onde elas devem levantar pautas voltadas para suas vivências cotidianas. Segundo a docente e coordenadora do grupo LIDA, Marivânia Furtado, “a formação acadêmica gera certo empoderamento que as diferencia as universitárias das outras mulheres trabalhadoras, devido ao acesso a informações qualificadas”.

A pesquisa nos mostra também que 59,5% das universitárias não identificam fatores exercidos pela universidade que invisibiliza a presença de mulheres na academia, enquanto 40,5% identificam esses fatores. Porém, a pesquisa também aponta que 73,6% não percebem ações realizadas pela universidade que trate diretamente a questão da desigualdade e discriminação de gênero existente na academia, apenas 26,4% colocam que conseguem identificar.

Com isso percebemos que por mais que haja um grande percentual de universitárias que não percebem fatores que invisibiliza a presença das mulheres na academia, há ainda um percentual maior que não identifica ações que trate diretamente da discriminação e desigualdade de gênero. Podemos analisar que esses

dados nos mostram o quanto essas ações são necessárias, afinal há todo um contexto por trás das questões que envolvem discriminação e desigualdade de gênero, assim algo que já foi tão arraigado na nossa sociedade devido a constante presença do patriarcado, passa a ser algo naturalizado e que não recebe a análise crítica necessária, e passa despercebido.

Concordando com os coordenadores de grupo de pesquisa entrevistados, o debate sobre gênero é algo que vai muito mais além dos grupos de pesquisa, por mais que todos eles trabalhem a promoção de ações que tratam dessas questões e colocam a mulher como foco, os grupos ainda não possuem a integração e visibilidade suficiente, de acordo com o gráfico 11 já apresentado. É preciso que as ações transcendam os grupos de pesquisa e atinjam a maior parte das mulheres agindo como um incentivo para que estas busquem conhecimento e atuem em pautas que ressaltem seus direitos, promovam ações e incentivem outras mulheres. Assim, de acordo com uma das entrevistadas a instituição da UEMA deveria propor ações que motivem as mulheres a ingressarem em cursos ditos masculinos.

“Incentivando mais as mulheres a participar das ações, hoje já se ver mais mulheres no meu curso (administração), mas ainda é pouco e precisamos ajudar outras mulheres a acreditarem no seu potencial, e seguir seus sonhos (graduação). E isso reflete na comunidade e querendo ou não dá força para mulheres que desistiram por fatores pessoais e familiares” (Entrevistada do curso de administração – UEMA. 2021).

Como as entrevistadas relataram os grupos de pesquisas dão lugar de fala as mulheres e incentivam que pautas sobre suas vivências sejam levantadas e multiplicadas. Pensar em promoções que desconstrua o cenário de discriminação e desigualdade de gênero é fundamental dentro de uma universidade, que é um ambiente para desconstrução do senso comum, os dados apontam algumas melhorias que as universitárias sugerem que a instituição possa fazer, a começar pelo número de vagas que remete o curso de CFO, onde há pouquíssimas vagas para as mulheres o que aumenta a desigualdade entre homens e mulheres, de acordo com uma das entrevistadas abaixo.

“A equiparação da quantidade de vagas para homens e mulheres, tendo em vista que atualmente é reservado para o gênero feminino apenas 10% da quantidade de vagas, tornando a nossa participação no e dentro da Polícia Militar, algo totalmente irrisório”. (Entrevistada do curso de CFO – UEMA. 2021).

Assim a construção dos papéis sexuais impostos para homens, como Machão, Viril, Poderoso, Dominador, está impregnada em nossa sociedade, sendo repassada para as futuras gerações, com naturalidade, e sendo expostas nos ambientes de trabalho, nos ambientes acadêmicos e em lugares de disputas entre ambos os sexos. A luta pela igualdade de gênero é taxada como “mimimi” (vitimíssimo) por alguns que já enxergam diversas situações como naturais entre os sexos, e atribui assim estereótipos as mulheres que lutam por igualdade, como relata uma das entrevistadas do curso de filosofia da UEMA, “Não sei, sinceramente, não é cansativo, é

exaustivo tentar ir contra o sistema, e na maioria das vezes, quase sempre, o papel que nos atribuem é o de "louca" ou "histérica", o que não é nada novo”.

De acordo com Farber, *et al* (2012), a universidade, é um ambiente particular, é uma das instituições que possui influência na sociedade. Representa um modelo, é uma referência, dissemina conhecimento e ao mesmo tempo reflete aspectos da realidade social, anunciando e antecipando mudanças que nela ocorrem. Como toda instituição, o ambiente universitário, desperta expectativas na sociedade quanto a sua atuação. Através do tripé: ensino, pesquisa e extensão a educação superior atinge a essência de sua missão. Ou seja, preparar os indivíduos quanto aos conhecimentos técnicos e saberes profissionais para atuarem no mercado de trabalho e formar a pessoa humana, integrando-a na sociedade como verdadeira cidadã. Dessa forma, a universidade deve promover a igualdade inspirando jovens, principalmente mulheres a ingressarem no ambiente acadêmico, de acordo com uma das entrevistadas abaixo.

“Com estímulos que inspirem as jovens a prestar vestibular para cursos com maioria de alunos homens. Sabemos, no entanto, que para que isso dê certo é necessário um trabalho conjunto com outras instituições e a nível nacional. As mulheres precisam estar presentes em todas as áreas e não apenas legadas a educação. É necessário ensinar os jovens a pensar amplamente e não apenas reforçar a escolha de um curso "mais adequado a mulheres" ou "mais adequado a homens"(Entrevistada do curso de Letra Licenciatura – UEMA. 2021).

Entretanto, as pesquisas relacionando educação e igualdade ou desigualdades tem demonstrado que apesar de serem supostos os princípios de igualdade para todos, a instituições de ensino podem estar utilizando mecanismos sutis de discriminação (BONDER, 1994). A universidade pode estar reproduzindo o modelo patriarcal, isso se apresenta em um dos relatos de uma das entrevistadas abaixo.

“Tudo começa dentro de sala de aula, ao dar voz aos alunos, há casos de mulheres que quando estão falando simplesmente são interrompidas por homens. Há casos de rodas de conversas em que são faladas piadas machistas, e os homens precisam se conscientizar sobre isso”. (Entrevistada do curso de Direito – UEMA. 2021).

Farber (2012) ainda coloca que se a universidade desempenha o papel de um agente social que cria, transmite e dissemina conhecimentos, constituindo exemplo e referência para a sociedade, não se podem admitir disparidades neste âmbito. Para tanto, é necessário rever e avaliar suas atividades acadêmicas. Com isso, um ponto muito importante que os dados apontaram foi a necessidade do ambiente acadêmico da UEMA promover medidas que deem suporte as mães universitárias, apesar da instituição disponibilizar a essas universitárias a licença maternidade, o retorno destas ao ambiente acadêmico após o parto é algo ainda muito complicado.

“A universidade poderia promover espaços para que as universitárias mães possam deixar seus filhos, pois isso é um fator que dificulta a permanência delas no ambiente acadêmico, o retorno para as aulas muitas vezes acaba sendo dificultado, pois não temos com quem deixar os nossos filhos. Sinto muita falta de debater essas questões sobre mulheres e ações par as mesmas fora dos grupos de pesquisa”. (Entrevistada do Curso de Ciências Sociais Bacharelado – UEMA. 2021).

Continuando com Farber (2012), indivíduos são diferentes, homens e mulheres podem possuir diferenças, entretanto tais distinções não podem refletir desigualdade e inequidade. Tais diferenças são motivos fortes para que haja complementariedade tanto na vida pública quanto na vida privada. A diversidade de olhares é o que enriquece. E a universidade que é formadora de consciência, de visões, deve-se fazer presente nesta construção de neutralidade das identidades, dos papéis e ideologias de gênero.

Dessa forma, o que os dados apontam é que o ambiente acadêmico disfarça a real situação da mulher universitária, ainda há um grande passo a ser dado pela instituição na promoção de igualdade entre os sexos dentro do ambiente da academia, assim como expandir ações e atividades que englobam a necessidade da mulher, seja na questão dos direitos, segurança ou suporte na questão materna, sendo este último a principal causa do afastamento temporário ou mesmo da desistência do curso.

## CONCLUSÕES

Percebemos que, dentro das universidades públicas do Maranhão aqui estudadas (UEMA e UFMA), persiste entre os cursos a divisão de gênero voltada para a questão do sexo, onde a mulher tem predominância em cursos voltados para a educação, o cuidado etc., e os homens prevalecem em cursos que destacam a masculinidade de acordo com as rotulações sociais. Em alguns casos,

destacou-se a aproximação entre os gêneros apenas para os cursos de licenciatura, onde os homens ou se aproximavam do percentual feminino ou excediam esse percentual, mas isso não foi visto nos cursos das engenharias, sempre o percentual feminino era mais limitado. Percebe-se assim, que atribuições socialmente definidas para homens e mulheres, no fim das contas, permanecem nas concepções culturais, uma vez que delegam ainda às mulheres as responsabilidades da reprodução social.

No âmbito acadêmico observamos um déficit de promoções de demandas e ações voltadas para mulheres dentro da Universidade Estadual do Maranhão, além dos grupos de pesquisa. Outro fator identificado foi que por mais que a maioria das universitárias apontaram não perceber fatores que invisibiliza a presença da mulher na academia, ainda sim tivemos um percentual de 39 mulheres que percebem esse fator, ou seja, ele não é inexistente dentro da universidade. Dessa forma, a universidade deve buscar a construção de uma cidadania mais justa e digna, uma sociedade da qual todos possam gozar de seus direitos de cidadão, sem exceções, e para que isso aconteça, esse espaço deve dar voz a seus alunos, principalmente as universitárias.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico,

trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Volume II. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BONDER, G. Mujer y educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.6, p.9-48, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistências da discriminação? (Brasil 1985/95). In: Rocha, M. (org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios**. São Paulo: ED. 34, 2000.

FARBER, Susana Gauche; et. Al. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **XII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. V. 5, nº 4, dezembro, Edição Especial. Florianópolis. 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas educacionais. **Censo da educação superior – MEC**. Setembro. 2018. Acesso em: 22/02/2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/fil>

LASSANCE, M.C.P. & Magalhães, M.O. (1997). Gênero e escolha profissional. In: R.S. Levenfus (Org.). **A Psicodinâmica da escolha profissional** (pp. 47-61). Porto Alegre: Artes Médicas.

LEITE, Célia Regina Vieira de SOUZA-. A relação profissão e gênero, a sociedade e sua cultura. **Jornada do PPGE do Centro Universitário Moura Lacerda**. Novembro de 2016.

LEMOS, Caioá Geraiges De; Et al. **BOLETIM DE PSICOLOGIA**, 2005, VOL. LV, Nº 123: 129-148.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MELO, Hildete Pereira de. Relações de Gênero na Educação Superior: uma análise do Programa Ciências sem Fronteiras. Interterritórios – **Revista de educação**. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru. V.4. N.6. 2018.

MENDES, Maíra Tavares. MÃES NA UNIVERSIDADE: TRABALHO REPRODUTIVO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA. **Revista Feminismo**. Vol.8, N.3, Set. - Dez. 2020 • [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br)

MENDES, Raquel Almeida; COSTA, Kenia Gonçalves. A mulher no espaço acadêmico – Científicos diálogos entre feminismo, gênero e mulheres na ciência. **Revista do Instituto histórico e geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN:2359-0821-Online), Belém, V.07, n.02, p.65-81, jul-dez./2020

MIGUEL, Luís Felipe. Mulheres e espaços de poder no Brasil. Instituto de Ciência política – Universidade de Brasília. Autonomia econômica e empoderamento da mulher. **Textos acadêmicos. Fundação Alexandre de Gusmão**. Brasília, 2011.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. **EDUCERE**. ISSN2176-1396

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador, *et al.* **Grupos de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre educação interprofissional (IEP): narrativas em foco.** Interface comunicação, saúde e educação, 2018.

SALOMÃO, Mirian da Silva. A presença da mulher nos espaços de poder: a interiorização do poder patriarcal. **IV Jornada internacional de políticas.** São Luís. 2005.

SCHMIDT, Natalia Taiza. A dupla jornada de trabalho: reflexão sobre o vínculo da mulher com o trabalho doméstico em contexto de ensino e aprendizagem de sociologia para o nível médio. Ensino de sociologia em debate. **Revista eletrônica: LENPES – PIBID de ciências Sociais – UEL,** 2012.

SILVINO, Dariana Maria; HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim. A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária. **VIII Jornada Internacional de políticas públicas.** UFMA. 2017

SOUSA, Luana Passos De; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **ESTUDOS AVANÇADOS** 30 (87), 2016.

VALENZUELA, Maria Elena. La situación laboral y el acceso al empleo de las mujeres en el Cono Sur. In: Valenzuela, Maria Elena, Reinecke, Gerhard (Org.). **¿Más y mejores empleos para las mujeres?:** la experiencia de los países del Mercosur y Chile. Santiago de Chile: Oficina Internacional del Trabajo. (Documentos OIT). 2000.

# UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA SOBRE AS DINÂMICAS ÉTNICAS DO POVO INDÍGENA TENETEHARA

Ana Thais Teixeira Pereira<sup>1</sup>

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, os censos nacionais têm demonstrado o crescimento e o reconhecimento da população indígena no Brasil e, a partir dessa questão, é que se propõe compreender, contabilizar e interpretar criticamente a população indígena maranhense, destacando o povo indígena Tenetehara. Busca-se investigar o crescimento, declínio e estabilidade da população indígena no Maranhão e localizar em que lugares da unidade federativa está localizada a população indígena, com destaque para o povo Tenetehara, por intermédio das ferramentas do IBGE.

Como metodologia quantitativa, utilizaram-se os dados censitários coletados pelas ferramentas do IBGE, SIDRA e BME, que permitiram acesso aos dados sobre a população indígena para conseguimos fazer as análises e interpretações acerca das fronteiras étnicas dos povos indígenas e dos Teneteharas. Além disso, para efeito de comparação, recorre-se aos dados disponibilizados pelo Instituto Socioambiental e pela FUNAI.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista em Iniciação Científica pela UEMA.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia (PPGG/UFRJ). Pesquisador do PPGCSPA/UEMA.

A metodologia foi estabelecida a partir da leitura, discussão e análise crítica de textos associados ao levantamento, tratamento e análise de dados demográficos, além de um esforço para contextualização histórica e teórica sobre os temas delimitados. A construção do arcabouço teórico-conceitual e da contextualização acerca do tema foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores como Almeida (2004), Anderson (2008), Barth (2000), Besson (1995) e Oliveira (1997 e 2016).

O estudo identificou os potenciais e as deficiências dos censos nacionais a partir de análises sobre presença indígena, problematizando as recentes modificações metodológicas nos censos e seus efeitos nos resultados. Em relação à população indígena, identificou-se o crescimento da presença indígena no Maranhão, o reconhecimento das regiões de concentração da população indígena e da presença indígena dispersa em grande parte do Maranhão.

## **METODOLOGIA**

### **Contextualização histórica, teórica e conceitual**

O historiador e cientista político Benedict Anderson (2008) tratou sobre como o censo foi um instrumento utilizado pelo Estado Colonial para manter o seu domínio. Anderson (2008) constata que o Estado Colonial criou três instituições de poder antes de meados do século XIX e que essas instituições modificaram a forma e função

das zonas colonizadas, justamente quando tais zonas coloniais entraram na era da reprodução mecânica.

As três instituições de poder que Anderson (2008) se refere são o censo, o mapa e o museu, e o autor explica como elas tiveram a capacidade de moldar a maneira como o Estado Colonial construía o seu domínio. Essas três instituições de poder colonial possibilitaram: com o auxílio do censo, conhecer e descrever os indivíduos que o Estado governava; a partir do mapa, estabelecer a geografia, a imagem do território; e com o auxílio dos museus, construir a legitimidade do seu passado em comum, sua história.

As noções empregadas pelo autor colaboraram para a compreensão sobre como o Estado brasileiro pode utilizar a ferramenta de pesquisa censitária para contabilizar a população indígena brasileira e como a ferramenta censitária auxiliou no fortalecimento do Estado Colonial. Na concepção do pesquisador, as três instituições já citadas estão mutuamente interligadas e demonstram a mentalidade do Estado Colonial, que tende a ser massivamente categorizador com as ‘identidades’ dos lugares dominados por ele. Em um trecho do livro acima citado, Benedict Anderson (2008) exprime precisamente as intenções do Estado Colonial e como o censo auxiliou na visualização dos seus domínios:

A verdadeira inovação dos recenseadores dos anos 1870, portanto, não constitui na construção das classificações etno-raciais, e sim na sua quantificação sistemática (...). Os objetivos eram concretos e específicos: manter um rastreamento daqueles que realmente poderiam ser tributados e recrutados para o exército — pois esses

dirigentes estavam interessados apenas em lucros e potenciais soldados (ANDERSON, 2008, p. 233).

Dessa forma, ele expõe como o Estado Colonial tende a ser categorizador com as “identidades” dos locais dominados por eles, assim como Almeida (2004), que explana sobre como o Estado brasileiro, com resquícios do período colonial, cria categorias “limitadoras e coloniais”.

Este autor, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2004) entende as terras tradicionalmente ocupadas como representantes da diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em seus convívios com os recursos naturais. Um dos questionamentos levantados pelo teórico é a dificuldade do reconhecimento pelo Estado das “terras tradicionalmente ocupadas”, em decorrência da necessidade oficial de categorização e da dificuldade de se encaixar os povos nestas categorias. A caracterização feita por ele auxiliou para a visualização de como as categorias censitárias são instituídas pelo Estado brasileiro.

O Estado cria categorias e essas são resquícios do Estado colonial, segundo Almeida (2004). Assim, as categorias impostas pelo Estado com seus traços coloniais não conseguem compreender o grau de complexidade das relações dos grupos, que também são dinâmicas. Com o surgimento de novas formas de ocupação, passam também a existir novas formas de definições de territorialidades específicas e que, conseqüentemente, não terão o reconhecimento legal.

Na concepção do antropólogo, o não reconhecimento legal da territorialidade dos povos tradicionais, indígenas e/ou quilombolas, ocorre pelo fato do Estado ter categorias instituídas (por exemplo as categorias censitárias) que são limitadoras e coloniais, o que não permite outras compreensões sobre os processos de territorialização e não levam em consideração as realidades dos povos tradicionais. Dessa forma, Almeida (2004) entende que a territorialidade opera como fator de identificação, defesa e força.

A Constituição de 1988 foi marcada pelo pluralismo jurídico (ALMEIDA, 2004). Esta trouxe uma nova relação jurídica entre o Estado e os povos minoritários, marcando o direito à diferença, reconhecendo os direitos étnicos e reconhecendo, também, que no Brasil existe uma diversidade étnica e cultural. Vale destacar, por exemplo, que o Art.68 da Constituição de 1988 propõe uma forma inovadora de lidar com estas territorialidades, possibilitando agora uma apropriação formal das terras para os povos quilombolas, a qual é baseada no direito à propriedade definitiva e não se constitui como uma terra tutelada pela União, tal como ocorre com os povos indígenas. Entretanto, Almeida (2004) faz algumas observações no sentido de ainda existir muitas dificuldades para a implementação das disposições constitucionais, existindo obstáculos concretos de difícil superação nas homologações das terras indígenas e na titulação das terras das comunidades quilombolas.

Já o antropólogo norueguês Fredrik Barth (2000) discutiu importantes noções sobre etnicidade e grupos étnicos. Na concepção dele, o indivíduo não necessita só da autoafirmação, mas da afirmação do grupo. Pois o reconhecimento da identidade é um processo coletivo e relacional, o “outro” reforça os elementos identitários, e o “outro” é necessário neste processo, porque afirma essa identidade. É no contato com essa alteridade que se mantém e se constrói a identidade.

Barth (2000) analisou as fronteiras sociais para compreender as ações que o grupo executa. Para o autor, a noção de identidade étnica não é algo estático, ele dinamiza essa noção, descrevendo como a identidade se modifica a partir das relações, dos interesses e dos contextos envolvidos.

A partir das noções empregadas por ele, especialmente em relação à noção de identidade étnica, reflete-se no transcorrer do projeto que: quando ocorre a declaração do indígena, observamos como a identidade étnica não é algo estático e que é modificada a partir das relações, dos interesses e dos contextos envolvidos, como afirmado por ele próprio. Foi possível observar que os interesses do Estado interferiram na forma da identificação. Para tal Estado com categorias “limitadoras e coloniais” - como afirma Wagner (2004), - e, em alguns censos nacionais, como nos anos de 1872 e 1890, os indígenas estavam englobados dentro da categoria “caboclos”, logo este contexto gera modificações na identificação étnica.

Nesse sentido, a fronteira étnica é o elemento que vai construir a identificação do grupo e reforçará a identidade. Barth (2000) também elabora uma definição de grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios autores, organizando, assim, a interação entre as pessoas.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira (1997) discorre sobre a presença indígena nos censos nacionais. Segundo suas interpretações, a imagem dos índios do Brasil foi construída por intermédio dos relatos de viajantes que estavam conhecendo a América do Sul no decorrer dos séculos XVI e XVII. Esta visão eurocêntrica criou uma imagem sobre os indígenas com expectativas historicamente defasada, como fósseis vivos, pensamento explicitamente marcado pela mentalidade evolucionista.

Oliveira (1997) cita que, apesar da presença indígena ser considerada como numericamente pouco significativa, os indígenas tiveram uma grande importância na construção do Estado brasileiro e no processo de formação da identidade nacional. O antropólogo também reitera que os índios brasileiros sempre foram classificados pelo Estado e por grupos sociais conforme o grau de integração com a sociedade brasileira, como agiam em relação aos interesses do Estado ou mesmo conforme o nível de “conflito com a expansão e consolidação da ordem colonial emergente” (OLIVEIRA, 1997, p. 75). Assim, constatações construídas por Oliveira (1997) auxiliam na

identificação da presença indígena nos censos nacionais dentro da história brasileira.

Oliveira (1997) classifica a presença indígena nos censos nacionais em três tipos: as primeiras são naqueles recenseamentos dos anos de 1872, 1890, 1940 e 1950. O autor ressalta que os primeiros censos nacionais (1872 e 1890) foram marcados pela existência de quatro categorias, chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. Nestes dois censos a presença indígena é categorizada como “caboclos” (OLIVEIRA, 1997). O segundo tipo de presença indígena nos censos foi detectado naqueles dos anos de 1940, 1950 e 1980, nos quais, segundo Oliveira (1997), a presença indígena aparece diluída na temática da miscigenação. No terceiro tipo, nos anos de 1900, 1920 e 1970, são omitidos os dados sobre presença indígena e as questões étnicas e raciais, pelo motivo de que, durante este período, as variáveis eram universais, visando a representação de um país “moderno e integrado”. Somente a partir de 1991 ressurgiu a categoria indígena no quesito raça/cor, e agora, sendo definida através da autodeclaração.

Observando tal questão a partir da perspectiva dos autodeclarados, o mesmo autor afirma que:

Ao se declarar como “índio” ou “indígena”, o recenseado não está pretendendo inserir-se em uma classificação quanto à cor, mas dizer da especificidade de seus direitos e de sua relação com o Estado. Por manter uma forma de organização social e tradições culturais que considera serem provenientes de populações pré-colombianas, ele se auto identifica como “indígena” e reivindica um tratamento diferenciado do Estado

quanto às suas demandas por terra e assistência (OLIVEIRA, 1997, p.69).

Em decorrência da resposta do recenseado, quando se auto identifica e declara-se como “índio” ou “indígena”, o efeito quase “instantâneo” dessa declaração é a reivindicação de sua identidade, de seus direitos relativos ao acesso à terra e a assistência por parte do Estado.

A partir dos levantamentos quantitativos e das discussões feitas pelos autores também é possível refletir sobre como as políticas indigenistas adotadas pelo Estado, no transcorrer da história censitária brasileira, impactaram em mudanças na configuração do tratamento com a população indígena. Diante desta perspectiva, analisa-se como a política indigenista estatal pode influenciar na escolha da metodologia e da realização das pesquisas, interferindo no resultado delas, dependendo da intenção política adotada pelos governantes. Sob essa ótica Oliveira (2016) indaga-nos sobre a necessidade de compreender a intencionalidade dos dados:

Ao confrontar-se com dados numéricos ou cronológicos, não basta indagar-se unicamente sobre como eles podem ser dirigidos a servir aos interesses e perguntas colocadas pela pesquisa atual (...). Há que se avançar em uma direção preliminar e crítica, buscando saber de que instrumento cognitivo os dados quantitativos foram derivados e projeções sociais estão neles cristalizados, bem como a que usos sociais serviram e servem (OLIVEIRA, 2016, p.231).

A compreensão é a de que os dados quantitativos levantados e produzidos estão carregados de projeções sociais e de intencionalidade. É necessário questionar a que finalidade os dados

atendem, entender a intenção dos dados, conhecer a metodologia e o processo de produção de dados e considerar se a pesquisa demográfica foi produzida para atender alguma demanda.

O procedimento de realizar pesquisas demográficas na população indígena, como dito anteriormente, estão intimamente relacionadas com a política indigenista estatal. Oliveira (2016) discorre sobre o poder estatal quantificar as terras indígenas:

Medir é uma forma de arbitrar sobre direitos, especialmente quando o ato de contar é realizado por um sujeito que pode vir a deter algum tipo de poder ou autoridade sobre os atores e processos observados; medir é um ato de exame e argumentação que envolve igualmente a comparação e a normatização (OLIVEIRA, 2016, p.230).

O processo de mensurar e quantificar as vidas indígenas como forma de assegurar os direitos dos povos indígenas, quando advindo de algum tipo de poder como no caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o qual é uma entidade da administração pública federal e é responsável por fornecer os dados e informações do Brasil e que, com base nos resultados obtidos as autoridades estatais ou algum outro tipo de poder, tem poder e ferramentas para interferir ou não diante aos atores pesquisados. As pesquisas feitas sobre a população indígena brasileira estão ligadas à política nacional e ao estilo de gestão do governo. Na visão de Oliveira (2016), os dados quantitativos da população indígena brasileira estão intimamente associados ao controle e ao poder do Estado em relação aos povos e terras indígenas.

O geógrafo Haesbaert (2007) faz uma análise sobre os vínculos e as possíveis distinções entre os conceitos de território, territorialidade e multiterritorialidade. O autor compreende tais conceitos a partir de uma perspectiva sistematizada e da concepção dos “múltiplos territórios”.

O autor reconhece como “mito” a desterritorialização, não simplesmente por argumentar que “não exista” o processo de desterritorialização, mas porque trata-se de “um processo indissociável ligado à sua contraface, os movimentos de (re) territorialização muito mais múltiplos, multiterritorial” (Haesbaert, 2007, 19). O que realmente existe para Haesbaert (2007) é um movimento complexo de territorialização, no qual está incluída a vivência concomitante de diversos territórios.

Na sua proposta, a territorialidade é incorporada por dimensões políticas, econômicas e culturais, e está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2007, 22). Por sua vez o território é formado por diferentes combinações, sendo simultaneamente funcional e simbólico: um espaço formado por relações de poder. O território “funcional” é definido pela utilização com os recursos, desde as relações os “recursos naturais” até as “matérias primas”, que variam a importância de acordo com o modelo da sociedade vigente.

A geógrafa Doreen Massey analisou a noção de espaço, espaço geográfico e espaço social. Uma das ideias centrais para a autora é a de que o espaço não é estático e neutro, pois está sempre em mudança e é um produto de inter-relações. Segundo Massey (2008), o espaço é definido como a dimensão da multiplicidade, da coetaneidade, como sendo formado por um encontro de distintas trajetórias e histórias.

Na visão de Besson (1995) “as estatísticas não refletem a realidade, refletem o olhar da realidade sobre si mesma” (BESSON, 1995, p.18- 19). As estatísticas reproduzem o olhar da sociedade, pois são feitas por atores sociais que são membros da sociedade e, por isso, na produção de dados estatísticos, existe a margem de erro. Quando se trabalha com os dados demográficos é preciso fazer uma análise e interpretação dos dados existentes, no caso o que os dados disponibilizados expressam sobre a população indígena e compreender o que eles significam.

A abordagem definida para os dados demográficos foi a coleta dos dados censitários do IBGE, por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e do Banco Multidimensional de Estatísticas – BME, ambas ferramentas disponíveis na página eletrônica do IBGE. Depois de selecionados e adquiridos, tais dados foram tratados e consolidados.

A utilização do SIDRA durante as pesquisas estava voltada para a coleta dos dados e elaboração das tabelas iniciais sobre a

população indígena estadual e dos municípios maranhenses. O SIDRA é um banco de tabelas estatísticas que é utilizado pelo IBGE para arquivar tabelas que contêm os dados agregados das pesquisas que o instituto realizou.

O BME é o Banco Multidimensional de Estatísticas, também é uma ferramenta de pesquisa do IBGE. O BME possibilitou o acesso aos microdados, que são dados mais específicos, que possibilitam a realização de mais cruzamentos de variáveis. A partir do Banco Multidimensional de Estatísticas foi possível obter dados direcionados e específicos de determinadas terras indígenas e seus povos.

Também foram coletados dados de outras fontes estatísticas, como os disponibilizados pelo Instituto Socioambiental – ISA e FUNAI, ocorrendo também o tratamento dos dados. Estes dados de outras fontes estatísticas foram de muita importância por servirem de comparativos com os dados apresentados pelo IBGE, permitindo a problematização destes.

## **RESULTADOS**

### **Análises sobre a presença indígena nos censos 1991, 2000 e 2010**

Para realizar a investigação da dinâmica demográfica da população indígena no Maranhão foi realizada uma análise comparativa entre os dados coletados dos censos realizados nos anos

de 1991, 2000 e 2010. Observou-se, então, que houve um aumento progressivo da população autodeclarada indígena no estado do Maranhão.

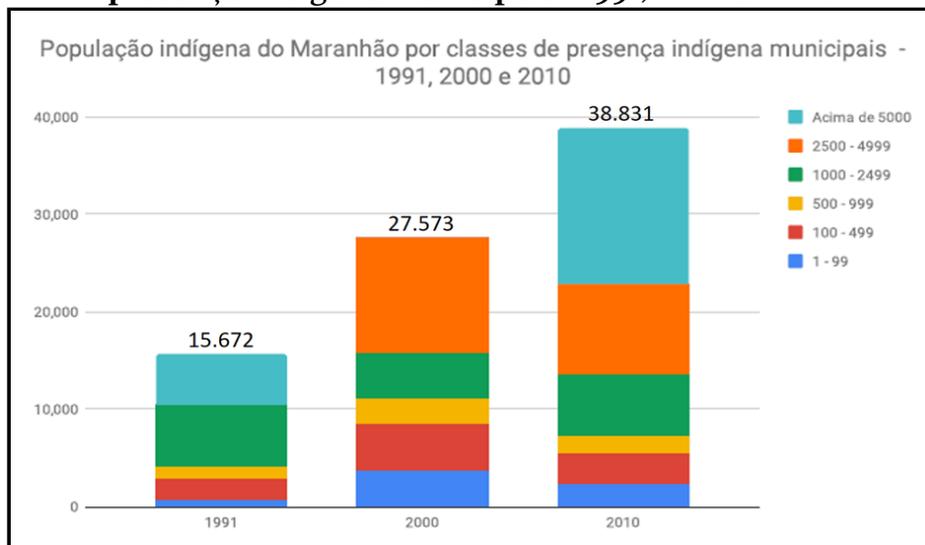
No Censo Demográfico Nacional de 1991 foram contabilizados 15.672, em 2000 houve o registro de 27.573, e em 2010 esse contingente aumentou para 38.831 indígenas. Destes últimos 29.621 estavam dentro das terras indígenas e 9.210 fora das terras indígenas. Logo, cerca de 24% da população indígena maranhense não é reconhecida pela FUNAI, devido aos resultados apresentados pelo próprio órgão indigenista que são conflituosos e incertos. Os dados apresentados pela FUNAI não são padronizados e atualizados, principalmente quando comparados com os dados apresentados pelo IBGE no censo.

No mesmo Censo de 2010 foi verificado que 24.428 pessoas se autodeclararam como sendo da etnia Tenetehara, ou 68,2% do total de indígenas do estado. Estes representam 2,72% do total de autodeclarados indígenas no país, representando, desta maneira, a sexta maior etnia indígena brasileira.

No gráfico a seguir (Figura 1), é mostrada a distribuição da população indígena do Maranhão, por classes de presença indígena por município, nos censos 1991, 2000 e 2010 (as três colunas). Na classe em azul temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 1 e 99 indígenas. Na classe vermelha temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre

100 e 499 indígenas. Na classe amarela temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 500 e 999 indígenas. Na classe verde, a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 1.000 e 2.499 indígenas. Na classe laranja, a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 2.500-4.999 indígenas. E em azul claro, a população indígena total que habita nos municípios com mais de 5.000 indígenas.

**Figura 1 - População indígena do Maranhão por classes de presença indígena municipais - 1991, 2000 e 2010.**



Fonte: Censos Nacionais, 1991, 2000 e 2010 - IBGE.

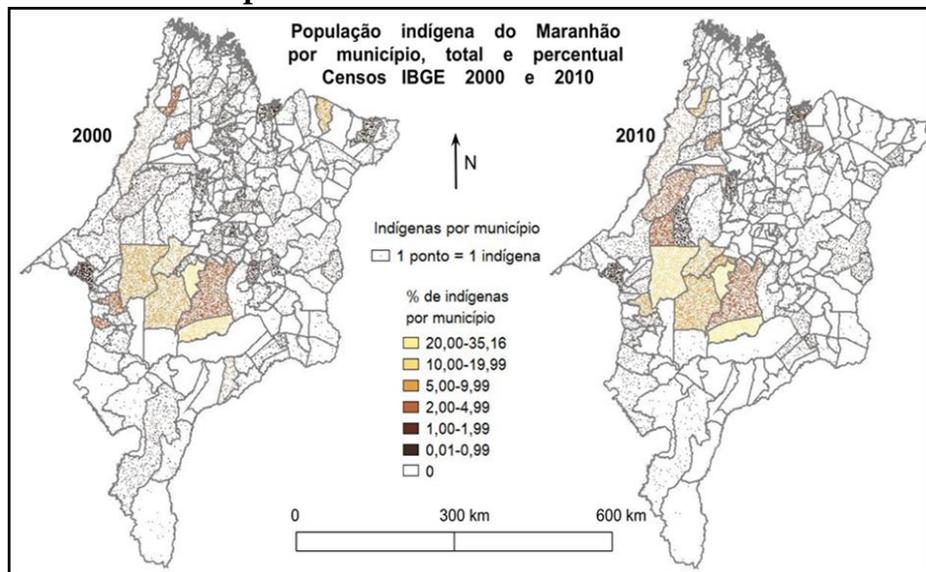
A localização da população indígena foi identificada nos mapas (Figura 2), os quais mostram a distribuição da população indígena do Maranhão por município nos censos de 2000 e 2010. Cada ponto nos mapas equivale a um indígena no censo. Os

municípios sem pontos não tiveram nenhum autodeclarado indígena nestes censos. As cores dos pontos representam a participação dos indígenas na população total do município. Assim, os pontos em preto representam os municípios em que os indígenas são menos de 1% dos habitantes. Já os em amarelo claro são municípios onde os indígenas são mais de 20% da população. Quanto mais claro maior o percentual de indígenas entre os habitantes do município.

Destacamos nesses mapas duas importantes questões. A primeira é uma concentração da população indígena em algumas regiões, as quais são locais que possuem terras indígenas demarcadas. São as regiões com maiores números de pontos nas cores mais claras. A segunda, por outro lado, é o destaque de uma população indígena dispersa por todo o estado. Eles estão representados no mapa no grande número de municípios com poucos pontos em preto. Apesar de representarem um baixo percentual da população total, estão distribuídos na maioria dos municípios do Maranhão.

Percebe-se, também, algumas mudanças entre os mapas. Os municípios com maior presença indígena, aqueles com terras demarcadas, tiveram um aumento tanto da população total de indígenas (número de pontos) quanto da sua participação frente à população total do município (cores mais claras). Contudo, alguns outros municípios diminuíram sua população indígena e a participação deles na população total.

**Figura 2 - População indígena do Maranhão por município, total e percentual – Censos IBGE 2000 e 2010**



Fonte: Censos Nacionais, 2000 e 2010 - IBGE.

Dentre estes municípios nos quais os censos identificaram uma diminuição no número de indígenas, o caso mais emblemático é o do município de Santo Amaro do Maranhão. Este tinha 769 indígenas em 2000, os quais representavam 8% dos habitantes do município e 10 anos depois não possuiu nenhum autodeclarado indígena. Como resposta a essas mudanças apontamos três hipóteses: movimentos migratórios; mudança na identificação étnica e/ou que a alteração na metodologia do censo tenha tido consequência nos seus resultados.

A próxima tabela (Figura 3) mostra as 12 terras indígenas do Maranhão que possuem a etnia Tenetehara. Uma delas ainda não

tem dados pois está em identificação pela FUNAI. O censo 2010 totalizou 22.713 pessoas dentro destas terras indígenas. Dentre estas 464, ou 2% não se declararam indígenas, nem se consideravam, ou não responderam. Para efeito de comparação na tabela também são mostrados os dados mais recentes para cada terra indígena da FUNAI/FUNASA. Nas 12 terras estes dados somam 18.425 indígenas, ou 4.288 a menos do que mostrado pelo Censo do IBGE.

**Figura 3: População das Terras Indígenas com Teneteharas do Maranhão – Diferentes Fontes.**

População das Terras Indígenas com Teneteharas do Maranhão - Diferentes Fontes							
Terras Indígenas	ISA (dado mais recente)		Censo IBGE 2010				
	População	Fontes	População Total	Declaram-se indígena	Não se declararam indígenas, mas se considerava	Não se declararam indígenas, nem se considerava	Sem declaração
Araribóia	5,317	2010 (FUNASA)	7,329	6,800	197	16	316
Bacurizinho	3,663	2003 (FUNAI)	2,973	2,361	542	57	13
Cana Brava	4,510	2010 (FUNASA)	7,158	6,970	163	23	2
Caru	400	2018 (WIRAZU)	379	353	22	4	0
Geralda/Toco Preto	969	2018 (FUNASA)	163	129	31	3	0
Governador	655	2003 (FUNAI)	1,058	1,027	22	0	9
Lagoa Comprida	470	2003 (FUNAI)	808	805	3	0	0
Morro Branco	110	2000 (Funai/São Luis)	587	574	13	0	0
Rio Pindaré	1,789	2014 (Siasi/Sesai)	775	685	85	4	1
Rodeador	126	2010 (FUNASA)	638	598	34	4	2
Urucu-Juruá	416	2000 (FUNAI)	845	781	54	10	0
Vila Real (em identificação)	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18,425</b>		<b>22,713</b>	<b>21,083</b>	<b>1,166</b>	<b>121</b>	<b>343</b>

Fontes: ISA (2019), IBGE (2010).

No Censo de 1991 os dados sobre a população indígena brasileira eram coletados com base na categoria indígena do questionamento de cor ou raça, a população indígena brasileira

naquele Censo foi registrada 294 mil indígenas. Foi detectado no Censo de 2000 o crescimento da população indígena de 294 mil para 734 mil. Uma possível causa para o crescimento no número de pessoas que passaram a se reconhecer como indígenas, e não somente um efeito demográfico.

Os Censos de 1991 e 2000 não aprofundaram os questionamentos plausíveis para explicar o aumento expressivo na população indígena brasileira, e a partir do Censo Demográfico 2010 passou-se a adotar uma metodologia que introduziu um conjunto de perguntas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam e as línguas indígenas faladas. Também acrescentou a localização geográfica do domicílio indígena – dentro ou fora de Terras Indígenas já são oficialmente reconhecidas.

### **Análises sobre às divergências dos dados disponibilizados pelo IBGE**

Averiguaram-se as divergências dos dados disponibilizados pelo IBGE através das ferramentas do Instituto sobre a população indígena do Maranhão, sobretudo com as terras indígenas do povo Tenetehara. Foram encontrados dados discrepantes referentes aos índios do Maranhão (e do Brasil) nas seguintes tabelas disponibilizadas no SIDRA:

a) Tabela 136 - População residente, por cor ou raça; Dados da Amostra.

b) Tabela 3145 - População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça; Resultados Preliminares do Universo.

c) Tabela 4142 - Pessoas indígenas, por localização do domicílio e condição de indígena; Dados do Universo.

Esclarece-se que para as análises sobre a população indígena entre os três últimos censos, foi utilizada a Tabela 136. Nesta o total de indígenas do Maranhão em 2010 é de 34.339. Já para as análises do Censo 2010 foram utilizadas as tabelas 3145 e 4142, as quais apresentam como o total de indígenas do Maranhão 35.272 e 38.831, respectivamente. Os dados do universo (Tabela 4142) são os mais corretos e por isso foram utilizados nos gráficos (Figura 1) e demais cálculos. Tal incongruência foi questionada junto ao órgão oficial, contudo não foram esclarecidas.

## CONCLUSÕES

Diante disso, como considerações finais, apresenta-se: a identificação das limitações e potencialidades dos censos do IBGE para análise da presença indígena; a problematização sobre as mudanças metodológicas nos censos e suas consequências nos resultados; no tocante à população indígena maranhense, a identificação de um recente crescimento da presença indígena no estado, tanto em seu total de pessoas, quanto em sua distribuição nos municípios; a identificação de regiões de concentração da população

indígena do Maranhão; e a identificação da presença indígena dispersa em grande parte do estado, ainda que em pequeno número.

Durante os últimos censos nacionais feitos pelo IBGE, ocorreram mudanças na metodologia, que criam dificuldades e potencialidades para analisar a população indígena brasileira. Nos anos em que foram realizados os Censos de 1991 e 2000, a metodologia que o IBGE utilizou foi diferente do método aplicado no censo de 2010.

Nos Censos de 1991 e 2000, a metodologia usada foi a de autodeclaração pelo quesito “Cor ou Raça” do questionário da amostra. O Censo Nacional de 2010 lançou uma nova metodologia demográfica de coleta sobre a população indígena, diferentes de outros métodos. Na metodologia do Censo 2010 a autodeclaração pelo quesito “Cor ou Raça” ficou mantida, mas agora no questionário do universo, que abrange todas as pesquisas feitas no recenseamento. Além dessa significativa mudança (a qual conferiu maior confiabilidade aos dados), foram incluídas novas perguntas no questionário. A partir do quesito “Cor ou Raça”, se a resposta for indígena abre-se uma série de perguntas específicas: “Se considera indígena?”, “Etnia ou o povo a que pertence?”, “Fala língua indígena?”.

As diversas mudanças na metodologia da pesquisa demandam um ajuste para os pesquisadores analisarem a presença indígena no território brasileiro. A principal dificuldade resultante destas

mudanças é a construção e análise das séries históricas. Outra importante limitação do censo para a questão indígena é o fato de só existirem dados a partir do Censo 1991, dificultando a realização de investigações mais profundas e históricas sobre a condição da população indígena brasileira.

Apesar destas limitações apresentadas pelo Censo Nacional, existem potencialidades para utilizá-la para análise da população indígena brasileira, com destaque neste projeto de pesquisa para a presença indígena do Maranhão, focando no povo indígena Tenetehara. Uma das importantes possibilidades que o censo permite é a quantificação da população indígena que está fora das terras indígenas ou não são reconhecidos pela agência indigenista oficial.

Uma outra potencialidade é a contagem regular que permite a comparação de séries históricas, mesmo considerando-se as mudanças metodológicas. Outra é o universo desta pesquisa demográfica, a qual é feita pelo IBGE a cada dez anos e permite alcançar virtualmente a totalidade da população brasileira, pois a abrangência geográfica do censo é nacional.

Durante a pesquisa, constatamos que a presença indígena no Maranhão cresceu significativamente. No Censo realizado em 1991, foram registrados 15.672 indígenas, no Censo de 2000 foram contabilizados 27.573 indígenas e no Censo de 2010 foram calculados

38.831 indígenas no MA, totalizando uma diferença de 23.159 pessoas autodeclaradas indígenas entre 1991 e 2010.

Identificamos, também, que ocorreu uma diminuição nos municípios sem indígenas e, conseqüentemente, o aumento da presença indígena no Maranhão, identificada desde o Censo de 1991. Os municípios que não apresentaram nenhum autodeclarado indígena eram 88 em 1991, passaram para 65 em 2000 e em 2010 foram apenas 33.

Identificamos, também, a dispersão da população indígena pelo Maranhão, existindo um percentual significativo de índios que vivem fora de terras indígenas, estando espalhados pela unidade federativa, mesmo sendo uma população percentualmente pequena dentro dos municípios. Notamos, por outro lado, uma concentração da presença indígena nos municípios que possuem terras indígenas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente Ocupadas. **R.B ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V.6, N.1 / MAIO 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BESSION, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991**.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico - 2000**.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico - 2010**.

\_\_\_\_\_. **O que é BME?** Disponível em: [https://www.bme.ibge.gov.br/apoio/produto\\_bme.html](https://www.bme.ibge.gov.br/apoio/produto_bme.html). Acesso em 31 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Microdados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[bme.ibge.gov.br](http://bme.ibge.gov.br)>. Acesso em 19 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **O Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA permite a consulta aos dados armazenados no Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **O BRASIL INDÍGENA**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980)**. Horiz.

antropol., Porto Alegre , v. 3, n. 6, p. 61-84, Oct. 1997. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So104-71831997000200061&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-71831997000200061&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 23 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

# DIREITO

**A INTERSETORIALIDADE DA CASA DA MULHER  
BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA SUA EFETIVIDADE NO  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER  
NO ESTADO DO MARANHÃO**

Lucas Rafael Chaves de Sousa<sup>1</sup>

Isadora Lage Carvalho<sup>2</sup>

Thiago Allisson Cardoso de Jesus<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A violência de gênero contra a mulher é um fenômeno multifacetado, que permeia a sociedade e ultrapassa as barreiras econômicas, culturais e de classes sociais, de modo a atingir inúmeras mulheres submetidas a um cenário de dominação e relações de poder desiguais, que são evidenciadas desde a Antiguidade e perpetuam-se na contemporaneidade.

O debate em torno das relações de gênero encontra-se conectado com inúmeras outras variáveis – poder, violência, p. ex. – que sempre estiveram presentes na compreensão sociológica e estrutural das condutas humanas, provocando reflexões e interatividades que não podem ficar à margem desse estudo, vez que

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador bolsista pelo programa PIBIC/FAPEMA. E-mail: lucas.rafaelcs@outlook.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: isalageio@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Doutor e Mestre em Políticas Públicas pela UFMA. Professor Adjunto I do Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão e Professor Permanente do Mestrado em Direito da Universidade CEUMA. Graduado em Direito pela UFMA. Advogado. Email: t\_allisson@hotmail.com

“nenhuma relação social se passa fora da estrutura” (SAFFIOTI, *cadernos pagu* (16), 2001, p. 136).

Tal conjuntura, além de ter provocado uma anuência social visualizada recorrentemente nos conflitos que envolvem a estética de gênero, instaurou e legitimou o ideal hegemônico conhecido como *patria potestas*, que tornou possível ao masculino e à sua heteronormatividade a capacidade de irradiar sua influência em categorias subjugadas.

Essa noção preponderante gerada pela influência do *pater* não pode – e nem deve – ser compreendida somente como algo que se perfaz materialmente. Antes de tudo, ela é resultado de construções simbólicas (BOURDIEU, 2012) do indivíduo, que intrinsecamente privilegiam o masculino e estão enclausuradas no âmago de cada indivíduo coletivamente integralizado, e só depois é consubstanciada na forma de violência. Essa estética de dominação investigada pelo autor francês possui tanta influência no meio social que, na maioria das vezes, não precisa se justificar, ou seja, “não tem a necessidade de se enunciar, visando sua legitimação” (BOURDIEU, 1998, p. 15, *apud* SAFFIOTI, 2001, p. 118).

Todo esse panorama criado antes mesmo da vivência prática, aliado a uma parca efetividade do plano normativo e institucional, compromete a maneira como as vítimas se apresentam diante do fenômeno da violência de gênero, dada a não identificação imediata de qualquer manifestação comportamental hostil ou ultrajante,

aceitando-a. Nesta senda, a estrutura de poder desfavorável não permite que a maioria das mulheres, por exemplo, “questionem sua inferioridade social” (SAFFIOTI, 2015, p. 37), tornando-as refém de uma estrutura social repleta de desigualdades, que supradimensiona o masculino cis e sua heteronormatividade, bem como perpetua abusos das mais diversas naturezas.

Desde ofensas e difamações, perpassando o campo das manipulações psicológicas, indo até a violência criminal homicida, o polo passivo dessa relação vivencia uma ambiência na qual a “arquitetura do medo” (BAUMAN, 2009) prevalece, em que o temor e a insegurança são companheiros reais. A partir desse contexto, no qual as estéticas de dominação mostram-se visíveis e invisíveis, faz-se urgente o questionamento sobre o agir do Estado e de sua importância em prol do atendimento às disposições constitucionais e ao plano internacional humanitário, que amparam direitos e garantias a todos e todas, de modo a melhor compreender e buscar soluções aos dilemas que compõem um fenômeno de prejudiciais efeitos na esfera nacional e, sobretudo, para a população maranhense.

De acordo com a Convenção de Belém do Pará (1994), em que o termo gênero foi adotado pela primeira vez ao referir-se à violência contra a mulher, “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera

pública como na esfera privada”. Por essa vertente, tem-se por evidenciada a amplitude das formas de violência, que percorre um caminho gradual até atingir seu ápice, qual seja, o crime hediondo de feminicídio, o qual atenta à vida tão somente por tratar-se da existência de uma pessoa do gênero feminino.

Entretanto, apesar das coerções previstas em normativamente – Lei n. 11.340/2006 e Lei n. 13.104/2015 –, os dados da violência no Brasil são alarmantes. De acordo com o Atlas da violência (2020) que faz uma análise dos eventos ocorridos da década de 2008 a 2018, o cenário atual atesta um aumento de 4,2% na taxa de feminicídios. Somente no último ano, uma mulher foi morta a cada duas horas no país, chegando ao expressivo total de 4.519 vítimas no ano, sendo que cerca de 62,5% das vítimas eram negras. Somadas a essas taxas, foram realizadas 16.924 notificações de violência contra a população LGBTQIA+ nos anos de 2017 a 2018.

Mediante a esse cenário, expõe-se a urgência e real necessidade de implementação de políticas públicas como a Casa da Mulher Brasileira (CMB), que teve sua gênese a partir do programa “Mulher: Viver Sem Violência”, que detém – como se verá no correr deste artigo – uma importância fulcral à prevenção e combate da violência contra as mulheres.

## METODOLOGIA

Entende-se pela sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu (2012) como a principal orientação metodológica adequada as prospecções do artigo. Isso porque, com auxílio de seu pensamento relacional e dinâmico, entende a realidade contemporânea para além de meras dicotomias - como a relação dominante/dominado. Além disso, fornece importantes contributos para o estudo das relações de gênero em suas reflexões acerca da violência simbólica, sendo esta última resultado de um poder que é primeiro legitimado no infraconsciente dos agressores e das vítimas, para só depois se perfazer e produzir seus efeitos materiais e degradantes.

Conjuntamente ao recurso teórico-metodológico principal, buscou-se igual aporte em autoras e autores que pudessem fornecer contributos sobre noções fundantes - gênero, poder, violência etc. - que balizam a exposição de resultados aqui realizada. Dentre os campos analisados, podem ser citados a teoria feminista e de gênero (SAFFIOTTI, 2001), além da sociologia e antropologia (BAUMAN, 2009); substanciais na construção de uma base formativa e científica sobre os fundamentos que envolvem a problemática estrutural da violência de gênero.

Para além, merece exposição neste tópico o viés exploratório da presente pesquisa, com ganas de atingir a contribuição necessária à sociedade a partir da consecução dos objetivos aqui propostos e da adequada explanação dos resultados aqui obtidos. A abordagem é

quali-quantitativa, direcionada ao envolvimento pleno na realidade política, econômica e social do Brasil e do Maranhão, recordando o panorama histórico e relacionando às discussões e questionamentos imperiosos ao enredo social contemporâneo.

Ademais, valeu-se igualmente das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2009) e discurso (FOUCAULT, 2013), importantes para a melhor compreensão das intencionalidades veladas que legitimam a desigualdade de gênero, presentes em falas e ações arraigadas com o teor discriminatório da heteronormatividade, e que são maléficas ao pleno desenvolvimento da democracia e à tutela adequada dos direitos humanos.

Enfim, com o fito de alcançar a proposta empírica da pesquisa, foram realizadas visitas técnicas às dependências da Casa da Mulher Brasileira no Estado do Maranhão. Tais incursões foram valiosas ao melhor entendimento da funcionalidade dessa política pública, de modo a relacionar suas atuações e os serviços oferecidos às diretrizes impostas ao tempo da criação do programa.

## **DIRETRIZES DE ATUAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E A INTERSETORIALIDADE EMPREENDIDA NO ESTADO DO MARANHÃO**

As políticas públicas consistem em ações desempenhadas pelo Estado, em diversas áreas, tendo em vista o bem-estar da sociedade e em atingir resultados que resultem em melhoria na qualidade de

vida dos indivíduos, na tentativa de resolução de mazelas que assolam a população. As demandas sociais buscam ser atendidas por meio de ações governamentais como metas, planos, obras, diretrizes, operações e ações concretas, como ocorre no âmbito da violência de gênero.

A questão central que as estratégias de participação e controle social colocam para a gestão é como proceder à melhor tradução possível das demandas da sociedade, expressas nos documentos finais das conferências – sejam eles relatórios, diretrizes, ou resoluções– em políticas concretas, ajustes e aprimoramentos dessas políticas. A escolha de estratégias, metodologias e instrumentos de gestão a serem utilizados em todo o ciclo da política (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação) deve levar em conta argumentos de razoabilidade e eficiência gerencial ou técnica, que são compatíveis com os critérios democráticos de responsabilização dos agentes estatais (organizações e indivíduos), transparência e garantia de participação e controle social. (BRANDT; BEZERRA, 2013, p. 10)

Ciente disso, a Casa da Mulher Brasileira foi originada com o intuito de capacitar o atendimento e a articulação dos órgãos para o seu funcionamento, envolvendo os setores federal, estadual e municipal, visando oferecer assistência humanizada e serviços especializados às mulheres que se encontram em situação de violência, bem como possibilitar o apoio às vítimas e as devidas condições para que estas possam recuperar a segurança em si mesmas, de modo a ter como produto o empoderamento gerado, a confiança recobrada e a possibilidade de autonomia econômica das mulheres atendidas (BRASIL, 2015).

A CMB atua de acordo com algumas diretrizes básicas de funcionamento, instituídas à época da criação do programa que a originou, dentre as quais podem ser citadas: a) a corresponsabilidade entre os entes federados em que a integração entre os órgãos lá implantados devem ocorrer, desde o início dos serviços prestados; b) a transversalidade de gênero nas políticas públicas; c) o reconhecimento a diversidade das mulheres e a consideração das suas necessidades de forma individualizada; d) o compromisso com a sistematização dos dados relativos à violência contra as mulheres e aos atendimentos prestados; e) o desenvolvimento de estratégias de integração aos serviços existentes; dentre outras (GONÇALVES, 2015).

A meta do governo estabelecia que até o ano de 2018 todas as capitais do país deveriam ter uma instalação da CMB. Entretanto, apenas as unidades de Campo Grande, duas em Brasília, Curitiba, São Luís, Boa Vista, Fortaleza e São Paulo haviam sido implementadas até o ano de 2021. Existiram, no decorrer do processo, problemas de licitações, falta de recursos financeiros, entre outros empecilhos que comprometeram a implementação do programa em todo país, prejudicando a ampliação das redes de enfrentamento na figura da Casa.

A unidade de São Luís encontra-se localizada no bairro do Jaracaty e conta com ampla infraestrutura, que contém: recepção, delegacia da mulher em funcionamento 24h, Defensoria Pública,

vara especializada do Poder Judiciário, Promotoria de Justiça, biblioteca, alojamento, brinquedoteca, serviço social e de atendimento psicossocial. Essa rede de órgãos atua de modo a garantir o acolhimento, informações, acesso à justiça, inserção das vítimas aos programas sociais e a possibilidade de autonomia econômica, de modo a trabalhar a autoestima e confiança da mulher vítima de violência e contribuindo para a superação do agravo sofrido.

Nesse contexto, foram realizadas cinco visitas à Casa da Mulher Brasileira, a fim de enriquecer o processo de pesquisa e possibilitar maior conhecimento – *in loco* – da realidade encontrada no Estado do Maranhão.

A primeira visita às instalações da CMB/MA consistiu em uma reunião de acompanhamento com a Diretora Susan Lucena, na qual foi destacada a protocooperação entre os órgãos ambientados na Casa como um fator substancial no empreendimento de suas ações intersetoriais, de modo a desenvolver políticas públicas de enfrentamento que sejam sensíveis à situação da vítima, bem como reconheçam o papel que a CMB/MA deve ter na conscientização popular em torno da igualdade de gênero. Na oportunidade, foi realizado um tour por todo o complexo, no qual foi possível ter o contato com alguns setores como a Delegacia Especializada e o Serviço de Atendimento Psicossocial, momento em que também foi reafirmada a ideia de que a estética intersetorial ajuda a fornecer

procedimentos mais humanizados e atentos às especificidades vivenciadas pela mulher.

O segundo momento de visitação ocorreu com a cerimônia solene de um dos projetos desenvolvidos com o apoio da Casa, que tem a parceria de entidades privadas: a campanha “Mesa Cheia”; que possui o objetivo de fornecer um acalento para as mulheres maranhenses que chefiam suas famílias e vivem em condições de vulnerabilidade, por meio da distribuição de cestas básicas. Os projetos sociais de iniciativa da CMB juntamente com entidades privadas são exemplos de políticas públicas intersetoriais, que unem diversos setores da sociedade e visam oferecer oportunidades as mulheres vítimas de violência, para que as mesmas se sintam estimuladas a quebrar com a barreira da violência, fortalecendo a sensação de empoderamento.

Na terceira visita realizada, pôde-se acompanhar o encerramento da IV Semana Estadual de Combate ao Femicídio, em uma tarde de apresentações culturais e mesas temáticas. Tal evento é realizado anualmente pela Polícia Civil do Estado do Maranhão, e conta com as parcerias da Casa da Mulher Brasileira, do Departamento de Femicídio e da Delegacia Especial da Mulher. Foi desenvolvido com o intuito de alertar a população maranhense sobre os inúmeros casos de homicídios perpetrados contra mulheres, assim como conscientizar sobre a necessidade de combater a gravidade de

tais crimes, procurando melhor informar sobre os canais de proteção a mulher vítima de violência (IMIRANTE, 2020).

Durante a solenidade, foi possível o contato com algumas organizações não governamentais (ONG's), como a “Somos Todas Marianas”, que possui um papel importante ao promover ações no combate à violência contra as mulheres, além do Setor de Atividades Especiais Espaço Mulher (SAEEM), presente no hospital Municipal Doutor Clementino Moura, e que faz o atendimento imediato e de primeiros socorros a diversas vítimas de violência, bem como informa estas sobre os serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira no estado, encaminhando-as até lá. Isso acabou por evidenciar a importância do papel das parcerias desenvolvidas pela CMB com diversas instituições, de várias naturezas, em uma cadeia de cooperação que transpõe mesmo os muros da Casa, tudo em prol de um enfrentamento intensivo a toda e qualquer forma de violência de gênero.

Na quarta visita e última visita, pôde-se ter o contato com o Departamento Estadual de Femicídio, também alocado nas dependências da casa. O Estado do Maranhão possui, inclusive, pioneirismo no desenvolvimento de tal órgão, no qual são investigados os casos de feminicídios concretizados e tentados. Sobre isso, vale ressaltar a importância de tal diretiva, vez que o estado por si só já possuía, no ano de 2019, taxa de feminicídios superior à média nacional (G1, 2020).

Nessa mesma incursão, em entrevista realizada com a Del. Wanda Moura, foi pontuado o trabalho desempenhado pelo Departamento e importância das operações realizadas pela Polícia Civil. Um dos mecanismos de enfrentamento, segundo a delegada, é o conjunto de ações desempenhadas pela Patrulha Maria da Penha, criada por meio do Decreto Estadual nº 31.763, e que possui a funcionalidade de prestar um atendimento humanizado as mulheres vítimas de violência de forma rápida, eficiente e precisa. Além disso, a Patrulha também é responsável por realizar o acompanhamento das medidas protetivas de urgência advindas do Poder Judiciário, de modo a averiguar se o que fora postulado na sentença está sendo efetivamente cumprido pelo agressor. De acordo com a Del. Wanda, em 4 (quatro) anos de instituição no estado, a Patrulha já realizou mais de 12 (doze) mil atendimentos.

Nesta senda, desde o trato que se deve ter em fornecer um atendimento psicossocial adequado à mulher que adentra suas dependências imediatamente após a violência sofrida, até a importância em fornecer um pronto e célere acesso à Justiça, é possível identificar a preocupação das lideranças da CMB – assim como de todos os seus servidores – em manter (guardadas as devidas dificuldades, mais à frente explanadas) vivas as diretrizes idealizadas à época de sua criação, a saber: ser um instrumento de gestão pública voltado a fornecer uma “articulação entre sujeitos e setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas

complexos” (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014, *apud* MARTINS; DE ARAÚJO, 2019).

Além disso, também foi observado pela Diretora da Casa a preocupação com a representatividade nas ações realizadas, tendo em vista que majoritariamente as pessoas que trabalham na casa são mulheres; além da preocupação no atendimento às vítimas LGBTQIA+, possuindo funcionárias trans responsáveis pelo acolhimento e contato inicial com esses grupos.

## **IMPACTOS DO CONTEXTO PANDÊMICO E A SUA INFLUÊNCIA NA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DA CMB/MA**

Indo além, é praticamente impossível não relacionar as discussões balizadas neste trabalho ao contexto pandêmico vivenciado desde o ano de 2020, que assolou milhões de pessoas com o vírus SARS-CoV-2, provocando uma ambiência na qual a principal forma de contenção da doença, recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é o isolamento social.

Com isso, várias vítimas de violência doméstica ficaram presas com seus algozes, no local em que deveriam possuir mais segurança: sua casa. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 76,4% dos agressores constituem-se em pessoas que conhecem e convivem com a vítima e dentre essa porcentagem 23,8% são companheiros, namorados ou cônjuges da pessoa em situação de violência. Tal conjuntura, além de culminar em uma crise sanitária,

social e financeira, dificultou ainda mais a vida da vítima de violência; pois, ao permanecer em casa por tempo indefinido, as mulheres que já lidavam com episódios violentos veem-se sobrecarregadas e impossibilitadas de fugir de situações de conflito cada vez mais constantes no ambiente doméstico.

Essa conjuntura resultou em consequências gravíssimas ao fenômeno da violência de gênero, refletindo primeiramente na diminuição das denúncias de crimes em delegacias de polícia, com os registros de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica caindo 7,4%, conforme reputam dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), que empreendeu nas suas análises exposições sobre o ano de 2020, marcado por uma alta incidência nos casos de COVID-19 no país. Em segundo plano, de logo se denotou a falta de adequação de muitos serviços públicos, nos estágios iniciais da pandemia, na garantia do atendimento não-presencial, fato que revela a incapacidade do Anuário em averbar se os dados refletem uma diminuição nos índices de violência doméstica e sexual, ou se apenas indicam uma subnotificação de casos em decorrência da crise sanitária instaurada – esta última sendo a possibilidade mais provável.

Indo além, o fato de estar alocada ao mesmo ambiente que seu agressor e isolada da sua rede de apoio e da sociedade provoca o estarrecedor cenário da potencialização da violência, de tal forma a ocasionar um aumento significativo no número de casos. A

percepção de que a vítima se encontra envolta em uma situação degradante, com seu agressor sempre à vista, pode intensificar seu medo e suas inseguranças, dificultando assim o rompimento da barreira da violência e minando as possibilidades de realização de uma denúncia. Assim, vê-se de pronto os malefícios advindos com a pandemia de COVID-19 para a violência de gênero contra a mulher, especialmente aquela praticada em seio domiciliar, que acaba por culminar, muitas vezes, na face mais brutal de sua manifestação: o feminicídio.

De acordo com a Agência Eco Nordeste, foi averiguado no Maranhão um aumento de 133,33% nos índices de feminicídio entre 2019 e 2020, possuindo o maior índice de aumento entre os estados do Nordeste, ocorrendo um agravamento em decorrência do cenário pandêmico. Essa elevação no número de casos pode ser considerada alarmante, mas não a expressão fidedigna da realidade, pois inúmeras vítimas não realizam a denúncia, o que atesta índices ainda maiores de subnotificação. Somente no primeiro semestre do ano marcado pela pandemia, temos a ocorrência de 21 feminicídios no estado maranhense, com uma taxa de 1,8 mortes por grupo de 100 mil pessoas (FBSP, 2021), índice mais elevado que o nacional, que possui taxa de 1,2 mortes a cada 100 mil pessoas, esta considerada estável pelas autoras do Anuário.

No Estado do Maranhão, segundo dados da CMB/MA, foram registrados 5.970 casos de violência doméstica no ano de 2020. Como

iniciativa de auxiliar as vítimas e adequar o enfrentamento do fenômeno à nova e atípica conjuntura, além dos números da CMB e do 180, foi sancionada a Lei nº11.265/2020, que permite a realização do boletim de ocorrência online em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, também podendo ser solicitada de forma virtual a medida protetiva em caráter de urgência que é fiscalizada pela “Patrulha Maria da Penha”, que também foi implementada em outras cidades além da capital, como Santa Inês. Somado a isso, houve a parceria desenvolvida por meio de Termo de Cooperação Técnica com o governo do Piauí para desenvolver a partir do aplicativo “Salve Maria”, a adaptação formulada como “Salve Maria: Maranhão”, que deve ser baixado e feito um cadastro prévio, para assim possibilitar que a vítima acione o botão de segurança e confirme a solicitação imediata de força policial, que tratará a ocorrência de forma prioritária.

## **CMB/MA E OS PRINCIPAIS IMPEDITIVOS À UMA PLENA EVIDÊNCIA E EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REALIZADOS**

Tendo em vista o exposto, pôde-se observar a importância da implementação da Casa da Mulher Brasileira no Maranhão no combate e prevenção à violência de gênero no Estado. O trabalho realizado com base na intersetorialidade trouxe agilidade aos atendimentos e alimentou a iniciativa de romper com as barreiras

físicas dos muros institucionais, levando ações para a comunidade e seus arredores, através de palestras, cursos, ações profissionalizantes, parcerias, além dos serviços de praxe estabelecidos pelas diretrizes que a compõem.

Todavia, existem ainda muitos óbices ao pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira no Maranhão, que interferem exponencialmente à realização de suas ações de maneira mais efetiva e, sobretudo, satisfatória diante da ambiência estatal marcada por índices acentuados de violência.

Um desses fatores impeditivos está justamente relacionado à esfera econômica e ao repasse de verbas à CMB/MA. As cooperações institucionais já mencionadas, que ganham forma por meio de parcerias público-privadas, têm sua valia por conta da insuficiência de recursos financeiros da própria Casa para o empreendimento de suas políticas públicas de atuação. Essas conexões institucionais foram realizadas muito em decorrência da carência por recursos financeiros, algo que fora relatado pela diretora da CMB/MA como um dos principais fatores que impossibilitam uma ação mais intensiva da Casa no combate à violência. A justificativa para isso está na origem de tais recursos, que originalmente (na data da criação do programa) seriam fornecidos pelo governo federal. Contudo, com as diversas crises de ordem econômica, institucional e, sobretudo política, enfrentadas nos últimos anos no país, as receitas destinadas ao desenvolvimento do programa - ao menos à nível de São Luís -

advieram mais do próprio estado do Maranhão, ocupando a esfera federal menor porcentagem na soma em prol de um programa por ela mesma criado.

Pormenorizando, resta que, precipuamente, ao tempo da criação e instituição do “Programa Mulher, Viver sem Violência”,

“[...] Menicucci (Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, naquele período) abordou o desembolso de recursos para a execução do programa: **estavam previstos o investimento de ‘R\$ 265 milhões até 2014**, sendo R\$ 115,7 milhões na construção dos centros de atendimento, compra de equipamentos e manutenção, R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, R\$ 13,1 milhões na atenção à saúde, R\$ 60 milhões na humanização da perícia para aperfeiçoamento da coleta de provas de crimes sexuais. O custo médio de cada centro é estimado em R\$ 4,3 milhões, incluindo construção e aquisição de equipamentos. O governo espera atender cerca de 200 mulheres por dia e 72 mil por ano em cada um deles” (MACEDO, 2013 *apud* MARTINS; DE ARAÚJO, 2019, p. 06, *grifo nosso*).

O que se denota, de pronto, é o movimento original empenhando em municiar as Casas da Mulher Brasileira com capital e equipamentos adequados para que se transformassem em verdadeiros espaços de reunião de serviços públicos, com ações especializadas e intersetoriais que atendessem mulheres por todo o país. A pretensão governista, à época, era que até o final do ano de 2018 houvessem sido instaladas CMB's em todas as vinte e sete capitais do país.

Entretanto, a realidade apresentada no atual momento é outra. Ao voltar os olhares à criação da política e ao que *deveria ser*,

e logo em seguida retornar à grave e urgente órbita de aumento nos índices de violência, é praticamente impossível não se questionar o que aconteceu com o planejamento orçamentário do Programa. E mais difícil do que se provocar e interrogar sobre a problemática estrutural vigente, é compreender que, por inconformidades políticas e distintos planos de gestão executiva nacional, uma política pública tão necessária não teve os repasses originalmente previstos plenamente integralizados. Sobre isso, refletem Martins e De Araújo (2019):

Em 2015, as dotações orçamentárias chegaram a R\$ 78.500.000, que foram gastos quase integralmente. **Contudo, salta aos olhos a redução dos recursos destinados à ação a partir de 2016.** De acordo com os dados constantes do Portal Siga Brasil, dos R\$ 133.431.923,00 autorizados na Lei Orçamentária Anual, no período, R\$ 85.576.170,10 já foram investidos na construção das Casas. **O montante de recursos é bastante inferior aos R\$ 265 milhões que, segundo a previsão, seriam gastos até 2014** (MARTINS; DE ARAÚJO, 2019, p. 10, *grifos nossos*).

Tal qual como análise do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), realizada por Cardoso de Jesus (2020), na qual “a preocupação com o orçamento e o dispêndio de recursos implicitamente norteou a assimilação ou não do Programa pela própria base governista” (JESUS, 2020, p. 172), é possível denotar como, mais uma vez, a égide financeira e a falta de um investimento adequado pelo Estado interfere pontualmente na realização de uma política pública que reflita diretamente em benefícios à população por ela assistida.

Outro obstáculo reside na dificuldade em conscientizar as pessoas que a violência de gênero é um problema, antes de tudo, estrutural. Nesse interim, da mesma forma que a insuficiência de recursos gera prejuízos de ordem econômica, a irradiação da cultura machista e a facilidade com que o discurso patriarcal é reverberado por todos os meios da sociedade também dão gênese a barreiras legitimadoras do discurso de dominação, interferindo substancialmente nas ações de conscientização efetuadas pela CMB/MA, o que impede a mudança na mentalidade social.

Sobre isso, cabe ressaltar que a propagação da heteronormatividade na sociedade é o primeiro passo para a consumação dos agravos característicos da violência de gênero. Isso porque, como já visto, a construção do ideário desigual entre o masculino e o feminino acontece muito antes de ser percebida faticamente. Ela é continuamente implementada nos indivíduos, por meio de “símbolos e signos culturais, se constituindo numa forma de dominação que se ampara em mecanismos simbólicos de poder [...]” (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009, *apud* VIANA; SOUSA, 2014), que contaminam as bases institucionais contemporâneas e adentram até mesmo espaços de poder, como a gestão das grandes empresas, a esfera política, as instâncias do Poder Judiciário, entre outros ambientes. Com efeito, indica Saffioti (2001):

[...] O importante a reter consiste no fato de o patriarca, exatamente por ser todo poderoso, contar com

numerosos asseclas para a implementação e defesa diuturna da ordem de gênero garantidora de seus privilégios (SAFFIOTI, *cadernos pagu* (16), 2001, p. 117).

Expõe-se, então, que a violência institucional se revela igualmente maléfica às diretrizes resolutivas da Casa, vez que a maioria das mulheres encontra grandes dificuldades, seja no trabalho, no serviço público ou no ambiente escolar e universitário para denunciar os agravos sofridos, posto que, na maioria das vezes, esses locais não fornecem as condições e o espaço necessário para que a voz das vítimas ecoe, o que constata uma total deslegitimação de direitos. Sobre isso, reflete Foucault (2013):

“Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. [...] **pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância**, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo.” (FOUCAULT, 2013, p. 10, *grifo nosso*)

Ainda, tem-se a já mencionada incidência dos efeitos da pandemia e a realidade advinda com ela – chamada, por muitos, de “novo normal” –, que trouxe consigo verdadeiros estorvos às políticas de atendimento sistematizado empregadas pela CMB/MA. Como previamente visto, o fato da mulher conviver por mais tempo no mesmo *locus* que seu algoz, muitas vezes isolada de sua rede de apoio, potencializou a violência perpetrada. A situação torna-se ainda mais delicada para as maranhenses, na medida em que uma parcela expressiva da população de baixa renda sequer possui acesso

à *internet*, o que conseqüentemente impede que as vítimas realizem os protocolos virtuais – Boletim de Ocorrência, aplicativo “Salve Maria: Maranhão”, etc. – desenvolvidos, e provoca a queda na realização das denúncias, resultando assim na subnotificação.

Por fim, tem-se que a localização da instituição – na área nobre da cidade de São Luís – também é levantada como elemento desfavorecedor de atuações mais intensas e específicas ao contexto da vítima, vez que tende a atrapalhar sua acessibilidade, não permitindo que seus serviços possam ser visualizados prontamente nas regiões mais periféricas da cidade, locais de intensa vitimização. Esse hiato favorece o não-engajamento da sociedade e provoca o desconhecimento dessa política e dos mecanismos para enfrentamento da violência de gênero no Maranhão, bem como do próprio arcabouço jurídico normativo voltado à proteção das mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das discussões pontuadas no correr deste trabalho, foi possível averiguar a importância fulcral que a instituição da Casa da Mulher Brasileira, a intersetorialidade de suas ações e suas diretrizes básicas possuem para o enfrentamento da violência de gênero no estado do Maranhão.

Mesmo a par das dificuldades vivenciadas com as problematizações sociais e estruturais que interferem no

empreendimento de suas ações e impedem a plena incidência de suas políticas, compreende-se que o saldo final é positivo, justamente pela necessidade de atividades como as realizadas pela CMB/MA para suscitar não só ao Estado, mas também a todos os seus conviveres, a urgência em se reprimir qualquer forma de violência e em não aceitar que mais e mais pessoas sejam alvos de quaisquer agressões motivadas pelo gênero.

Neste sentido, de tudo o que fora exposto, infere-se que: a) o debate em torno das desigualdades de gênero perpassa por bases e construções históricas, que manifestam-se já no infraconsciente para, *a posteriori*, incidirem na realidade fática por meio de símbolos, discursos e mentalidades que não se autodeclaram; b) os parâmetros normativos, guiados pela Constituição, ainda possuem dificuldades de se afirmarem plenamente diante de problemáticas como a violência de gênero, fato que faz urgir a necessidade de ações concretas por parte do Estado; c) a Casa da Mulher Brasileira, desde a sua instituição, é política pública essencial para fornecer uma resposta combativa e adequada à desigualdade de gênero vivenciada no país; d) suas diretrizes básicas, que refletem em políticas de atuação sensíveis e humanizadas, são valorosas ao trato específico que deve ser dado às vítimas de violência, bem como mostram-se fundamentais a realização de um trabalho preventivo e de conscientização; e) a ambiência maranhense no que tange à violência de gênero é alarmante, com índices que chegam a superar os

indicadores nacionais; f) a situação fora agravada com o advento da pandemia de COVID-19 e do isolamento social imposto pelo vírus, que trouxe consigo o enclausuramento da vítima com seu algoz, distante de sua rede de apoio e incapaz romper sozinha com a barreira da violência; g) apesar da CMB/MA ter reformulado seus protocolos diante dos contornos pandêmicos, dificuldades que muitas vezes fogem ao controle da própria Casa, e fazem com que o desenrolar de suas atuações não sane a totalidade de casos apresentados.

Tem-se, assim, as considerações formuladas a despeito do papel da Casa da Mulher Brasileira no Maranhão, sem qualquer pretensão de contemplar a totalidade de análises possíveis, mas atento ao averiguado intuito de fornecer uma compreensão adequada das políticas intersetoriais realizadas, relacionando-as com o panorama de violência diariamente vivenciado por inúmeras vítimas, de modo a contemplar os objetivos firmados para a presente pesquisa.

É óbvio que, como toda e qualquer pesquisa que parte de um questionamento acerca de problemáticas enraizadas na sociedade, a necessidade por avanços é sempre nítida e aqui se revela necessária. Entretanto, de modo algum tal anseio pode ser cobrado apenas à Casa da Mulher Brasileira enquanto órgão do Poder Público. Ela, por si só, até pode pensar em ações que enfrentem a violência com mais intensidade, como, por exemplo, uma aproximação maior de suas

instâncias às comunidades, na qual os agravos são sentidos de maneira mais corriqueira; ou então a construção de um diálogo interestadual entre as CMB's, a troca de experiências e a cobrança ao Governo Federal por um repasse financeiro adequado; ou mesmo uma incursão aos órgãos públicos e instituições de educação do estado do Maranhão, de modo a pôr em pauta questões como desigualdade de gênero e a violência institucional.

A questão é que, mesmo agindo de tal forma, sem a participação e o pleno empenho de toda a sociedade maranhense, de uma mudança que começa no individual e reverbera no coletivo, a estética de dominação ainda irá imperar, irradiando discriminações e abusos que somente culminarão na perpetuação da violência. Faz-se necessária, portanto, uma mudança de mentalidade não só do Estado, mas de quem nele vive também; para que, assim, as pessoas deixem de ser só números, e nenhuma outra Mariana (O IMPARCIAL, 2021) sinta na pele ou perca sua vida pelo simples fato de ser Mariana.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas.** Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA), Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 7<sup>o</sup>ed. Lisboa, Portugal: LDA. 2009.

BRANDT, Maria Elisa Almeida; BEZERRA, Carla de Paiva. A participação e o controle social nas políticas para as mulheres: Desafios postos para a gestão pública. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**, 6, 2013, Brasília. Anais.

BRASIL. **Lei nº 13.410, de 9 de março de 2015**. Lei do Feminicídio. Brasília, 9 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.410, de 9 de março de 2015**. Lei do Feminicídio. Brasília, 9 mar. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Saint-Amand-Montrond, Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

**Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no XXIV Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA**. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo). Acesso em 20 jan. 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: A vitimitização de mulheres no Brasil**. 2. Ed. 2020. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 3 fev.2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013.

G1. **Taxa de feminicídios no Maranhão é maior que a média nacional**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/05/taxa-de-femicidios-no-maranhao-e-maior-que-media-nacional.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GONÇALVES, Aparecida (org.). **DIRETRIZES GERAIS E PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO: programa mulher, viver sem violência**. Brasil: Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, 2015. 66 p.

IMIRANTE. **IV Semana Estadual de Combate ao Feminicídio termina nesta terça-feira (24/11)**. 2020. Disponível em: <https://imirante.com/mirantefm/noticias/2020/11/23/iv-semana-estadual-de-combate-ao-femicidio-termina-nesta-terca-feira-24-11.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf) . Acesso em 2 fev. 2015.

JESUS, Thiago Allisson Cardoso de. **A (des)ordem do discurso em matéria de segurança no Brasil: uma análise da formulação do programa nacional de segurança pública com cidadania no contexto pós-1988**. 1ª ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

MACEDO, Danilo. **Governo lança Programa Mulher, Viver sem Violência**. Agência Brasil, Brasília, 13 mar. 2013. Disponível em:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-13/governo-lanca-programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em 16 ago. 2021.

MARANHÃO (Estado). **Assembleia Legislativa. Lei nº 11.265, de 25 de maio de 2020**. São Luís, MARANHÃO, 25 maio 2020.

MARTINS, Ana Paula Antunes; DE ARAÚJO, Raquel Madureira. Política intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: análise da implementação da Casa da Mulher Brasileira. **NAU Social**, v. 10, n. 19, 2019.

O IMPARCIAL. **Caso Mariana Costa: Entenda o movimento Somos todos Marianas**. 2021. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2021/03/caso-mariana-costa-entenda-o-movimento-somos-todos-marianas/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para a violência de gênero. **cadernos pagu** (16) 2001: pp.115-136.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANA, Alba Jean Batista; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. **O poder (in) visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu**. 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18014/1/2014\\_art\\_ajbviana\\_essousa.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18014/1/2014_art_ajbviana_essousa.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

WARSCHAUER, Marcos and CARVALHO, Yara Maria de. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saude soc. [online]**. 2014, vol.23, n.1 [cited 2019-07-31], pp.191-203.

## **A RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CIBERCRIMES: o marco civil da internet**

Carolayne dos Santos Silva<sup>1</sup>  
Marco Antônio Martins da Cruz<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O emprego da internet tornou-se habitual; as gerações atuais possuem cada vez mais contato cotidiano com o meio tecnológico, prática que tende a aumentar gradativamente, tornando-se uma constante em todos os setores da vida social.

Na seara do Direito, é possível notar grande atuação do ciberespaço. A criação do Direito Digital veio regular essas relações, constituído de algumas leis específicas como o Marco Civil da Internet (Lei n 12.965 de 2014), a Lei Carolina Dieckmann (12.737 de 2012), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709 de 2018), entre outras fontes legislativas. Assim, mesmo percebendo que já existe certa normatividade, muito ainda se há de percorrer; cabe, entretanto, aos pesquisadores o estudo dos impactos sociais acerca do papel que dessas leis, se são eficazes e o mais que ainda se pode aperfeiçoar.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA. <http://lattes.cnpq.br/4923361137782536>

<sup>2</sup> Professor adjunto do Curso de Direito da UEMA, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Direito, Cidade e Relações Socioambientais (UEMA), Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Capes 5) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <http://lattes.cnpq.br/4315391085816356>. Email: marcoamcruz@gmail.com.

Destarte, o estudo contido no presente artigo concentra-se em tratar do Marco Civil da Internet, que constitui a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, em um aspecto específico, considera a responsabilidade civil nos cibercrimes regulada também na referida lei.

O estudo justifica-se pela crescente utilização da internet e pela grande demanda por regulação que o Direito Digital agora passa a suprir, em território denominado até recentemente de “Terra sem Lei”, onde se constitui uma rede de danos aos que nela se encontram, o que enseja reparação. Assim, essa pesquisa torna-se de suma importância para toda a comunidade acadêmica ao se propor a discutir a responsabilização civil nos ilícitos praticados na rede, respondendo questionamentos relacionados à atuação na prática e o sentido e o significado de cibercrimes.

Para elucidar essas questões, o método utilizado foi o bibliográfico, com o estudo de doutrinas, artigos e leis que versam sobre a temática proposta, sendo ela a responsabilidade civil nos cibercrimes: o Marco Civil da Internet. Para examinar o assunto de maneira mais aprofundada, além da introdução e das considerações finais, o artigo faz um percurso dividido em cinco seções, sendo elas: responsabilidade civil no Brasil; liberdade de expressão frente aos direitos da personalidade; análise dos cibercrimes, com sua formação e classificação; estudo da normatização das redes: o Marco Civil da Internet e, por último, responsabilidade civil nos cibercrimes.

## RESPONSABILIDADE CIVIL NO BRASIL

Como nota introdutória ao se estudar a responsabilidade civil nos cibercrimes, ou a responsabilidade civil nas redes, torna-se necessário adentrar preliminarmente no instituto da responsabilidade civil em seus aspectos gerais, indicando as acepções da expressão, seus fundamentos, funções, pressupostos e tipos, em estudo do ordenamento jurídico brasileiro, principalmente com ênfase no Código Civil (BRASIL, 2002).

Vale salientar que a disciplina referente à responsabilidade civil não se condensou em uma parte do Código Civil (BRASIL, 2002), e muito menos em apenas uma lei, encontra-se ela em Títulos, tanto da Parte Geral como da Parte Especial; localizando-se nesta primordialmente no Título IX do Livro I, entre os artigos 927 a 954. Quanto à sua permanência em legislação esparsa, entre outras tem-se como exemplo a Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, que disciplina a responsabilidade civil por danos nucleares; a mencionada Lei nº 12.965, de 2014, que, ao regular princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, trata de forma subsidiária da responsabilidade nas redes, objeto de estudo deste artigo.

Com isso, para o exame desse instituto, torna-se importante indicar a sua conceituação, tratando primeiramente do que significa responsabilidade. Assim, tem-se que esse termo para Gonçalves (2019) exprime uma relação em que toda atividade que acarreta

prejuízo trará em seu bojo, como fato social, o problema relacionado a ela, tornando-se então a responsabilidade uma forma de restauração, de equilíbrio, de contraprestação, de reparação de dano.

Com este entendimento, nota-se que a responsabilidade se ligaria fortemente à reparação de danos, ou seja, às indenizações. Desse modo, segundo Venosa:

O termo responsabilidade, embora com sentidos próximos e semelhantes, é utilizado para designar várias situações no campo jurídico. A responsabilidade, em sentido amplo, encerra a noção em virtude da qual se atribui a um sujeito o dever de assumir as consequências de um evento ou de uma ação. [...] No vasto campo da responsabilidade civil, o que interessa é saber identificar aquela conduta que reflete na obrigação de indenizar. Nesse âmbito, uma pessoa é responsável quando suscetível de ser sancionada, independentemente de ter cometido pessoalmente um ato antijurídico. Nesse sentido, a responsabilidade pode ser direta, se diz respeito ao próprio causador do dano, ou indireta, quando se refere a terceiro, o qual, de uma forma ou de outra, no ordenamento, está ligado ao ofensor. (VENOSA, 2013, p. 2).

A responsabilidade civil será concentrada, portanto, no ressarcimento de danos causados a outrem ou ao seu patrimônio, de forma direta ou indireta, em razão de certos pressupostos. Tais pressupostos expressam-se por: fato antijurídico, nexo de imputação, dano, nexo ou relação de causalidade e lesão do bem protegido. A maior parte da doutrina e da jurisprudência concentraram-se, entretanto, apenas no segundo, terceiro e quarto pressupostos, os demais seriam considerados de menor importância, mas não há por que desconsiderá-los (NORONHA, 2010).

Entendendo-se os pressupostos, contendo ação, nexos de causalidade e lesão ao bem protegido, ou seja, dano, ainda há de se apresentar como esses se darão, partindo do princípio da culpa ou pelo princípio do risco, para saber a quem imputar a responsabilização. Assim, o primeiro princípio - culpa - indica que um indivíduo somente precisará indenizar quando agir com culpa ou dolo; o segundo - risco - expressa que uma pessoa pode ser obrigada a reparar danos a um terceiro, mesmo que venha a agir sem culpa, desde que o dano decorra de atividades desenvolvidas por ela mesma e que infrinjam um direito de outrem (JACOMOSSI, 2013).

Sobre isso, Gonçalves (2019) afirma que, conforme o fundamento que se dê à responsabilidade, a culpa será ou não considerada elemento da obrigação de reparar o dano. A partir dessa informação, pode-se notar a formação de duas modalidades de responsabilidade, a subjetiva, em que a culpa se apresenta como elemento fundamental para a responsabilização, baseando-se no princípio da culpa; e a objetiva, a qual prescinde da culpa, satisfazendo-se apenas com o dano e o nexo de causalidade, formando-se pelo princípio do risco presumido a partir da atividade desenvolvida (GONÇALVES, 2019).

Além dessas indicações, entende-se que tais espécies podem se apresentar com três funções, muito importantes para o direito, sendo elas: a reparatória, a sancionatória e a preventiva. A primeira função consiste na ideia de reparação do dano causado, medindo-se

a sua extensão; a segunda possui característica criminal, mas não deixa de se apresentar na responsabilidade civil; e a terceira desempenha função preventiva geral e especial (NORONHA, 2010).

Por meio do que se analisou nesta seção, intentou-se destacar a importância da base teórica na disciplina de responsabilidade civil para que, assim, ela se desmembre de forma a se fazer entender suas implicações nas redes, objeto de estudo deste artigo, e indicando quais direitos são ofendidos para caracterizar a responsabilidade na internet, o que será objeto de discussão na próxima seção.

## **LIBERDADE DE EXPRESSÃO FRENTE AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Os direitos fundamentais materializaram-se na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2018) e tornaram-se importante “ferramenta” para todas as áreas do Direito, aplicando-se a variadas vertentes. Destarte, seguindo a sorte dos demais, o espaço tecnológico foi também tomado pelas especificações dos direitos fundamentais, principalmente pela liberdade de expressão, como forma de limitação à censura. Assim, torna-se importante analisar como esses direitos aplicam-se ao espaço cibernético e quais proporções eles tomaram, visto que a internet não é uma Terra sem Lei.

Assim, por essa visão de que a internet não é uma Terra sem Lei, e que a ela, como a qualquer área, aplicam-se os direitos e

garantias fundamentais, é que se torna necessário o estudo da responsabilização civil no denominado espaço cibernético, regramento contido na Lei nº 12.695 de 2014, chamada de Marco Civil da Internet. Visto isso, será analisada a responsabilidade civil na internet e a conotação que os direitos fundamentais adquirem nela, com embates que daí resultam.

A respeito disso, como já fora retratado, grande ênfase se dá nos dilemas das redes à liberdade de expressão como forma mais específica de liberdade de pensamento; observe-se também a importância dada aos direitos de personalidade, entre eles, a proteção à imagem, à honra, à intimidade e à vida privada. Esses direitos encontram-se em insistentes colisões que se manifestam de forma mais constante no espaço cibernético, o que gera a tentativa de sopesamento entre eles e os princípios que preceituam, caracterizados em variadas correntes de pensamento.

Dessa forma, tem-se garantido na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso IX que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. (BRASIL, 2018, p. 4-5).

Nota-se que a liberdade de expressão se mantém na limitação à censura, como já descrito, tornando-se símbolo de um Estado

Democrático de Direito. Ainda a respeito desse direito, afirma Alexandre de Moraes que:

a liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também aquelas que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a Democracia somente existe a partir da consagração do pluralismo de ideias e pensamentos, da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo. (MORAES, 2007, p.111).

Compreende a liberdade de expressão, como indica Moraes, a apresentação de opiniões inofensivas, mas também ofensivas, que conseqüentemente causem resistência. Cabe a legisladores, doutrinadores e formadores de jurisprudências analisar até onde essa liberdade poderá ir, não se revelando por opiniões irresponsáveis que causem danos à sociedade ou a um terceiro em específico. Pois, dessa forma, ao se ter uma liberdade de expressão ofensiva, nasce o embate desta com as liberdades da personalidade e principalmente com o fundamento da dignidade da pessoa humana, também asseguradas pela Constituição, nota-se:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (BRASIL, 2018, p. 4-5)

Destarte, notando-se que os crimes apresentados nas redes derivam justamente da violação desses direitos, evidenciada por invasão de privacidade, roubo de dados, publicação indevida de imagens, entre outros, passa-se a buscar entender como proceder à análise de suas colisões. Parte-se do pressuposto de que eles possuem o mesmo nível hierárquico e que desta forma supostamente não há a possibilidade de aplicação integral de um considerado superior em detrimento de outro considerado inferior (MARTINS, 2017); sendo assim, passa-se a ter o sopesamento entre eles a partir da análise de caso concreto.

Pode-se notar que, enquanto os Estados Unidos passaram de uma base formada pela liberdade de expressão para apoiadores de outros direitos fundamentais, o Brasil fez o caminho inverso e isso se torna evidente também na perspectiva dos crimes cibernéticos, visto que no Marco Civil da Internet foi dado ênfase ao direito de liberdade de expressão, como é visto em seu artigo 19 (QUEIROZ, 2019). A propósito, dispõe o artigo 19 do Marco Civil da Internet que:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como

infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. (BRASIL, 2014).

Note-se que o legislador utilizou a liberdade de expressão com certa evidência, o que gerou e ainda gera críticas ao texto da referida lei e ao desenvolvimento da responsabilidade civil nas redes. Alguns autores como João Quinelato de Queiroz (2019) destacam uma eventual inconstitucionalidade do artigo da lei, por decretar uma superioridade em razão da liberdade de expressão, a qual não foi decretada no texto constitucional. Sendo assim, a importância de se conhecer os direitos fundamentais que se encontram em colisão na internet possibilita observar sua atuação frente à responsabilidade civil, visto que o Marco Civil da Internet tomou como base, tentando evitar a censura, recebendo, porém, várias críticas.

Com esse entendimento, será possível adentrar nos conceitos de cibercrimes e apontar sua relação com a infringência aos direitos da personalidade, além de analisar o Marco Civil da Internet e a responsabilidade civil, com seus erros e acertos, como será assinalado adiante.

### **CIBERCRIMES: formação e classificação**

O espaço cibernético tem-se tornado sobremaneira palco para pretensões indevidas das pessoas, seja quando vislumbram sua autonomia e liberdade de expressão de forma a ferir os direitos de outrem, como fora examinado acima em sede de responsabilidade civil, seja por condutas que configurem delitos penais. Assim sendo,

essa modalidade de crime que se apresenta na internet define-se como crime cibernético ou cibercrime, sendo esta subespécie dos crimes tecnológicos, que se dividem em crimes virtuais, informáticos ou cibernéticos; são eles crimes meios, pois apenas suas formas são inovadoras, concretizando-se em ambientes virtuais, mas trazendo efeitos para o mundo real (BRASIL; BARRETO, 2016).

A respeito da definição de cibercrime, cabe salientar o disposto na Convenção de Budapeste, embora o Brasil não seja signatário, pois esta normativa internacional trouxe grande ênfase aos aspectos de enfrentamento aos delitos informáticos. Assim, para ela, os cibercrimes são:

[...] os atos praticados contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de sistemas informáticos, de redes e dados informáticos, bem como a utilização fraudulenta desses sistemas, redes e dados [...]. (BUDAPESTE, 2001).

Dessa forma, entende-se que tudo aquilo que se encontrar de forma ilícita comprometendo aspectos normativos de um país, violando a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos sistemas informáticos, serão considerados cibercrimes. Nesse sentido, sua incidência se dará a partir de condutas ilícitas praticadas com dolo ou culpa, que causem danos e rompam com a segurança da internet.

Sobre sua classificação, os cibercrimes podem ser puros ou próprios, que são aqueles em que os sistemas informatizados, bancos de dados, arquivos ou terminais (computadores, smartphones, entre

outros) são atacados por criminosos, principalmente depois de identificada sua vulnerabilidade. Neste tipo de crime, o dispositivo informatizado ou seu conteúdo é o alvo. Como exemplo tem-se o crime de dano, previsto no artigo 163 do CPB (Código Penal brasileiro) (BRASIL, 1940), que indica a destruição, inutilização ou deterioração de coisa alheia, podendo ser por decorrência do envio de um vírus (BRASIL; BARRETO, 2016).

Além dessa classificação, também podem ser denominados como impuros ou impróprios, sendo considerados aqueles em que o dispositivo tecnológico é apenas utilizado como meio para a prática de um delito, propiciando sua execução ou resultado. Assim, um exemplo é o crime de violação de direito autoral, previsto no artigo 184 do CPB, que é cometido quando o usuário copia vídeos e músicas da internet sem indicar a fonte; ou ainda a participação em jogos clandestinos online, ferindo o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, em seu artigo 50, sobre jogos de azar (BRASIL; BARRETO, 2016).

Ademais, sobre o sujeito ativo nestes crimes, pode vir a ser qualquer pessoa, assim como o sujeito passivo. Sobre isso cabe salientar o que indicam Brasil e Barreto:

No ambiente virtual, devem ser bem distinguidas duas figuras: a dos hackers, que possuem grande conhecimento de informática e segurança de redes, utilizando-o para proteção e em defesa dos menos favorecidos, também conhecidos como white hats (chapéus brancos), e a dos crackers ou black hats (chapéus pretos), os quais utilizam seus conhecimentos

para práticas criminosas ou antiéticas. (BRASIL; BARRETO, 2016, p. 699).

Sobre a descrição de cibercrimes, nota-se que eles se perfazem na internet e que podem ser puros ou impuros, possuindo como sujeito ativo qualquer pessoa, inclusive aquele que acredita apenas estar dando sua opinião na internet, pois pode essa conduta figurar como um ato ilícito. Destarte, esse tipo de crime pode e deve ensejar reparação/responsabilização integral, ou seja, total, tanto em seu aspecto penal, quanto civil.

A respeito dessa responsabilização integral e da forma em que a internet será usada no Brasil, sua normatização tem sido feita por meio de leis esparsas, como a norma conhecida vulgarmente como Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737 de 2012), que dispõe sobre a tipificação de delitos informáticos, e mais recentemente com a promulgação da Lei nº 12.965 de 2014, denominada de Marco Civil da Internet, que, como já mencionado, regula os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, como será adiante discutido com mais atenção.

### **NORMATIZAÇÃO NAS REDES: o marco civil da internet**

A internet hoje faz parte do cotidiano. Seu acesso rápido e eficaz fez com que se tornasse um meio útil para todos os setores da vida social, seja mercantil ou para o entretenimento. Por essa inserção em todas as áreas sociais, tornou-se alvo de diversos ataques; em um destes foram vazadas informações de alcance

nacional, tornando-se ainda mais importante a regulação para assegurar os conteúdos postados nas redes e responsabilizar os culpados por qualquer perda.

Durante esse ataque às informações do governo, já tramitava a lei que marcaria e marcou o cenário da regulação da internet no Brasil. Considerada como grande avanço por uns ou, por outro lado, meramente uma lei sem ação normativa, o Marco Civil da Internet, contido na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, foi promulgado após a sanção da então presidente do país, Dilma Rousseff. Seu processo de formação já se deu de modo inusitado. Foi a primeira lei a ser constituída de maneira colaborativa entre governo e sociedade, com a proposta de lei marcada por debates sobre seu objeto de regulação, algo surpreendente e que representa grande avanço social da participação popular no processo legislativo.

Ademais, essa lei possui como princípios basilares a neutralidade, a privacidade e a liberdade de expressão, que estão ligados entre si, formando um tripé axiológico que se encontra em conformidade com a Resolução do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Essa base principiológica encontra-se no artigo 3º da referida lei, segundo a qual a neutralidade determina que a rede deve tratar da mesma forma tudo aquilo que estiver nela contida, sem fazer discriminação quanto à natureza de seu conteúdo ou à identidade do usuário (WU, 2012 apud TEFFÉ; MORAES, 2017).

Em consideração ao aspecto da privacidade, está ele contido no controle da circulação de informações pessoais. Nesse sentido, Rodotá (2008) indica que a privacidade teria ultrapassado o eixo pessoa-informação-segredo para se estruturar no sentido de pessoa-informação-circulação-controle.

Quanto à liberdade de expressão, entende-se essa como uma liberdade de se externar ideias, juízos e valores. A ela foi dada ênfase no Marco Civil da Internet, sendo repetida entre seus princípios e diversos artigos da lei, o que lhe causou severas críticas, pois, como já mencionado, Queiroz (2019), além de Brasil e Barreto (2016), questionaram a prioridade dada à liberdade de expressão, pois deveria haver um ponderamento entre essa e os direitos da personalidade, além de se analisar a dignidade da pessoa humana. A respeito disso, Sarlet evidencia que:

Por mais que se seja simpático também a tal linha de entendimento, a atribuição de uma função preferencial à liberdade de expressão não parece, salvo melhor juízo, compatível com as peculiaridades do direito constitucional positivo brasileiro, que, neste particular, diverge em muito do norte-americano e mesmo do inglês. Aliás, o nosso sistema, nesse domínio, está muito mais afinado com o da Alemanha, onde a liberdade de expressão não assume uma prévia posição preferencial na arquitetura dos direitos fundamentais. Mesmo uma interpretação necessariamente amiga da liberdade de expressão (indispensável num ambiente democrático) não poderia descurar o fato de que a CF expressamente assegura a inviolabilidade dos direitos à privacidade, intimidade, honra e imagem (artigo 5º, inciso X), além de assegurar expressamente um direito fundamental à indenização em caso de sua violação e consagrar já no texto constitucional o direito de resposta proporcional ao agravo. Importa sublinhar, ainda no contexto, que a

vedação de toda e qualquer censura por si só não tem o condão de atribuir à liberdade de expressão a referida posição preferencial. (SARLET, 2015, s.n)

Percebe-se, destarte, que a preponderância da liberdade de expressão é intensamente discutida por doutrinadores que se voltam para o estudo do Marco de Civil da Internet; sendo por uns aprovada, visto as novas manifestações jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (TEFFÉ; MORAES, 2017), e por outros rechaçada, como por Queiroz (2019), devido à normativa constitucional não asseverar supremacia entre princípios. Neste estudo, parte-se da concepção de que há realmente tal preponderância, haja vista o artigo 2º que dispõe:

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

I - o reconhecimento da escala mundial da rede;

II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;

III - a pluralidade e a diversidade;

IV - a abertura e a colaboração;

V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VI - a finalidade social da rede. (BRASIL, 2014).

O que se pode notar, entretanto, é que independente das discussões doutrinárias a respeito desse aspecto, a indenização/responsabilidade por danos causados na internet encontra-se de maneira incontroversa no Marco Civil da Internet, inclusive entre seus princípios. Assim, vale ressaltar:

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;

II - proteção da privacidade;

III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;

IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;

V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;

**VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;**

VII - preservação da natureza participativa da rede;

VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Depreende-se assim que a responsabilidade nos serviços da internet é de suma importância, por perfazer o que é função da responsabilidade civil: a prevenção, a punição e a indenização de quem venha a cometer crimes cibernéticos. Essa relevância é evidenciada pelo fato de a responsabilidade possuir seção própria na Lei nº 12.965/14, contida no Capítulo III. No caso, a Seção III tem como rubrica “Da Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros”, a qual será analisada detidamente a seguir.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CIBERCRIMES**

Como já destacado, a responsabilidade civil tem regulação no Marco Civil da Internet, apenas, porém, em Seção que trata da Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros. Será agora aprofundado no texto o estudo da sistemática a esse respeito.

### **Responsabilidade por Danos Decorrentes de Publicação de Conteúdo**

Sobre a responsabilidade decorrente da publicação de conteúdo, faz-se necessário entender que se pode responsabilizar tanto o provedor de aplicações, quanto o terceiro que publica certo conteúdo nas redes, cabendo observar qual será esse tipo de responsabilidade. Em respeito disso, entende-se que o sujeito que exterioriza certa conduta ilícita na internet, causando danos a um sujeito, submete-se à responsabilidade direta por fato próprio, segundo Queiroz (2019). Entretanto, aquele que é apenas o meio para a publicação, como os provedores de aplicações, serão submetidos a responsabilidade civil por fato de outrem (QUEIROZ, 2019).

Em razão do estudo da responsabilidade de terceiro, nota-se que essa se torna de mais fácil concepção, aplicando-se normas da responsabilidade civil que visam à indenização e reparação do ilícito, não somente na esfera civil, mas também na esfera penal, imputando-se os cibercrimes cabíveis e punindo a ação delituosa. Por

se apresentar como uma questão em que o Marco Civil da Internet não se aprofundou, dando maior ênfase à responsabilidade dos provedores, cabe esclarecer definições que permitam melhor compreender o conjunto das circunstâncias e conceitos relacionados.

Ao se analisar primeiramente a conceituação de provedores de aplicação de internet, denota-se que, para João Quinelato de Queiroz, a partir da interpretação conjunta do art. 5º V c/c art. 5º VII e art. 15 do Marco Civil, essa se dá por:

[...] provedor de aplicações de internet é uma pessoa jurídica, que disponibiliza o acesso a um conjunto de aplicações que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos. (QUEIROZ, 2019, p. 76).

Dessa forma, entende-se que o provedor de aplicações em geral não produz conteúdos próprios, apenas permite que terceiros produzam o conteúdo que será veiculado neles, e que fazem isso de maneira profissional, com fins econômicos. Com isso, a sua responsabilidade por fato de outrem só entrará na razão de causalidade da responsabilidade civil quando for omissivo em retirar um certo conteúdo ofensivo do ar, uma vez notificado judicial ou extrajudicialmente, dependendo da corrente jurídica que se adote (QUEIROZ, 2019).

Sobre a perspectiva dos provedores de aplicações, a par dessas correntes que serão analisadas, torna-se importante esclarecer que eles possuem a função de identificação dos terceiros, pois é vedado o anonimato nas redes, a partir da força normativa constitucional

contida em seu art. 5º (BRASIL, 2018). Além de que a Lei nº 12.965/14 prevê formas dessa identificação e sanciona, pois, a obrigação desses de guardar os registros de acesso dos usuários nas aplicações pelo prazo de seis meses, correspondendo ao que indica o art. 15 da referida lei. Indica também em seu art. 22 o requerimento do juízo para que se determine a revelação dos registros de acesso para fins de constituição de provas em uma ação judicial indenizatória, fazendo com que se torne possível reconhecer o terceiro causador do ilícito. A respeito disso, torna-se relevante enfatizar que:

A jurisprudência vem repelindo o anonimato na internet, mesmo após a entrada em vigor do Marco Civil da Internet que privilegia a liberdade de expressão no uso da rede. Aplicativos como *Secret*, *Lulu* e outros que viabilizam usuários valerem-se do anonimato para lesarem direitos de terceiros vêm sendo compelidos judicialmente a indenizarem as vítimas de danos decorrentes desses aplicativos. (QUEIROZ, 2019, p.82).

Mediante o exposto, pode-se inferir que os provedores de aplicações possuem o dever de guardar os dados que são fornecidos a eles, vedando o anonimato e repercutindo assim na possível punição por certo delito e ato ilícito. Em razão disso, quanto à responsabilidade civil existem três correntes acima citadas; sobre elas, seguindo-se ainda a doutrina de João Quinelato de Queiroz, é evidenciado:

Em uma síntese entre o que a jurisprudência e doutrina defendem antes e depois da entrada em vigor do Marco Civil, pode-se dizer que a responsabilidade civil dos provedores de aplicação na internet poderia seguir, pelo menos, três entendimentos distintos: (i) a não responsabilização do provedor em razão da conduta praticada pelos seus usuários, por ser o provedor mero

intermediário entre o usuário e a vítima; (ii) a responsabilidade civil objetiva do provedor, fundada no conceito de risco de atividade ou no defeito da prestação dos serviços e (iii) a responsabilidade civil subjetiva, subdividindo-se esta corrente entre aqueles que defendem a responsabilidade civil subjetiva decorrente da inércia após a ciência do conteúdo ilegal e aqueles que defendem a responsabilização somente em caso de descumprimento de ordem judicial específica-sendo esta última a teoria adotada pelo Marco Civil. (QUEIROZ, 2019, p. 87-88, grifo nosso)

Sobre o exposto, indicadas as correntes da responsabilidade civil nas redes, entende-se que o Marco Civil utiliza como base a responsabilidade civil subjetiva dos provedores, como já visto, baseado na teoria da culpa, nesse caso a culpa sendo *in omittendo*, somente podendo ser responsabilizado o provedor que, após ser notificado judicialmente para retirada de conteúdo ofensivo, não o fizer. Esse entendimento está descrito no artigo 19 da Lei em comento, o qual indica:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. (BRASIL, 2014).

Dessa forma, observa-se a aplicação da responsabilidade civil subjetiva com vistas ainda aos incisos desse artigo, os quais determinam que a ordem judicial ali mencionada deve conter, sob pena de nulidade, a identificação clara e específica do conteúdo

considerado infringente, para se poder localizar quem realizou a publicação. Além disso, encontra-se disciplinado também que as causas relacionadas ao ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados nas redes que tratem dos direitos da personalidade poderão ser apresentadas aos juizados especiais, como opção legal, configurada ainda a possibilidade de ter antecipação total ou parcial dos efeitos da tutela (BRASIL; BARRETO, 2016).

Nota-se com esse elencado de informações as aplicações normativas de responsabilização feitas ao terceiro que publica e causa danos a alguém e também ao provedor de aplicação. Resta a análise das perspectivas teórica e jurisprudencial referentes à temática, as quais serão tratadas a seguir.

### **Visão doutrinária e jurisprudencial acerca da responsabilidade civil subjetiva dos Provedores de Aplicação em razão da publicação de conteúdo**

Visto a responsabilidade cabível aos provedores e suas especificidades, cabe salientar que a ela se concentram muitas críticas, principalmente pela evidente colocação da liberdade de expressão como ponto principal e ao aceitar somente a ordem judicial como forma de retirada de conteúdo. Assim, autores como Queiroz (2019), Brasil (2016), Barreto (2016) e Oliveira (2014), entre outros, denotam a imputação equivocada desse tipo de responsabilidade, considerando variáveis já elencadas neste texto,

como as de João Quinelato de Queiroz (2019), que indica uma inconstitucionalidade referente ao artigo 19 da Lei nº 12.965/14. Além dele, Oliveira também entende que:

Os olhos do legislador lançaram-se na tensão existente entre dois fatos: de um lado, a velocidade vertiginosa da difusão das informações na internet, capaz de, em questões de minutos, espalhar conteúdos a milhares de pessoas; e, de outro lado, a regra da exigibilidade de ordem judicial prevista no art. 19 para a retirada de conteúdos ofensivos. [...] Ora, é fato que, até a vítima conseguir encontrar um advogado, ajuizar uma ação judicial, receber uma decisão judicial liminar e cientificar o provedor de aplicações acerca da determinação judicial, o dano sofrido pela vítima poderá ter-se consumado de modo irreversível. (OLIVEIRA, 2014, p.13).

Ademais, Brasil (2016) e Barreto (2016, p. 2751) asseveram que “infelizmente, o dispositivo legal, ao exigir ordem judicial, não acompanha a velocidade com que as informações trafegam na web”. Ou seja, indicam que esse sistema é passível de morosidade e injustiças.

Na contramão desses autores, segundo Queiroz (2019), encontram-se Caitlin Mulholland e Carlos Affonso da Silva Pereira a indicar que a notificação judicial como requisito essencial para a responsabilização do provedor é uma medida necessária e visa a combater a indústria das notificações para remoção de conteúdo e revela a posição assumida pelo Marco Civil da Internet em defesa da liberdade de expressão (QUEIROZ, 2019).

Quanto à jurisprudência, entende-se que essa mudou seu entendimento após a entrada em vigor do Marco Civil da Internet

para se adequar à nova ordem normativa. Passou-se da responsabilidade civil subjetiva em razão da omissão pós notificação extrajudicial para a judicial (BRASIL; BARRETO, 2016). Nesse sentido, como bem informa o Ministro Luís Felipe Salomão em julgado:

Assim, segundo a nova lei de regência, em regra, a responsabilidade civil do provedor de internet consubstancia responsabilidade por dano decorrente de descumprimento de ordem judicial, previsão que se distancia, em grande medida, da jurisprudência atual do STJ, a qual, para extrair a conduta ilícita do provedor, se contenta com a inércia após notificação extrajudicial. (STJ, REsp. 1.512.647-MG, rel. Min. Luis Felipe Salomão, julg. em 13/05/2015).

Mediante discussões normativas e teóricas como as aqui desenvolvidas, com fundamento nas informações apresentadas, ressalte-se por fim que não há passividade em razão da atribuição da responsabilidade civil proposta pelo Marco Civil da Internet. Existem a propósito autores, como Queiroz (2019), que indicam que o melhor seria a redação e promulgação de nova regulação alternativa a esse regime, como a caracterização de uma responsabilidade civil solidária entre o provedor de aplicações e o autor do conteúdo ofensivo (QUEIROZ, 2019). Resta esperar que pesquisas como esta ensejem clareza de entendimento a respeito do tema da responsabilidade civil nas redes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da responsabilidade civil contida no Marco Civil da Internet representa indagação relevante de pesquisadores contemporâneos e se concentra como visto em análises complexas acerca do sopesamento da liberdade de expressão e dos demais direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. Nesse conflito de princípios, deu-se primazia ao direito de liberdade de expressão.

Ao se analisar a responsabilidade civil como instituto jurídico na Lei nº 12.965/14, podem ser notadas as modalidades por fato próprio para o terceiro causador do dano e por fato de outrem para os provedores de aplicação. Resta afirmar que a primeira será subjetiva e somente atribuída depois de ordem judicial de retirada de conteúdo do ar, devendo também os provedores guardar informações e vetarem o anonimato. Sobre essa questão, os doutrinadores divergem e criticam severamente o Marco Civil da Internet por normatizar uma responsabilidade que se mostra morosa em seus resultados de defesa no caso de ameaça ou de lesão a direito.

Dessarte, considerando-se o debate no decorrer do artigo, pode-se notar que a responsabilidade civil nos cibercrimes é de difícil aferição. A ainda incipiente produção doutrinária que percorre o Direito Digital também contribui para esse quadro. Falta, pois, maior análise de pesquisadores sobre a temática, em especial, no que se refere à responsabilidade civil por fato de terceiro. Por fim, cabe ainda pergunta se a regulação da responsabilidade civil nos termos e

condições em que está disposta no Marco Civil na Internet conduz suficientemente a uma aplicação da lei que proporcione melhor segurança jurídica ao grande setor cibernético.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Alesandro; BRASIL, Beatriz. **Manual de Investigação Cibernética: à luz do Marco Civil da Internet**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2016. Edição Kindle.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei n. 3.688, 3 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 28 de jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 6.453, 17 de outubro de 1977. **Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6453.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6453.htm). Acesso em: 20 de dez. 2020 .

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406compilada.htm). Acesso em: 20 de dez. 2020

BRASIL. Lei n. 12.737 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm). Acesso em: 26.jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.965, 23 de abril de 2014. **Institui o Marco Civil da Internet Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 20 de dez. 2020.

BUDAPESTE, 2001. **Convenção sobre o Cibercrime.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci-en/rules-and-legislation/legislacao/legislacoes> Acesso em: 28.jan.2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil.** 14.ed. v.4. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

JACOMOSSI, Felipe André. O Instituto da Responsabilidade Civil: uma análise teórica e conceitual. **Revista da UNIFEFE.** V. 1, n.11, 2013.

MARTINS, Maria Inês. **Colisão dos Direitos Fundamentais nas Redes Sociais: liberdade de expressão X direito da personalidade.** Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5420/Maria%20oIn%c3%aas%20da%20Silva%20Martins.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 de jan. 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Aspectos principais da Lei nº 12.695, de 2014, o Marco Civil da Internet: subsídios à comunidade jurídica. **Textos para Discussão**, n. 148, abr. 2014, p. 13. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, Senado Federal.

QUEIROZ, João Quinelato de. **Responsabilidade civil na rede: danos e liberdades à luz do marco civil da internet**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

**RESOLUÇÃO CGI.br/RES/2009/03/P.** Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2009/003/>. Acesso em: 31.jan.2021.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância**. A privacidade hoje. Organização, seleção e apresentação de Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SARLET, Ingo. Liberdade de expressão e biografias não autorizadas — notas sobre a ADI 4.815. **Consultor Jurídico**. 19 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-19/direitos-fundamentais-liberdade-expressao-biografias-nao-autorizadas>. Acesso em: 02.mar.2021.

**STJ**, REsp. 1.512.647-MG, rel. Min. Luis Felipe Salomão, julg. Em 13/05/2015. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1395049&num\\_registro=201301628832&data=20150805&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1395049&num_registro=201301628832&data=20150805&formato=PDF). Acesso em: 03.fev. 2021.

TEFFÉ, Chiara; MORAES, Maria. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza. V. 22, n.1, p. 108-146, jan./abr., 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 13. ed. v.4. São Paulo: Atlas, 2013.

# **MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE SÃO LUÍS E QUALIDADE DE VIDA: contribuição à análise do processo histórico de urbanização com reprodução da segregação socioespacial**

Petunia Galvão Bezerra<sup>1</sup>

Marco Antônio Martins Da Cruz<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O crescimento do espaço urbano com a expansão das áreas habitadas na cidade, tendo em vista o dinamismo econômico associado à busca por oportunidades de ocupação pela oferta de postos de trabalho, implicou não somente a transferência de pessoas para esses locais, mas também a urgência de serviços atinentes à possibilidade de deslocamentos menos dispendiosos e conforme a estrutura necessária à continuidade dessa expansão.

O sistema de mobilidade urbana tem experimentado melhorias, apesar de reiteradas tomadas de decisão no que se refere à criação de condições da mobilidade cidadina terem prestigiado o transporte individual. Essas escolhas, que afetam a composição urbana, são concretizadas em função da hegemonia do grande poder político, econômico e social.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito da UEM. Bolsista PIBIC/UEMA. <http://lattes.cnpq.br/7105615156939680>. Email: galvaopetunia@gmail.com

<sup>2</sup> Professor adjunto do Curso de Direito da UEMA, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Direito, Cidade e Relações Socioambientais (UEMA), Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Capes 5) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <http://lattes.cnpq.br/4315391085816356>. Email: marcoamcruz@gmail.com.

Isto posto, é fundamental para o entendimento a respeito de tais processos em São Luís o exame das concepções teóricas de estudiosos que conduziram pesquisas relacionadas ao objeto da cidade, tendo em vista o espaço urbano e sua produção. Entre esses estão Roberto Lobato Corrêa (1989) e Antonio José de Araújo Ferreira (2014) que levam em consideração a repercussão do movimento em que se reproduz o espaço urbano associado aos interesses do capital sobretudo imobiliário.

Outrossim, referente à metodologia utilizada durante a construção da pesquisa, destaca-se a etapa bibliográfica, tanto para compreender a história citadina de São Luís, na qual foi de suma importância o conhecimento disposto nas obras de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2020), Antonio José de Araújo Ferreira (2014), Frederico Lago Burnett (2012) e da dissertação de mestrado de Marcio Rodrigo da Silva Pereira (2017), a fim de apreender o fio histórico da configuração da urbe ludovicense. Além disso, empenhou-se na leitura e apreensão de outros autores que discorrem sobre a mobilidade urbana, dentre eles Eduardo Alcântara de Vasconcellos (2001), o qual foi acionado de modo mais abrangente na segunda fase da pesquisa diante de etapa mais pormenorizada das reflexões então pretendidas.

Por conseguinte, nota-se a relevância do estudo mediante a continuidade do aumento dos deslocamentos que, de variadas formas, sobrecarregam o sistema de transporte e suas vias,

repercutindo na maior ou menor facilidade dos modos de circulação, bem como nas ações cotidianas de opções de locomoção dos sujeitos que vivem na cidade. Assim, a pesquisa objetivou corroborar com os trabalhos que suscitam a apreensão da matéria relacionada à mobilidade urbana.

Destarte, o texto compreende as considerações produzidas ao final da pesquisa, sendo pertinentes os conteúdos abrangidos pela revisão bibliográfica, relativos à questão da produção do espaço urbano, conseqüentemente, a história urbana da cidade de São Luís e a esfera da mobilidade urbana.

Outrossim, o desfrute ao lazer é essencial ao indivíduo, não somente no que tange ao caráter relativo à qualidade de vida, mas também em seu sentido pertinente ao momento no qual é possível o estabelecimento de contato e interações sociais na cidade, a qual, com o passar dos anos, tem-se tornado um ambiente cada vez mais hostil e individualista (SENNETT, 2003). Espaço social reiteradamente influenciado pela reformulação e expansão das cidades, principalmente por planejadores urbanistas modernos.

Nessa esteira, apresenta-se este breve estudo alusivo à temática que envolve a expansão urbana de São Luís, com enfoque no circular e no recrear na cidade, incluídos entre as quatro funções urbanas delineadas pela Carta de Atenas de 1933 (habitar, trabalhar, circular e recrear), a partir das quais se verifica as atuais condições de acesso, uso e apropriação dos espaços da capital. Em que pese o

fato de essas atribuições urbanísticas terem sido pensadas por arquitetos modernos, originadas de concepções que idealizavam uma urbe funcional, o que pode ser visualizado na prática contrária as expectativas do indivíduo que transita pelo ambiente urbano.

Nesse diapasão, o circular teve sua configuração marcada pela introdução dos automóveis na cidade (MARICATO, 2008) e consequente remodelação de espaços urbanos com objetivo de dar lugar à velocidade aos que se locomoviam nesses meios de transportes individuais (SENNETT, 2003). Seguem as transformações contemporâneas da urbe, sendo oportuna a discussão acerca dos impactos decorrentes do modo como ocorreu o processo de expansão da cidade.

## **A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES E A LÓGICA CAPITALISTA**

O processo de expansão de uma cidade pode ser compreendido como carregado de complexidades, atreladas aos fatores econômicos, sociais e, sobretudo, históricos. Para entendê-lo sob o enfoque da realidade urbana é fundamental a elucidação de aspectos relacionados a essa produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989), considerando as forças de interesses (FFERREIRA, 2014), isto é, os atores e como tal processo se sucede.

Sob tal perspectiva, enfatiza-se a importância desta apreensão para a análise da reprodução do espaço urbano na efetivação do direito à cidade, expressão cunhada por Henri Lefebvre na década de

1960 (LEFEBVRE, 2001), mas em uma perspectiva com maior proximidade ao sentido adotado por Harvey (2012), o qual indica que:

[...] o direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto. (HARVEY, p. 87, 2012).

Nessa ambiência, nota-se o retrato que fará parte da construção da maioria das cidades brasileiras, dentre elas a capital maranhense, onde grupos de menor representatividade e maior poder aquisitivo desfrutam de poder de influência para intervir na disposição da estrutura cidadina, dão preferência aos planos que favoreçam suas predileções e até, posteriormente, interferem na transição do valor de uso para o valor de troca da terra (LEFEBVRE, 2001; FERREIRA, 2014), assegurando suas possibilidades de ganhos financeiros. Muitos desses indivíduos compõem o capital de empresas e sociedades incorporadoras imobiliárias com as quais negociam imóveis em áreas com destacada especulação imobiliária.

No que concerne ao desenvolvimento deste processo de acumulação do capital e de reprodução do espaço urbano (CORRÊA, 1989; CARLOS, 2013), decorre sua resultante como fator de segregação socioespacial e fragmentação da urbe. Ao se observar a escolha dos espaços destinados à ocupação, nota-se uma inclinação ao proveito de valorização imobiliária, instalando “vazios urbanos” (FERREIRA, 2014), além de propensão à expansão espraiada da cidade (BURNETT, 2007), como se tem verificado em São Luís.

Nesse ínterim, a urbe em estudo formou-se segundo os moldes conformados por pequenos grupos de poder, cujas demandas são postas como imperativos do próprio Estado. De tal forma, orientou-se o planejamento viário a partir da perspectiva da ação deles, o que gerou consequências no modo de crescimento do tecido urbano, considerando também como fator relevante as condições econômicas da época e as necessidades daí decorrentes.

Em primeiro plano, para dar início à abordagem acerca das funções urbanísticas da cidade, é fundamental pontuar a Carta de Atenas, documento elaborado durante a CIAM de 1933, que tinha como seu principal representante o urbanista Le Corbusier (SILVA, 2018). Essa Carta tem dentre seus artigos uma proposição pertinente à existência de quatro funções básicas da cidade, pensadas pelos modernistas, em sua disposição de nº 76: “As quatro chaves do planejamento urbano são as quatro funções da cidade: habitação, trabalho, recreação (uso do tempo de lazer), transporte” (CIAM, 1933).

Nesse sentido, faz-se o recorte pelo estudo de duas dessas funções, sendo elas: a de circular e a de recrear, atualmente reconhecidas sob as designações de “mobilidade urbana” e de “lazer” (BERNARDI, 2006). Compreenda-se que essas funções se relacionam, de certo modo, interferindo uma na outra, tendo em vista que a localização e o percurso necessário para se chegar aos espaços de lazer determinam tendências no quesito relativo ao

público que os frequenta, como é aproveitado o tempo de lazer nesse espaço e as possíveis interações que aí transcorrem.

Outrossim, ao efetuar a análise acerca da mobilidade urbana, é preciso apreender a consequência da introdução dos automóveis no meio urbano. Sobre isto, destaca Ermínia Maricato (2008) que:

[...] o automóvel conformou as cidades e definiu, ou pelo menos foi o mais forte elemento a influenciar, o modo de vida urbano na era da industrialização. Daquilo que era inicialmente uma opção - para os mais ricos evidentemente - o automóvel passou a ser uma necessidade de todos. (MARICATO, 2008, p. 6).

Ou seja, ainda que, primordialmente, somente uma classe restrita de indivíduos tivesse acesso ao novo meio de locomoção, a entrada dos automóveis nas vias da cidade gerou efeitos que serão compartilhados com a maioria dos cidadãos. Enfatize-se essa preferência que será dada à modalidade de transporte individual em relação à locomoção nas principais ruas e avenidas, com as especificidades reflexas nessa situação de mobilidade.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União de 2010, o conjunto de fatores, que são abrangidos para compreender a mobilidade urbana contemporânea, tem por base:

[...] quatro pilares: (i) integração do planejamento do transporte com o planejamento do uso do solo; (ii) melhoria do transporte público de passageiros; (iii) estímulo ao transporte não motorizado; e (iv) uso racional do automóvel. (TCU, 2010).

Desse modo, pode-se inferir a importância da relação entre o arcabouço de planos urbanísticos de mobilidade e a realidade cidadina, a partir do modo em que esta foi sendo moldada. Tais

planos não deveriam, ao menos em tese, ser feitos aleatoriamente, mas com o fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável e visando o bem-estar da coletividade.

Ademais, com intuito de construir o debate em torno da mobilidade urbana, determinados termos e conceitos têm relevância nessa discussão, entre eles, o denominado por Maricato (2002) como “analfabetismo urbanístico”. Esta expressão diz respeito à desinformação, na esfera urbanística, que perpassa grande parte dos grupos sociais que habitam a cidade e também é induzido, em diversas ocasiões, pela mídia. Por conseguinte, ao apontar essa designação enfatiza a autora que:

[...] ficará bastante decepcionado quem buscar mapas e tabelas com informações fidedignas e rigorosas sobre o uso do solo e habitação nos cadastros municipais, nos bancos de dados, nas bibliotecas, nos cartórios de registro de imóveis, com raras exceções. Não temos dados rigorosos sobre o ambiente urbano. Somos analfabetos urbanísticos. (MARICATO, 2002, s.p.).

Segundo o Estatuto da Cidade, é de competência da União, aliada aos demais entes federativos, entre eles os municípios, a promoção de políticas que estimulem a melhoria dos espaços públicos, considerando, dentre outros itens, o mobiliário urbano. É cabível, portanto, que se retome, em linhas gerais, quesitos pontuais à matéria urbana no Brasil sobre a disparidade entre a teoria e a prática que gera um processo de exclusão social e segregação espacial no acesso à cidade por seus habitantes.

Maricato (2003) adverte ainda que a observância a instrumentos legais que refletem a vontade e os interesses de certos grupos detentores do poder de influência ou dos próprios agentes que têm a possibilidade de fazê-los, intensifica a diferenciação entre aqueles que residem em locais mais afastados e aumenta a denominada desigualdade urbanística. Quanto a essa segregação produzida, aduz Ermínia Maricato (2002) que:

[...] a desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial. Estamos nos referindo aqui à apropriação social diferenciada da cidade, seus edifícios com diversos usos, clubes, equipamentos de lazer e cultura, ruas, calçadas, mobiliário urbano, etc. (MARICATO, 2002, s.p.)

Percebe-se, assim, a relação entre a legalidade e o modo como se dá a definição do planejamento de importantes regramentos urbanísticos, os quais estão concentrados segundo o poder de decisão de determinados grupos pouco representativos que, ao priorizarem pleitos próprios ou de interesses diversos ao da coletividade, não só produzem como também incentivam a segregação espacial. Dessa maneira, fica comprometido o bem-estar com a modulação das condições de acessibilidade dos demais cidadãos às conveniências que são oriundas das decisões de poucos.

## **A EXPANSÃO LUDOVICENSE E O CIRCULAR NA URBE ATÉ OS ANOS 60**

Durante a fase em que cidade de São Luís é reconhecida na divisão histórica como “acampamento militar” (BURNETT, 2007, p.

173), a configuração urbana é descrita sob a perspectiva segundo a qual “[...] fica evidente a estruturação da cidade com base nas características de ‘bem arruada e direita’ do traço original da cidade e nos polos de atração das igrejas e conventos, o que irá possibilitar construir sobre esta matriz urbana a expansão da cidade” (BURNETT, 2008, p. 119).

No que diz respeito à origem de um traçado urbano e de algum planejamento local, destaca-se a explicação de Lacroix (2020) ao tecer que:

[...] São Luís foi pensada a partir de fora, com racionalidade e intervenção do Rei. O núcleo, como unidade urbana, construído conforme a concepção de estruturação portuguesa, com um traçado preliminar, levando em conta a beleza e simetria formalmente determinada em 1615, diferente de muitas outras cidades coloniais do Brasil, de desleixo e liberdade; a figura do engenheiro-mor do Brasil visualizando o arruamento com vistas a um crescimento futuro; a demarcação de ruas retilíneas, quadras iguais, retangulares e praças, em malha ortogonal, conforme o plano. (LACROIX, p. 27, 2020).

Observa-se que o plano dedicado à cidade, no início de sua expansão, terá em conta uma perspectiva de desenvolvimento, incluso a expectativa de aumento populacional, que nem sempre se conformou aos reais interesses dos habitantes. As ações relacionadas aos fins do arranjo urbano ainda serão poucas nessa época, de maneira que “na fase colonial, os melhoramentos urbanos reduziram-se à regularização das ruas e alguns trechos revestidos de calçamento” (LACROIX, p. 51, 2020).

O pequeno número de atividades ligadas à urbanização propriamente dita, no que tange à diferenciação espacial de áreas da cidade de São Luís, já poderia ser observada desde a fase de construção dos casarões, a partir de critérios correspondentes à edificação das casas. Nesse aspecto, elucida Lacroix (p. 88, 2020) que esse distanciamento socioespacial ocorria também pela distinção dos bairros em que as habitações se encontravam. Além disso, acrescentava-se a esta conjuntura relativamente ao dispersamento, que reforçava a segregação entre os habitantes, a anterior ocorrência da “valorização dos chãos urbanos, pelo menos nas áreas sob influência das atividades produtivas” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 37 apud BURNETT, p. 120).

Já, no século XIX, Lacroix (p. 102, 2020) aponta o desenvolvimento comercial também acentuado a partir do estímulo industrial no Brasil, decorrido da administração de D. João IV. Desse modo explana a escritora que:

[...] o crescimento no volume dos negócios e o aumento de comerciantes compeliram colonos mais abastados a promoverem benefícios à cidade, refletindo na expansão e embelezamento urbano com o calçamento de ruas e substituição de construções precárias por edifícios de pedra e cal, fruto da ação de comerciantes e senhores de terra de grande fortuna gerada pelo trabalho escravo. (LACROIX, p. 102, 2020).

Ademais, em se tratando do período “industrial” da cidade, é observada uma maior visibilidade na necessidade de melhoramentos urbanos, dentre eles dos reconhecidos como “serviços públicos”, dos quais urgia o desenvolvimento da cidade. Sobre a presença de

beneficiamentos ao espaço da urbe, aduz Márcio Rodrigo da Silva Pereira que:

[...] durante o período imperial, em particular durante o segundo reinado, as obras públicas ganhariam destaque nos relatórios dos presidentes da Província do Maranhão, informando datas, custos e avanços da instalação de iluminação pública a gás encanado, calçamento de inúmeras ruas, reformas no palácio do governo e na Capitania do Porto. (PEREIRA, M. R. S., p. 45, 2017).

Por conseguinte, verifica-se uma convergência entre o processo de produção e reprodução urbana, mencionado anteriormente, contendo em sua essencialidade o acúmulo e a reprodução do capital (CORRÊA, 1989), com o desdobramento do aumento do tecido urbano, ocorrendo de tal maneira em São Luís (FERREIRA, 2014), mas também em outras cidades brasileiras. Nesse sentido, o desenrolar da expansão do espaço da urbe de São Luís, envolvendo o processo delineado acima, assemelha-se, em certos aspectos, ao que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.

Tal correspondência pode ser visualizada entre o loteamento de áreas como a do Olho D'Água (FERREIRA, 2014) e o pretendido “projeto de Urbanização” na região do Calhau, que, no entanto, não passou de uma “venda de lotes” (FERREIRA, 2014). Quanto a este aspecto, destaca Corrêa (1989), a partir da pesquisa de Elizabeth Dezouart Cardoso (1986), a história de empreendimento executado no bairro de Copacabana, na atuação da Empresa de Construções Civis, em que se delineou crescente alteração do valor da terra com fins de especulação imobiliária.

Evidencia-se, todavia, a distinção entre as cidades retratadas no que se refere aos serviços de deslocamento no fim do século XIX e início do século XX. Neste caso, a implementação de bondes de tração elétrica no Rio de Janeiro com circulação a partir de 1892 diferia da capital maranhense, cuja modalidade de tração elétrica só pode operar a partir de 1924. Desse modo, também se demonstra a mudança de conjuntura econômica em São Luís, considerando que, ante a introdução dos primeiros bondes movidos então a tração animal, a cidade foi uma das primeiras a dispor deste meio de transporte, sendo este implantado no ano de 1871 (PALHANO, 2017), operando suas funções a partir de 1872 (MARQUES *apud* PALHANO, 2017). No Rio de Janeiro estes tinham principiado sua atuação em 1868 (DUTTON, 2012). Desse modo, distanciava-se, neste avanço, a urbe ludovicense somente quatro anos do Rio, até então capital brasileira.

Por conseguinte, em relação aos anos seguintes da expansão urbana ludovicense, observa-se o advento da modernidade na capital maranhense, a qual, segundo Burnett (2007, p. 174):

[...] trata-se, no entanto, de uma modernidade para poucos, pois inacessível à maioria da população, segregada e distante dos espaços mais dinâmicos da cidade, os quais, por sua visibilidade e influência político-econômica, monopolizam investimentos públicos e privados, ampliando cada vez mais as diferenças entre os vários ambientes urbanos. (BURNETT, 2007, p. 174)

As consequências do distanciamento gerado podem ser percebidas até hoje na configuração da cidade e na localização de

determinados serviços de diversas áreas, cujos investimentos ficam concentrados em regiões específicas. Um exemplo disso, trazido pelo próprio autor (BURNETT, 2012), verifica-se no bairro do Renascença que, além de ser considerado um dos mais importantes centros comerciais, detém um grande número de serviços disponíveis: escolas, supermercados, hospitais, importantes prédios de trabalho e um número significativo de construções verticalizadas tanto no setor empresarial/comercial (atualmente), como no setor de habitação, cujos edifícios correspondem, majoritariamente, a um padrão de classe média alta. Dessa maneira, foi ilustrado por Napolitano, G.; Meyer, O; Stefano, F. apud Ferreira (2012; 2014) que o valor médio do metro quadrado, a ser pago por quem desejasse adquirir um imóvel nesta região, era de 3.500 a 4.000 reais por metro quadrado, ainda no ano de 2012.

Ademais, a partir dos resultados exibidos pelo “São Luís: uma leitura da cidade” (ESPÍRITO SANTO, 2006) notou-se uma mútua relação entre o aumento do tecido urbano da capital devido ao crescimento econômico e por conta da própria expansão, que precisava, portanto, de trabalhadores para dar continuidade às obras, a cidade foi ampliada, durante a década de 1960, em um ciclo de: 1) crescimento econômico impulsionado pelo alargamento do setor viário; 2) necessidade de ampliação urbana e aplicação do investimento obtido; 3) recebimento migratório com vista ao proveito de trabalhadores e oportunidade de emprego; 4) extensão

da área habitada causada pela ocupação de novos moradores; 5) necessidade de desenvolvimento do sistema viário e da malha urbana; 6) ocupação de mais regiões da urbe relacionada à acessibilidade de deslocamento por novas vias abertas (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Desse modo, é visto que, com relação aos anos 1960, este foi, para a história da cidade, marco decisivo na expansão físico-territorial da mancha urbana, em rápido e desordenado processo de crescimento sem um planejamento físico-territorial (ESPÍRITO SANTO, 2006). Nesse sentido, de acordo com o autor, no ano de 1968 inaugurou-se a Ponte do Caratatiua, interligando este bairro à região do Ivar Saldanha. Logo em seguida, em 1970, mais uma ponte foi edificada, a Ponte José Sarney, que permitiu que a expansão do tecido urbano se inclinasse a um novo rumo, o qual foi oportunizado a partir do acesso à área do São Francisco e proximidades, possibilitado pela nova ponte que conecta o centro àquela região. Além dessas, a Ponte Bandeira Tribuzzi (1980) também se caracterizou como um importante alargamento da área de circulação, possibilitando a ocupação de áreas em torno e outras rotas de deslocamento na cidade. Acrescenta-se a Barragem do Itaqui-Bacanga, a qual pouco a pouco se tornou um local marcadamente ocupado, bem como as alterações no circular proporcionadas pela finalização da construção do Anel Viário (ESPÍRITO SANTO, 2006), cuja estrutura é de suma

importância para ligação entre vários trechos que distribuem a circulação de São Luís.

## **O QUE É MOBILIDADE E SUAS CONDIÇÕES DE ACESSO EM SÃO LUÍS**

No conteúdo do planejamento urbano da mobilidade no município, cabe enfatizar dois princípios contidos no artigo 3º da Seção I da Lei nº 6.292/2017 (SÃO LUÍS, 2017), que trata de mobilidade urbana de São Luís: “g) equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e h) eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana”. Estes são utilizados como parâmetros de análise na pesquisa exploratória do cenário da circulação em relação ao acesso aos demais espaços urbanos, a exemplo os espaços públicos de São Luís.

Ademais, é notável a disposição, ainda na Lei de Mobilidade Urbana de São Luís, de conceitos daí retirados como o de espaço público e de mobilidade urbana, objetivando a construção das perguntas que fundamentam a presente pesquisa. Sendo assim, segundo o que consta no art. 8º da Seção, Lei de nº 6.292/ 2017, o espaço público é entendido como:

XX – Espaço público: espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada e estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres e ciclistas, tais como calçadas, parques, áreas de lazer, calçadões, ciclovias e ciclofaixas. (Lei de Mobilidade Urbana de São Luís, nº 6.292/ 2017).

Enquanto que a mobilidade urbana é considerada como: “XXXIX – Mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” (art. 8º, Seção IV, Lei de nº 6.292/ 2017) (SÃO LUÍS, 2017).

Nesse sentido, são então relevantes ao estudo da situação da mobilidade urbana as notáveis demonstrações atuais do ainda crescente aumento do número de veículos na cidade. Assim, observa-se o resultado do levantamento constante do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), presente nas estatísticas do IBGE. A propósito, no ano de 2018, a capital maranhense registrava um quantitativo de 402.961 veículos, dos quais os maiores representantes eram automóveis e motocicletas, com saldo de, respectivamente, 203.750 e 105.459 registros; ao passo que os ônibus compunham o número de 4.470 inscrições (DENATRAN, *apud* IBGE, 2018). Outrossim, no ano de 2017, ainda segundo a mesma fonte, a cidade reunia um total de 388.305 veículos. Desse modo, é notável o acréscimo nas estatísticas (DENATRAN, *apud* IBGE, 2006). Se comparado a intervalo de 12 anos, tomando como referência o montante apresentado no ano de 2006, constavam-se 150.081 veículos, dentre os quais automóveis, motocicletas e ônibus representavam respectivamente 95.044; 23.717; 2.278 veículos, o que reflete as rápidas mudanças de circunstâncias relativas à mobilidade no espaço urbano.

Em outro plano, a fim de compreender e verificar sucintamente as condições de mobilidade urbana na capital, São Luís, a partir da perspectiva da amostra de 100 indivíduos, aplicou-se questionário via *Google Forms*, para coletar dados acerca da opinião de usuários de transporte público e moradores da cidade de São Luís, resultando no seguinte conjunto de considerações abaixo.

Tendo em vista o percentual de que 55% dos observados são usuários de transporte individual, face aos 34% que utilizam mais o transporte público, percebe-se a relevância quanto ao deslocamento feito por veículos automotores individuais, haja em consideração seus impactos para a dinâmica no trânsito, bem como para com a destinação de recursos ligados à infraestrutura. A partir da crescente tomada das vias por esses veículos, também passam a se direcionar, especialmente, para o melhor ajuste, não ao circular citadino como um todo, mas à melhoria de circulação dos automóveis individuais que passam a lotar os engarrafamentos e conformar a configuração da cidade (MARICATO, 2008, VASCONCELLOS, 2000).

Outrossim, de acordo com Vasconcellos (2000), determinados fatores ligados à infraestrutura viária exercem influência sobre a utilização dos transportes nos países. A partir dessa linha, o escritor atribui como elementos dessa infraestrutura: a) as condições da via de circulação; b) a qualidade das calçadas; c) a largura das vias; d) o uso preferencial da via pelo transporte público ou pelo não

motorizado, os quais são essenciais à possibilidade de circulação na urbe.

Quanto ao questionamento pertinente à facilidade de deslocamento em São Luís, enfatiza-se que o total de 73% das respostas indicou que o exercício de locomoção pela urbe não é considerado fácil, enquanto somente 25% dos demais afirmaram o contrário. Por tal motivo, destaca-se o item assinalado pela maioria, tendo em observância que tal característica demonstra que a cidade carece de articulação para o deslocamento de seus habitantes, sendo, na verdade, dificultoso o pleno circular, dado a existência de diversos empecilhos a serem examinados posteriormente.

É notória a influência do circular sobre o cotidiano dos habitantes da cidade. Tal relação pode ser percebida quando se discute o modo de vida urbano e a vultosa quantidade de deslocamentos (URRY, 2007) que os indivíduos urbanos precisam realizar constantemente. Nessa sequência, torna-se evidente o que foi sublinhado por Urry ao citar Simmel, no tocante à necessidade de estar em um local pontualmente (SIMMEL, 1979; URRY, 2007) quando se fala de características presentes no ambiente da metrópole. Por conseguinte, em seu artigo “A metrópole e a vida mental” denota o autor que:

[...] os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextricável. (SIMMEL, 1979, p. 13).

De tal maneira, o estudioso analisa as circunstâncias correntes na urbe da época, destacando, desse modo, a conexão entre tempo, deslocamento e informação que viria a ser aprimorada anos mais tarde e passaria por diversas mudanças em sua conjuntura, dado que “em um mundo móvel há conexões extensas e intrincadas entre viagens físicas e modos de comunicação e estas formam novas fluidezes” (tradução nossa, URRY, 2007, p. 5).

Nessa ambiência, ao retomar o quesito da pontualidade, este era diretamente influenciado pelas possibilidades do circular na cidade, tanto no que se refere a simples compromissos não habituais do dia a dia, a exemplo do comparecimento a um evento específico, programas de lazer, quanto para atender ao horário de trabalho cotidianamente.

A vista disso, algumas pessoas sofrem mais impactos em seu modo de circular, no que tange ao planejamento de como efetuar deslocamentos, que devem abranger, por vezes, a previsão de circunstâncias que seriam adversas ao meio de locomoção (ex: atraso do transporte coletivo que usa para chegar ao local de serviço ou à escola), ocasionando interferências que diferenciam modos de vida de diferentes segmentos sociais, dependendo do acesso que têm ao transporte e dos deslocamentos que fazem/precisam fazer (VASCONCELLOS, 2000).

Constatou-se que grande parte das pessoas já utilizou o transporte público em São Luís, sendo a maioria delas apenas

“algumas vezes”, com 37<sup>0</sup>%; “todos os dias”, 25<sup>0</sup>%; “semanalmente”, 18%, “raramente”, 14<sup>0</sup>%; ou “nunca”, com 6%. Logo, nota-se que o somatório de indivíduos que fazem uso do sistema de transporte coletivo pelo menos uma vez por semana é de 43%. Por este motivo, a manutenção e a atenção ao sistema de transporte público uma atividade imprescindível à continuidade de deslocamento diário dos cidadãos ludovicenses, a partir da micro perspectiva produzida pela amostra.

De acordo com a plataforma MOOVIT (2021), o tempo médio de espera por uma linha de ônibus (a plataforma também acresce a modalidade de barca à linha dos transportes públicos), no ponto de espera, em São Luís é de 26 minutos, em um dia útil, sendo a distância média percorrida de cerca de 5.4 km, em uma única viagem (de ida ou de volta) (MOOVIT, 2021). Enfatiza-se que o resultado da região ludovicense é significativo, tendo em consideração que os registros demonstram a discrepância, em questão de quilômetros a serem percorridos pelos cidadãos em um deslocamento somente, em face da distância trilhada pelos habitantes das cidades e regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujas marcas apontaram deslocamentos de cerca de 11,6 km naquela e de 7,1 km nesta.

Todavia, é relevante a presença de um “bom indicador” no que diz respeito à necessidade de troca de linhas para realizar deslocamentos na cidade de São Luís, dado que, consoante as estatísticas do MOOVIT (2021), 71<sup>0</sup>% dos usuários de transporte

público de São Luís fazem pelo menos uma baldeação durante uma viagem, enquanto somente 21% dos usuários da capital maranhense precisam fazer mais de uma baldeação para chegar a um destino específico. Nesse sentido, esses indicadores são expressivos em relação às condições de mobilidade na cidade de São Luís, haja vista a comparação com as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro, cujos números indicam, respectivamente, o total de 43% e 48% de utilizadores do transporte público, que têm de efetuar pelo menos duas baldeações para chegar a apenas um destino (MOOVIT, 2021).

Além disso, segundo indicadores da plataforma MOOVIT (2021), o tempo médio de deslocamento, por pessoa, durante as viagens no transporte público de São Luís (indo e voltando do trabalho) todos os dias, em um dia útil, é de 92 minutos. Essa marca representa cerca de 25 minutos a mais em relação ao tempo gasto pelos passageiros no transporte público no Rio de Janeiro e 29 minutos a mais do que em São Paulo.

Nessa conjuntura, observou-se que o traçado urbano da capital foi composto de modo descontínuo e desigual, impulsionando a segregação estabelecida não somente entre as regiões já habitadas como, futuramente, nas áreas que se tornarão alvos em razão da especulação imobiliária, o que contribui para as distinções quanto à organização de serviços e infraestrutura pública (ESPÍRITO SANTO, 2006) ao dispor dos moradores.

Não há sinais de mudança nessa tendência, haja vista o foco de investimento em localidades que já usufruem desses recursos disponíveis e que são de interesse do setor imobiliário. A vista disso, “a segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais” (CORREA, 1989, p. 64).

Nesse panorama, o circular conecta-se ao aspecto das oportunidades de desfrute do lazer a partir da compreensão de que as condições de deslocamento (tempo de locomoção, distância e segurança para circular) instigam ou diminuem a probabilidade de que certos grupos de pessoas frequentem ou não determinados lugares e as possibilidades de fruição dos espaços de lazer por esses indivíduos. Além disso, especialmente nos ambientes urbanos, “constata-se, particularmente, a centralização de equipamentos específicos (teatros, cinemas, bibliotecas etc.) ou a sua localização em áreas para públicos segmentados” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 57).

De tal maneira, o sujeito que habita a urbe só poderá alcançar o exercício pleno do direito de circular e ao lazer caso aqueles que participam da construção da cidade tenham em consciência e apliquem na prática o entendimento de que o planejamento da urbe deve, na verdade, integrar tais funções (BERNARDI, 2006). A finalidade é alcançar um modo de circulação cidadão que possibilite

a fruição ao lazer e, de mesma maneira, disponha de espaços públicos que não estejam concentrados em pontos distantes da maioria da população, privilegiando grupos específicos, em geral de alta renda (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

Dessa maneira, a abordagem realizada é significativa às pesquisas concernentes aos estudos urbanos, no âmbito do direito, da sociologia, da história e da matéria referente à cidade contemporânea, tendo em vista a interferência da, cada vez mais expressiva, lógica de mercado sobre o aspecto do lazer, visto como meio para obtenção de lucro, com a privatização de espaços e da noção de lazer de consumo (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006). Essa perspectiva conflita diretamente com a compreensão de que o gozo ao lazer é não somente fundamental, como um direito positivado na Constituição brasileira de 1988, e que, tal qual ficou cunhado por Rolnik (2000), o lazer humaniza o espaço urbano.

Assim sendo, de acordo com Frederico Burnett (2012), países como o Brasil divergem dos Estados da América do Norte e Europa, em se tratando do uso que dão ao ambiente dos shoppings centers, os quais são vistos, pelos brasileiros, como verdadeiros locais de lazer, dada a conjuntura de não valorização e degradação de muitas áreas públicas de recreação e as comodidades proporcionadas por ele, trocando de papel, o que seria notado apenas como um recinto de consumo, agrega a perspectiva de destino daqueles que desejam

algum tipo de “distração” em seu tempo livre. Segundo Burnett (2012), isso acontece, principalmente:

[...] devido a nossa realidade urbana hostil, o shopping center – apenas um empreendimento comercial de grandes dimensões – se transfigura em paradigma do bem estar. O estacionamento fácil, a segurança para os filhos, a variedade e qualidade dos produtos, os pontos de encontros com os amigos são os medidores mais palpáveis no processo de unanimidade em torno do hábito de frequentar o shopping. (BURNETT, 2012, p. 36).

Para pontuar as dinâmicas de mobilidade urbana, foi realizada a simulação de deslocamento em transporte público, por meio do uso da plataforma MOOVIT, até um local de lazer situado em São Luís:

**Tabela 1 - Simulação de deslocamento até pontos públicos de lazer, por meio da plataforma MOOVIT (2021)**

Terminal da Cohama/Vinhais	Terminal da Cohab/Cohatrac	Terminal do São Cristovão	Terminal da Praia Grande	Ida/Volta	Local
33 a 36 minutos	45 a 46 minutos	47 a 53 minutos	8 minutos (a pé)	Ida	Palácio dos Leões
40 a 57 minutos	50 a 54 minutos	51 a 56 minutos	7 min./ 8 minutos (a pé)	Volta	Palácio dos Leões
28 a 34 minutos (pode incluir + de uma condução)	45 a 56 minutos (+ de uma condução)	61 a 80 minutos (+ de uma condução)	50 a 60 minutos	Ida	Avenida Litorânea
38 a 54 minutos (+ de uma condução)	49 a 57 minutos (+ de uma condução)	72 a 93 minutos (2 a 3 conduções)	41 a 52 minutos	Volta	Avenida Litorânea

Fonte: Tabela - Autores, 2021; MOOVIT, 2021.

A tabela foi elaborada a partir de organização dos autores, feita no site da plataforma MOOVIT (2021), simulando o deslocamento de um indivíduo a passeio com destino a cada um dos pontos elencados: o Palácio dos Leões, localizado no Centro Histórico da cidade, perto de outros locais de lazer e turismo, e a Avenida Litorânea, principal logradouro em que se encontra uma extensa faixa de praia da cidade, onde se situam espaços de práticas de recreação e próxima de pontos turísticos como a Lagoa da Jansen e o Parque do Rangedor. Logo, no caso em tela, o sujeito sairia às 16 horas, à tarde, em um domingo. Na sequência, testou-se o tempo que esta pessoa levaria para chegar ao seu destino usando o transporte coletivo da capital, partindo de cada um dos terminais de integração localizados em quatro bairros diferentes da cidade. Desse modo, obteve-se a quantia de tempo hipotética (desconsiderando o tempo de espera pela condução), que ele levaria para ir e voltar a partir de cada um desses pontos. Acresce-se que a simulação não abrangeu o 5º terminal de integração ludovicense, o terminal de integração do Distrito Industrial.

**Tabela 2 - Simulação de deslocamento entre terminal de integração e *shoppings centers*, por meio da plataforma MOOVIT (2021)**

Shopping Rio Anil	Shopping da Ilha	Shopping São Luís	Golden Shopping	Ida/Volta	Local
17 a 21 minutos	11 a 21 minutos (condução ou a pé)	23 a 27 minutos	19 a 43 minutos	Ida	Terminal da Cohama/Vinhais
15 a 23 minutos	12 a 21 minutos (condução ou a pé)	26 a 28 minutos	22 a 32 minutos	Volta	Terminal da Cohama/Vinhais
11 a 16 minutos	25 a 32 minutos	+ de 30 minutos	+ de 30 minutos	Ida	Terminal da Cohab/Cohatrac
10 a 12 minutos	26 a 31 minutos	+ de 30 minutos	+ de 30 minutos	Volta	Terminal da Cohab/Cohatrac
25 a 33 minutos	+ de 30 minutos	+ de 40 minutos	+ de 40 minutos	Ida	Terminal do São Cristovão
29 a 34 minutos	+ de 30 minutos	+ de 40 minutos	+ de 40 minutos	Volta	Terminal do São Cristovão
+ de 40 minutos	+ de 30 minutos	23 a 28 minutos	+ de 30 minutos	Ida	Terminal da Praia Grande
+ de 40 minutos	+ de 30 minutos	18 a 28 minutos	+ de 30 minutos	Volta	Terminal da Praia Grande

Fonte: Tabela - Autores, 2021; MOOVIT, 2021.

Por meio das tabelas em referência, foi observada a quantidade de tempo dispendida por um indivíduo que deseje se

deslocar até um *shopping center* a partir de algum dos terminais de integração da cidade. Nessa linha, percebeu-se que, ainda que certos *shoppings* se localizem mais distante de cada um dos terminais, há pelo menos um *shopping* cujo deslocamento em um determinado período seria curto.

Desse modo, verifica-se uma distinção entre as possibilidades de acesso a pontos de lazer que se localizam, em sua maioria, próximos à praia e às áreas contíguas ao centro histórico da cidade, e os *shopping centers*, haja vista que, para se deslocar até *shopping centers*, os usuários do sistema de transportes levariam menos tempo, locomovendo-se a partir do transporte coletivo ou mesmo de veículos individuais, do que para se deslocarem aos demais espaços de lazer citados. Isso ocorre em razão de que, para cada terminal que se encontra em uma região diferente da cidade, há pelos menos um *shopping* que esteja a uma distância razoavelmente acessível à locomoção urbana em São Luís.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se objetivou demonstrar ao longo do texto, é perceptível a correlação entre a expansão urbana experimentada por São Luís e as circunstâncias de espraiamento da cidade, cujas consequências culminam no cenário de entraves e transtornos à mobilidade urbana.

Além disso, é nítido que a capital maranhense, no quesito da produção e reprodução do espaço, não se distanciou da lógica capitalista, a qual foi examinada pelos teóricos mencionados, ensejando a formação de uma urbe na qual a presença de áreas segregadas é evidente.

Denota-se também a vultosa frota de veículos particulares com passageiro único em que se evidencia maior volume de automóveis e motocicletas, em detrimento de quantitativo referente aos ônibus - transporte coletivo. Resta, então, demonstrada uma pressão sobre a demanda de meios de circulação na cidade de São Luís em desconformidade com as modalidades possíveis ofertadas para deslocamento.

Algumas poucas iniciativas de melhoria concernentes à área do transporte público podem ser destacadas, dentre elas a do “bilhete único” de passagem, bem como a distribuição de novas linhas de ônibus como a do “Rapidão São Luís”.

Por fim, o artigo ressalta, a partir da coleta de dados da pesquisa apresentada, que a capital maranhense precisa melhorar em diversos aspectos relativos tanto à infraestrutura viária quanto à organização do sistema de transporte, especialmente o coletivo, para que se alcance o circular pleno. O atual estado em que se encontra o sistema de transporte público, tendo em vista os comentários de usuários observados no questionário aplicado na pesquisa, apresenta

avaliação negativa de qualidade na oferta e prestação do serviço, aquém das possibilidades do sistema e necessidades dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BERNARDI, J. L. **Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos.** 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: . Acesso em: 5 jun. 2021.

BURNETT, F. L. **Da Cidade Unitária à Metrópole Fragmentada: Crítica à Constituição da São Luís Moderna,** In: LIMA, Antonia Jesuíta (org.) *Cidades Brasileiras, Atores, Processos e Gestão Pública.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BURNETT, C. F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão.** São Luís: EDITORA UEMA, 2008. 1 ed. 230 p.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais.** São Luís: EDITORA UEMA, 2012.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. **O capital imobiliário e expansão da malha urbana no Rio de Janeiro; Copacabana e Grajaú.** 1986. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito á cidade. **Confins**, [S.L.], n. 18, [s.p], 17 Nov. 2013. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.8391>.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

DUTTON, Rafael Bomfim; Sinder, Valter. **Estratégias e táticas nos trens da Supervia.** Rio de Janeiro, 2012. 99p. Dissertação de

Mestrado - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade.** Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERREIRA, Antonio J. de A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma.** 2 ed. São Luís: Edição da autora, 2020. Vol I. Edição em recurso digital. 380 p. ISBN 978-85-64613-21-8

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 146 p.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso, Piracicaba**, v. 44, n. 17, 2006. p. 55-66.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. **Revista Fase**, [s. l], p. 1-4, mar. 2002.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Ago. 2003.

MARICATO, E. A cidade e o automóvel. **Ciência & Ambiente**, v.37, p.5-12, 2008.

MOOVIT. **Índices de Transporte Público em São Luís.** MOOVIT, 2021.

PALHANO, Raimundo Nonato S. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. v.3, 2ª edição da Biblioteca Básica Maranhense. São Luís: Ed. ENGENHO, 2017.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva. **A organização social do espaço urbano de São Luís - MA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.16.2018.tde-26062017-122610

SÃO LUÍS. Lei nº 6.292, de 28 de dezembro de 2017. **INSTITUI A LEI DE MOBILIDADE URBANA DE SÃO LUÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Lei Nº 6.292, de 28 de Dezembro de 2017. São Luís, 28 dez. 2017.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. (org) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Mobilidade Urbana. Áreas temáticas**. Brasília, 2010.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano nos países em desenvolvimento: Reflexões e propostas**. São Paulo: Annablume, 2000. 3 ed.

URRY, J. **Mobilites**. Cambrigde, UK: Polity Press, 2007.

